



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - MESTRADO

JOCÉIA GOUVEIA DE SOUSA

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL RURAL: O Caso do Território da
Zona da Mata Norte-PB

João Pessoa, Agosto de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - MESTRADO

JOCÉIA GOUVEIA DE SOUSA

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
RURAL: O Caso do Território da Zona da Mata Norte-PB

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Professor Dr^o. Ivan Targino Moreira.

João Pessoa, Agosto de 2014.

S725p Sousa, Jocélia Gouveia de.
Política de desenvolvimento territorial rural: o
caso do território da Zona da Mata Norte-PB / Jocélia
Gouveia de Sousa.-- João Pessoa, 2014.
240f. : il.
Orientador: Ivan Targino Moreira
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN
1. Geografia regional. 2. Desenvolvimento
rural. 3. Políticas públicas. 4. Desenvolvimento
territorial - Zona da Mata - Paraíba.

UFPB/BC

CDU: 913(043)

**“Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural: O Caso do
Território da Zona da Mata Norte - PB”**

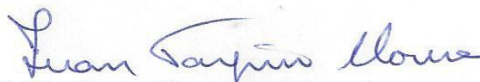
por

Jocéia Gouveia de Sousa

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

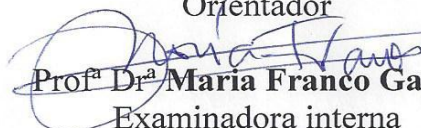
Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:



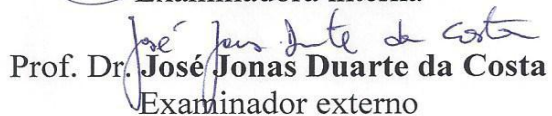
Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

Orientador



Prof. Dr.ª Maria Franco Garcia

Examinadora interna



Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa

Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Agosto/2014

DEDICATÓRIA

À Minha Mãe Euseni Marcelino de Sousa, por dedicar sua vida com sabedoria e bondade, a
minha construção humana e intelectual.

AGRADECIMENTOS

Reconhecendo a importância do coletivo na construção desse trabalho não posso ignorar o apoio em suas várias dimensões das pessoas que contribuíram diretamente e indiretamente para os resultados alcançados que ainda longe estão de ser uma conclusão de um debate tão complexo quanto é o do desenvolvimento territorial rural sustentável. Sentimento de gratidão a:

Deus e a Nossa Senhora pela proteção em todos os momentos e situações da minha vida.

À minha mãe Euseni Marcelino de Sousa por dedicar de forma integral sua vida a minha construção como ser humano e como profissional (a ela todo o meu amor) e a meu pai que com certeza esta no céu me protegendo, cuidando de mim [...].

Ao Meu Amor João Eudivan Soares Santana pela cumplicidade, compreensão, incentivo, respeito, apoio e, por acreditar em minha capacidade e vontade de construir um novo conhecimento a cada experiência teórica e prática [...]. Amo-te e admiro-te.

Familiares e amigos por acreditarem no meu potencial e no meu crescimento intelectual.

Ao Professor Ivan Targino Moreira pela orientação e por ajudar tornar possível a realização deste trabalho com seu jeito peculiar de comandar o navio sempre por águas calmas dando-nos a tranquilidade e segurança de trabalhar com a certeza que chegaremos ao destino final com o sentimento de dever cumprido, muito obrigada por tudo, principalmente por compreender minhas dificuldades e limitações de uma eterna aprendiz.

À Professora Emilia Moreira pela co-orientação que me permitiu primeiramente me aproximar do meu orientador com mais eficiência, ela fez a ponte como sempre faz. Por sempre estar disponível a ajudar mesmo em momentos difíceis em sua vida, servindo-nos de exemplo, humildade sempre. Por ter me dado a oportunidade de cursar três disciplinas com ela, participar do GETEC, fazer o estágio docência, no qual aprendi muitas coisas sobre a docência e sobre a vida com os conselhos de mãe/mulher que me deu, nunca esquecerei, ao contrario servirá de motor para as decisões que na vida tomarei obrigada. És bela.

Aos professores Anieres Barbosa da Silva (que vem me ajudando com seus conselhos, experiências e contribuições desde a graduação), Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima e a Emilia Moreira pelo suporte direto na construção desse trabalho. Deram-me a honra de se fazerem presentes no seminário de dissertação e na qualificação com contribuições riquíssimas. E ao professor José Jonas Duarte da Costa por ter aceitado fazer parte da banca de defesa deste trabalho assim como a professora Maria Franco ambos com contribuições preciosas para este e trabalhos futuros, muito obrigada.

Ao Departamento de Geociências, curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGG pela oportunidade que me foi dada de estudar com grandes professores, de capacidade incrível. Ressalto que, aprendi muito com eles e ainda, aos seus funcionários, em especial seu Chico (José Francisco de Mendonça Rocha) e a Dona Sônia Maria de Nascimento, como também todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos mestres, além dos já citados, Bartolomeu de Souza, Maria Franco, Adailza de Albuquerque, Cristianne Maria Moura Reis, Doralice Sátyro Maia, Eduardo Rodrigues Viana, Sinval Almeida Passos, Lucimary Albuquerque da Silva, pelo apoio em várias etapas desta pesquisa e seus preciosos ensinamentos.

Agradeço também a E.E.E. Fundamental e Médio José Nominando (Água Branca -PB), na qual cursei todas as etapas da educação básica consequentemente a todos os professores que conscientes das dificuldades postas sempre buscam supera-las servindo-nos de exemplo na busca pela boa qualidade de ensino-aprendizagem. Em especial agradeço aos meus professores de Geografia e dedico este trabalho também a eles.

Agradeço em especial a todos os meus amigos de curso de graduação e mestrado. Em especial a José Edvaldo Lopes, Ivanildo, Diego, “Zinho”, Flávia, Verônica, Rose que, me proporcionaram construir importantes laços de amizade, como também aqueles amigos que me acompanham desde a infância.

Agradeço ao meu grande amigo e irmão Nielson que com sua teimosia superou minhas desconfianças em construir uma amizade verdadeira e me proporcionou vivê-la de tal maneira que passamos de amigos para irmãos de alma com uma capacidade incompreendida de ajudar um ao outro seja em questões pessoais seja em questões acadêmicas. Vivemos essa bela amizade desde a graduação e agora estamos juntos mais uma vez fechando um ciclo no mestrado com a esperança de abrir novos. Amigo irmão eterno, obrigada por tudo.

À minha amiga de todas as horas Rafaella Rodrigues do Nascimento que, me acompanhou em todo o processo de construção da Dissertação com seus generosos e humildes gestos, cumplicidade, dialogo, informações levantadas e grande atenção que sempre me deu para além da pesquisa, muito obrigada minha amiga “Rafa”.

À Flavio Luna de Melo que generosamente me apresentou a temática na qual desenvolvi a pesquisa e desde então vem me acompanhando com contribuições diretas, experiências por trabalhar na área, relatos de campo e de vivencia, informações, contatos, documentos, intercâmbios, indicações de campo, conhecimentos socializados, sem duvida foi uma das peças-chave nesse trabalho. A você meu profundo agradecimento.

À Márcia Dornelles, pelo afinho com que me ajudou com sua generosa capacidade de responder as minhas solicitações, com informações de suma importância. A Nalfra pela

pronta disponibilidade em ajudar com suas experiências por também trabalhar na área, por me repassar informações, documentos, textos, obrigada. A Josinaldo Francisco da CPT que, com seu jeito generoso sempre se mostrou disponível em ajudar por acompanhar a política pública em questão desde sua criação com visitas aos projetos implementados, obrigada.

À comunidades Piabuçu, em especial a Bené (Benedito), Presidente da cooperativa Piabuçu-Frutiaçu, a Moacir (tesoureiro) e as também cooperadas Renata, ‘ninha” que, foram fundamentais para a execução da pesquisa de campo.

Ào GETEC (Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato) coordenado pela Professora Emilia Moreira, onde embora tenha tido uma participação irregular, pude beber por diversas vezes das suas discussões e conviver com pessoas de um coração e de uma capacidade intelectual crítica gigantesca.

Ao Grupo de Estudos coordenado pelo Professor Ivan Targino Moreira. Muito obrigada Ana Paula Lopes por sempre estar disponível para ajudar, por ter me acompanhado no trabalho de campo, por ter dividido comigo seu conhecimento com leituras... André Simões e José Carlos pela disponibilidade em ajudar, levantar informações, em ir a campo, assim como Ana, em construirmos juntos novos conhecimentos, produzirmos juntos relatórios, artigos. Muito obrigada por tudo.

À CNPq/CAPES pela bolsa de estudos que permitiu minha dedicação a esta pesquisa.

À todos, os meus mais sinceros agradecimentos!!!

“A verdade não existe fora do poder ou sem poder” (FOUCAULT, 1988a [1977], p. 12).

**TÍTULO: POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
RURAL: O Caso do Território da Zona da Mata Norte-PB**

AUTORA: JOCÉIA GOUVEIA DE SOUSA

ORIENTADOR: Prof^o. Dr^o. IVAN TARGINO MOREIRA

RESUMO

A dissertação analisa a implementação da política de desenvolvimento territorial no meio rural paraibano com destaque para o PRONAT e o PTC, tendo como recorte espacial o Território da Zona da Mata Norte. Essa política rompe com o velho paradigma do desenvolvimento local, estruturado a partir de um viés setorial. Foram eleitas como categorias analíticas: território, estado e agricultura familiar sustentável. Os procedimentos metodológicos incluem a pesquisa bibliográfica, documentos institucionais, assim como dados coletados em pesquisa de campo. A importância do estudo tem a ver com a criação e estruturação dos territórios que se apresentam como um processo complexo, uma vez que exige dos participantes, a ruptura com os velhos paradigmas de benefícios individuais para seus municípios e passa a ser orientado para uma coletividade. Ou seja, implica na superação de um viés extremamente setorial para um de base territorial. A análise efetuada permite concluir que a política implantada provocou avanços em termos de melhoria das condições de vida, de estimular a participação social no processo de definição e execução da política. No entanto, as orientações não se realizam em sua forma plena, tendo em vista questões relacionadas com conflitos de interesse, dada a diversidade e heterogeneidade que são características das estruturas territoriais. Mesmo com os benefícios projetados de crescimento com qualidade de vida a partir de investimentos estatal, do fortalecimento das decisões a partir da gestão compartilhada público/privada e da articulação dos atores envolvidos dentro e fora do território, ainda há permanência de práticas e atitudes próprias do modelo de desenvolvimento local. Destaca-se que, nesse particular, as resistências dos gestores municipais em pensar a dinâmica territorial para além dos limites municipais. Por outro lado, fica evidenciado que apesar das mudanças na escala/categoria/conceito introduzidas com o modelo de desenvolvimento territorial sustentável, a política reforça o papel do Estado no processo da acumulação capitalista. Isto é, a política territorial objetiva viabilizar a inserção da produção familiar rural na dinâmica da acumulação capitalista e não desenvolver uma agricultura sustentável sob a ótica da organização camponesa.

Palavras-chave: Estado; Políticas Públicas; Território; Desenvolvimento rural.

TITLE: TERRITORIAL RURAL DEVELOPMENT POLICIE: The Case of the Territory of North Zone da Mata-PB

AUTHOR: JOCÉIA GOUVEIA DE SOUSA

SUPERVISOR: Prof^o. Dr^o. IVAN TARGINO MOREIRA

RESUME

The dissertation analyses the implementation of the territorial development policy in rural areas, Paraíba, especially PRONAT and PTC, having as spatial selection the North Zone da Mata. This policy breaks with the old paradigm of the local development, structured from a sectorial bias. Were elected as analytical categories: territory, state and sustainable family agriculture. The methodological procedure include biography searches, institutional documents and data from field structuring. The importance of the study is about the creation and organization of the territories that appear as complex process; since it requires on the participants, the rupture with the old paradigms of individual benefits to their municipalities and starts to be oriented by the collectivity. In other words, implies in the overcoming of an extremely sectorial bias for a territorial base. The analysis made shows that the implemented policy in terms of improvement of living conditions to encourage the social participation in the process of defining and implementing the policy. However, the orientation doesn't realize in your full form, in view of questions related with conflicts of interest, accord the diversity and the heterogeneity that are characteristics of the territorial structures. Despite the benefits designed on the growth with quality of life starting on state investments, the strengthening of the decisions starting on shared public/private management and the articulation of factors involved in or out the territory, still have practices of permanence and own attitudes on the model of local development. Stands out that, in this particular case, residences of the municipalities managers weigh in of the territorial dynamic beyond of the municipalities limits. On the other hand, stays evidenced that in spite of the changes in the scale/category/concept introduced with the model of territory sustainable development, the politics reinforces the role of State in the process of capitalist accumulation. Then the territorial politics focuses enable an insertion of the family production countryside in the dynamics of capitalist accumulation and not developed a sustainable agriculture from the perspective of peasant organization.

Keywords: State, Public Policies, Territory, Rural Development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAUC/PB: Associações de Agentes em Desenvolvimento Sustentáveis da Universidade Camponesa
AF: Agricultura Familiar
AGENTE: Assessoria de Grupos Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão
AGF: Formação de Estoques Públicos
APLs: Arranjos produtivos locais
ASPTA/PB: Assessoria a Serviços e Projetos em Agricultura Familiar
ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES: Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BB- Banco do Brasil
BNB- Banco do Nordeste
BSC: Base de Serviços Apoio a Comercialização Territorial
CAF: Consolidação da Agricultura Familiar
CAAF: Cooperativa Agroindústria da Agricultura Familiar do Litoral Norte Paraibano
CFC: Portal de Negócios - Crédito
CECAF: Centro de Comercialização da Agricultura Familiar
CEDRS: Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEF: Caixa Econômica Federal
CENDAC: Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente.
CEPLAC: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEOP/PB: Centro de Educação e Organização Popular
CEOT: Carta Europeia de Ordenação do Território
CGDH: Coordenação Geral de Desenvolvimento Humano
CGTP: Coordenação-geral de Planejamento e Gestão Territorial
CGU: Controladoria-Geral da União
CIAF: Centro Integrado de Apoio Familiar
CMAS: Conselhos Municipais de Assistência Social
CMDRS: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMMAD: Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CMR: Portal de Negócios Cadastro
CODETER: Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD: Consorcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local Sustentável do Litoral Norte Paraibano
CONSAD: Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração
CPR: Combate à Pobreza Rural
CRAS: Centros de Referência de Assistência Social
CRESCER: Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal
DAP: Declaração de Aptidão ao PRONAF
DATER: Ações de Fomento à Produção de Tecnologia e de Conhecimento Apropriados para a Agricultura Familiar
DATASUS: Banco de Dados do Sistema Único de Saúde
DFDA: Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário
DOT: Diretoria de Ordenação Territorial

DPMR: Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais
DRS: Desenvolvimento rural sustentável
ECOVÁRZEA: Associação dos Agricultores e Agricultoras da Várzea Paraibana
EJA: Escola de Jovens e Adultos
EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEPA-PB: Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba
FUNAI: Fundação Nacional do Índio
FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAPEMA: Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão
FEE: Financiamento Especial para Estocagem de Produtos Agropecuários Não Integrantes da PGPM
FEPM: Financiamento para Estocagem de Produtos Integrantes da PGPM
FETAG- PB: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FNE: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNAI: Fundação Nacional do Índio
FUNASA: Fundação Nacional de Saúde
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEME: Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
IDH: Índice do Desenvolvimento Humano
IICA: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura Familiar
ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEC: Instituto Nordeste Cidadania
INTERPA-PB: Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LEADER: Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
LOA: Lei Orçamentária Anual
MC: Ministério das Cidades
MDA: Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC: Ministério da Educação
MI: Ministério da Integração Nacional
MMA: Ministério do Meio Ambiente
MME: Ministério de Minas e Energia
MAPA: Ministério da Pesca e Aquicultura
OGU: Orçamento Geral da União
OJIP- PB: Organização dos Jovens Indígenas Potiguara da Paraíba
ONG: Organização Não Governamental
OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
PDA: Planos de Desenvolvimento de Assentamentos
PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação
PDRS: Política de Desenvolvimento Rural Sustentável
PGPM: Política de Garantia de Preços Mínimos
PIABUÇÚ- FRUTIAÇÚ: Cooperativa Agroindustrial
PIAR: Programa Integrado de Ações Regionais
PLOA: Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNA: Plano Nacional de Armazenagem
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PND: Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR: Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNDTR: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNDU: Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNHR: Programa Nacional de Habitação Rural
PNMA: Política Nacional de Meio Ambiente
PNMPO: Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNOT: Plano Nacional de Ordenamento Territorial
PNPSB: Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
POAB/PB: Polo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema
PPA: Plano Plurianual
PPPP: Políticas, Planos, Programas e Projetos
PRA: Planos de Recuperação de Assentamentos
PROINF: Ação orçamentária Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT: Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios
PSF's: Posto de Saúde da Família
PTC: Programa Território da Cidadania
PTCPC: Planos Territoriais de Cadeias de Produção Cooperativa
PTDRS: Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAF: Secretaria da Agricultura Familiar
SDR: Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
SDT: Secretária de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECAFES: Sistemas Estaduais de Comercialização dos produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária
SEDAP: Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca
SEDH: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
SEDUP/PB: Associação de Serviços de Educação Popular
SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPPIR: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEPLAG: Secretaria de Planejamento e Gestão
SGE: Sistema de Gestão Estratégica
SIC: Subprojeto de Investimentos Comunitários
SICONV: Sistema de Convênios
SINTRAF: Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
SIT: Sistema de Informações Territoriais
SNCR: Sistema Nacional de Cadastro Rural
SRA: Secretaria de Reordenamento Agrário
UFPB: Universidade Federal da Paraíba
UPAs: Unidade de Pronto Atendimento
UTES: Unidades Técnicas Estaduais
VÍNCULUS: Cooperativa
ZEE: Zoneamentos Ecológico-Econômico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Território Zona da Mata Norte.....	30
Figura 2: Agroindústria Piabuçu.....	33
Figura 3: Antiga Casa de Engenho na Comunidade Piabuçu.....	34
Figura 4: Distrito de colonização PIC 32 Rio Tinto.	35
Figura 5: Cooperadas participando do Grupo Focal.	40
Figura 6: Territórios Rurais apoiados no Nordeste.	96
Figura 7: Territórios Rurais no Estado da Paraíba.	97
Figura 8: Territórios da Cidadania.	106
Figura 9: Central de Comercialização da Agricultura Familiar- CECAF-PB.	156
Figura 10: Maquinas do PAC congestionadas na CACAF-PB.	157
Figura 11: Estrutura física da CECAF-PB.	159
Figura 12: Cooperadas trabalhando no beneficiamento da fruta in natura.	168
Figura 13: Da fruta in natura a polpa.	176
Figura 14: Equipamentos adquiridos pela cooperativa.	178
Figura 15: Estocagem da Polpa em Câmara Fria e Freezers.	179
Figura 16: Caminhão baú refrigerado e Motocicleta adquirida pela cooperativa.	180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Território da Mata Norte: Número de Projetos de Assentamentos, área desapropriada e famílias assentadas, segundo os municípios.	32
Quadro 2: Papel de articulação dos Territórios Rurais de Identidade e dos Territórios da Cidadania.....	104
Quadro 3: Evolução da categoria dos Territórios Rurais na Paraíba – 2007/2010.....	107
Quadro 4: Instâncias do Colegiado.	112
Quadro 5: Base Organizacional: potencialidade, entraves, oportunidades e ameaças por Movimentos Sociais e Organizações Comunitárias e por Instituições Públicas e Organizações Não Governamentais.....	113
Quadro 6: Funções dos órgãos e instituições envolvidos na execução do Proinf.....	119
Quadro 7: Fluxo simplificado de apresentação, seleção e contratação de propostas apoiadas pelo Proinf.	122
Quadro 8: Disponibilidade orçamentária do proinf 2013.	124
Quadro 9: Descrição dos objetivos das atividades DRS (artesanato).	127
Quadro 10: Descrição dos objetivos das atividades DRS (Bovinocultura).	127
Quadro 11: Investimentos executados pelo Programa Territórios da Cidadania no estado da Paraíba no período de 2008; 2009 e 2010 (até 31/10/2010 em R\$).....	137
Quadro 12: Ações territorializadas e executadas no Território Zona da Mata Norte – TZMN.....	142
Quadro 13 - Programa Território da Cidadania da Zona da Mata Norte: Orçado e pago - 2008, 2009 e 2010.....	145
Quadro 14: Principais Atividades Desenvolvidas para o Alcance dos Resultados no Território da Z M N – PB.....	147
Quadro 15: Projetos de Infraestrutura no Território da Zona da Mata Norte.	150
Quadro 16: Elementos da comercialização territorial.	152
Quadro 17: Acompanhamento da Estruturação do Centro Comercialização da agricultura familiar ZMS.	155
Quadro 18: Cronograma das atividades das Cooperadas.	170
Quadro 19: Frutas processadas na FRUTIAÇU, origem das frutas, percentual de aproveitamento da polpa e lucro estimado.	175
Quadro 20: Acompanhamento da Aquisição de equipamentos maquinários e veículos para a Agroindústria de beneficiamento de frutas dos agricultores da agroindústria.....	177
Quadro 21: Execução orçamentária.	178

LISTA DE FLUXOGRAMAS E GRÁFICOS

Fluxograma 1: Caminho metodológico da pesquisa.....	28
Fluxograma 2: Gestão dos territórios.....	99
Fluxograma 3: Ciclo de planejamento e Gestão.	100
Fluxograma 4: Processo de encaminhamento de propostas ao Proinf.....	119
Fluxograma 5: Representação estrutural do SECAFES.....	152
Gráfico 1: Programa Território da Cidadania da Zona da Mata Norte: Realizado físico - 2008, 2009 e 2010.....	141

SUMÁRIO

Introdução.....	20
-----------------	----

CAPÍTULO I. PENSANDO A PESQUISA: MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1. Pensando a Pesquisa: Método e Procedimentos Metodológicos.....	27
1.1 O problema da pesquisa.....	29
1.2 O recorte espaço temporal.....	29
1.2.1 A Zona da Mata Norte: aspectos de formação do território rural.....	30
1.2.2 A comunidade Piabuçu: Unidade de beneficiamento de frutas Cooperativa Frutiaçu-Piabuçu.....	33
1.3 Coleta de informações.....	35
1.3.1 Coleta de informações secundárias.....	36
1.3.2 Coleta de informações primárias: Pesquisa de campo.....	37
1.4 Organização e tratamento das informações.....	41
1.5 Análise e discussão.....	41

CAPÍTULO II. ESTADO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL

2. Estado, Território e Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável.....	43
2.1 Estado e políticas públicas.....	43
2.2 Território: da discussão conceitual ao instrumento de política.....	46
2.2.1 Território como categoria analítica.....	47
2.2.2 Território como instrumento de política.....	50
2.3 Desenvolvimento rural sustentável.....	55
2.3.1 Desenvolvimento na abordagem da sustentabilidade.....	56
2.4 O rural: suas potencialidades e oportunidades.....	57
2.5 Agricultura ecologicamente Sustentável.....	61
2.5.1 Agricultura familiar e sustentabilidade.....	63
2.5.2 Agroecologia e agricultura familiar.....	67
2.6 MDA: desenvolvimento rural.....	70

CAPÍTULO III. ESTRUTURA DA POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL BRASILEIRO

3. Estrutura da Política Nacional de Ordenamento Territorial Brasileiro.....	78
3.1 Análise da Política de Territórios Rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil.....	82
3.1.1 Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT.....	83
3.1.2 Programa Territórios da Cidadania - PTC.....	98

CAPÍTULO IV. PROCESSO DE GESTÃO SOCIAL DO PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA ZONA DA MATA NORTE

4. Processo de Gestão Social do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Zona da Mata Norte.....	106
4.1 Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Zona da Mata Norte.....	107
4.2 Sistemas de financiamento para projetos territoriais estratégicos.....	115
4.2.1 Programa de infraestrutura - PROINF.....	116
4.2.1.1 PROINF e suas respectivas competências.....	118
4.2.1.2 As ações financiáveis com recursos do PROINF.....	123
4.3 O Programa Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil.....	125
4.3.1 DRS: artesanato.....	126
4.3.2 DRS: bovinocultura de leite.....	127
4.4 A Política de Desenvolvimento Territorial do BNB (Banco do Nordeste).....	128
4.5 Caixa Econômica Federal: o Programa Integrado de Ações Regionais (PIAR) e o microcrédito.....	131
4.6 Implementação de Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural: Análise de Experiências.....	135

CAPÍTULO V. PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL: EXPERIÊNCIAS NA ZONA DA MATA NORTE

5. Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável: experiências na Zona da Mata Norte.....	139
5.1 Aspectos gerais do PTDRS da Zona da Mata Norte.....	140
5.2 Análise de execução das ações realizadas no TZMN.....	146
5.3 Território Zona da Mata Norte: Rio Tinto-PB.....	149
5.3.1 CECAF-PB: estratégia de apoio à dinamização econômica dos territórios rurais da Paraíba.....	151
5.3.2 Unidade de Beneficiamento de Frutas de Piabuçu- FRUTIAÇU.....	164
Considerações Finais.....	186
Referências Bibliográficas.....	192

ANEXOS

ANEXO 1

ANEXO 2

ANEXO 3

ANEXO 4

ANEXO 5

ANEXO 6

ANEXO 7

ANEXO 8

ANEXO 8.1

ANEXO 8.2

ANEXO 8.3

Introdução

Considerando os anos recentes, o desenvolvimento territorial em nosso país vem ganhando espaço tanto no debate científico quanto na formulação das políticas públicas por razões as mais diversas. Seja por razões da conjuntura nacional, seja por influência das discussões e experiências observadas em outros países, em especial nos da União Europeia.

Na Europa, o enfoque territorial a partir dos anos de 1970 ganhou força como alternativa ao enfoque setorial. Isto é, em vez de se discutir e se propor políticas setoriais de desenvolvimento, passou-se a focar a discussão numa visão de conjunto da dinâmica territorial. De acordo com Medeiros e Dias,

[...] a concepção fundante das políticas europeias é a ideia de que a agricultura não é mais o motor responsável pelo desenvolvimento das áreas rurais e que é necessário reconhecer e estimular sua multifuncionalidade, apostando em alternativas produtivas, inclusive as relacionadas à valorização da paisagem e ao turismo rural. (...) o fundamento conceitual deste enfoque é a valorização de espaços onde as tradições (produtivas, inclusive) são dimensões a serem respeitadas, cultivadas e constituídas como elementos positivos, agregando-se à valorização da paisagem e da natureza. (MEDEIROS e DIAS, 2011, p. 13).

Ainda, de acordo com Medeiros e Dias:

[...] na União Europeia, a partir dos anos 1990, começou a ser posta em prática uma política de desenvolvimento com enfoque territorial e setorial, submetidos, no entanto, a níveis distintos da administração pública. Mais recentemente, estas políticas tenderam a integrar-se e a incluir, de maneira mais significativa, uma dimensão ambiental. (MEDEIROS e DIAS, 2011, p. 14).

Essa abordagem territorial, também tem sido adotada em diversos países da América Latina como afirmam Echeverri e Moscardi:

La historia reciente del desarrollo rural en América Latina avanza desde la visión de una focalización y definición que la ha asimilado al sector agropecuario y a grupos de población excluidos de alguna forma de las dinámicas dominantes del desarrollo, hacia la comprensión de una complejidad e integralidad mayores, que reconoce al territorio como escenario, sujeto y objeto de intervención por parte de la política pública. Las políticas de desarrollo rural tradicionalmente se han construido a partir de grupos sociales o de subsectores productivos; ahora se busca que el territorio se constituya en objeto de la política rural. Se entiende al desarrollo rural como el desarrollo de los territorios rurales, y no sólo de los sectores económicos y grupos poblacionales que los habitan (ECHEVERRI e MOSCARDI, 2005, pp. 20-21).

No caso do Brasil, a construção e proposição de políticas públicas a partir da estratégia de desenvolvimento territorial é recente. Nesse contexto, a problemática do mundo rural não se restringe apenas à organização econômica das atividades agropecuárias. Fica explicitada a necessidade de considerar vários aspectos, e não mais apenas os de ordem econômica. Devem ser levados em consideração, também, aspectos de ordem social, cultural e ambiental.

A forma de pensar o espaço é diferenciada daquele pensamento setorial, pois, nas décadas finais do século XX houve um estímulo à reorientação na maneira de formular políticas públicas, evitando um viés focado nos setores produtivos e adotando-se uma estratégia de desenvolvimento territorial. Antes de adentrarmos na discussão do território como foco da política pública ligada ao desenvolvimento rural temos que primeiramente entendermos o que é ou do que trata a política pública.

As políticas públicas podem ser entendidas como as estratégias que o Estado assume para cumprir com o mandato recebido do povo que representa. Tem, portanto, uma dimensão política e ideológica, além de uma dimensão de ordem pragmática ou técnica (PERICO, 2008, p.39). E mais,

As políticas não só se diferenciam em virtude de seu objeto ou matéria (saúde, educação, promoção do desenvolvimento, infra-estrutura etc.) e sua natureza esta determinada pelo âmbito de cobertura e pelo ator responsável por sua formulação e gestão. A introdução de um critério territorial na definição das políticas públicas permite entender com maior clareza o alcance de suas metas e objetivos, mecanismos e instrumentos de implementação (PERICO, 2008, pp. 40-1).

Segundo Barros, a partir de um consenso, políticas públicas são consideradas como,

(...) ações de iniciativa governamental de interesse público, que devem ser construídas com e para a coletividade. A base na legislação, o aparato institucional dos sujeitos políticos, o planejamento e o controle social são reconhecidos como fatores gerais para a efetivação e consolidação das políticas públicas. Entretanto, a eficácia das ações de gestão do bem público frente aos desafios de sustentabilidade das cidades depende da capacidade e da maturidade do governo e da sociedade na apropriação, integração e utilização dos instrumentos operacionais disponíveis e fundamentados em base legal (S/P). (2007, apud VENTURA e FRAGOSO, 2012, p. XX).

E mais, políticas públicas de abrangência nacional, promovidas por governos centrais, necessitam do envolvimento de atores governamentais locais, “seja para adequar os objetivos de política e regulações a especificidades locais, para harmonizar prioridades conflitantes, seja

para otimizar o uso de recursos públicos cada vez mais escassos” (NEVES, 2012, p.137). A referida autora ainda afirma que:

A importância da participação dos governos locais, entretanto, não se restringe ao leque de vantagens apontadas na literatura sobre as vantagens da ação estatal localizada – tais como mais eficiência, redução da corrupção, favorecimento de prática da democracia direta, mais controle social, transparência e maior capacidade de atendimento às peculiaridades e preferências locais (NEVES, 2012, p.137).

De acordo com Villeneuve (2000, apud NEVES, 2012, p.137), “a estrutura de relações intergovernamentais é um fator crucial para o êxito das políticas públicas implementadas na esfera central, especialmente a promoção da adaptação recíproca e enriquecedora das perspectivas nacional e local”.

As políticas públicas se materializam em ações, geralmente em programas e projetos de investimento público, além de todos os mecanismos regulatórios da intervenção estatal. Esse investimento se reflete em orçamentos que têm três dimensões que refletem seus objetivos, princípios e estratégias (PERICO, 2008, p.61). Essas dimensões estão descritas a baixo:

Primeiro, a definição dos objetos de gasto ou investimento, isto é, aquelas ações que são consideradas como execução das políticas e que se refletem na estrutura do programa de investimento, com itens de despesa e ações suscetíveis de obter o financiamento público. Os orçamentos refletem as prioridades e determinam os alcances das estratégias de articulação pretendidos. O orçamento é o marco de ação e, portanto materializa as políticas em fatos (...). Segundo, a focalização e priorização da alocação dos recursos públicos conduzida pela realidade pura da política, a disponibilidade dos recursos, a distribuição programática que reflete as visões e opções dos formuladores da política. Dado que o exercício orçamentário é realizado por um esquema técnico (nos governos nacionais ou estaduais ou municipais), e uma validação política (nos congressos ou assembleias ou conselhos) o modelo participativo tem pouca capacidade de ingerência em sua definição, ficando na realidade, considerado só na parte de gestão ou execução (...)Terceiro, as regras de operação que aparecem como o marco pragmático da execução orçamentária e, portanto, da política. Os processos participativos que são levados a cabo nos territórios e que geram iniciativas, planos e projetos territoriais se defrontam com as definições de procedimento adotadas por cada uma das instituições públicas responsáveis pelas políticas. Esses procedimentos sobredeterminam a execução mesma da política (PERICO, 2008, pp. 61-62).

Segundo o referido autor, para compreender melhor o tema da articulação territorial de políticas é necessário,

(...) considerar o processo de definição territorial como um componente estratégico de enorme importância, sem dúvida um dos processos de maior significado na aplicação de enfoques territoriais, seja de ordenamento ou de descentralização. Trata-se do estabelecimento dos limites territoriais para a definição do objeto espacial ao qual se refere a ação da política (PERICO, 2008, p.48).

Trata-se de uma articulação pela via da demanda social, que incorpora a essência da democracia participativa e a descentralização, como vias políticas para uma gestão mais eficiente do desenvolvimento territorial (PERICO, 2008, p.56). Para Buarque (2012), a definição de políticas voltadas para o território tem duas grandes vantagens:

(...) em primeiro lugar, promovendo-se as mudanças no território, estar-se-á tratando dos determinantes da qualidade de vida e da condição social dos seus habitantes, para além das ações focadas nos beneficiários; a segunda vantagem decorre do fato de o território constituir a âncora capaz de integrar e articular diferentes projetos e política, para além de seu viés setorial, contribuindo para garantir a sinergia e a efetividade das intervenções locais (BUARQUE, 2012, p. 149).

Os principais desafios para mudar o enfoque das políticas públicas para o meio rural, segundo essa nova orientação territorial proposta no governo Lula, são:

[...] reconhecer a importância da agricultura familiar e do acesso à terra como dois elementos capazes de enfrentar a raiz da pobreza e da exclusão social no campo, mas também compreender que uma nova ruralidade está se formando a partir das múltiplas articulações intersetoriais que ocorrem no meio rural, garantindo a produção de alimentos, a integridade territorial, a preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura e a multiplicação de oportunidades de inclusão (MDA, 2003a, p. 11).

Contudo, fica claro e evidente que, quaisquer políticas públicas planejada, criada, principalmente aquelas de cunho social devem ser constituídas não apenas de elementos técnicos mais também de elementos sociais, capazes de reconhecer seus sujeitos, a importância destes, a necessidade real destes, em fim, valorizando seus aspectos sócias, culturais, ambientais e econômicos para que, o que foi planejado em pratica possa alcançar parcialmente ou totalmente o que é esperado.

Buscando entender melhor esse processo de reorientação na maneira de formular políticas públicas que houve nas décadas finais do século XX, foi formulado o estudo sobre “Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural: O Caso do Território da Zona da Mata Norte-PB”, que tem como principal foco a abordagem e discussão pautada tanto na “recente” experiência brasileira de implementação de políticas de desenvolvimento territorial no meio rural, quanto nas novas institucionalidades construídas para viabilizar o desempenho das ações públicas oriundas desse projeto que, passou a fazer parte do discurso dos planejadores de políticas públicas.

O interesse por esta temática surgiu a partir de debates na disciplina Espaço e Campesinato, ministrada pela professora Emília Moreira e pelo professor Ivan Targino, no Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPB. Mais especificamente, a partir de uma visita de campo à Unidade de Beneficiamento de Frutas de Piabuçu – hoje denominada de FRUTIAÇU, que tem experimentado uma estratégia de gestão coletiva, considerando a política de desenvolvimento territorial rural.

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo principal analisar a implementação da política de desenvolvimento territorial no meio rural paraibano com destaque para o PRONAT e o PTC, tendo como recorte espacial o Território da Zona da Mata Norte.

O estudo pretende, também, alcançar os seguintes objetivos específicos: **a)** aprofundar a discussão teórica sobre Estado, território, territórios rurais, e desenvolvimento rural sustentável; **b)** discutir o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNOT), o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC); **c)** Analisar a implementação de políticas de desenvolvimento territorial tendo como estudo de caso a Unidade de Beneficiamento de Frutas de Piabuçu- FRUTIAÇU localizada no município de Rio Tinto-PB; **d)** Avaliar a estratégia de apoio à dinamização econômica do Território da Zona da Mata Norte Paraibana através da CECAF-PB.

O presente trabalho foi estruturado em 5 capítulos, além dessa introdução e das considerações. No Capítulo I, denominado “Pensando a Pesquisa: Método e Procedimentos Metodológicos” busca-se esclarecer a proposta metodológica da dissertação.

Nele, se discute a pesquisa em seus vários caminhos: pesquisa exploratória, documental, bibliográfica, quantitativa e qualitativa. O problema da pesquisa e apresentado e discutido como também, o recorte espaço temporal, o processo de formação do espaço rural da Zona da Mata Norte, com destaque para a Unidade de beneficiamento de frutas

Cooperativa Frutiaçu. São também detalhados aspectos relativos aos sujeitos da pesquisa, às fontes de informações e o trabalho de campo.

O Capítulo II, “Estado, Território e Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável” tem como objetivo estabelecer o marco teórico conceitual que fundamenta a análise do Território da Zona da Mata Norte.

No Capítulo III, “Estrutura da Política Nacional de Ordenamento Territorial Brasileiro” será analisado o PRONAT/PTC e o PTDRS, que é a base para que os projetos sejam elaborados e desenvolvidos. Procura-se dar conta, sinteticamente, de cada território, contendo informações físicas, estatísticas, econômicas, humanas do território em questão.

No Capítulo IV, “Processo de gestão social do plano territorial de desenvolvimento rural sustentável da Zona da Mata Norte”, analisaremos e avaliaremos o Sistema do financiamento PROINF (Programa de Infraestrutura do Governo Federal), dando suporte aos projetos territoriais rurais, como também outras iniciativas que representam um novo caminho para a construção de sistemas territoriais de financiamento do desenvolvimento no tocante ao território da Zona da Mata Norte.

No capítulo V, “Plano de desenvolvimento territorial rural sustentável: experiências na Zona da Mata Norte”, discute-se a implantação da política no caso do Território da Zona da Mata Norte, destacando as experiências da CECAP-PB e da Unidade de Beneficiamento de Frutas de Piabuçu- FRUTIAÇU.

Por fim, neste momento, por saber que uma pesquisa é um ciclo aberto cheio de possibilidades, mistérios e encantamentos, apresentaremos as considerações do trabalho onde, está exposta nossa síntese do que foi apreendido nos caminhos da pesquisa no que diz respeito à temática.

CAPÍTULO I

PENSANDO A PESQUISA: MÉTODO E

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1. Pensando a Pesquisa: Método e Procedimentos Metodológicos

Pesquisar o Território da Zona da Mata Norte dentro de uma perspectiva mais abrangente de uma política de desenvolvimento territorial rural, considerando que esta foi iniciada no primeiro governo Lula (2003) e que está fazendo 11 anos, tornou-se um desafio.

Por se tratar de um programa relativamente novo, esta pesquisa por um lado é bastante prazerosa por ser algo atualizado, mas, por outro lado, é bastante complicado pelo fato de ainda não existir uma vasta bibliografia sobre a temática. Com efeito, a maior parte das obras publicadas sobre o problema foram elaboradas pelo governo federal ou por alguma instituição relacionada com o mesmo. Daí o cuidado para manter a leitura crítica desse material.

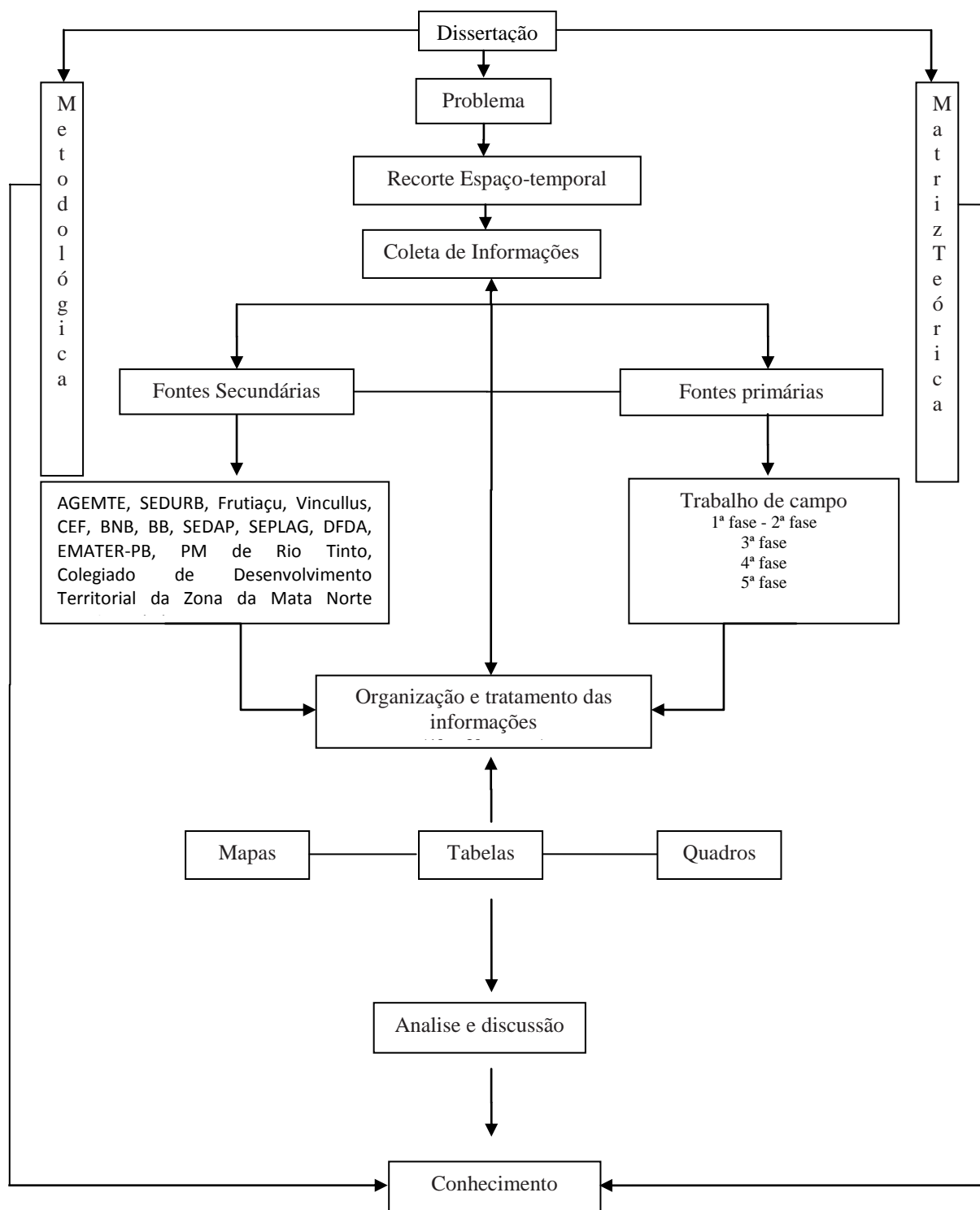
No entanto, mesmo buscando um afastamento do discurso oficial, isso não significa que a análise a ser efetuada será apolítica. Podemos contribuir com nossas diferentes interpretações e compreensões da realidade e do objeto pesquisado já que, nossas análises estão sujeitas a escolhas teóricas diferentes e a visões da realidade prática também.

Partindo da concepção que pesquisar é buscar respostas para perguntas, que nos instigam e nos põem inquietos na busca de conhecimento em relação ao mundo e, conseqüentemente, em relação a nossa posição neste mundo num processo de conhecimento e autoconhecimento, concordamos com Demo (1999, p. 16), ao compreender “a pesquisa não só como busca de conhecimento, mas igualmente como atitude política, sem reducionismo e embaralhamento, num todo dialético”.

A vantagem de posturas dialéticas está precisamente em colocar o questionamento não apenas no método, mas igualmente na própria realidade, até porque a ideologia não aparece só no sujeito, mas na realidade como tal, por ser histórica e prática (DEMO, 1999, p. 35).

Considerando a vasta gama de procedimentos que traduzem na prática as linhas ou os caminhos metodológicos e as várias técnicas de pesquisa, foram adotados os seguintes procedimentos neste trabalho de dissertação: levantamento bibliográfico, levantamento de informações estatísticas secundárias, trabalho de campo (reconhecimento da área, documentação fotográfica, aplicação de questionários, realização de entrevistas) e levantamento cartográfico.

O Fluxograma 1 apresenta de forma sintética os encaminhamentos teórico-metodológicos adotados por esse trabalho dissertativo. A seguir são feitos comentários sobre cada uma dessas etapas.



Fluxograma 1: Caminho metodológico da pesquisa.
Fonte: Adaptado de CHELOTTI, 2009.

1.1O problema da pesquisa

A importância do estudo sobre política de desenvolvimento territorial e seus programas, dentre várias outras coisas, tem a ver com a criação e estruturação dos territórios que se apresentam como um processo complexo, uma vez que exige dos participantes, a ruptura com os velhos paradigmas de benefícios individuais para seus municípios e passa a ser orientado para uma coletividade, ou seja, a superação de um viés extremamente setorial para um de base territorial.

Tendo como suporte algumas leituras, percebemos que a política de desenvolvimento territorial rural pode representar um avanço considerável tanto na capacidade governativa de gestão social quanto nos processos de desenvolvimento. Ela busca a participação social dos atores no processo de diálogo que procura superar o viés local. No entanto, analisamos também que, esse acúmulo de ações apresentou-se de forma completamente desigual nas diversas experiências existentes, sendo este também um dos nossos principais estímulos para desenvolver a pesquisa.

Diante disto, foram formuladas algumas questões no sentido de problematizar a realidade a ser estudada, a saber: quais os projetos e ações que foram efetivamente implementados? O aporte de recursos transferidos foram suficientes para garantir as ações previstas? Qual o envolvimento efetivo dos diferentes atores no processo de execução e acompanhamento dos projetos e das ações? Como os beneficiários dos projetos se integraram na execução dos mesmos? Quais os benefícios efetivos para a população local da implementação dessa política? Que fatores dificultaram a implementação da política de desenvolvimento territorial no espaço investigado?

1.2 O recorte espaço-temporal

A pesquisa tem como recorte espacial a área de atuação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Zona da Mata Norte-PB, que está inserida na Mesorregião da Mata Paraibana.

O referido Plano foi construído no período de 2004 a 2006¹. Configura-se como um instrumento para a implementação da política de desenvolvimento territorial do Ministério do

¹ Nessa fase de elaboração, o Plano abrangia não só a Zona da Mata (Norte e Sul), como também alguns municípios do Agreste Paraibano, perfazendo um total de 27 municípios. Em 2007, decidiu-se fazer o desdobramento em dois territórios, a saber: PTDRS da Mata Norte e o PTDRS da Mata Sul. Neste último território estavam também incluídos alguns municípios da mesorregião do Agreste Paraibano (Caldas Brandão, Itabaiana, Juripiranga, Pilar, São José dos Ramos e São Miguel de Taipu).

Desenvolvimento Agrário. É um documento que reúne informações sobre a realidade do território que possibilitariam a articulação de políticas públicas, como também investimentos particulares que favoreceriam o processo de desenvolvimento do referido território. Como a implementação do Programa só começou a partir de 2007, o período coberto pela investigação é de 2008 a 2013.

Vê-se, na Figura 1, a localização do Território Zona da Mata Norte e os municípios que o compõem. No Quadro 1, apresenta-se a relação dos referidos municípios.

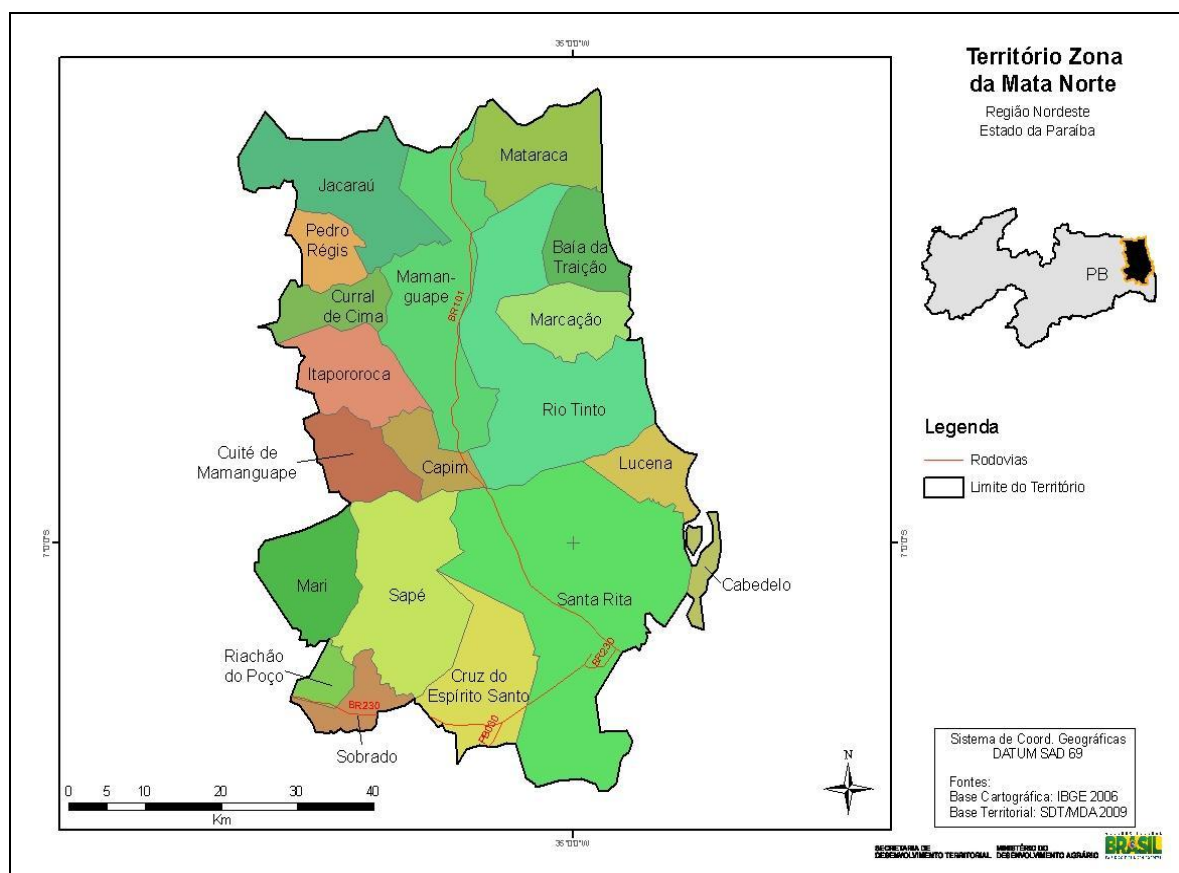


Figura 1: Território Zona da Mata Norte.

Fonte: Base territorial do SDT/MDA, 2009.

Tendo em vista as dificuldades relacionadas ao número e à extensão das áreas dos municípios, com grandes distâncias a serem percorridas, fato que acaba por interferir na questão da logística da pesquisa, foi adotado como recurso metodológico em prol da viabilização da pesquisa, a redução da área de investigação, considerando apenas o município de Rio Tinto.

Ainda, em relação ao município de Rio Tinto, buscamos analisar principalmente os aspectos que caracterizam a situação da Unidade de Beneficiamento de Frutas de Piabuçu – hoje denominada de FRUTIAÇU, que tem experimentado uma estratégia de gestão coletiva, buscando proporcionar o protagonismo dos beneficiários, baseados na política de desenvolvimento territorial rural sustentável.

Vale aqui lembrar que no município de Rio Tinto-PB além da Unidade de Beneficiamento de Frutas e do Centro de Comercialização da Agricultura Familiar o município conta também com a Feira Agroecológica, projetos apoiados pelo PRONAT e financiados pelo PROINF.

Tendo em vista o papel a ser desempenhado pela Central de Comercialização da Agricultura Familiar Territorial – CECAF – PB, localizada no município de João Pessoa, na estratégia de apoio à dinamização econômica dos 19 municípios que compõem o Território da Zona da Mata Norte, a pesquisa também investigou o seu processo de implementação.

1.2.1 A Zona da Mata Norte: aspectos de formação do território rural

Para apresentarmos os aspectos de formação territorial da Zona da Mata Norte se faz necessário, em primeiro lugar, abordar, ainda que sinteticamente, o processo de formação do espaço da Zona da Mata da região Nordeste que, representa uma parcela dos territórios de seis estados nordestinos (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), situada na faixa litorânea da região, banhada pelo Oceano Atlântico e coberta originalmente pela Mata Atlântica.

Como é sabido, o processo de colonização portuguesa no Brasil teve as suas bases na implantação da *plantation* açucareira, caracterizada pela monocultura canavieira, pelo trabalho escravo e pelo monopólio fundiário (ANDRADE, 1998, MELO, 1975). Ainda hoje a Zona da Mata condensa grande parte da atividade econômica regional, contando com suas indústrias, com seus serviços e com a própria produção agrícola.

Neste cenário que aglomera grandes cidades como as capitais Aracaju, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife e Salvador ficam explícitos os grandes contrastes sociais como apontam os índices de mortalidade infantil, analfabetismo, pobreza, dentre outros (IBGE, 2009).

O Território da Zona da Mata Norte é integrado por 19 municípios que estão inseridos predominantemente na Mesorregião da Mata Paraibana. O território é composto por

municípios de três microrregiões: Litoral Norte, Sapé e João Pessoa. Seus principais centros urbanos são os municípios de Santa Rita e Cabedelo, situados na microrregião de João Pessoa, os municípios de Mamanguape e Rio Tinto, que se situam no Litoral Norte e o município de Sapé, localizado na microrregião do mesmo nome.

O Território da Zona da Mata Norte possui uma área de 3.647,30 km², que representa 66% de toda a extensão territorial da Zona da Mata Paraibana. A maioria dos municípios que o integram possui características mais rurais que urbanas

Com uma população total de 448.921 habitantes (censo demográfico 2010), e 12.454 estabelecimentos agropecuários (censo agropecuário 2006). Os estabelecimentos rurais com menos de 5 (cinco) hectares de terra representavam grande parte do total de estabelecimentos existentes na Mata Norte Paraibana, segmento este estratégico na geração de renda e ocupação no campo, e como provedor de alimentos básicos.

Todos os municípios que compõem o território trazem na sua formação e desenvolvimento uma tradição de organização de movimentos sociais e sindicais movidos por lutas como a da reforma agrária. Como resultado dessa luta, foram instalados 31 Projetos de Assentamento, beneficiando 2.408 famílias numa área de 24.717 mil hectares (veja no Quadro 1).

Município	PA	Área	Famílias
Baía da Traição	-	-	-
Cabedelo	-	-	-
Capim	2	313	34
Cruz do Espírito Santo	9	6.147	822
Cuité de Mamanguape	-	-	-
Curral de Cima	1	994	42
Itapororoca	-	-	-
Jacaraú	4	2.134	180
Lucena	2	1.136	165
Mamanguape	-	-	-
Marcação	-	-	-
Mari	2	2.896	244
Mataraca	-	-	-
Pedro Regis	-	-	-
Riachão do Poço	1	1.771	118
Rio Tinto	1	1.884	136
Santa Rita	2	515	55
Sapé	7	6.927	612
Sobrado	-	-	-
Total	31	24.717	2.408

Quadro 1: Território da Mata Norte: Número de Projetos de Assentamentos, área desapropriada e famílias assentadas, segundo os municípios.

Fonte: INCRA.

Segundo o censo demográfico 2010, Rio Tinto tinha uma população de 23.883 com uma área territorial de 464, 886 Km² e densidade demográfica 49, 42 hab/km². O município conta com 513 estabelecimentos agropecuários (censo agropecuário 2006) numa área de 12.973 hectares, conta com uma cooperativa.

A sede municipal é um dos principais centros urbanos localizado na Microrregião do Litoral Norte da Paraíba; existem no município um Projeto de Assentamento de Reforma Agrária (Campart I), tendo também integrado o Projeto Integrado de Colonização de Rio Tinto, implantado pelo INCRA em 1966.

No município há várias aldeias indígenas potiguaras, com a presença da FUNAI; algumas ONGs voltadas para a organização de comunidades rurais têm uma atuação consolidada; existe também um campus da UFPB.

1.2.2 A comunidade Piabuçu: Unidade de beneficiamento de frutas Cooperativa Frutiaçu-Piabuçu

A Unidade de beneficiamento de frutas (Cooperativa Frutiaçu-Piabuçu) está localizada na comunidade Piabuçu (Veja Figura 2), na zona rural do município de Rio Tinto. De acordo com o censo agropecuário de 2006, existiam nessa comunidade 176 estabelecimentos agropecuários.



Figura 2: Agroindústria Piabuçu

Fonte: Fortalecimento da Unidade de Beneficiamento de Frutas das Mulheres Agricultoras da Comunidade de Piabuçu no Município de Rio Tinto – PB, 2009.

A comunidade Piabuçu é oriunda do antigo Engenho Piabuçu que pertencia à Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT)² (Veja Figura 3).



Figura 3: Antiga Casa de Engenho na Comunidade Piabuçu.
Fonte: Arquivo Próprio, Junho de 2014.

Em 1966, o Engenho Piabuçu com mais 13 propriedades da CTRT foi desapropriado pelo INCRA para a instalação do Projeto Integrado de Colonização Rio Tinto (PIC-Rio Tinto), perfazendo um total de 18,3 mil hectares (Veja Figura 4).

Essas desapropriações tiveram uma dupla finalidade. De um lado, atendeu a necessidade de recursos para o processo de modernização da indústria para poder enfrentar a competição da indústria têxtil sudestina e, de outro lado, desarticular as tensões sociais na região, decorrentes da atuação das Ligas Camponesas de Mamanguape e de Rio Tinto.

² Esta fábrica foi inaugurada em 1924, pertencente à família Lundgren. Ela foi construída no modelo de cidade-fábrica. Para atrair e fixar a numerosa mão de obra de que necessitava (cerca de 10 mil operários), a fábrica tinha que construir as vilas operárias e toda a estrutura urbana (igreja, posto de policial, escolas, posto de saúde, etc). Para garantir a alimentação dos operários e assegurar a lenha para a fornalha, a CTRT precisava de terras. Assim, a Companhia era também proprietária de mais de 18 mil hectares: Engenho Várzea com 1.405,52 ha; Engenho Brejinho com 965,42 ha; Engenho João Pereira com 2.279,11 ha; Engenho Imbiribeira com 2.110,76 ha; Fazenda Água Fria com 810,95 ha; Engenho Caiana com 1.644,56 ha; Engenho Luiz Dias com 284,60 ha; Engenho Novo com 865,20 ha; Engenho Curral de Fora com 915,11 ha; Engenho Veloso com 223,08 ha; Engenho Boa Vista com 770,93 ha; Engenho Itapicirica com 3.500,49 ha; e o Engenho Piabuçu com 2.609,71 ha (MEDONÇA, 2013, p. 112). A escolha do lugar, tão isolado, foi motivada pelo preço baixo das terras de antigos engenhos, disponibilidade de matéria-prima – o algodão nordestino – e de mata para alimentar as caldeiras, a proximidade de rios navegáveis com saída para o mar e, sobretudo, a isenção de impostos estaduais, concedida pelo governo paraibano, por 25 anos. A fábrica foi inaugurada em 1924, em pouco tempo, a CTRT tornou-se uma das maiores empresas têxteis da América Latina. A fábrica produzia tecidos diversos, como brins e tricolines, entre outros, vendidos através da cadeia de lojas Casas Pernambucanas, pertencente à família Lundgren. Na década de 1960, a CTRT começa um período de crise, como de resto toda a indústria têxtil nordestina, face a concorrência com a indústria têxtil do Sudeste. Apesar dos esforços de modernização feitos, financiados com os recursos da SUDENE, a fábrica termina por fechar as portas na década de 1980 (MACEDO, 1986).

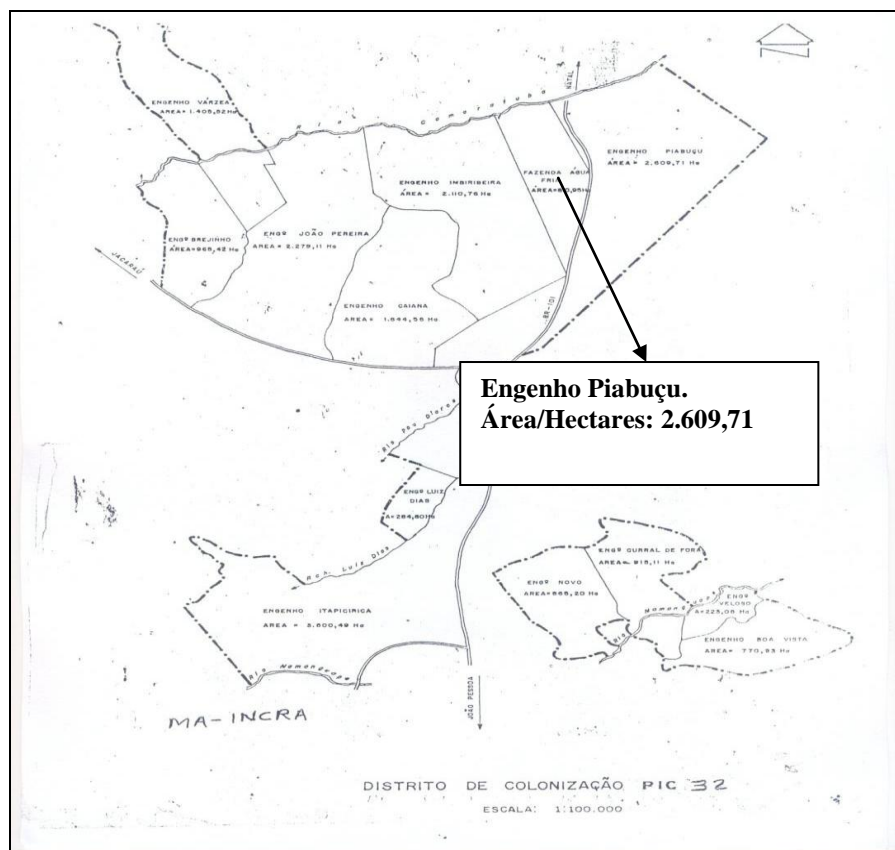


Figura 4: Distrito de colonização PIC 32 Rio Tinto.

Fonte: (MEDONÇA, 2013, p. 111).

Os Programas implementados na área objeto da investigação contemplam como público alvo os agricultores familiares, famílias assentadas pela política de reordenamento agrário, grupos indígenas, etc. Assim, por consequência, estes serão os sujeitos de nossa pesquisa.

1.3 Coleta de informações

A busca do entendimento do uso/apropriação da gestão do território nas políticas de desenvolvimento rural e de seus respectivos desdobramentos na vida dos sujeitos receptores das ações exige que o pesquisador vá além do estudo específico das aparências dos fenômenos.

Faz-se necessário entender a dinâmica do uso do território, das políticas e programas que permeiam as questões referentes, sobretudo, ao desenvolvimento territorial rural, como são gestadas as ações e quais os recursos humanos e naturais envolvidos no âmbito territorial rural, regional/global entre outras questões. Com essa preocupação, a pesquisa compreendeu tanto levantamento de informações secundárias quanto de informações primárias. Como será detalhado a seguir.

1.3.1 Coleta de informações secundárias

A pesquisa bibliográfica seguiu três vertentes principais. A primeira está relacionada com a construção da fundamentação teórica da dissertação. Objetivou-se reunir informações e conteúdos previamente consolidados em trabalhos ou pesquisas já concluídas que detêm um embasamento de reflexões teóricas, filosóficas e metodológicas sobre os temas objeto de nossa análise.

Assim, a catalogação e leitura de livros, artigos, relatórios de pesquisa prendeu-se à recuperação dos conceitos de Estado, território, desenvolvimento rural sustentável e temas correlatos. Outras temáticas como desenvolvimento, ordenamento, poder, instituições, sustentabilidade e democracia participativa, como também as informações referentes às técnicas e reflexões metodológicas também foram objeto da pesquisa bibliográfica.

A segunda vertente concentrou-se em torno de fontes que abordassem o processo de inserção de políticas públicas nos caminhos do novo modelo de ordenamento/desenvolvimento rural pautado na aplicação de políticas tendo o território como paradigma e o local como escala a ser superada.

Esta foi desenvolvida com o intuito de possibilitar a captação, contato e aquisição de fontes documentais sobre o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNOT), o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e o Programa Territórios da Cidadania, como também nos possibilitará averiguar o processo de gestão social do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Zona da Mata Norte Paraibana.

Documentos que contem informações específicas da sua estrutura, como por exemplo, documentos iniciais que atestam a criação, bem como regem toda a regulamentação do funcionamento e das suas ações, seus objetivos, suas finalidades entre tantas outras iniciativas. Essa preocupação estende-se para outras instituições que compõem e apoiam o programa, buscando extrair das mesmas os documentos que favoreçam o processo de construção de um entendimento sobre o objeto em estudo de um modo totalizante.

A terceira vertente prendeu-se à utilização de informações quantitativas que remetam e representem informações sobre a realidade socioeconômica da área estudada bem como informações sobre as políticas e os programas analisados. Entre os dados que merecem dedicação especial destacam-se os conteúdos disponibilizados pelo IBGE, pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, dentre outros órgão que, ao longo da pesquisa, se mostraram necessários. A pesquisa quantitativa nos

possibilitou avaliar os investimentos feitos pelo governo no intuito de materializar as políticas e também nos ajudará a analisar a distribuição desses investimentos.

Além das fontes já mencionadas acima, foram também feitos levantamentos nas seguintes instituições: Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (AGEMTE), Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB), Frutiaçu, Vincullus, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil, Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca da Paraíba (SEDAP), Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão (SEPLAG), Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DFDA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB), Prefeitura Municipal de Rio Tinto, Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Zona da Mata Norte Paraibana.

1.3.2 Coleta de informações primárias: Pesquisa de campo

O trabalho de campo é considerado como um pressuposto metodológico basilar na pesquisa geográfica. No entanto, as contribuições metodológicas para o trabalho de campo são encontradas mais comumente em outras ciências sociais com destaque para a Antropologia. Na Geografia, Suertegaray (2002) trabalha a questão de como proceder no campo levando em consideração a escolha do método pelo pesquisador. Para a autora:

Pesquisar pressupõe reconhecer para intervir. Esta concepção metodológica informa que a consciência do mundo forjava-se/forja-se coletivamente e as transformações dar-se-iam ou dar-se-ão pela unificação das lutas (pelo coletivo dos trabalhadores). A pesquisa de campo é o conhecimento feito através da vivência em transformação. (SUERTEGARAY, 2002, p. 02).

Consideramos ser relevante a análise qualitativa pelo fato desta modalidade de pesquisa possibilitar o conhecimento da totalidade complexa das relações existentes no âmbito das políticas territoriais na Zona da Mata Norte Paraibana, assim como, o reconhecimento do grau de influência e por extensão das relações/interações existentes entre os diferentes sujeitos, elementos, atores sociais.

A pesquisa de campo compreendeu a realização de entrevistas semi-estruturadas com representantes de órgãos governamentais e não governamentais, de entidades de classe como, membros do Colegiado Territorial, o Proponente, o Núcleo Técnico do Colegiado Territorial, a Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DFDA), a Comissão

Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), a Coordenação dos Projetos, diretoria da Cooperativa e os beneficiários.

Além das entrevistas foram aplicados questionários junto aos cooperados do empreendimento pesquisado, que continham questões abertas e fechadas que permitiram o levantamento de informações sobre trabalho, produção fora e dentro da unidade produtiva, bem como a obtenção de dados relativos à composição da família, idade, sexo, escolaridade, renda, dentre outras questões relevantes.

Foram aplicados 11 questionários (1 específico com o presidente da cooperativa e com o tesoureiro, 1 específico com o gestor da CECAF e 8 com as mulheres cooperadas). Esse número de questionários aplicados junto às cooperadas considerando o presidente e o tesoureiro que também são cooperados se justifica pelo fato de apenas esses estarem efetivos na cooperativa.

A pesquisa de campo foi realizada no município de Rio Tinto tendo como foco colher informações sobre aspectos que caracterizam a situação da Unidade de Beneficiamento de Frutas de Piabuçu – hoje denominada de FRUTIAÇU, que tem experimentado uma estratégia de gestão coletiva, buscando proporcionar o protagonismo dos beneficiários, baseados na política de desenvolvimento territorial rural sustentável. Também foram feitas visitas à CECAF, situada no município de João Pessoa-PB.

Foram realizados seis trabalhos de campo, sendo que quatro deles foram feitos entre os meses de janeiro e Junho de 2014 dando ênfase à atual situação dos empreendimentos financiados pelo PROINF-PRONAT no município de Rio Tinto pertencente ao Território Zona da Mata Norte.

Além desses, foram realizados mais dois trabalhos de campo: um no território da Zona da Mata Sul com o intuito de analisar o projeto de construção e funcionamento da CECAF-PB localizada no município de João Pessoa; e outro em 2012, quando foi realizado um intercâmbio que nos levou a Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – COOPAPI- RN.

Esse último foi realizado nos dias 6 e 7 de novembro de 2012. A COOPAPI está localizada no município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte. Participaram dessa visita técnicos da AGEMTE/PB e agricultores familiares da zona rural do município de Rio Tinto-PB e que são associados à Unidade de Beneficiamento de Frutas de Piabuçu (FRUTIAÇU), que tem experimentado uma estratégia de gestão coletiva, esta unidade que, já foi apresentada

também esta inserida no Território da Zona da Mata Norte- PB e, é objeto de estudo, analise da nossa pesquisa.

Essa visita teve como objetivo realizar uma troca de experiência entre os dois grupos de cooperados. Na ocasião ficou ressaltada a importância do estabelecimento de uma relação de confiança e de autorepresentatividade com a cooperativa, conforme relato: *“é bom saber que você está vendendo aquela castanha para sair a marca da sua cidade, do seu povo, de si mesmo, é diferente de um atravessador que você não sabe nem pra onde vai.”*

Em relação aos agricultores inseridos no Território da Zona Da Mata Norte- PB que, participaram do intercâmbio foi possível observar que para eles valeu muito a pena a experiência, tendo em vista que os mesmos puderam trocar informações, experiências positivas e negativas já vivenciadas por ambas as partes, aprender técnicas, repassar conhecimentos.

E, principalmente, puderam ver que na cooperativa deles é possível colocar em prática o modelo visitado, considerando os benefícios que podem receber das políticas públicas do território rural que pertencem, frisando que não é muito fácil esse processo. Viram também que, não basta ter incentivos públicos é, necessário também que a cooperativa funcione efetivamente como um empreendimento do qual todos são responsáveis.

Vale ressaltar que esse intercâmbio faz parte das atividades do Território da Zona da Mata Norte- PB que tem o intuito de com essa atividade realizar uma troca de conhecimentos, de experiências entre os territórios rurais.

Ressaltamos que, como o funcionamento da Cooperativa Frutiaçu envolve relações complexas entre o presidente e os cooperados e que essa complexidade pudesse emergir e favorecer a compreensão em profundidade do comportamento do grupo restrito, houve a utilização da técnica do Grupo Focal (GF)³ (Ver Figura 5).

A técnica de GF permite a discussão de um tema proposto para o debate pelos integrantes do grupo, o que permite tanto a exposição das concepções individuais dos membros do grupo, bem como a troca de informações e de opiniões. Sobre as situações vivenciadas no cotidiano do Grupo (RESSEL et al. 2008).

³ De acordo com Rssel et al.: “A técnica de pesquisa com o GF foi descrita e publicada no ano de 1926, em um trabalho de Bogartus, nas Ciências Sociais, como entrevistas grupais. Depois, em 1946, durante a 2ª Guerra Mundial, foi usada por Merton & Kendall, para investigar o potencial de persuasão da propaganda de guerra para as tropas. E, em 1952, Thompson & Demerath estudaram sobre fatores que afetavam a produtividade de trabalhos em grupo. Na área de marketing, a mídia utiliza largamente a mesma técnica, valorizando-a pelas condições de baixo custo para sua operacionalização e pela rapidez em obter dados confiáveis e válidos.” (RESSEL et al., 2008, p. 3).



Figura 5: Cooperadas participando do Grupo Focal.
Fonte: Arquivo Próprio, Maio 2014.

Essa técnica é particularmente recomendada para levantamento de informações e concepções sobre uma realidade que está sendo estudada em estágio exploratório de uma pesquisa, como é o nosso caso. Nesse sentido, permitiu o desvelamento das singularidades presentes na complexidade da cooperação.

Trouxe à luz semelhanças, profundas diferenças nas experiências, nos sentimentos e nas expressões vivenciadas no fazer das cooperadas. Evidencia-se, assim, como uma possibilidade na construção de dados em pesquisas qualitativas na ciência geográfica.

Todo o trabalho de pesquisa de campo foi documentado através de anotações na caderneta de campo, bem como foi feito o registro fotográfico para servir como elemento ilustrativo dos estudos efetuados.

1.4 Organização e tratamento das informações

As informações quantitativas coletadas foram organizadas e tratadas de acordo com os princípios da estatística descritiva. A apresentação dos dados levantados foi feita através de tabelas, gráficos, quadros e mapas. As informações qualitativas foram trabalhadas de modo a dar sustentação à análise efetuada.

1.5 Análise e discussão

A análise e a discussão das informações pesquisadas foram distribuídas nos quatro capítulos finais da dissertação que tratam da política nacional de ordenamento territorial brasileiro, do sistema de financiamento da política e a sua aplicação no caso do Território da zona da Mata Norte-PB.

A análise teve como suporte teórico os princípios da abordagem dialética tendo sido escolhidas como categorias analíticas principais o Estado, o território e do desenvolvimento territorial rural sustentável. A apresentação e discussão dessas categorias é objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO II
ESTADO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL

2. Estado, Território e Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável

Este capítulo tem como objetivo estabelecer o marco teórico conceitual que fundamenta a análise do Território da Zona da Mata Norte, enquanto desdobramento da inserção de políticas públicas nos caminhos do novo modelo de ordenamento/desenvolvimento rural e na aplicação de políticas tendo o território como paradigma e o local como escala a ser superada.

Foram escolhidas três categorias centrais de análise, a saber: Estado, Território, desenvolvimento rural sustentável. Algumas categorias correlatas a elas também são tratadas, a exemplo de agricultura familiar, políticas públicas etc.

2.1 Estado e políticas públicas

Ao analisar políticas públicas se faz necessário pontuar sobre a origem e o papel do Estado no contexto das economias capitalistas. No livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, Engels defende a tese de que o Estado surge a partir das contradições internas e dos conflitos entre grupos sociais, para evitar a desagregação da sociedade:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro (...). É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1982, p. 191).

Assim, nas sociedades de classe o Estado emerge dos conflitos aí existentes, como mecanismo de assegurar os interesses da classe dominante. No caso específico das formações sociais capitalistas, o conflito de classes opõe os interesses do capital aos do trabalho. De acordo com Marx e Engels: “O moderno poder de Estado é apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa.” (MARX e ENGELS, 2012, p. 6).

Na formação social capitalista, o Estado exerce duas funções primordiais: a de acumulação e a de legitimação. Enquanto facilitador do processo de acumulação o Estado deve viabilizar os mecanismos necessários ao processo de acumulação, particularmente, estabelecer as normas e as garantias da propriedade privada, isto é, garantir as bases da extração e da apropriação da mais valia por parte dos capitalistas.

Mas para exercer essa função o Estado precisa apresentar-se como sendo o Estado de todos e não como o “comitê” dos interesses dos capitalistas (PASUKANIS, 1989). Vale dizer, o Estado precisa se legitimar diante do conjunto da sociedade para poder exercer a sua função de viabilizador da acumulação. Daí a importância das políticas de caráter compensatório e social.

Sob o modo de produção capitalista o Estado age, na sua integralidade, para cumprir os requisitos necessários à reprodução do capital. Essa atuação pode, em determinadas circunstâncias, ser executada de modo velado ou deliberado. Isso evidencia que, embora o Estado seja um alto comitê executivo dos negócios inadiáveis dos capitalistas, precisa, como condição para a perpetuação de sua hegemonia social assumir uma faceta onde, aparentemente, demonstre neutralidade racional (LIMA e CONCEIÇÃO, 2009, p.5).

Considerando a citação acima, fica claro e evidente que o Estado foi criado em função dos interesses da classe dominante sendo este, resultado de conflitos entre classes sócias originárias do capitalismo. Assim:

O Estado moderno é capitalista, logo, suas ações também o são. Dessa forma, políticas de desenvolvimento oriundas das ações do Estado não podem (nem poderão) acabar com as contradições de classe inerentes ao sistema. Também não se nega, todavia, que avanços podem ser dados em direção à melhorias sociais. Para isso, entretanto, é preciso aceitar que transformações importantes deverão ocorrer no seio da própria sociedade (que dá vida ao capital), com o estabelecimento de padrões de desenvolvimento mais coerentes e sustentáveis em todos os setores, continuamente aprimorados por meio de ordenamentos dinâmicos democraticamente conduzidos. Há uma apropriação da riqueza e socialização dos prejuízos que deve ser combatida (QUEIROZ, 2011, p. 4).

Esta instituição em sua ação política, ao assumir o papel de representante da sociedade, não é capaz, propositalmente ou não, de resolver os conflitos de classes. Ao contrário, mascarando ou minimizando os problemas, como o problema agrário, ele acaba intensificado, alimentado mais esses conflitos e contradições como afirma Souza (2008).

Assim, as ações do Estado, não se dão ao acaso, pois, essa instituição não governa acima das classes sociais e de seus conflitos, ao contrário, como podemos observar na citação de Queiroz: “É justamente neste ponto que reside a dialética dos mecanismos de (re)determinação do Estado capitalista que, de um lado, segrega as classes, ao mesmo tempo em que mantém todas dentro da mesma égide fetichista do consumo desenfreado.” (QUEIROZ, 2011, P. 03). Sobre o Estado e sua relação com a sociedade, seu modo operante sobre a organização social dos territórios rurais, Rodríguez diz que:

A primeira grande pergunta que talvez devesse ser feita é saber qual o papel do Estado na gestão de políticas e de estratégias para impulsionar o desenvolvimento dos territórios. As possibilidades de uma mudança nos padrões de desenvolvimento rural, começando pelos atores, em um território estão condicionadas a uma série de processos históricos de caráter macro que não foram sempre evidentes. Um desses processos é a maneira como o Estado estabelece seus vínculos com a sociedade, quer dizer, como os modos de operação do Estado têm efeitos significativos sobre o tipo de organização social dos territórios rurais (RODRÍGUEZ, 2005, p.48).

Além disso, é necessário que as relações entre os atores sociais e as instituições públicas e privadas tenham abordagens técnicas e abordagens de ação social e política, dependendo do processo, buscando a integração de recursos, regulando as formas de gestão e consumo dos bens públicos, dando outro significado ao bem-estar de acordo com as possibilidades e características do território. É necessário também facilitar a geração de mecanismos de participação social e democrática que garantam a maior inclusão possível. Nesse marco, o desenvolvimento de capacidades na população rural, as habilidades e as competências permitem a eles resgatarem-se como verdadeiros atores sociais em situações em que tenham que tomar decisões e negociar recursos em âmbito nacional (RODRÍGUEZ, 2005, p.51).

Para o referido autor, as relações do Estado com a sociedade em nenhuma hipótese podem ser feitas apenas de instrumentos técnicos, mas também de processos sociais que levam a uma abordagem política que faz ou permite os atores sociais se apropriarem e gestarem os bens públicos de acordo com os elementos característicos daquele território. Echeverry (apud RODRÍGUEZ, 2005), aponta três funções básicas do Estado, que tornariam factível o desenvolvimento rural,

Produção de bens públicos: tanto o capital social quanto o conhecimento gerado no local e todas as atividades integradas são afetadas pelo maior ou menor acesso e possibilidades de aproveitamento de serviços públicos como a educação formal ou a saúde e a infra-estrutura básica que continuam sendo função principal do Estado. O Estado deverá assumir a produção de bens e serviços que não podem ser providos à população em esquema de lucro sob pena de comprometer o bem-estar social. O desenvolvimento rural territorial requer estratégias integrais de provisão de bens públicos; **Regulação da**

economia: a regulação dos processos econômicos é uma função constitucional do Estado. Não apenas no que se refere à rentabilidade social das atividades lucrativas, mas também à distribuição de ativos (reforma agrária ou à ampliação do acesso à informação e conhecimento). Assim mesmo, por essa função, deve-se mediar os processos econômicos de internacionalização da economia que têm fortes repercussões sobre os territórios rurais. Mas as medidas protecionistas de mitigação de riscos ou de incentivos devem fortalecer a coesão da economia territorial; **Construção da democracia:** a integração social é um fundamento da democracia, do exercício da cidadania, do exercício dos deveres e da garantia dos direitos. O enfoque territorial constitui um modelo favorável à construção de espaços políticos democráticos sobre os quais se assenta o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental. Por essa razão, o Estado assume estratégias que protegem e fomentam a participação e o exercício de uma cidadania ativa (ECHEVERRY, 2002, *apud* RODRÍGUEZ, 2005, pp.50-51).

O Estado é um sistema complexo de instituições, regras e organizações que tem graus importantes de autonomia. Em primeira instância a separação de poderes, marcam limites infranqueáveis entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário (...).

O Estado compõe-se, portanto, de um conjunto amplo de instancias que se comportam como uma rede que estabelece programas, ações, projetos, regulações, acordos (PERICO, 2008, pp. 39-40). Para Castro (2005, p. 118), “o Estado é na realidade uma instituição e como tal está inscrito nos tempos do território e da sociedade”.

Partindo de tal premissa, não cabe aqui analisar o papel do Estado brasileiro em várias conjunturas históricas, mas somente destacar de forma sucinta como ocorreu a sua atuação entre os anos de 2003 até os dias atuais no que diz respeito às políticas públicas de desenvolvimento territorial rural. A seguir analisaremos a categoria “Território” enquanto conceito analítico e instrumento para o Estado.

2. 2 Território: da discussão conceitual ao instrumento de política

É sabido que na ação pública o território vem assumindo uma conotação normativa e instrumental. Porém, é necessário lembrar que esse território com sua multiplicidade de sentidos que incorpora diferentes interpretações é acima de tudo uma categoria analítica rica e complexa. Nesse tópico busca-se delimitar a discussão sobre essas duas dimensões.

2.2.1 Território como categoria analítica

Em relação à categoria território, há uma diversidade de teóricos, de correntes diversas, discutindo-a e analisando-a. Nesse trabalho, prende-se à abordagem dos geógrafos da corrente crítica.

Para Raffestin, o território é uma fração do espaço produzido através do trabalho e marcado por relações de poder, é um “local de relações.” (1993, p. 144). O território se forma a partir do espaço, é o resultado “de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143). Há um ponto que temos que destacar na conceitualização de Raffestin (1993): para ele é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território.

Para os propósitos desse estudo, interessa, particularmente, a posição de Milton Santos ao afirmar que o território é a concreção do espaço, como se pode ver na citação a seguir:

o espaço, é o território(...) encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva de um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas (SANTOS, 1980, p.189).

Assim o tratar a categoria território Milton Santos dá realce ao sentido de uso, definindo-o como “o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local, que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos” (SANTOS, 1999:19). Isto é, o território não é, segundo Silveira ao retomar as ideias de Santos:

“uma coisa inerte ou um palco onde a vida se dá Ao contrário, é um quadro de vida, híbrido de materialidade e de vida social. Sinônimo de espaço geográfico pode ser definido como um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações (SILVEIRA, 2011, p. 153/154).

Se o território é “um quadro da materialidade da vida social”, na sua dinâmica ele inclui o conjunto da presença e da ação de todos os agentes sociais e econômicos que o integram, desde os indivíduos, as comunidades, as organizações, o Estado. Como afirma Silveira, “é o domínio da contiguidade e não somente a topologia das empresas ou qualquer

outra geometria. Refere-se à existência total e não apenas à noção de espaço econômico”. (SILVEIRA, 2011, p. 153). Daí Santos falar em “harmonia forçada” dos diversos atores sociais, seja por força de uma “inteligência maior” (Estado e empresas), seja por força dos interesses que representam uma menor eficácia econômica e social:

O território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação. A força desses núcleos vem de sua capacidade, maior ou menor, de receber in formações de toda natureza, tratá-las, classificando-as, valorizando-as e hierarquizando-as, antes de as redistribuir entre os mesmos pontos, a seu próprio serviço. Essa inteligência das grandes empresas e dos Estados não é, porém, a única. Em níveis inferiores, o fenômeno se reproduz, ainda que com menos eficácia mercantil (SANTOS, 1996, p. 154).

É nessa compreensão que Santos evidencia que o que importa na análise social não é o território em si, mas o uso que dele se faz:

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 1994, p.15).

Segundo Araujo, “cada território tem sua história, abriga pessoas que ali construíram alguma coisa em comum, é o produto de uma construção social” (2009, p. 37) . Vale dizer, cada território tem características sociais, culturais e econômicas próprias que lhe conferem identidade e individualidade. Para Buarque, o território é,

(...) um espaço geográfico que se diferencia pelas *características socioeconômicas e culturais próprias* formando um conjunto contíguo e contínuo, sendo reconhecido pela sociedade por meio da representação simbólica, de modo a expressar um *sentimento de pertencimento* àquele local. Com maior ou menor diferenciação e reconhecimento social, o espaço geográfico de um país pode compor múltiplos territórios que convivem e interagem em um processo dinâmico e de permanente mudança (BUARQUE, 2012, p. 141).

Para Haesbaert, a identidade territorial é, “uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta” (1999, p.172). Segundo o autor, “as identidades só são territoriais quando sua estruturação depende da apropriação

simbólica no/com o território” (HAESBAERT, 1999, p.179). De acordo com esse autor, a construção das identidades territoriais possui duas dimensões: a primeira está baseada na memória coletiva, construída em torno do passado para confirmar uma diferenciação; a segunda é construída a partir referenciais espaciais, tanto do passado como do presente que podem ter várias origens (HAESBAERT, 2007, p.45).

Assim sendo, as intervenções externas, principalmente aquelas efetuadas pelo Estado, não podem prescindir desse elemento fundamental. De acordo com Buarque:

(...) em cada território existe uma determinada *estrutura de poder* que é resultado da sua história social e política; esta não pode ser ignorada na formulação e implementação de projetos, mas o jogo de poder local é um processo dinâmico e em permanente ebulição política. O projeto político do território, formulado de forma participativa, termina por refletir, de alguma forma, a estrutura de poder prevalecente, ao mesmo tempo em que estimula certa reorganização política no território, seja pelo envolvimento de amplos e diversificados atores sociais, seja pelo processo de negociação de interesses entre eles (...) (...) mesmo quando o território é definido pela presença dominante de um determinado grupo social – agricultores familiares, por exemplo – se o projeto é de desenvolvimento do território, e não apenas da agricultura familiar, a participação deve ser ampliada para todos os segmentos e interesses sociais presentes no território. A predominância na economia e sociedade do território confere peso aos agricultores familiares na definição das prioridades de desenvolvimento local (BUARQUE, 2012, p. 151).

Para Barcelar (2008), cada “território tem o seu meio ambiente, sofreu um determinado processo de ocupação humana, abrigou um conjunto de pessoas”. “Cada território tem os seus valores, suas manifestações culturais, sua identidade. Portanto, território não é só plataforma de operação dos grandes agentes mundiais, posto que cada um deles tenha vida própria, tem sua história, tem identidade” (p. 15).

Por isso, o trabalho das políticas públicas precisa considerar essa dupla visão de território. Especialmente porque esse debate está cada vez mais presente na agenda da Academia e entre os formuladores de políticas públicas, assim como cresce o interesse sobre ele nos movimentos sociais. Isso gera a curiosidade crescente que estamos tendo sobre a relação entre políticas públicas e território (BACELAR, 2008, p. 16).

2.2.2 Território como instrumento de política

A noção de “território” vem sendo bastante utilizada pelas políticas que têm como objetivo o processo de desenvolvimento rural. São exemplos o programa LEADER da União Europeia e o PRONAT no Brasil. Nesses programas, “o território (a unidade de referência deste enfoque) passa a ser entendido como uma unidade de observação, atuação e gestão do planejamento estatal” (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004, p. 2).

Para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, o território “é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que possam ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento” (Brasil, MDA/SDT, 2005b, S/P). De acordo com Perico (2008), os territórios de identidade,

(...) tem um nível intermediário entre os estados e os municípios (com tamanhos de cerca de quinze municípios cada um, similar ao que no Brasil se denomina de microrregiões), organizando-se a partir de características compartilhadas de identidade, a qual se expressa em termos culturais ou ambientais, ou econômicos ou políticos, ou em tradições regionais de diferente natureza. A delimitação expressa essas características comuns e permite a incorporação de sistemas de incentivos que se convertem em motores de coesão sobre os quais se construa a mobilização social (PERICO, 2008, p.55).

Segundo o autor, um dos aspectos centrais para a articulação territorial é o tema das competências territoriais das políticas. Assim, os Territórios de Identidade tem uma dimensão espacial que os situa num nível específico o que conduz a necessidade de entender bem quais são as competências que podem realmente gerir e articular (PERICO, 2008, p.56). Para Montenegro Gómez, as intenções de propor a inclusão das perspectivas de um território (identidade) podem ser compreendidas como,

[...] tentativas de “humanizar” o capitalismo e reconstruí-lo com um caráter integrador, no entanto, desconhece seu caráter destrutivo, amplificador de desigualdades e gerador de exclusão, sob a promessa, nunca cumprida, de que, estabelecendo certos mecanismos, a redistribuição da riqueza e a melhora geral da qualidade de vida é possível via mercado. “Esquece-se” de que tanto a teoria como a experiência acumulada caminham em sentido oposto: a integração no mercado não melhora a situação da maioria da população, em função da concorrência excludente que se origina; ao contrário, no processo, boa parte sofre uma marginalização crescente (2006, p. 88/89).

Essa noção remete à organização espacial, que, corresponde às divisões do exercício do poder público. Nesse sentido, de acordo com Bonnal, Cazella e Delgado, “o território é uma unidade de governança pública, suscetível de ser definida por normas jurídicas que precisem seu status legal e sua função dentro da estrutura funcional do Estado” (2011).

Com base nas afirmações acima, Bonnal, Cazella e Delgado (2011), assinalaram a existência de duas formas canônicas de construção e de uso de territórios, não só para o Brasil, mas também de um modo mais amplo em qualquer contexto nacional - às quais, segundo os mesmos, parece possível associar uma diversidade de práticas e de formas de uso. Vejamos: A primeira trata-se da modalidade mais intuitiva – [...] está ligada à ação coletiva dos atores locais.

São os atores socioeconômicos que, a partir de uma representação compartilhada sobre a realidade, identificam os limites do território, geralmente por agregação de unidades administrativas (municípios) ou sociais (sindicatos, assentamentos de agricultores, comunidades etc.) e constroem uma estratégia de ação. Trata-se aqui nitidamente de um processo de co-construção social direcionado, no sentido de que a finalidade da ação é construir um projeto coletivo para benefício dos atores do território. O objetivo do projeto pode variar (econômico, social, cultural, ambiental etc.), como também o tipo de atores envolvidos (determinados segmentos de agricultores familiares, pequenos empresários...) (BONNAL, CAZELLA E DELGADO, 2011, p. 39-40).

A segunda modalidade está ligada à territorialização das políticas públicas. Neste particular, o centro estratégico de ação se encontra fora do território, em níveis mais abrangentes (estadual ou nacional).

O território é concebido pelos atores públicos com o objetivo de facilitar a resolução de um problema da sociedade, coerente com a missão do Estado (ou com as promessas eleitorais dos representantes políticos). Nesta lógica, o território é identificado principalmente com referência ao zoneamento de determinado problema ou carência da sociedade. O desafio para o poder público é o de definir as modalidades de ação mais apropriadas para a resolução do problema ou carência, levando em conta as especificidades locais. Esse tipo de território pode dar lugar a uma formalização jurídica, visando a precisar sua função dentro da estrutura funcional do governo. (BONNAL, CAZELLA E DELGADO, 2011, p. 39-40).

Em nosso país, estes dois modelos se justapõem, como na experiência que iremos analisar ao longo dessa dissertação, a dos territórios rurais de identidade da SDT/MDA que, apesar de ter sido estruturada na esfera federal, faz referência a elementos simbólicos da agricultura familiar e à ação coletiva local, onde, o processo de hibridação é ampliado ainda

mais pela criação do programa governamental Territórios da Cidadania e por sua operacionalização, usando o recorte e a institucionalidade dos territórios rurais de identidade (BONNAL, CAZELLA E DELGADO, 2011, p. 41).

Vale salientar que nos termos acima empregados não tem o mesmo sentido daquele que os geógrafos lhe atribuem. Em contrapartida, na geografia, o território assume uma conotação menos instrumental, ela reivindica um caráter analítico e conceitual ao território. Percebe-se assim, que a forma como é tratado o território diferencia-se substancialmente do debate sobre a abordagem territorial do desenvolvimento rural.

A seguir será apresentado e analisado os diferentes conceitos e usos que é dado ao território tanto técnico, normativo, instrumental quanto analítico e conceitual, ora pelo Estado ora pela Ciência Geográfica. Para começar, podemos observar na definição da SDT/MDA, o território é instrumental e normativo:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2005d).

Para a SDT/MDA, de acordo com a citação a cima, a categoria território, mesmo em sua instancia instrumental e normativa torna capaz o reconhecimento e distinção da identidade social, cultural, territorial, ambiental, econômica de um povo. Apesar, é assim que acontece, o território deixa de ser uma categoria conceitual e analítica, se esvazia para dar lugar ao território como uma variável de aplicabilidade publica.

O território definido por critérios demográficos como rural, o qual vai ser o fulcro das novas políticas de desenvolvimento rural, é um território que esconde o conflito, que o elimina da análise, sem resolvê-lo. O território vira uma variável tecnicamente impoluta que responde bem à planificação no sentido de oferecer uma localização melhor definida e mais exata e no sentido de oferecer espaços homogêneos, para receber as políticas públicas elaboradas previamente (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 105).

Nas políticas públicas de desenvolvimento territorial rural o “território” segundo Rodríguez (2005), é concebido como,

(...) unidade de gestão e planejamento do desenvolvimento busca, fundamentalmente, a integração de espaços, recursos, atores, atividades instituições mercados e políticas públicas de intervenção, promovendo a união dos territórios rurais – internamente e com o resto da economia nacional e supranacional – sua revitalização e reestruturação progressiva e a adoção de novas funções e demandas (RODRÍGUEZ, 2005, p. 34/35).

Para Castro (1992), [...] o território é uma unidade geográfica, mas é também uma unidade social e uma unidade política. Podemos falar então em espaçoterritorial, que constitui um sistema de estruturas tanto sociais como espaciais, estabelecido através da ação humana sobre a natureza. (p. 29).

O território como construção social [...] significa conceber o território não como um espaço físico ‘objetivamente existente’, mas como um conjunto de relações sociais que dão origem e, ao mesmo tempo, expressam uma identidade e um sentido de propósito compartilhados por numerosos agentes públicos e privados. É essa identidade a que permite dar sentido e conteúdo a um projeto de desenvolvimento de um espaço determinado, a partir da convergência de interesses e vontades (SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2004, p. 29).

O território é “[...] espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais”, sendo seu conceito “fundamental para compreender os enfrentamentos entre agricultura camponesa e o agronegócio, já que ambos projetam distintos territórios” (MANÇANO E MOLINA, 2004, p.53-54). Sobre esse território normativo, instrumental, técnico do desenvolvimento territorial rural, Montenegro Gómez (2006), afirma que:

[...] o uso normativo do território requer ponderações. Primeiro, deve-se reconhecer que não é possível uma adaptação pura e simples do seu sentido conceitual e analítico para fins normativos e operacionais, há que fazer mediações e adequações. Segundo, como referido, o pragmatismo prudente parece recomendar aos usuários não-acadêmicos que deixem de lado as questões teóricas e heurísticas e passem a utilizar o território ou a abordagem territorial na perspectiva do desenvolvimento rural. Nessa perspectiva [...] a abordagem territorial assume a função de uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção no tecido social a partir de alguma escala, quer seja local, regional, microrregional, etc. Neste caso, o território passaria a ser uma unidade de referência, um nível de operação e agregação adequado para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas que promovam mudanças e transformações múltiplas no espaço social. Esta definição conferiria utilidade normativa e prática ao território, passando-se a entendê-lo como a unidade de referência para a implementação e gestão das ações intervencionistas (SCHNEIDER, 2004, p. 110 apud MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 98).

Em outro texto, Schneider e Roni (2005) retomam essa ideia da cesura entre o conceito de território e seu sentido normativo. Nas palavras dos autores:

Como se sabe, o conceito de território tem um sentido teórico definido na geografia e, nesta disciplina, pelo menos mais recentemente, o seu retorno e uso corrente não tem um sentido instrumental empírico ou normativo. Isto não significa que sua utilização por outras disciplinas ou finalidades esteja interdito, apenas requer que o uso do território seja realizado observando-se as mediações adequadas e apontando os indicadores e métodos utilizados na sua operacionalização. Neste sentido, vale salientar que neste trabalho o emprego do termo território ou abordagem territorial não tem o mesmo sentido daquele que os geógrafos lhe atribuem, pois está sendo empregado de modo instrumental visando operacionalizar um recorte que poderá ser utilizado futuramente como subsídio à análise territorial (SCHNEIDER; RONI, 2005, p. 10 apud MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 100).

Nessa perspectiva, Montenegro Gómez (2006), reforça que, o reducionismo que sofre a categoria de território,

(...) induz à elaboração de políticas públicas para o meio rural que tomam o território como simples depositário da intervenção, como receptor de uma ação mais bem direcionada, já que agora se conheceria melhor onde se localiza, graças aos indicadores utilizados, o “verdadeiro” meio rural. Mero receptor, porque o território definido a partir da densidade demográfica não é um território carregado de interações homem-meio, porque perde a miríade de relações entre a sociedade e a natureza, não considera que o território está no cerne da dinâmica social (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 104).

Portanto, nesse contexto, o território é incorporado como mais um recurso de planejamento econômico, de concorrência no mercado. Onde, as relações ora são mercantis e não mercantis e onde a troca de informações e a conquista de novos mercados oriundos neste caso de uma força coletiva, o território torna-se a capacidade funcional dos atores sociais de estabelecer relações. Assim:

O território se converte num recurso que deve ser valorizado e vendido. No caso dos territórios rurais, especialmente, existem ativos e processos específicos cuja valorização supõe uma ação coordenada: é o caso tanto do aproveitamento de amenidades naturais e do patrimônio histórico, como da colocação em mercados dinâmicos dos produtos, dos conhecimentos produtivos tradicionais, das habilidades artísticas, culinárias e da própria tradição folclórica de uma certa população (ABRAMOVAY, 2005, p. 3).

Por conseguinte, os territórios se entenderiam como, [...] espaços organizadores de funções econômicas, onde se iniciam, desenvolvem-se e se potencializam processos relacionais de estruturação produtiva, originando materialidades econômicas particulares em cujo contexto de funcionamento as referências de ordem local podem ser significativas (REIS, apud SCHNEIDER, 2004, p. 104).

Nesse sentido, o território do desenvolvimento territorial rural perde seus elementos constituintes como, conflitos entre grupos, entre classes, dando vaga a reposição da utopia do bem estar permanente que resultaria em um desenvolvimento territorial capaz de concorrer com outros territórios, com o mercado em suas diferentes escalas.

No meio rural brasileiro, os conflitos envolvendo a apropriação da terra são inumeráveis e se retrotraem à época da colonização. Mais tarde, a criação da propriedade privada da terra, em 1850, com a promulgação da Lei de Terras, marca um salto qualitativo na expansão dos conflitos. Os conflitos vão mudando de protagonistas nesses mais de 150 anos (sem-terra, proprietários, posseiros, grileiros e Estado), no entanto, continuam a se multiplicar por todo o país (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 104).

Para Rodríguez (2005), o “território está sempre submetido a pressões de mudanças, conflitos e relações de poder” que podem implicar expansão ou deslocamento, ou desequilíbrios ambientais, econômicos e políticos, o que põe em relevo a importância de se manter a *integridade fundamentalmente social do território* (p. 46).

Assim o território é, “síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação” (OLIVEIRA, 2002, p. 74).

2.3 Desenvolvimento rural sustentável

Nesta seção, busca-se discutir o conceito de desenvolvimento rural tendo como pressuposto a sua sustentabilidade. Para tanto se faz necessário retomar algumas características do território rural, destacando suas potencialidades e oportunidades, bem como algumas práticas produtivas e sociais que favorecem o desenvolvimento de atividades sustentáveis, tais como agricultura familiar e agroecologia.

2.3.1 Desenvolvimento na abordagem da sustentabilidade

Considerando o uso do desenvolvimento na abordagem da sustentabilidade se faz necessário esclarecer que, a ideia de desenvolvimento passou por muitas reformulações, desde sua configuração clássica como sinônimo de progresso material, ou enriquecimento, passou pelos sentidos de “desenvolvimento econômico”, “crescimento com distribuição de renda”, e “desenvolvimento humano”, até chegar à atual definição de “desenvolvimento sustentável” (VEIGA, 2005).

Veiga afirma que o âmago da questão reside, portanto, na dificuldade de preservar e expandir as liberdades substantivas de que as pessoas hoje desfrutam sem comprometer a capacidade das futuras gerações desfrutarem de liberdade semelhante ou maior. “Por isso, o desgaste da camada de ozônio, o aumento do efeito estufa, e as perdas de biodiversidade, são três dos problemas globais que explicitam a natureza dos grandes conflitos sociais contemporâneos” (VEIGA, 2005, p.10).

De acordo com Denardi *et al.* (2000), o conceito de desenvolvimento possui longa história de construção, sendo ainda tema de debates e controvérsias. A ideia de desenvolvimento foi paulatinamente incorporando uma série de aspectos sociais: emprego, necessidades básicas, saúde, educação, longevidade. Mais recentemente, percebeu-se que as bases ambientais de qualquer progresso futuro poderiam estar sendo comprometidas por crescimento econômico predatório de recursos naturais e altamente poluidores (DENARDI *et al.*, 2000).

O IBGE (2010) apresenta os indicadores propostos pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, que os organiza em quatro dimensões: Ambiental, Social, Econômica e Institucional, a seguir descritas.

- a) A **dimensão ambiental:** Dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável diz respeito ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental, e está relacionada aos objetivos de preservação e conservação do meio ambiente, considerados fundamentais ao benefício das gerações futuras. Estas questões aparecem organizadas nos temas atmosfera; terra; água doce; oceanos, mares e áreas costeiras; de biodiversidade e saneamento (S/P).
- b) A **dimensão social:** Dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável corresponde, especialmente, aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social. Os indicadores incluídos nesta dimensão abrangem os temas população; trabalho e rendimento; saúde; educação; habitação e segurança, e procuram retratar o nível educacional, a distribuição da renda, as questões ligadas à

equidade e às condições de vida da população, apontando o sentido de sua evolução recente (S/P).

- c) A **dimensão econômica**: Dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável trata do desempenho macroeconômico e financeiro do País e dos impactos no consumo de recursos materiais, na produção e gerenciamento de resíduos e uso de energia. É a dimensão que se ocupa da eficiência dos processos produtivos e com as alterações nas estruturas de consumo orientadas a uma reprodução econômica sustentável a longo prazo (S/P).
- d) A **dimensão institucional**: Diz respeito à orientação política, capacidade e esforço despendido por governos e pela sociedade na implementação das mudanças requeridas para uma efetiva execução do desenvolvimento sustentável (S/P).

O IBGE (2010) menciona que esta última dimensão aborda temas de difícil conceituação e mensuração, carecendo de mais estudos para o seu aprimoramento. Em relação ao termo desenvolvimento sustentável, várias são as visões propostas.

Para Sachs (1990) o desenvolvimento sustentável é entendido como processo em constante mudança quanto à dinâmica dos investimentos, inovações (que devem cumprir demandas atuais e futuras) e exploração dos recursos. Segundo a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento CMMAD (1988), desenvolvimento sustentável significa atender as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades.

2.4 O rural: suas potencialidades e oportunidades

Convém, inicialmente, precisar o que se compreende como território rural, para na sequência se discutir as suas potencialidades e oportunidades. Para KAYZER (1999 *apud* FURTADO, 2009), o território rural,

(...) está inserido no espaço rural e este tem características próprias, tais como: a) baixa densidade demográfica, pouca incidência de áreas construídas, onde predomina uma paisagem constituída de cobertura vegetal; b) uso econômico da exploração agrosilvopastoril; c) seus habitantes têm um estilo de vida pautado na dependência às pequenas coletividades e pela sua relação especial com o espaço; d) identidade construída a partir da cultura camponesa (KAYZER, 1999 *apud* FURTADO, 2009, p. 76).

Nesse sentido, toma-se o Território Rural como pivô de uma política de desenvolvimento baseada na pequena e média produção, na promoção de arranjos produtivos e institucionais, que permitam oferecer uma saída produtiva para esses territórios eminentemente rurais, no fortalecimento de atividades com alto nível de criação de empregos para lutar contra a pobreza

rural, no aproveitamento de sinergias, economias de aglomeração, externalidades positivas, que resultem da proximidade geográfica e da coesão social em torno de um projeto de desenvolvimento etc (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 92).

Kageyana defende a ideia de que ao rural está essencialmente associada a ideia de território, não havendo, necessariamente, uma identificação entre rural e atividades agropecuárias, “não podendo ser identificada com setor de atividade nem com mercado enquanto locus de transações mercantis específicas” (KAGEYAMA, 2008, p 09). Para ela,

(...) os territórios rurais foram se desenvolvendo de forma heterogênea no espaço e sincopada ao longo do tempo, apresentando-se atualmente como um mosaico de situações que vão das áreas pobres e isoladas no interior das regiões Norte e Nordeste até as ricas áreas rurais do interior paulista e as prósperas zonas de agricultura familiar do sul do país. Essa grande diversidade, tal como se verifica em outros países, não permite falar no “desenvolvimento rural brasileiro” como um processo único ou uniforme, passível de enquadramento em algum modelo com umas poucas variáveis (...) a heterogeneidade pode ser encontrada entre regiões, estados, microrregiões, e até mesmo no interior de uma única cidade, com seus diversos rurais (...) (KAGEYAMA, 2008, p.10/11).

Há várias vertentes com múltiplos seguidores no que diz respeito às questões que envolvem o rural, a exemplo da sua delimitação, das relações com o urbano, da identificação entre rural e agrário, da pluratividade etc.

O economista José Graziano da Silva ao analisar o rural brasileiro, identifica mudanças significativas na organização do espaço rural brasileiro, chamando a atenção para o fato de que:

Na verdade, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum “ do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. (GRAZIANO DA SILVA, 1997, P. 01).

Para o autor essas mudanças decorrem tanto do processo de industrialização da agricultura quanto do transbordamento do mundo urbano para os espaços anteriormente tidos como rurais:

Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno – se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Já tivemos oportunidade de mostrar que essa integração terminou por se consolidar nos chamados “complexos agro-industriais” que passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias aí vinculadas (GRAZIANO DA SILVA, 1997, P. 01).

Em resumo, já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. De fato, é possível encontrar atividades tidas como tipicamente urbanas sendo desenvolvidas no meio rural, a exemplo das agroindústrias, dos serviços de turismo, de prestação de serviços, etc. Por outro lado, parte da população rural, está engajada em atividades urbanas, como parte da força de trabalho da agropecuária reside em áreas urbanas. (GRAZIANO DA SILVA, 1997, P. 24/25). No entanto, o referido autor afirma que:

É óbvio que não se quer negar com isso o peso do agrário no meio rural brasileiro, especialmente no que diz respeito às regiões Norte e Nordeste. O que é fundamental entender é que além do arroz, feijão, carne e dos “bóias-frias” e fazendeiros o mundo rural está criando um outro tipo de riqueza, baseada em bens e serviços não materiais e não suscetíveis de desenraizamento, para usar a terminologia consagrada pelo grupo de Pisani (GRAZIANO DA SILVA, 1997, P. 25).

Ou seja, “o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além dele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando uma gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas. (GRAZIANO DA SILVA, 1997, P. 25). Por fim, o Graziano da Silva, faz uma ressalva onde diz que,

(...) mostramos que o rural não se opõe ao urbano enquanto símbolo da modernidade (...) mas há também a emergência de um novo rural, composto tanto pelo agrobusiness quanto por novos sujeitos sociais: alguns neo-rurais, que exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas (criação de escargot, plantas e animais exóticos etc.); moradores de condomínios rurais de alto padrão (...) (GRAZIANO, 2001, p. 37).

Em oposição a vertente do economista Graziano da Silva estão aqueles que seguem a vertente do rural como campo de lutas e contradições, dentre eles estão Bernardo Mançano Fernandes, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Sousa Martins.

Para compreender a relação rural/urbano, campo/cidade, Oliveira (2004) toma como referência o processo de desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção no território brasileiro, vejamos:

Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da presença no campo do “bóia-fria”), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 2004, p. 36).

O rural como campo de luta, segundo Oliveira (2004), se define pelas incessantes reivindicações e confrontos entre os dois modelos de agricultura existentes: a empresarial e a camponesa. Para Martins,

O rural não é uma ficção ou uma mistificação. O rural é produto necessário de um modo de construir a realidade social; construir no nível do entendimento que se pode ter sobre essa mesma realidade numa determinada formação social, como a capitalista. É um ponto de partida, não pode ser, ao mesmo tempo, o ponto de chegada (MARTINS, 1982, p. 89).

Outra vertente de interpretação do rural é a defendida pelo geógrafo João Rua. Na perspectiva do autor, o rural não está alheio às transformações do capitalismo, mas,

(...) busca recriar e integrar novas lógicas, como o desenvolvimento da pluriatividade, a introdução de atividades não agrícolas e a multifuncionalidade do território. A revalorização do rural, “ressignificando-o (quando se trata de signos herdados, ou produzindo novos signos), consolida atividades rurais e urbanas em áreas interioranas” (RUA, 2006, p. 87).

Para o autor, o chamado Novo Rural, está fundamentado numa correlação entre lógicas urbanas e rurais. Em relação, especificamente, ao meio rural brasileiro Montenegro Gómez, afirma que este é um duplo candidato ao desenvolvimento Para ele, “(...) é o rural como lugar de oportunidades.

Nesse sentido, através de uma reconversão dos defeitos em virtudes, o rural aparece como um lugar carregado de potencialidades, as quais, devidamente articuladas, lhe permitiriam atingir estágios mais elevados de desenvolvimento.” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 30).

Para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial o “rural não se resume ao agrícola”. Mais do que um setor econômico, “o que define as áreas rurais enquanto tal são suas características espaciais: o menor grau de artificialização do ambiente quando comparado com áreas urbanas, a menor densidade populacional, o maior peso dos fatores naturais” (BRASIL, MDA/SDT, 2005b, S/P).

Considerando a apresentação feita no que diz respeito ao território e ao rural, a seguir, o conceito de “território rural” utilizados pelas políticas públicas, mais especificamente pela Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável criada pelo governo brasileiro em 2003 e que no próximo capítulo será aprofundada.

Segundo Favareto, os estudos sobre o mundo rural tinham como objeto as atividades agropecuárias, isto é, “algo relacionado à agricultura, no mais das vezes incorporando aspectos que vão além daqueles diretamente relacionados à produção primária, mas tendo por universo as famílias ou empresas ligadas a esta atividade” (FAVARETO, 2006, p.80).

E, é nessa linha de pensamento que a política em análise trata o rural, ou seja, ela considera o rural para trabalhar seu sujeito principal de aplicabilidade pública, a agricultura familiar, desconsiderando em alguns momentos a complexidade do rural que vai além da agricultura familiar, rural ao contrário do que a política pública pensa não é igual e simplesmente agricultura familiar, ele é multidimensional.

2.5 Agricultura ecologicamente sustentável

De acordo com Ehlers (1999), “mais do que um conjunto definido de práticas, a agricultura sustentável é hoje apenas um objetivo. O que varia é a expectativa em relação ao teor das mudanças contidas nesse objetivo...” (EHLERS, 1999). Agricultores, técnicos e pesquisadores formaram o movimento denominado, na agricultura, alternativo. Essa agricultura é hoje considerada sustentável Altieri (1989) e indica a construção de caminho baseado nas condições ecológicas e socioeconômicas da agricultura.

Nesse sentido, as mudanças não tenderiam a reorganizar a agricultura segundo um novo paradigma de mudanças, mas seriam; “uma forma de organização da produção que ao incluir elementos de outro padrão técnico de produção forma outro personagem na agricultura: o agricultor alternativo-sustentável” (BRANDENBURG, 1999, p.264). Na formação da agricultura sustentável a busca por “maior eficiência dos sistemas de produção agrícola deve ser compatível e coerente com cada realidade ecológica” (COSTA, 1993).

A produção agrícola sustentável, de acordo com GLIESSMAN (2000), é possuidora de base ecológica. Onde a produção seja “capaz de, perpetuamente, colher biomassa de um sistema, porque sua capacidade de se renovar ou ser renovado não é comprometida” (GLIESSMAN, 2000, p.52). Para ser sustentável a agricultura deveria, segundo Gliessman (2000):

Ter efeitos negativos mínimos no ambiente e não liberaria substâncias tóxicas ou nocivas na atmosfera, água superficial ou subterrânea; Preservaria e recomporia a fertilidade, preveniria a erosão e manteria a saúde ecológica do solo; Usaria água de maneira que permitisse a recarga dos depósitos aquíferos e satisfizesse as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas; Dependeria, principalmente, de recursos de dentro do agroecossistemas, incluindo comunidades próximas, ao substituir insumos externos por ciclagem de nutrientes, melhor conservação e uma base ampliada de conhecimento ecológico; Trabalharia para valorizar e conservar a diversidade biológica, tanto em paisagens silvestres quanto em paisagens domesticadas; Garantiria igualdade de acesso a práticas, conhecimento e tecnologias agrícolas adequados e possibilitaria o controle local dos recursos agrícolas.

A produção agrícola familiar apresenta características que mostram sua força como local privilegiado ao desenvolvimento de agricultura sustentável, em função de sua tendência à diversificação, à integração de atividades vegetais e animais além de trabalhar em menores escalas (CARMO, 1998, p.231).

Através da agricultura familiar tenta-se discutir uma nova visão de modelo, onde se insere a racionalização e não a degradação dos recursos naturais, a valorização da cultura de agricultor, para que este possa, como agente mais direto, apropriar-se da agricultura e comandar os tempos sociais.

Em relação ao papel da agricultura familiar na política pública de desenvolvimento territorial rural a implementação do programa deve respeitar e tornar possível a relação entre a agricultura familiar, o desenvolvimento, a sustentabilidade e, conseqüentemente, a produção agroecológica, pois, a agroecologia possui ainda uma característica integradora, pois, mesmo que seu fundamento seja a prática de uma agricultura que interaja de maneira equilibrada com os ecossistemas, ela também integra outras estratégias, que podem potencializar determinados recursos existentes na comunidade (LIMA, 2005, p. 102). Na perspectiva agroecológica,

os grupos sociais não são considerados necessariamente como agentes destruidores da natureza, pois a partir de seu manejo podem contribuir para o restabelecimento do equilíbrio e harmonia dos ecossistemas, tentando consorciar o seu desenvolvimento com a conservação da natureza. Isso é

possível porque a agroecologia contém uma perspectiva estrutural, que considera a percepção dos sujeitos sociais que intervêm nesses ambientes, onde através de um processo de discussão podem gerar informações qualitativas, com um sentido sociocultural proveniente das suas realidades atuação (LIMA, 2005, p. 102/103).

Esse processo não é simples e exige dos grupos sociais envolvidos um esforço constante em avaliar suas práticas cotidianas e suas escolhas, sendo um processo tanto individual, como também coletivo.

A coletividade faz parte também de uma ação fiscalizadora da agroecologia, sendo, portanto, os integrantes cobrados uns pelos outros de suas práticas, num policiamento constante, onde a crítica é realizada desde as práticas agrícolas individuais até as práticas e posturas políticas da própria coletividade (LIMA, 2005, p.103). Casalinho (2003) reforça a importância da Agroecologia como,

ferramenta para uma agricultura sustentável, relatando que seja em busca de práticas menos agressivas à natureza e à saúde da família agricultora ou da sociedade no todo, ou mesmo como uma alternativa econômica, para alcançar mercados de produtos diferenciados e com melhores preços, as famílias rurais tem aderido a novos sistemas que se contrapõem ao modelo agrícola convencional (Apud VERONA, 2008, P. 32).

Caporal e Costabeber (2004) colocam a Agroecologia como um aspecto fundamental para apoiar a transição dos modelos atuais de agricultura convencionais em direção a uma agricultura sustentável. Para estes autores, existem vários tipos de agricultura com base ecológica, sendo que todos eles resultam da aplicação dos conceitos da Agroecologia (apud VERONA, 2008, P. 32). Com tudo, se assim não for a lógica pretendida, os caminhos tenderão para o modelo produção-mercado e não produção agroecológica-mercado. Vejamos o que é pensado para a agroecologia.

2.5.1 Agricultura familiar e sustentabilidade

Considerando que a agricultura familiar é o sujeito principal da Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PRONAT), analisaremos o conceito de agricultura familiar que ainda hoje é estudado e discutido por diferentes vertentes no meio acadêmico, mas podemos delimitar seu segmento social a partir da implantação de uma política pública específica, que foi o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar em 1996 (BRASIL, 1996).

A agricultura familiar forma uma categoria social que até bem pouco tempo não havia nem mesmo uma clara definição a respeito. Eram chamados de pequenos produtores, agricultores de baixa renda, agricultores de subsistência, agricultores familiares, entre tantos outros. Pode-se dizer, inclusive, que até a década de 1990 não existia nenhuma política pública dirigida ao entendimento das necessidades deste grupo social. É a partir do aprofundamento da crise da agricultura no início daquela década e das pressões dos movimentos sociais ligados ao campo, que o governo federal dá início aos estudos que culminariam com a criação do Pronaf, em 1996, que se tornou a primeira ação concreta para uma política de apoio à agricultura familiar (FERREIRA, 2008, p. 37).

No entanto, não é tão simples conceituar a agricultura familiar, pois como afirma Guanzirolli et al. (2001), a delimitação do universo dos agricultores familiares tem sido objeto de polêmicas, “(...) a escolha de um conceito para definir os agricultores familiares, ou a de critérios para separar os estabelecimentos familiares dos patronais, não é uma tarefa fácil, ainda mais quando é preciso compatibilizar o conceito e os critérios com as informações disponíveis no Censo Agropecuário do IBGE, sabidamente não elaborados para este fim.”(S/P). Para Buainain (2006),

Os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacidade de geração de renda e riqueza. Também se diferenciam em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e de capacitação/aprendizado adquirido, como à inserção ambiental e socioeconômica que podem variar radicalmente entre grupos de produtores em função de um conjunto de variáveis, desde a localização até as características particulares do meio-ambiente no qual estão inseridos (BUAINAIN, 2006, p. 15).

Segundo Buainain (2006), o “*destino*” da agricultura familiar não está selado nem pela vontade dos indivíduos nem está pré-determinado pela contínua modernização do agronegócio (p. 19). Mas sim:

O futuro da agricultura familiar depende, de forma crucial, da capacidade e da possibilidade de os agricultores familiares aproveitarem e potencializarem oportunidades decorrentes das possíveis vantagens associadas à organização familiar da produção e, ao mesmo tempo, neutralizarem ou reduzirem desvantagens competitivas que enfrentam em função da dotação de recursos, em particular as associadas à escala (BUAINAIN, 2006, p. 19).

O referido autor reforça que:

O universo da agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogêneo e inclui desde famílias muito pobres, que detém, em caráter precário, um pedaço de terra que dificilmente pode servir de base para uma unidade de

produção sustentável, até famílias com dotação suficiente de recursos — terra, capacitação, organização, conhecimento — para aproveitar as eventuais janelas de oportunidades criadas tanto pela aplicação das *velhas* tecnologias como pela inovação tecnológica. Dificilmente políticas tradicionais de apoio à agricultura familiar, como as de financiamento, ou mesmo de promoção e difusão tecnológica, poderão responder de forma adequada ao mosaico de situações que compõe a agricultura familiar bem como promover, de forma consistente, a difusão dos princípios da agroecologia entre esses agricultores (BUAINAIN, 2006, p. 113).

Conforme o Manual Operacional do Crédito Rural do Pronaf (BRASIL, 1996), o Governo Federal define o conceito de agricultor familiar baseado nos seguintes requisitos:

Sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da reforma agrária; Residam na propriedade ou em lugar próximo; Detenham, sob qualquer forma, 4 módulos fiscais de terra, qualificados conforme a legislação em vigor e fixados de acordo com cada região; Obtenham no mínimo 80% da renda bruta familiar advinda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; Apresentem, como base da exploração do estabelecimento, o trabalho familiar (S/P).

Os agricultores familiares, entre outras definições foram chamados de pequenos produtores, pequenos agricultores, colonos, camponeses. O Ministério da Agricultura, para efeito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF, 2000), considerou como familiares todos os agricultores que contratavam até dois empregados permanentes e detinham área inferior a quatro módulos fiscais.

Já o INCRA, considera como aquela em que a mão-de-obra da família predomina sobre a mão-de-obra contratada, além disso, o agricultor administra a propriedade, a renda familiar origina-se principalmente das atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento e a área de produção tem extensão máxima determinada pelo que a família pode explorar (INCRA/FAO, 2000).

VEIGA *et al.* (2001) ressaltam a importância da presença da agricultura familiar no meio rural brasileiro, visto que uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura. Para o MDA (BRASIL, 2005a),

A Agricultura Familiar, enquanto sujeito do desenvolvimento, é ainda um processo em consolidação. O seu fortalecimento e valorização dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que necessitam serem implementados de uma forma articulada por uma diversidade de atores e instrumentos. Sem dúvida, o papel do Estado e das políticas públicas cumpre um papel fundamental. Quanto mais estas políticas conseguirem se transformar em respostas à estratégia geral de

desenvolvimento com sustentabilidade e, ao mesmo tempo, às demandas concretas e imediatas da realidade conjuntural, mais adequadamente cumprirão o seu papel (S/P).

Sachs (2001) afirma que a “agricultura familiar constitui a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de auto-emprego e renda a custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais”. A agricultura familiar é a forma de organização produtiva mais numerosa do setor agrícola do semiárido e a grande maioria do pessoal ocupado com a atividade agrícola do semiárido está na agricultura familiar (CARVALHO; SANTOS, 2003).

Considera-se "agricultura familiar" aquela em que os trabalhos em nível de unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, preservando-se ela a iniciativa, o domínio e o controle do que e do como produzir, havendo uma relação estreita entre o que é produzido e o que é consumido, mantendo também um alto grau de diversificação produtiva, tendo alguns produtos relacionados com o mercado.

E subentende-se como agricultor (a) familiar: agricultores familiares tradicionais, famílias assentadas por programas de Reforma Agrária, extrativistas florestais, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais e outros beneficiários dos programas da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) (BRASIL, 2005).

A Lei 11.326/06, de 24 de julho de 2006, (BRASIL, 2006) que estabelece a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais reconhece a agricultura familiar como segmento produtivo e adota, operacionalmente, quatro critérios para definir o que é agricultura familiar:

Aquela que é praticada em área de no máximo quatro módulos fiscais (para o Estado de São Paulo cada módulo corresponde a vinte hectares, ou 200.000 metros quadrados); A que utiliza mão-de-obra da própria família; A que extrai sua renda familiar das atividades econômicas desenvolvidas na propriedade; A que tem o estabelecimento ou o empreendimento dirigido pela própria família.

Carvalho, Potengy e Kato (2007) afirmam que a agricultura familiar é diversificada e apresenta estratégias produtivas variadas. Nessa lógica, a diversidade de culturas num sistema produtivo permite o melhor aproveitamento dos recursos naturais disponíveis e a escolha de culturas que maximizem a utilização da força-de-trabalho familiar (de produtos com maior agregação de valor) se torna mais vantajosa. Adicionalmente, a produção na propriedade de

insumos e bens intermediários (intensidade interna) evita uma maior dependência ao mercado, onde predominam relações assimétricas.

Mas segundo os autores, ao mesmo tempo, a agricultura familiar caracteriza-se por sua forte capacidade de adaptação às evoluções do ambiente econômico em que se insere. Enquanto mero produtor de mercadorias e não de produtos diferenciados e com maior valor agregado (como requer a produção de oleaginosas para a cadeia do biodiesel), o agricultor familiar desenvolve com frequência estratégias que se chocam, aparentemente, com suas características (diversificação, intensidade em trabalho).

Carvalho, Potengy e Kato (2007), com base no que foi acima citado, afirmam que as estratégias dos agricultores familiares decorrem do fato de a cultura consorciada se adaptar mais facilmente à produção em áreas menores, permitir diversificar a produção e diminuir riscos, devido às diferentes demandas hídricas de cada um de seus componentes ao longo do ciclo produtivo. O consórcio também propicia uma economia de trabalho (preparo do solo e tratamentos culturais servem para as duas culturas).

Ainda sobre a produção consorciada, os autores dizem que é também um seguro necessário nos primeiros anos de produção, quando os produtores ainda não dispõem de condições de recuperação de solos desgastados, nem têm acesso a sementes de qualidade e serviços de trator, o que ocasiona baixas produtividades. O consórcio permite nessas condições iniciais de inserção na cadeia uma renda mais elevada por hectare.

2.5.2 Agroecologia e agricultura familiar

Acreditamos que todas aquelas políticas públicas e/ou programas que são pensados para a agricultura familiar devem levar em consideração os princípios da agricultura familiar de base agroecológica, respeitando-se a cultura das unidades familiares camponesas, que estão baseadas no balanço entre consumo e reposição da força de trabalho familiar e não nos princípios da lucratividade. Para Caporal, Costabeber e Paulus (2006), ademais, como ciência integradora a Agroecologia:

(...) reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores(as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”. No enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de

qualquer projeto de transição agroecológica... (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2006, p 02).

Ainda em relação ao potencial endógeno “A agroecologia tem como suporte de sua proposta teórica e metodológica o desenvolvimento das potencialidades locais e das estratégias bem sucedidas nas comunidades, através de um processo endógeno de construção do saber, baseado na troca de experiências e também no respeito mútuo” (LIMA, 2005, p. 101).

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a “Agroecologia se constitui num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época. Uma crise que, para alguns autores, é, no fundo, a própria crise do processo civilizatório.” (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2006, p 02/03). Para esses autores:

(...) a Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas interrelações e mútua influência (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2006, p 03).

A agroecologia representa nesse sentido não só uma nova maneira do homem lidar com a natureza, mas, sobretudo, um resgate de práticas tradicionais de lidar com a terra, num período anterior a modernidade, e a todo aparato técnico que foi sendo adquirido a partir da modernização do campo. O termo agroecologia passa a ser então reincorporado a um movimento antigo de resistência e de tentativa de sobrevivência, que é o movimento camponês (LIMA, 2005, p. 101).

Por essa razão, a agroecologia não se resume apenas em utilizar ou não utilizar agrotóxico, a questão se prolonga em todo um conjunto de práticas e tradições construídas, destruídas e reconstruídas ao longo do tempo. Nesse contexto, a agroecologia é um campo do saber que visa à utilização de práticas agrícolas que respeitam os agroecossistemas, através de um manejo equilibrado e biodiverso das plantas com o objetivo de desenvolver estratégias de resistência locais (LIMA, 2005, p. 101).

Caporal (2009) ressalta que lamentavelmente, como aconteceu com a expressão desenvolvimento sustentável, é cada vez mais evidente a profunda confusão no uso do termo Agroecologia. “Também é comum confundir Agroecologia com a simples adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas ambientalmente mais adequadas ou com uma

agricultura que não usa agrotóxicos ou, simplesmente, com a substituição de insumos” (CAPORAL, 2009, p. 16). No entanto,

(...) a Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística (CAPORAL, 2009, p. 17-18).

De acordo com Guzmán e Ottmann (2004), os elementos centrais da Agroecologia podem ser agrupados em três dimensões:

a) ecológica e técnico-agronômica; b) socioeconômica e cultural; e c) sócio-política. Estas dimensões não são isoladas. Na realidade concreta elas se entrecruzam, influem uma à outra, de modo que estudá-las, entendê-las e propor alternativas supõe, necessariamente, uma abordagem inter, multi e transdisciplinar, razão pela qual os agroecólogos e seus pares lançam mão de ensinamentos da Física, da Economia Ecológica e Ecologia Política, da Agronomia, da Ecologia, da Educação e Comunicação, da História, da Antropologia e da Sociologia, para ficarmos em alguns dos aportes dos diferentes campos de conhecimento (Apud CAPORAL, 2009, p. 18-19).

Considerando essas situações fica evidente que a agroecologia está no campo e na cidade, pois, não desconsidera o conhecimento desenvolvido a partir do arcabouço científico e, tenta otimizá-lo a partir dos processos locais. Dessa forma, a agroecologia passa então a integrar os saberes advindos da ciência e do senso comum, colocando-os para dialogar e verificando em que medida esse diálogo contribui para o desenvolvimento de determinado grupo social, sempre considerando a qualidade de vida e a dignidade como condições precípuas de sua atuação (LIMA, 2005, p. 102).

A dimensão política da agroecologia reside na possibilidade que ela traz de resgatar conjecturas históricas da relação sociedade e natureza. Depois de conhecermos um pouco mais sobre a agricultura familiar em suas diversas dimensões e sobre a agroecologia na vida dos sujeitos que a compõem a seguir, apresentaremos e avaliaremos os resultados dos dois principais programas de desenvolvimento territorial rural planejado desde 2003 pelo governo federal que tem com sujeito principal a agricultura familiar.

Conhecendo todas essas características da agricultura familiar o Estado através de políticas públicas se apropria dessa categoria e conseqüentemente de seus sujeitos para intensificar o cenário econômico, através de um desenvolvimento teoricamente sustentável e

mais igualitário, onde o que mais importa nisso tudo é a produção de base familiar tendo uma relação direta com o mercado, vejamos como se dá essa apropriação.

Sabemos que há vários modelos de desenvolvimentos considerando tal fato, o PRONAT, busca alcançar um modelo de desenvolvimento na escala territorial tendo a sustentabilidade como modelo a ser seguido, considerando essa afirmação a seguir buscaremos precisar esses conceitos.

2.6 MDA: desenvolvimento rural

Em relação aos modelos alternativos na perspectiva de territórios de acordo com Ramos (2011), este, propõe observar e definir ações para além da perspectiva setorial. Para a autora, pensar o campo como território significa “compreendê-lo como espaço de vida ou como um espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana” (p.06). Porém, Montenegro Gómez (2006), nos alerta que ao se trabalhar com “desenvolvimento” em qualquer de suas escalas, ramificações, é preciso,

(...) entender o desenvolvimento como um conjunto de discursos e práticas funcionando como estratégias de controle, para manter a ordem social, permite-nos esse questionamento profundo do desenvolvimento para além do econômico, subsidia-nos na interpelação da sua representação como o melhor dos mundos possíveis, dá-nos sustentação para desconstruirmos sua naturalização, a partir da articulação entre saber e poder (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 38).

De acordo com o autor, estando imbuídos dessa concepção poderemos com mais clareza e menos alienação trabalharmos o conceito, retirando sua veste naturalizada e/ou incorporando novos elementos e ferramentas para que possamos desconstruí-lo, alcançando assim, sua real faceta de poder social, econômico e político.

O desenvolvimento não é um instrumento revolucionário, é um instrumento de controle social e reprodução do capital, de sorte que qualquer participação proposta mergulha no horizonte achatado do “possível”, que tentaria resolver conflitos superficiais (onde fazer uma estrada, propor um projeto para iluminação de um bairro rural ou para instalar resfriadores de leite etc.), em nenhum caso conflitos estruturais relacionados com as estruturas de dominação existentes na sociedade (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 106).

Busca-se incorporar às novas políticas de desenvolvimento aquelas especificidades que cada território apresenta suas potencialidades e carências específicas e suas relações

peculiares. Com isso, o desenvolvimento rural se reestrutura e se revitaliza, na tentativa de superar os entraves criados pelas políticas de tipo setorial. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 38).

(...) é interessante observar como essa categoria de agricultura familiar, lapidada nos moldes do desenvolvimento capitalista, vai desconsiderar as múltiplas dimensões que a agricultura de base familiar realmente mostra, no campo brasileiro, por exemplo: o problema da luta pela terra diante da extrema concentração fundiária existente; a agricultura de subsistência a que muitos pequenos produtores se veem impelidos, por falta de uma política integradora; a existência de formas de vida camponesa relutantes, não tanto às mudanças per se, mas àquelas que as ignoram e até as tentam anular; a existência de movimentos sociais que lutam e resistem aos embates do capitalismo. Enfim, poderíamos enumerar um amplo leque de aspectos que a estreita visão econômico-mercantil, tomada para definir oficialmente a agricultura familiar, despreza e que, em geral, são os aspectos característicos da população mais pobre, no meio rural, aquela que mais precisa de políticas públicas que a ajudem a sair dessa situação. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 68).

Em relação ao desenvolvimento rural para o MDA este é concebido num quadro territorial, muito mais que setorial: “nosso desafio será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que uma população valorize certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados” (MDA, 2003a, p. 04). Para Schneider (2004), em todos os casos, tanto no Brasil como no exterior, o enfoque territorial assume um importante destaque, no debate sobre o desenvolvimento rural.

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Mas não se trata apenas do entendimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo (SCHNEIDER, 2004, p. 97).

Para Schneider (2004), o tema do desenvolvimento rural nas políticas públicas parece atribuir relevância ao enfoque territorial, servindo como uma importante unidade de análise conceitual e de referência normativa para o tema. Para Navarro (2001), o desenvolvimento rural diferencia-se de outros modelos de desenvolvimento por uma característica específica: aqui,

(...) trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural. Em consequência, o Estado nacional – ou seus níveis subnacionais – sempre esteve presente à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal. Por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social, o Estado funda-se para tanto em uma estratégia préestabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e as demais características específicas de projetos e ações governamentais que têm como norte o desenvolvimento rural (...) A definição do que seja exatamente “desenvolvimento rural”, em tais ações, igualmente tem variado ao longo do tempo, embora normalmente nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento (adotando indicadores de ampla aceitação). As diferenças, portanto, surgem nas estratégias escolhidas, na hierarquização dos processos (prioridades) e nas ênfases metodológicas. Além disso, certamente tais diferenças são fundamentadas em leituras de realidade (interpretações) distintas apontando objetivos igualmente distintos, ou seja, a análise do que tenha sido exatamente o desenvolvimento agrário fundamentará leituras (e projetos) correspondentes de desenvolvimento rural (Navarro, 2001, p. 06).

O conceito de desenvolvimento rural, em consequência, altera-se também ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõem às famílias e às atividades rurais (Navarro, 2001, p. 06). Segundo o autor, atualmente há um conjunto de limites que, se secundarizados, provavelmente condenariam *ex-ante* qualquer iniciativa no sentido do desenvolvimento rural.

O primeiro desses limites reside exatamente na extrema heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais no Brasil, diferenciação que foi exacerbada intensamente no período recente, quando diversas regiões (ou atividades intrarregionais) sofreram forte intensificação econômica e dinamismo tecnológico (Navarro, 2001, p. 09).

O território do desenvolvimento territorial rural seria, nessa visão, um território que se entende como instrumento base para a elaboração e implementação de políticas públicas. O planejamento territorial demandaria categorias ágeis e funcionais, para promover o desenvolvimento rural (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 101).

Definimos o Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) como um processo de transformação produtiva e institucional de um espaço rural determinado, cujo fim é reduzir a pobreza rural. [...] O desenvolvimento institucional tem como objetivo estimular a parceria dos atores locais entre si e entre eles e os agentes externos relevantes, assim como modificar as regras formais e informais que reproduzem a exclusão dos pobres nos processos e nos benefícios da transformação produtiva (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2004, p. 31).

No que diz respeito ao desenvolvimento rural sustentável a partir também do enfoque territorial, Ramos considera que o território “é um espaço multidimensional, multissetorial que combina muitas forças sociais, roteiros técnicos, políticos e sociais” (2011, p. 06), resultando na crescente inclusão dos atores nas ações que produzam maior autonomia ao território sobre suas múltiplas dimensões.

No entanto, para a autora essa visão de desenvolvimento rural defronta-se com o desafio de consolidar uma percepção mais aprofundada sobre o rural, na qual seja “considerada a diversidade de padrões de uso sustentável dos recursos naturais presentes em cada bioma, a riqueza das manifestações culturais e a importância das populações rurais e de suas estratégias de reprodução econômica, ambiental e social” (p 07). Este modelo de desenvolvimento que busca a sustentabilidade tem a gestão social como elemento central, que redefine o modelo organizacional e consequentemente às relações sociais.

Na busca de romper com as práticas assistencialistas e de provocar a descentralização do poder, Ramos considera que a promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais deve levar em conta o aprimoramento das estratégias e instrumentos existentes nos territórios rurais que compõem o programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (2011 p. 07). Este programa assume a estratégia de participação da sociedade civil nas diversas etapas da construção das políticas públicas, desde a sua formação até a avaliação de seus impactos e resultados.

Nesse contexto, a SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial), que coordena o PRONAT, define como missão “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” (MDA, 2012).

A SDT em relação ao desenvolvimento sustentável tem como referencial quatro dimensões: a econômica, a sociocultural, a institucional e a ambiental. A operacionalização dos programas de trabalho da Secretaria está organizada em quatro áreas (Fortalecimento da Gestão Social; Fortalecimento das Redes Sociais; Articulação de Políticas Públicas; Dinamização Econômica) que através da elaboração, implementação e gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) se configura organicamente em projetos.

A força do desenvolvimento rural sustentável está constituída pelas possibilidades reais de desenvolvimento de capacidades da população rural em toda sua diversidade (RODRÍGUEZ, 2005, p. 34). Segundo a autora:

As políticas e estratégias de desenvolvimento territorial são, por natureza, diferenciadas tanto pela heterogeneidade própria dos territórios como pela necessária visão holística, multidimensional e intertemporal que está implícita no desenvolvimento sustentável. Neste, os elementos de diversidade e equidade (dimensão social), sustentabilidade (dimensão ambiental), competitividade (dimensão econômica) e governabilidade (dimensão político-institucional) se entrelaçam para possibilitar mudança de padrões. (RODRÍGUEZ, 2005, p. 36).

Rodríguez (2005) afirma que, um dos principais propósitos do desenvolvimento rural é conseguir que os fios condutores básicos dos diferentes projetos dos atores sociais coincidam e possibilitem um projeto mais amplo de desenvolvimento territorial (p. 43).

Uma condição indispensável para o avanço qualitativo desse processo é o desenvolvimento de capacidades da população rural, entendidas como as destrezas e competências que permitem aos sujeitos e grupos atuarem como atores sociais na gestão do desenvolvimento territorial (p.46).

De acordo com Bacelar (2008), estamos em uma fase em que “a certeza de que desenvolvimento era crescimento econômico, que progresso era sinônimo de industrialização, e que ser desenvolvido era produzir bens industriais estão sendo questionados. A tendência é construir um conceito mais complexo de desenvolvimento” (p. 16/17).

Para a autora, cada vez mais se firma a visão de que não é qualquer crescimento econômico que interessa: é preciso conciliar o crescimento econômico com a satisfação das necessidades das pessoas, com a felicidade. Afinal, nos nascemos para ser felizes, não para ser industrializados (BACELAR, 2008, p. 16/17). Ela afirma que,

Inscrevo-me entre os que acreditam que estamos numa terceira geração de políticas regionais. Passamos por uma primeira geração – muito ligada a visão de que o desenvolvimento de certos lugares dependia sempre de agentes de fora, mas muitas avaliações mostraram os limites dessa abordagem. Com a crise mundial e a onda neoliberal, verificou-se uma recuada dessa visão e, como já foi aqui destacado, a teoria do desenvolvimento endógeno ganhou espaço, alcançou, mesmo, supremacia. Hoje estamos chegando a um meio termo. Tende-se, cada vez mais a considerar que o que vem de dentro para fora e o que vem de baixo para cima seja muito importante, mas ficam cada vez mais claros os limites desse tipo de processo, especialmente num país como o Brasil. Passa-se, assim a propor a construção de estratégias que combinem os dois movimentos: o de fora para dentro com o de dentro para fora. E isso que eu chamo de terceira geração de políticas regionais. Valoriza-se a iniciativa local, mas reconhece-se a importância de políticas nacionais (BACELAR, 2008, p. 16/17).

Sobre o desenvolvimento territorial a referida autora afirma que,

Até agora, falamos de experiências do governo federal regionalizando suas ações, de governos estaduais regionalizando seus planos, mas, o que chamamos de *desenvolvimento territorial* não é isso. É algo mais ligado aos processos do desenvolvimento endógeno, que são processos que vem de dentro para fora, que nascem nas próprias regiões (BACELAR, 2008, p.26).

Segundo Bacelar (2008), nesse tipo de experiência, o lugar que tem um elevado grau de organização da sociedade local consegue avançar mais rápido. É muito mais fácil fazer desenvolvimento territorial quando ele é aplicado a um lugar onde a sociedade está organizada. Está estruturada. Sabe para onde quer ir. Sabe se articular (BACELAR, 2008, p.26).

Portanto, para a autora, promover o desenvolvimento territorial requer mais que meros esforços de regionalizar políticas públicas nacionais, estaduais ou outras. Parte-se do território, com seus atributos e sua história, seus agentes e sua cultura, suas instituições e sua base de recursos (BACELAR, 2008, p.26).

No que diz respeito ao desenvolvimento da agricultura sustentável a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) fazem algumas recomendações.

Primeiramente, faz-se necessário implementar uma política científica e tecnológica “especialmente em sistemas integrando agricultura e pecuária, em produtos tradicionais” e nos produtos dependentes de muita mão de obra (FAO/INCRA, 1994).

No entanto, vários são os objetivos a serem alcançados pelo desenvolvimento sustentável quanto a práticas agrícolas, segundo Veiga destacam-se: a) A manutenção por longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; b) O mínimo de impactos adversos ao ambiente; c) Retornos adequados aos produtores; d) Otimização da produção com mínimo de insumos externos; e) Satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda; e f) Atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais. (VEIGA, 1994, p.7)

Também são recomendadas reestruturações dos serviços de extensão rurais, a promoção da integração vertical agricultura-pecuária, o incentivo à rotação de culturas, a indução de práticas de controle integrado de pragas, maior utilização da adubação orgânica, a conservação do solo através, dentre outros... (FAO/INCRA, 1994, p.10-11).

Porém, o desenvolvimento sustentável deve conciliar, por longos períodos, o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais (EHLERS, 1999, p.103). “... está associado ao uso, equilíbrio e dinâmica dos recursos da biosfera no presente e no futuro...” (MOREIRA, 1999, p.196).

Desenvolvimento sustentável passa também, por questionamentos. Moreira (1999) afirma que o desenvolvimento sustentável “traz implícita a ideia de que a solução por meio da técnica é possível. E mais, que o problema é apenas a questão do desenvolvimento de tecnologias adequadas e que nada garante que os benefícios deste paradigma trarão ganhos para os “setores sociais historicamente subalternos, como é o caso da agricultura familiar”.

Considerando todas as leituras feitas sobre esses conceitos trabalhados e analisados acima que ajudam a conhecer e compreender com maior profundidade as dimensões trabalhadas pela Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, a partir de agora iremos apresentá-la e analisá-la tendo como intuito avaliar se essa experiência de desenvolvimento que toma todos esses conceitos para si obteve resultados consideráveis e se respeitou de alguma forma a base teórica desses conceitos. Essa análise será mais aprofundada no Território da Zona da Mata Norte-PB, um dos quinze territórios rurais do estado da Paraíba.

Vale ressaltar que como esse modelo de desenvolvimento toma o território como escala para a aplicabilidade dos programas governamentais otimizando o que a de cultural e de identidade nos territórios, consideramos que, dentre todas as análises conceituais apreendemos que os que mais se aproximam dos objetivos da política em questão é:

A abordagem cultural(ista) de Haesbaert (1997) que, entende o território “como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço”. O “território usado” de Milton Santos (1994) que, é uma norma, pois é um princípio ou um molde para a ação presente, a qual, dotada de poder desigual para transformar o que existe ou para concretar o possível, exercita novos usos, isto é, cria mais objetos e normas (SILVEIRA, 2011, p.154).

No entanto, sabemos que, o conceito que está sendo atualmente utilizado pela SDT/MDA (2005) é o do território instrumental e normativo, como um espaço físico, geograficamente definido. A utilização desse marco conceitual, pode trazer restrições à eficácia da política pretendida, pois é impossível identificarmos os elementos de um território com sua dinâmica, heterogeneidade, conflitualidade própria até porque, o território é uma construção social.

Tendo como pressupostos os conceitos discutidos nesse capítulo, nos próximos capítulos, passa-se para a análise da Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável implementada pelo governo brasileiro, como foco no caso do Território da Zona da Mata Norte-PB.

CAPÍTULO III

ESTRUTURA DA POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL BRASILEIRO

3. Estrutura da Política Nacional de Ordenamento Territorial Brasileiro

Considerando que esse trabalho tem suas pesquisas pautadas em políticas públicas, programas governamentais que trabalham o território consequentemente seu ordenamento como desafio na tentativa de superar a escala local faz-se necessário iniciarmos nossas discussões a partir da Política Nacional de Ordenamento Territorial- PNOT.

Pois, nela, o ordenamento territorial é tratado como uma questão política associada à mudança de natureza do Estado e do território, e da relação do Estado com seu território. Que é também, portanto, um desafio conceitual, associado à questão política, da nova relação Estado-território.

A Estrutura da Política Nacional de Ordenamento Territorial Brasileiro (PNOT) toma o território como instrumento de planejamento assim, pode-se analisar como, onde, por quem, por quê, para quê o território é usado como afirma Milton Santos.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional o debate sobre a necessidade do Governo Federal assumir de forma coordenada ações referentes ao ordenamento do território nacional remonta aos anos oitenta, quando foi concebido o Programa Nossa Natureza, um programa desenvolvido pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional.

Em 1990, com a reestruturação da Presidência da República, foi criada a Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE e, a ela subordinada, a Diretoria de Ordenação Territorial – DOT. A estratégia básica da DOT limitou-se à elaboração de zoneamentos ecológico-econômicos (ZEE), nos planos nacional, regional e estadual.

Em 2003, a Lei 10.683/03, que estabeleceu as atribuições de cada Ministério, conferiu a responsabilidade sobre o ordenamento territorial ao Ministério da Integração Nacional (MI) e ao Ministério da Defesa.

Desse modo, em 2004, o Ministério da Integração Nacional decidiu elaborar uma proposta de Política Nacional de Ordenamento Territorial. Alguns conceitos serviram de base para a sua formulação da PNOT, quais sejam: a) território, b) gestão territorial, c) desenvolvimento regional; d) planejamento territorial; e) ordenamento territorial.

Mesmo considerando outras concepções, o **território** é associado, “à noção de soberania, poder e controle, além de conter uma dimensão simbólica, um sentido de enraizamento, uma evidência de construção compartilhada e um papel na construção das identidades sociais” (MI, SDR, CGTP, 2006, p. 14).

Para a PNOT, a **gestão do território** coloca em prática propostas de desenvolvimento pactuadas em diferentes escalas. O **desenvolvimento regional** é definido aqui como “um conjunto de ações para promover processos socioeconômicos em áreas definidas do território, com uma visão integradora e sustentável, que induzam ao bem estar social e à redução de desigualdades regionais” (MI, SDR, CGTP, 2006, p. 16).

Quanto ao **planejamento territorial**, entende-se que é “um conjunto de diretrizes, políticas e ações programadas, com vistas a alcançar um ordenamento e uma dinâmica espacial desejada, percebe-se que com esse posicionamento a conservação política se mantém.” (MI, SDR, CGTP, 2006, p. 16).

O **ordenamento territorial** para o PNOT constitui-se em políticas públicas concertadas, em ações que visam o “equilíbrio” regional e a organização física do espaço com o objetivo de criar uma nova racionalidade visando maior competitividade, segundo o MI:

[...] uma preocupação com a retomada do território como quadro ativo de integração do arcabouço produtivo, social e ambiental. Diante das tendências e limitações vigentes, a construção de uma política de ordenamento do território configura-se, acima de tudo, como um enorme desafio. Em um quadro de fortes disputas por recursos limitados, o papel regulador do Estado e a capacidade de governança, como articulação de atores e ações, passam a ter importância estratégica (MI, SDR, CGTP, 2006, p. 24).

Para o MI, o ordenamento do território apresenta relações essenciais, não somente com o desenvolvimento regional, mas também com o desenvolvimento do país de forma mais ampla.

De acordo com o MI, espera-se que essa seja uma "oportunidade" de realizar uma política de ordenamento territorial e, dessa forma, contribuir para: aumentar a eficácia e eficiência das políticas públicas; dar sustentabilidade aos modos de desenvolvimento regionais e/ou locais; promover a coesão e integração da sociedade nacional; reafirmar o pleno exercício da soberania sobre o território; e consolidar a governabilidade.

Um ponto muito importante no documento que se tem de frisar é que na ausência de uma política de ordenação territorial federal concreta, optou-se por se utilizar e analisar as políticas públicas em desenvolvimento pelo governo federal, bem como da iniciativa privada, no intuito de avaliar os impactos de tais políticas, planos, programas e projetos (PPPP's) sobre o território.

Outra novidade é que os programas passaram a ser divididos por temas de políticas públicas, o que os tornaram mais abrangentes para organizar a gestão, o monitoramento e a avaliação. No caso do Brasil, destaca-se a grande diversidade de instrumentos de planejamento existentes, superior à média dos demais países. Na área rural, que é o nosso foco imediato, podemos citar os PDA's (Projetos Demonstrativos) e o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do MDA/SDT.

As principais políticas públicas com rebatimento territoriais identificadas foram: Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), Política de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) e Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

Todas essas políticas e programas governamentais têm seus projetos, investimentos e orçamentos assegurados pelo Plano Plurianual (PPA)⁴. Esse passou a ser a principal linha indutora e promotora das diretrizes dos governos, nas respectivas esferas de atuação (p. 131).

Um dos grandes benefícios do PPA é a continuação das obras independente de quem esteja na atividade governamental, pois, ele é pensado e elaborado um ano depois das eleições e só acaba no primeiro ano do mandato seguinte.

Em síntese, o PPA é um instrumento de planejamento de longo prazo que é transformado em diretrizes e metas, fragmentadas em quatro anos onde, essas metas são transformadas em metas físicas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e que são convertidas em metas financeiras pela Lei Orçamentária Anual. Há, portanto uma interligação entre o planejamento de longo prazo e o de curto prazo, buscando dar uma lógica de condução à política pública.

É no PPA 2008-2011 que, o território terá um papel determinante na estratégia de desenvolvimento, pois, ele vem carregado de um conjunto de variáveis que interferem nas possíveis trajetórias a serem perseguidas pelo Brasil onde, as regiões não podem ser tratadas apenas como provedoras passivas de insumos ao desenvolvimento⁵. O PPA 2008-2011 incorpora a dimensão territorial no planejamento com o intuito de promover:

⁴ A Constituição Federal de 1988 instituiu o Plano Plurianual (PPA) como instrumento de planejamento do governo federal, estadual e municipal.

⁵ O primeiro PPA, elaborado no governo FHC, compreendendo o período de 1996-1999, intitulado "Avança Brasil", introduziu o conceito de eixos nacionais de integração e desenvolvimento. Já o PPA 2000-2003, no segundo mandato de FHC, introduziu na administração pública federal a gestão por resultados. O PPA 2004-2007, no primeiro governo Lula, também conhecido por "Brasil de Todos", teve como modelo a gestão orientada para resultados e como premissa a disponibilidade de informações gerenciais, em tempo real, para todos os gestores envolvidos com a implementação dos programas. O Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 articula e integra as principais políticas públicas para o alcance dos objetivos de governo e dá continuidade à estratégia de

A superação das desigualdades sociais e regionais; o fortalecimento da coesão social e unidade territorial; os potenciais de desenvolvimento sustentável das diferentes regiões; a valorização da inovação e da diversidade cultural e étnica da população; o uso sustentável dos recursos naturais; o apoio à integração sul-americana e o apoio à inserção competitiva autônoma no mundo globalizado (PLANO PLURIANUAL 2008-2011, 2007, p 13).

No que se refere aos territórios rurais, permanece o apoio à diversificação de atividades econômicas e agregação de valor à produção. A médio e longo prazos espera-se que os territórios rurais se encontrem cada vez menos dependentes da demanda por *commodities* agrícolas e atividades monocultoras, ampliando suas alternativas de produção e incorporando as atividades industriais e de serviços ao meio rural. O PPA 2012/2015 busca dar continuidade à abordagem de desenvolvimento territorial rural como analisaremos.

É no PPA 2004-2007 que, o Governo Federal brasileiro dá início à estratégia de desenvolvimento de longo prazo que permanece e/ou continua no PPA 2008-2011 que articula e integra as principais políticas públicas para o alcance dos objetivos de governo.

E é, também nestes planos que o desenvolvimento territorial rural emerge, com políticas públicas pautadas numa abordagem territorial como é o caso da política nacional de apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), que desde 2003 quando foi criada pelo governo Lula e vem propondo políticas territoriais pautadas na descentralização, participação e, dentre outras proposições, a sustentabilidade.

No PPA 2012/2015, estão incluídos o programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e os programas Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, com suas alterações de atributos dos programas temáticos e sua programação orçamentária esta sob a responsabilidade do MDA.

No Anexo 1, estão os objetivos para o programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e a programação orçamentária. Vale lembrar que as ações do Ministério são organizadas em planos safra que vão de julho de um ano a junho do ano seguinte.

Considerando tudo o que foi tratado até agora no que diz respeito à política de ordenamento territorial, entendo que, apesar da PNOT vir trabalhando como concretizar esse ordenamento territorial considerando conceitos como o de gestão, planejamento, território e

desenvolvimento de longo prazo inaugurada no PPA 2004-2007. Para o novo período, o Plano busca promover o desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade.

ordenamento, ainda não conseguiu construir de forma concreta essa política como será visto ao longo deste trabalho.

Daí porque se optou por buscar materializa-la em políticas públicas em diferentes escalas e programas sobre o território. Iremos a partir de agora analisar a Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PDRS) - MDA através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

Analizando que essa política e esses programas que serão abaixo apresentados e trabalhados configuram-se como tentativas de pensar o desenvolvimento e ordenamento em uma escala que trabalha o território como foco central da intervenção.

Destacam-se nesse contexto o PRONAT e o Programa Território da Cidadania (PTC), que é um desdobramento do primeiro programa que busca alcançar um modelo de desenvolvimento em escala territorial, neste caso no meio rural, trazendo a sustentabilidade como mais um desafio.

3. 1 Análise da Política de Territórios Rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil

O Governo Federal brasileiro, em 2003, elaborou a política nacional de apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e desde então vem propondo políticas territoriais pautadas na descentralização, na participação e, dentre outras proposições, na sustentabilidade.

Em relação ao PRONAT e PTC (Programa Território da Cidadania), estes como veremos estão estrategicamente interligados, tendo em vista que de forma geral o PRONAT e o PTC, forma melhorada politicamente do anterior em relação a infraestrutura, investimentos nada são ou podem fazer sem o PROINF, pois é este que dá o aval, a liberação para que todos os projetos dos programas territórios sejam colocados em prática no rural.

Outro item dessa estrutura é o PTDRS que é a base para que os projetos sejam elaborados e desenvolvidos, este tenta dar conta sinteticamente de cada território para qual foi criado, contendo informações físicas, estatísticas, econômicas, humanas do território em questão.

3.1.1 Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT

As políticas públicas que tratam hoje do desenvolvimento sustentável dos territórios têm a abordagem territorial como base, no entanto, vale lembrar que essa abordagem territorial, não só nem sempre ameniza os conflitos, como muitas vezes os amplifica. Lidar com conflitos será sempre importante. Os territórios abrigam agentes com interesses diferentes e muitas metodologias já foram desenvolvidas para tratá-los de maneira democrática (BACELAR, 2008, p. 28). De acordo com Perico, Perafén e Pinilla:

A abordagem territorial implica a adoção do território, como objeto de desenvolvimento político, incorporando a dimensão espacial e geográfica, como forma de superar ou complementar as estratégias setoriais focadas em atores sociais ou em setores econômicos. Isto implica, necessariamente, na articulação das diferentes estratégias ou políticas públicas; que convergem, simultaneamente, para os espaços territoriais, sobre os quais integram as políticas de desenvolvimento rural (PERICO, PERAFÉN e PINILLA, 2011, p. 18).

Para Schneider (2004),

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território (SCHNEIDER 2004, p. 99).

Considerando as palavras do autor fica claro que essa abordagem territorial tem que tratar a teoria e a prática do território de uma maneira que tantos os problemas quanto às soluções sejam discutidas e encontradas dentro desse território.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), que segue essa linha de desenvolvimento pautado na abordagem territorial, também é conhecido como **“Territórios Rurais de Identidade”**, designação dada pelo MDA, por ter critérios que dão importância à agricultura familiar e a afirmação do caráter rural das atividades socioeconômicas.

Em relação à importância dada à agricultura familiar vale lembrar que já foi considerada, durante muito tempo, um segmento marginal e de pouca relevância para os interesses econômicos de uma sociedade capitalista, que vislumbra lucro em cima da chamada

agricultura de grande porte ou de exportação, com plantios voltados à monocultura (cana-de-açúcar, café, trigo, soja, etc.).

O agricultor familiar era considerado inábil à tomada de decisões comprometidas no desenvolvimento de seu meio de sobrevivência. Durante muito tempo, o poder público não demonstrava interesse voltado à promoção de políticas engajadas para o desenvolvimento desse segmento da sociedade (CASTELÕES, 2005).

Como lembra Schneider (2006), desde a década de noventa, a agricultura familiar passou a ocupar um papel relevante no cenário econômico e político, e apesar de contar muitas vezes com suas próprias forças. Ela se destaca enquanto setor produtivo que alavanca o emprego e que pode promover um desenvolvimento econômico mais igualitário.

A pequena propriedade agrícola passou a ter maior respaldo e destaque na atividade econômica e principalmente no campo social. A expressão “agricultura familiar” vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil, passando a ser utilizada com frequência nos discursos dos movimentos sociais do meio rural, por instituições governamentais e por estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam de análises do meio rural (SCHNEIDER, 2006).

Analisar apropriação, neste caso, implica compreender que as políticas públicas não são executadas da forma que são concebidas/formuladas e que, também, não atingem o público-alvo da mesma forma.

Para Moura (2011), esquematicamente, as políticas públicas passam por algumas instâncias que as influenciam no seu processo de concepção, proposição e operacionalização, até mesmo quando chega ao seu público focal, na forma em que é recepcionado. Ainda sobre a utilização da categoria agricultura familiar nas políticas públicas Buainain (2006), faz ponderações muito interessantes:

Embora a utilização da categoria *agricultura familiar* seja útil e desejável para fins de política, é preciso assumir, em profundidade, as consequências da reconhecida diferenciação dos agricultores familiares e tratá-los como, de fato, são: diferentes entre si; não redutíveis a uma única categoria simplesmente por utilizarem predominantemente o trabalho familiar. Uma política de apoio aos agricultores familiares *muito integrados e integrados* é provável que não tenha muitos pontos de contato com uma política de apoio aos agricultores familiares pobres do Nordeste e do Norte (BUAINAIN, 2006, p.113).

Ele acrescenta que, a heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil, reflexo da diversidade de contexto sociocultural, no qual ela se insere, exige a adoção de políticas diferenciadas que não podem se restringir à reedição de modelos de oferta de crédito barato ou serviços de extensão rural ou de oferta de tecnologias supostamente adequadas (BUAINAIN, 2006, p.114).

Estas diferenciações podem vir através de outros elementos como a agroecologia que é citada por Buainain (2006), onde as prioridades podem variar desde questões mais elementares para a difusão e aplicação dos princípios da agroecologia, como a educação e a assistência técnica (governamental, não-governamental, ou privada) a questões mais complexas de política de comercialização e desenvolvimento de marca e reputação, que reduzem os riscos associados à inovação (BUAINAIN, 2006, p.114).

Além dos elementos citados no parágrafo acima se faz necessário também que, as questões de maior abrangência política como o modelo de desenvolvimento, de políticas públicas sejam repensadas principalmente quando estes modelos se apropriam da agricultura familiar para planejar e efetivar programas governamentais, assim, é preciso que, haja um rompimento nesses moldes para que surjam modelos mais flexíveis e abertos para que assim possam atender claramente as necessidades desses sujeitos e não apenas atender ao planos estratégicos de mercado e do Estado.

Dois outros pontos que se fazem necessários destacar é que muitos desses determinantes, especificamente os arranjos institucionais determinados pelas políticas públicas, não são controlados pelos produtores, tais como condições de acesso a crédito, educação, extensão rural e o próprio comportamento dos preços (BUAINAIN, 2006, p.114). Segundo, que a ideia de assistencialismo tem assumido uma posição secundária no rol das políticas colocadas em prática, com ênfase cada vez maior no fortalecimento da capacidade produtiva (BUAINAIN, 2006, p.114).

Em relação à agricultura familiar no PRONAT, esse programa baseou-se como afirma Bonnal (2012), na vontade política de romper com o isolamento socioeconômico dos agricultores familiares, mediante o reconhecimento de seus papéis fundamentais nas dinâmicas territoriais, proporcionando-lhes apoio institucional e financeiro para ampliarem seus desempenhos. O principal tema da política está relacionado com,

[...] a escolha de modelos alternativos de desenvolvimento para as áreas rurais, mais diversificados e heterogêneos. Sua dinâmica institucional e bastante diferenciada, obedecendo a uma lógica de seleção de territórios que serão foco da intervenção pública e estabelecendo, em distintos níveis da

administração pública conselhos compostos pelo Estado e pela sociedade civil, que se encarregam de estruturar e avançar com o programa. As áreas rurais com grande concentração de elevados graus de pobreza e de moradia de agricultores familiares, assentados e comunidades e populações tradicionais, são o foco do programa, de forma que os interesses giram em torno desses atores (BONNAL e KATO, 2011, P. 70).

O PRONAT conta com colegiados de âmbito territorial, fóruns constituídos em cada território por instituições da sociedade civil e do poder público, responsáveis pelo planejamento territorial, pela articulação institucional, elaboração de propostas e projetos técnicos, acompanhamento e controle social das ações do Programa e de outras políticas públicas que concorrem para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Em relação aos Colegiados Territoriais, “o território aparece como um cenário natural de articulação, por meio da identificação de projetos estratégicos regionais ou locais, das potencialidades endógenas de leva-los a cabo e da integração das ações da política pública envolvido em seu propósito” (PERICO, 2008, p.66).

Em essência, o território é o elemento estruturante da política. Por isso são evidentes as vantagens do planejamento territorial, que reduz os custos de transação da política, possibilita o descobrimento de áreas de sinergia, incrementa o controle social e potencia as iniciativas de conglomerados econômicos e redes de gestão social (PERICO, 2008, p.66).

A concepção do território como unidade de planejamento e gestão do desenvolvimento “permite visualizar as possibilidades de atender as complexas demandas dos assentamentos humanos mediante políticas e estratégias de manejo dos recursos econômicos, culturais e ambientais que sustentam e fomentam a integridade do território” (RODRÍGUEZ, 2005, p. 46).

Para Bacelar (2008), o “planejamento democrático” é que tende a ganhar novos adeptos. Planejamento é cada vez mais entendido como um processo técnico e político, e não só como processo técnico. Já foi somente técnico, inclusive no Brasil, e em agências de planejamento e desenvolvimento regional. Esse conceito está sendo deixado para trás (BACELAR, 2008, p. 16/17).

A lógica buscada pelo planejamento territorial está demarcada no conceito de planejamento de baixo para cima, em oposição às tradições de cima para baixo, que tem caracterizado os Estados centralistas (PERICO, 2008, p.66).

O planejamento territorial, dentro do modelo de gestão de políticas públicas descrito, significa um sentido de subsidiaridade que implica o fato de reconhecer as capacidades dos territórios, em seus âmbitos regionais e

locais, para enfrentar de forma autônoma, seus próprios desafios de desenvolvimento, mas dentro de um marco de solidariedade com os níveis territoriais superiores, de forma que as competências da nação estejam determinadas pelos campos nos quais o território não possa suprir soluções, seja porque ultrapassam seus limites ou porque careçam das capacidade para enfrenta-los. A subsidiar idade e, em essência, articulação de estratégias, de ações, programas e investimentos entre os diferentes níveis e setores (PERICO, 2008, p.66).

O objetivo é acelerar processos locais e sub-regionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de forma descentralizada e sustentável, articulados a redes de apoio e cooperação solidária.

O PRONAT apoia, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), ações conjuntas entre municípios, territórios, estados, União e instituições sem fins lucrativos, na forma de investimentos em obras e serviços destinados às comunidades rurais e beneficiários do MDA que estão nos territórios.

Estimula o fortalecimento das organizações sociais locais e a articulação de recursos de diversas fontes e origens que já estejam disponibilizados ou que podem ser mobilizados em favor do desenvolvimento dos territórios como veremos no próximo capítulo. De acordo com o MDA/SDT (2011), o Pronat tem como principais objetivos:

Promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que visem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural; Desenvolver processos de gestão social, envolvendo a organização dos atores sociais, o planejamento participativo e ascendente nos territórios apoiados, bem como o controle social das políticas implementadas nesses espaços; Fortalecer as institucionalidades territoriais enquanto sujeitos fundamentais para a implementação do Pronat; Propiciar espaços para a participação e o protagonismo dos sujeito sociais (poder público e sociedade civil) na formulação, implementação e gestão social de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e qualificar essa participação por intermédio de processos de formação e capacitação contínuos; Contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar (MDA/SDT, 2011, p. 08).

Para Rodríguez (2005), a constituição de atores sociais em um território de maneira equitativa e pluralista “implica no desencadeamento de um processo de desenvolvimento de capacidades, pois nem todos os grupos sociais se encontram nas mesmas condições de participação social nem com o mesmo reconhecimento sobre sua contribuição” (RODRIGUEZ, 2005, p. 44).

Falando em atores sociais, logo se vêm à questão de gênero que no processo de construção de um desenvolvimento territorial sustentável rural vem sendo integrado a esse debate, pois, a sua afirmação torna a sua capacidade de ação fortalecida. Vejamos na citação a baixo.

O enfoque de gênero no território implica facilitar o *autodescobrimento* de homens e mulheres, sejam jovens, indígenas, camponeses ou empresários não-agrícolas, cooperativistas, dos movimentos pela terra, ambientalistas e integrantes de associações de trabalhadores, atores sociais reais ou potenciais, colabora na busca pelo reconhecimento e pelo fortalecimento a partir de sua capacidade de ação. Sua integração plena, justa e estrutural é uma prioridade nas diferentes dimensões que constituem o desenvolvimento territorial. Sua participação – social econômica e política – se fortalecem com a interação com outros atores, desde a grande pluralidade de espaços e com distintos graus de organização (RODRÍGUEZ, 2005, p. 44).

O papel dos atores sociais no leque das políticas públicas aqui estudadas varia significativamente. No caso das políticas de serviços públicos, a participação social limita-se às etapas de formulação das demandas sociais, mediante os circuitos estabelecidos nas esferas ampliadas. No caso das políticas de fomento a projetos coletivos nos territórios, a gestão social é mais complexa. A gestão constitui, *per se*, o principal alicerce do programa, procurando direcionar os atores locais para o exercício pleno do chamado protagonismo social (KATO, ZIMMERMANN e JUNIOR, 2012, 38).

Outro objetivo do PRONAT é, “propiciar espaços para a participação e o protagonismo dos sujeitos sociais (poder público e sociedade civil) na formulação, implementação e gestão social de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e qualificar essa participação por intermédio de processos de formação e capacitação contínuos”. Para Kato, Zimmermann, Junior (2012), podemos entender o protagonismo social territorial,

(...) o processo pelo qual determinados atores sociais existentes no território agem coletivamente como portadores da abordagem territorial e como impulsionadores principais da implementação tanto da institucionalidade como do desenvolvimento territorial. Isto significa que esses atores possuem, de forma mais ou menos clara ou incipiente ou implícita: (1) uma perspectiva de atuação territorial, (2) liderança razoavelmente legitimada na organização e na condução do Codeter e (3) algum tipo de proposta estratégica de desenvolvimento rural do território, que vai ser utilizada, explícita ou implicitamente, para tentar construir um tipo de “bloco hegemônico” no território e orientar a utilização dos recursos financeiros à disposição do Codeter (basicamente os do Pronat e Proinf), no sentido da aprovação de projetos territoriais que, pelo menos em parte relevante, objetivem implementar esta estratégia de desenvolvimento rural no território (KATO, ZIMMERMANN e JUNIOR, 2012, 52/53).

Contudo, essas ações acabaram mostrando-se insuficientes, tornando evidente a necessidade de ampliar as opções de intervenção no PRONAT. Nesse sentido, foi criada em 2004 a linha “Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)”, que se configura como um instrumento para a implementação da política de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por ser um documento que reúne informações sobre a realidade do território que possibilitarão a articulação de políticas públicas, como também investimentos particulares que irão favorecer o processo de desenvolvimento do Território.

Outra observação bastante relevante, ainda sobre o Pronat é que, além de serem consideradas as interações sociais, econômicas, culturais e ambientais das atividades desempenhadas pelas famílias rurais deve ser considerado também, “o fato de que a escala municipal não era mais considerada como a mais adequada para empreender processos significativos de desenvolvimento por causa de seu tamanho reduzido, além de poder estar contaminada por estratégias de manutenção de poder pelas oligarquias locais” (BONNAL, 2012, p. 3). Entre os critérios utilizados pela SDT para identificar os territórios rurais que, como vimos se define por sua identidade social econômica e cultural estão:

Conjunto de municípios com até 50 mil habitantes; densidade populacional menor que 80 habitantes/Km²; organizados em territórios rurais de identidade; integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e/ou Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional (MI) (BRASIL, 2008, p.02).

O PRONAT conta com um sistema de **Gestão Estratégica** (SGE) que é uma ferramenta para os Colegiados Territoriais e os diferentes gestores da Política de Desenvolvimento Territorial qualificarem o próprio desempenho a partir da gestão de informações e de processos de comunicação.

Como também com um **Sistema de Informações Territoriais** (SIT) que é um dos sistemas desenvolvidos pela SDT para disponibilizar dados dos territórios rurais e da cidadania gerados a partir de bases de dados oficiais de diferentes órgãos federais. Tanto o SGE quanto o SIT podem ser visitados no site do MDA do qual podem ser retiradas informações sobre o PRONAT.

O PRONAT também conta com **Células de Acompanhamento e Informação** que são unidades operacionais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial que fazem trabalhos de coleta, registro e análise de informações sobre os territórios rurais, além de apoiar a gestão

dos colegiados territoriais. As universidades participantes do estudo, realizado em parceria pela SDT/MDA/CNPq, são responsáveis por 27 projetos de pesquisa e extensão, que beneficiam 37 territórios rurais, espalhados em 607 municípios de todo o País.

Os trabalhos começaram em agosto de 2010 e seguiram até 2013. A participação no PRONAT se dá via os territórios rurais homologados pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural e incorporados pela SDT. Atualmente são 164.

Segundo o MDA (2013), uma vez incorporados ao PRONAT, os territórios passam a receber apoios cujas ações estão organizadas nas seguintes áreas de resultados: articulação de políticas públicas; organização e gestão social; formação de agentes de desenvolvimento territorial; dinamização econômica e inclusão produtiva, sendo que este último contempla também o cooperativismo e a ação infraestrutura e serviços territoriais (PROINF).

Para apoiar os territórios rurais com essas ações, são descentralizados recursos via contratos ou convênios com entidades públicas ou da sociedade civil sem fins lucrativos. No caso das últimas, a seleção é feita por edital de chamada pública.

A **articulação de políticas públicas**, de acordo com o MDA (2013), diz respeito à articulação de políticas e programas públicos nos territórios rurais e outras instituições, tendo como referência os projetos estratégicos dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

As articulações interinstitucionais podem ser feitas a partir do território, onde se permite integrar horizontalmente programas públicos com foco na realidade territorial e, gradualmente, rearticulá-los e recriá-los a partir de novos arranjos institucionais – fóruns, comitês, conselhos, consórcios, comissões e oficinas de desenvolvimento –, com autonomia, representatividade e legitimidade. A articulação também é feita a partir do governo federal, por meio do Programa Territórios da Cidadania ou outras iniciativas.

No que diz respeito à **organização e gestão social** no PRONAT, o MDA (2013), considera como um processo pelo qual o conjunto de atores sociais de um território se envolve não só nos espaços de consultas das políticas públicas, mas em iniciativas que vão desde a mobilização de agentes e fatores locais até a implementação e avaliação das ações planejadas, passando por etapas de diagnóstico, elaboração de plano, de negociação de políticas e projetos e de compartilhamento de responsabilidades entre poder público e sociedade civil. Isso implica na ampliação dos níveis das capacidades humanas, sociais e institucionais do território.

Para o PRONAT, a gestão social dos territórios implica na gestão compartilhada de assuntos de interesse público, na autogestão dos planos de desenvolvimento, na integração em redes dos colegiados, na promoção do desenvolvimento sustentável, na participação e inclusão social de novos atores, no estabelecimento de parcerias e no aporte de recursos - sejam eles materiais, humanos, tecnológicos ou financeiros – e novos conhecimentos. Para Perico, a palavra gestão implica, em um novo conceito, a “coletivização dos processos de desenvolvimento” (2009, p.26). Para ele:

A instrumentalização vista no modelo dos Territórios de Identidade e nos Territórios da Cidadania implica em processos de diagnósticos consensuais, onde há uma combinação de elementos objetivos de diagnósticos, elementos técnicos, mas onde o elemento importante não é o diagnóstico objetivo como havíamos conhecido tradicionalmente, mas sim o consenso sobre os elementos da problematização do território e das condições que favorecem ou limitam o desenvolvimento nos territórios, passa a ser o ponto central da discussão (PERICO, 2009, p. 26).

A gestão social do território é, “mais do que um conceito, trata-se de um processo com implicações enormes, do caráter técnico, econômico, político, cultural e de esperança para modelos novos, ou ainda, de visões novas da sociedade, de futuro e de satisfação” (PERICO, 2009, p. 34). A Gestão social é entendida pelo MDA como:

O processo através do qual o conjunto dos atores sociais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento, mas sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a mobilização desses agentes e fatores locais até à implementação e avaliação das ações planejadas, Análise Conceitual da Política de Territórios Rurais passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação de políticas e projetos. Gestão social implica, assim, um constante compartilhamento da responsabilidade pelos destinos do território (BRASIL, 2005a, p. 10).

Reforçando, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) que é ligada ao MDA, entende a gestão social como,

[...] uma certa maneira de gerir assuntos públicos, nesse caso em particular as políticas e iniciativas voltadas para a promoção do desenvolvimento das áreas rurais. Para que ela ocorra de maneira eficaz, deve se apoiar em sistemas descentralizados, baseados em forte participação, com maior fluidez e densidade de informação, de estabelecimento de parcerias e de articulações em rede. Em desenvolvimento territorial isso requer a construção de pactos de concertação social [...], o detalhamento do pacto em um plano de desenvolvimento negociado, a construção de institucionalidades

que representem espaços de compartilhamento do poder e das responsabilidades e, finalmente, mecanismos de controle social sobre as ações previstas no plano (BRASIL, MDA/SDT, 2005b, S/P).

Furtado (2009), considerando observações fruto das experiências vivenciadas levanta alguns pontos que considera relevantes e que poderão fragilizar o processo de gestão social das políticas públicas, em particular, no processo da gestão social territorial. Vejamos:

a) os conselhos, quando muito respeitam a paridade entre representação da sociedade civil e poder público, todavia, essa paridade quantitativa não contribui com o processo de gestão social da coisa pública porque, quase sempre, o nível de informações que detêm os representantes da sociedade civil é significativamente menor que os representantes do poder público, principalmente nos conselhos municipais; b) a representatividade nos conselhos não atende à diversidade municipal nem territorial; c) na construção dos territórios a identidade é muito pouco percebida; d) nos territórios, de uma maneira geral, as decisões ainda são tomadas levando em consideração somente os interesses municipais por ser pequena a participação da sociedade civil; e) os conselhos municipais ainda sofrem por falta de autonomia ou estão reféns da prefeitura, do prefeito ou de outro poder local que tem interesse distinto do interesse da sociedade como todo, e mais distante ainda, dos interesses dos territórios; f) a sociedade ainda não se deu conta da presença dos conselhos e, conseqüentemente, da importância de sua possível contribuição para as transformações necessárias no município e muito menos nos territórios, dentre outras coisas, por toda tradição quanto à partilha de poder nesses níveis; g) o sentimento de pertencimento foi pouco valorizado pelos poderes públicos, quando muito, quando havia interesses econômicos subjacentes; h) por toda carga voltada à desconstrução das forças que possibilitassem resistência aos poderes locais, ao longo da história desse país, os territórios concebidos pelo MDA tiveram pouco tempo para se autodefinirem como território, além dos possíveis equívocos na sua concepção e/ou no processo de sua construção ou reconstrução. (FURTADO, 2009, p.91).

A gestão do desenvolvimento sustentável, a partir do território, orienta-se para o alcance de resultados práticos, entre os quais estão:

a) a construção de modelos, estratégias e planos de desenvolvimento sustentável com base em contextos territoriais específicos, a partir de processos de planejamento ascendente; b) a identificação de desequilíbrios e desigualdades e a construção de soluções por intermédio da cooperação e responsabilidade compartilhada entre instituições, grupos e atores sociais; c) a valorização dos recursos territoriais, tanto do ponto de vista ambiental e econômico quanto do ponto de vista social e cultural; d) a identificação de complementaridades entre atividades, atores, mercados e recursos que facilitem processos de coesão interna do território e sua articulação com outros territórios nacionais e supranacionais; e) a construção de políticas de desenvolvimento territorial sustentável que pode harmonizar-se com

políticas setoriais e nacionais de maior abrangência (RODRÍGUEZ, 2005, p. 36/37).

A gestão social do território busca como uma de suas prioridades, que tais decisões públicas sejam permeadas pelas “dinâmicas territoriais, a valorização de seus ativos, o reconhecimento de seus entornos culturais, de suas potencialidades, de suas vantagens comparativas e competitivas, de suas aspirações e de seu projeto territorial” (PERICO, 2008, p.59).

Outro ponto importante para o desenvolvimento do PRONAT diz respeito aos colegiados territorial de desenvolvimento (CODETER), que são, um fórum de abrangência territorial, constituído por instituições da sociedade civil e das três esferas do poder público e que tem como função planejar ações e articular políticas públicas em prol do desenvolvimento rural sustentável do território e exercer o controle social sobre políticas e programas públicos.

Os colegiados são responsáveis por identificar as demandas locais, promover a interação entre gestores públicos e a sociedade civil e conselhos setoriais, contribuir com sugestões para a integração e qualificação de ações, além de divulgação das ações do PRONAT e do Programa Territórios da Cidadania.

A criação do regimento interno e a dissolução dos colegiados territoriais, além da definição da composição e suas alterações, são de responsabilidade das instituições de cada território. As instituições interessadas em participar do colegiado devem procurar a direção dos mesmos ou outra instituição que o compõe.

No PRONAT também há formação de agentes de desenvolvimento territorial com o objetivo de formar agentes de desenvolvimento capazes de atuar de forma organizada na gestão social dos territórios rurais. São considerados agentes de desenvolvimento atores sociais dos territórios rurais, como agricultores (as) familiares, conselheiros(as), gestores(as) públicos e privados membros dos Colegiados Territoriais, dirigentes e técnicos(as) de movimentos sociais e de organizações governamentais e não governamentais, povos indígenas, jovens, mulheres, representantes das populações tradicionais, educadores(as) e demais parceiros(as) institucionais da SDT.

Em relação à dinamização econômica, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) entende que o fortalecimento da agricultura familiar passa, necessariamente, pela dinamização econômica dos territórios rurais, com a organização dos produtos e da produção da agricultura familiar.

Para a SDT essa organização se concretiza por meio da viabilização de formas associativas que vão desde os grupos informais, que unem produtores em torno de interesses comuns, e associações comunitárias até cooperativas de natureza variada (produção, comercialização, crédito etc.).

Outro ponto importante no PRONAT é o cooperativismo. Segundo a SDT as ações com foco no cooperativismo têm como estratégias o fortalecimento e aperfeiçoamento dos empreendimentos nos diversos sistemas; formação e qualificação de gestores desses empreendimentos e de suas redes; assessoramento técnico e gerencial por intermédio das bases de serviço cooperativadas e de crédito; e ampliação do acesso à infraestrutura produtiva.

É importante lembrar também que o conceito de cooperação é diferente de cooperativismo, como afirma Costa:

[...] não se pode confundir o ato de cooperar com o cooperativismo, pois, enquanto o primeiro pode ser entendido como qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica, o segundo só pode ser entendido como um movimento social que procurou, através da associação, fugir de uma opressão social resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX (COSTA, 2007, p. 58).

Para Rodríguez (2005), o enfoque territorial enfatiza a convergência das ações institucionais nos territórios, dando densidade a enlaces efetivos de cooperação e de coordenação para o desenvolvimento a partir de uma visão unificada de longo prazo e uma leitura de realidade inserta nas características e transformações conjunturais e estruturais do tecido social territorial, algo muito próximo à pesquisa-ação ou à pesquisa aplicada (RODRÍGUEZ, 2005, p.46). Para ele,

O conhecimento e a aprendizagem derivados dos processos de cooperação para o desenvolvimento possibilitam às pessoas, a partir da realidade concreta e significativa, exercitar suas capacidades de transformar deliberadamente sua realidade e encontrar um sentido de bem-estar próprio no bem-estar coletivo (...). É o ideal de que a população rural, a partir de suas distintas formas de organização, descubra por si própria suas capacidades e alargue a visão sobre os recursos produtivos, sociais, ambientais e institucionais do território (RODRÍGUEZ, 2005, p. 45).

Para a SDT (2013), o cooperativismo e associativismo solidário são uma estratégia fundamental ao fortalecimento da agricultura familiar e um instrumento essencial para o desenvolvimento do setor em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

E contribui para a ampliação da democracia desenvolvendo, a partir da política de desenvolvimento territorial, como foco estratégico, o fortalecimento da capacidade de governança dos segmentos da agricultura familiar e economia solidária em suas cadeias produtivas para a gestão social do desenvolvimento sustentável.

Entretanto, na prática, na maioria das vezes não é bem assim que acontece, pois, é verdade sim que nesse sistema cooperativista, cooperativas se multiplicaram, no entanto, é verdade também que, as ações cooperativistas não conseguiram no caso da política de desenvolvimento territorial rural sustentável alcançar resultados expressivos que, fortaleçam e aperfeiçoem os sujeitos e os empreendimentos com assistência de crédito, técnica de infraestrutura de forma que, consigam tocar significativamente nas desigualdades sociais, como será discutido no caso da Frutiaçu, posteriormente.

Se assim não for, no PRONAT, neste caso, continuaram sendo apenas influenciadas a seguir uma lógica de mercado e consequentemente de expansão do capital. Contrariando seu real papel de movimento social que vai contra o sistema posto. Passando a ter uma neutralidade política e social com ações de formação apenas econômica.

No caso específico das cooperativas agrícolas, como a que vamos analisar mais profundamente, ela surge como tantas outras que geralmente têm como objetivo buscar coletivamente superar as dificuldades encontradas pelos agricultores para a comercialização da produção como, por exemplo, evitar a ação dos atravessadores que comprem os produtos da agricultura familiar por preços que em nenhuma circunstância valorizam o sujeito produtor com sua força de trabalho e sua produção que resulta de uma organização familiar.

Schneider (1981) conclui que a atual estrutura cooperativa reforça a desigualdade entre os pequenos agricultores e os grandes proprietários, visto que a mesma tende a incorporar relações de dominação e subordinação presentes na sociedade maior. Na cooperativa, essa situação se manifesta no exercício do poder pelo grupo economicamente mais poderoso, que tende a se revezar nos cargos administrativos da mesma.

Todavia observamos na área de estudo que o sistema cooperativista tem sido um canal compatível com as necessidades dos produtores, já que a partir da comercialização da produção conseguiu-se elevar a renda dos cooperados.

De acordo com o MDA/SDT, o PRONAT começou a operar em 2004 em 65 territórios. Em 2006, abrangia 118 e, atualmente, conta com 164 territórios rurais compostos por 2,5 mil municípios. Deste total, 120 foram incorporados ao Programa Territórios da

Cidadania, criado pelo governo federal em 2008 e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República.

Nos 164 territórios apoiados pelo PRONAT, estão presentes 29% da população total do Brasil, 56% da população rural, 59% dos agricultores (as) familiares, 73% das famílias assentadas pela reforma agrária, 71% dos quilombolas e 57% dos pescadores, além de 56% das terras indígenas.

A região Nordeste, conta com um numero de 68 territórios rurais dos quais 48 elaboraram e qualificaram seus PTDRS. Destes, praticamente todos demandaram ações de formação e capacitação. Podemos observar quais são estes na Figura 6.

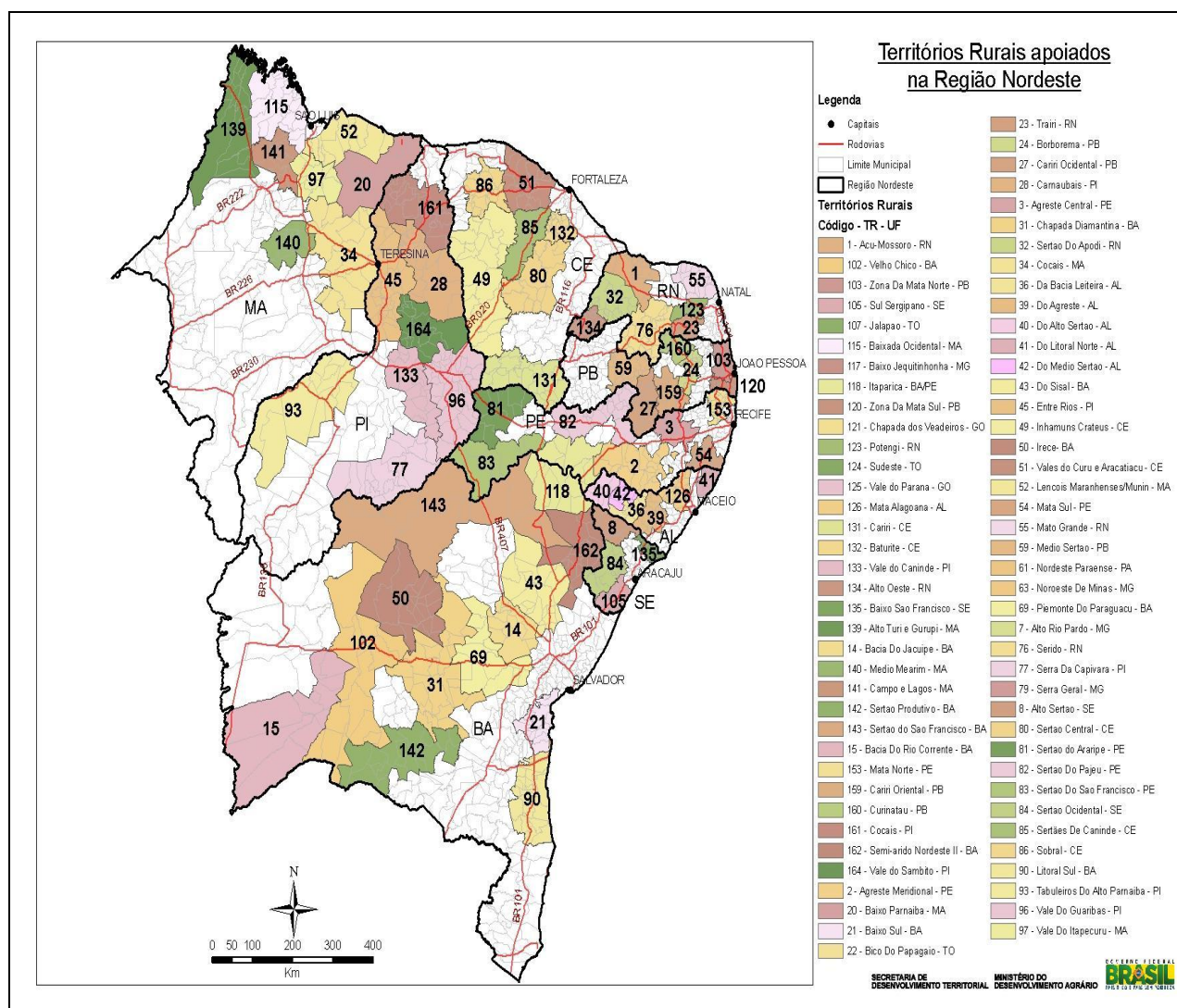


Figura 6: Territórios Rurais apoiados no Nordeste.

Fonte: Base territorial do STI/SDT/MDA, 2010.

No estado da Paraíba, segundo o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba (CEDRS-PB), foram homologados 15 territórios rurais (veja Figura 7), dentre eles o Zona da Mata Norte que será analisado mais profundamente neste trabalho.

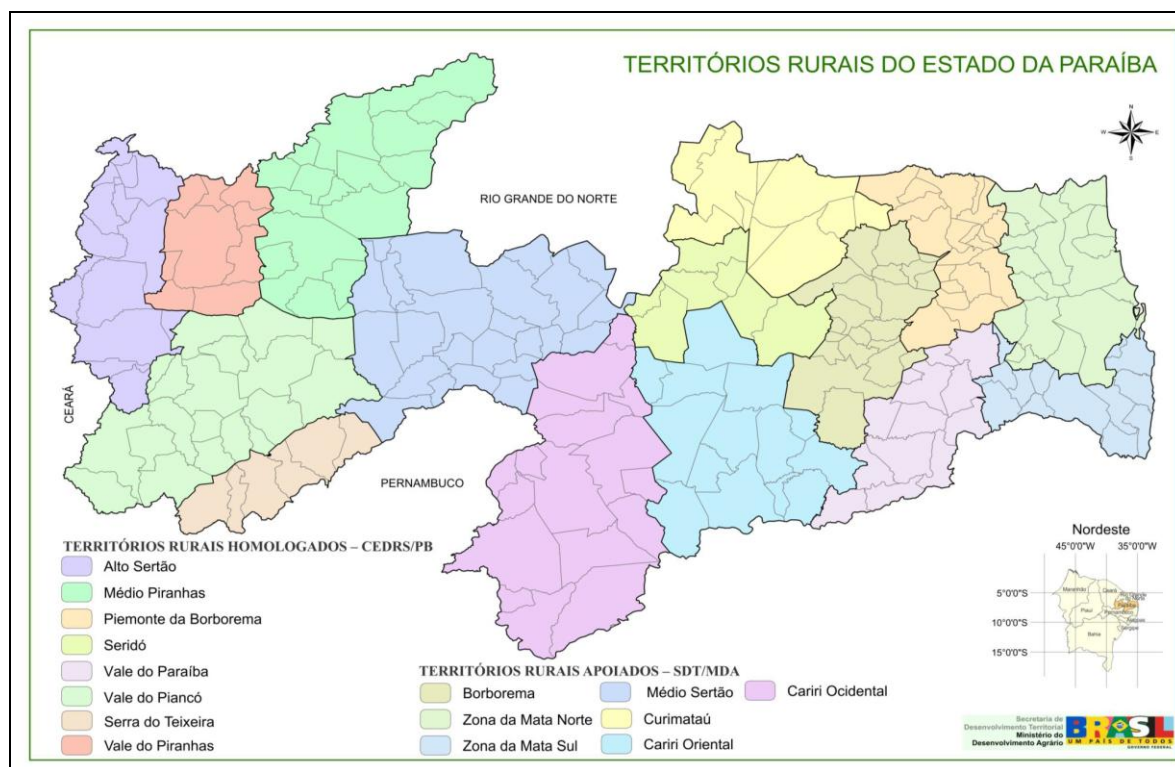


Figura 7: Territórios Rurais no Estado da Paraíba.

Fonte: PTDRS- Zona da Mata Norte, 2010.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF de acordo com a resolução Nº 94 de 23 de Maio de 2013 incorporou novos territórios ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT. Mais 74 Territórios Rurais foram incorporados, atingindo a marca de 1.072 municípios contemplados com ações destinadas aos agricultores.

Os novos Territórios Rurais significam uma ampliação da atuação do Ministério, como as políticas de crédito, de apoio à comercialização e assistência técnica. Antes da inclusão, eram 165 territórios organizados. Esse número salta para 239, chegando próximo da meta estipulada de 280 Territórios Rurais até o fim de 2015.

No item a seguir iremos apresentar o Programa Territórios da Cidadania – PTC, que como foi citado é um desdobramento do PRONAT. Com esse programa surge com a intenção de articular, em torno de um mesmo território, um amplo leque de políticas públicas com investimentos previstos que contribuirão na elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e assim, evitar o êxodo rural e superar as desigualdades regionais.

3.1.2 Programa Territórios da Cidadania – PTC

O que distingue de fato estes programas (PRONAT E PTC) é a ênfase que o PTC dá ao combate da pobreza e à conquista de cidadania como objetivos primordiais da intervenção governamental. O PTC é,

[...] um programa de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações (BRASIL, 2008, p. 02).

Ainda sobre o PTC que faz uso do desenvolvimento em seu caráter sustentável o programa tem como objetivo a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural inclusive as de gênero, raça e etnia por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável com:

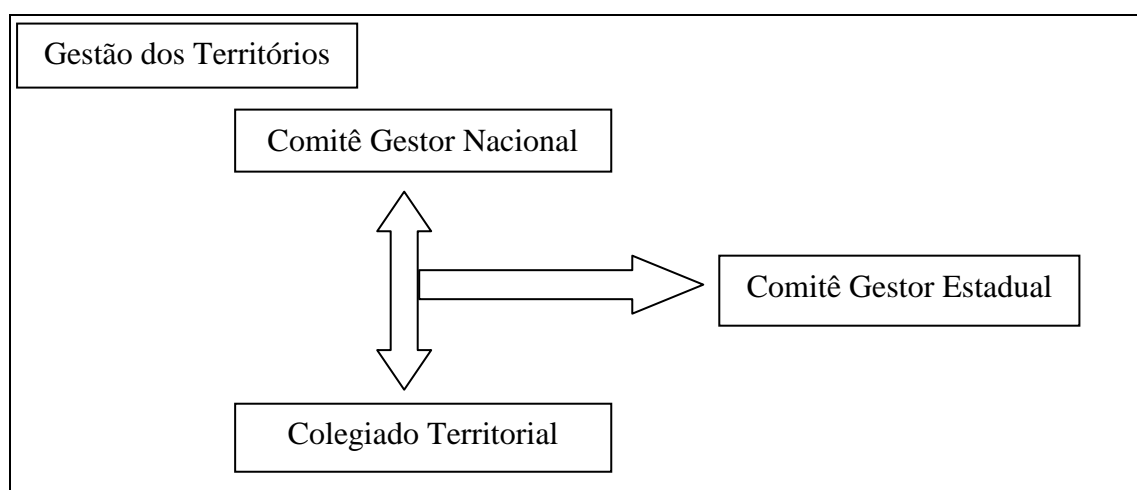
Integração de políticas públicas a partir de planejamento territorial; Ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas; Ampliação da oferta e universalização de programas básicos de cidadania; Inclusão produtiva das populações pobres e segmentos sociais mais desiguais, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas e indígenas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p.04).

Tem como premissas: o reconhecimento dos Colegiados Territoriais como instâncias de planejamento, gestão e controle social das ações implementadas no âmbito do Programa; e a utilização dos Planos de Desenvolvimento Territorial como referência para a identificação e atendimento de demandas, elaboração e financiamento de projetos, integração de políticas públicas e elaboração de planos e programas setoriais, complementares (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p.05). O enfoque dos territórios de cidadania tem por referência:

[...] os territórios rurais como espaço de articulação e gestão de políticas públicas é oriunda principalmente, da necessidade de se adotarem concepções inovadoras para enfrentar problemas que, apesar dos avanços conseguidos, persistem atingindo fortemente algumas regiões e grupos sociais. Especificamente refere-se ao enfrentamento da pobreza e da exclusão social, à degradação ambiental e às desigualdades regionais, sociais

e econômicas que ainda atingem o meio rural brasileiro (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p.03).

O PTC tem como instrumentos: a elaboração de termos de cooperação Interministerial para integração de políticas públicas com base nos Planos, Ações e Projetos envolvidos no Programa Territórios da Cidadania; editais Públicos de chamada de Projetos para os territórios rurais; criação de Consórcios Públicos nos Territórios Rurais para operacionalização de programas e projetos territoriais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p.06). A gestão dos territórios segue o mesmo modelo da gestão do PRONAT, vejamos no Fluxograma 2.



Fluxograma 2: Gestão dos territórios.

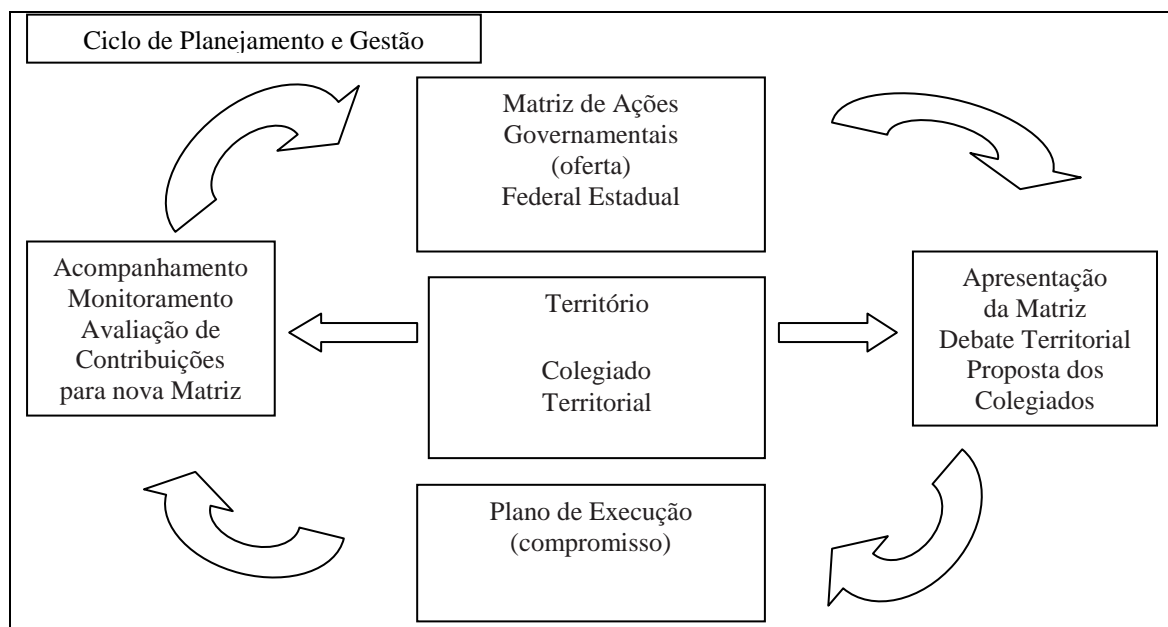
Fonte: Territórios da Cidadania, 2009.

O Comitê Gestor Nacional, que reúne os Ministérios parceiros do Programa, define os Territórios atendidos, aprova diretrizes, organiza as ações federais e avalia o Programa (TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2009, p. 04).

O Comitê de Articulação Estadual, composto pelos órgãos federais que atuam no Estado, pelos órgãos estaduais indicados pelo Governo do Estado e por representantes das prefeituras dos Territórios, apoia a organização dos Territórios, fomenta a articulação e a integração de políticas públicas e acompanha a execução das ações do Programa (TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2009, p. 04).

O Colegiado Territorial, composto paritariamente por representantes governamentais e pela sociedade civil organizada em cada Território, é o espaço de discussão, planejamento e execução de ações para o desenvolvimento do Território. Ele define o plano de desenvolvimento do Território, identifica necessidades, pactua a agenda de ações, promove a integração de esforços, discute alternativas para o desenvolvimento do Território e exerce o

controle social do Programa (TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2009, p. 04). Além da gestão dos territórios há também o ciclo de planejamento e gestão, vejamos no Fluxograma 3.



Fluxograma 3: Ciclo de planejamento e Gestão.

Fonte: Territórios da Cidadania, 2009.

Uma **Matriz de Ações** é apresentada todo ano em cada Território. É o conjunto de propostas ou de ações do Governo Federal para o Território, com dados descritivos e metas físicas e financeiras territorializadas (TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2009, p. 05).

É a partir dessa matriz de ações que iremos analisar quais ações foram territorializadas no território da Zona da Mata Norte de acordo com o ministério responsável, a descrição do projeto, a área de atuação, a unidade e produto da meta física, a meta física e a meta financeira prevista para cada ação territorializadas que poderá ser executada.

Após a apresentação da Matriz de Ações, o Colegiado Territorial inicia o **Debate Territorial**, no qual são discutidas as ações e indicadas demandas e/ou prioridades. Este também é o fórum para definir uma agenda de articulação do Colegiado Territorial com as instâncias municipais para o atendimento de demandas específicas (TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2009, p. 05).

Após o Debate Territorial, o Governo detalha a Matriz de Ações, incorporando ajustes e complementações. O resultado é o **Plano de Execução**, base para o monitoramento e o controle social da realização das ações pactuadas no Território (TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2009, p. 05).

O controle das ações do Plano de Execução é feito por meio do **Relatório de Execução**, que detalha os estágios da execução física e orçamentária- financeira, as restrições, os riscos e as providências adotadas. É complementado com arquivos elaborados pelos gestores das ações que contêm dados do andamento das obras nos municípios, localidades e comunidades (TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2009, p. 05).

É considerando esse relatório de execução que podemos avaliar em cada território rural, no nosso caso, o da Zona da Mata Norte, quais quantas e quais ações territorializadas foram executadas, o que foi previsto, empenhado, pago e executado, além das informações da matriz de ação acima apresentada.

Ele combina diferentes ações de ministérios e governos estaduais e municipais, consolidando as relações federativas, tornando mais eficiente a ação do poder público nos territórios, como afirma Brasil (2008), por exemplo:

Serão desenvolvidas ações combinando os financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a ampliação da assistência técnica; a construção de estradas com a ampliação do Programa Luz para Todos; a recuperação da infraestrutura dos assentamentos com a ampliação do Bolsa Família; a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com a ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; e a construção de escolas com obras de saneamento básico e a construção de cisternas (BRASIL, 2008, p. 02).

Esses instrumentos representam inovações no que se refere à governança territorial de políticas públicas, permitem que os membros dos colegiados territoriais monitorem os graus de execução de distintas políticas públicas e identifiquem os recursos financeiros a serem captados pelos territórios via a elaboração de projetos específicos.

Como vimos, os critérios utilizados pela SDT para identificar os territórios rurais se define por sua identidade social econômica e cultural, já para identificação de quais territórios seriam o foco da atuação do Programa Territórios da Cidadania, foram definidos critérios técnicos como:

Menor IDH (Índice do Desenvolvimento Humano); maior concentração de agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por Estado da Federação (BRASIL, MDA/SDT, 2007).

A linha de ação “Acesso a direitos e fortalecimento institucional” reúne um conjunto de políticas públicas essenciais para assegurar a condição básica de cidadania às populações do meio rural e proporcionar sua participação na gestão social do desenvolvimento. De acordo com a SDT/MDA (2010), essas ações compreendem:

bolsa família; construção de cisternas; priorização do Programa Luz para Todos nos territórios; Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; implantação e fortalecimento dos colegiados; alfabetização de jovens e adultos; Programa Dinheiro Direto na Escola; Pró-Info rural (infra-estrutura em escolas rurais); Farmácia Popular; Médico da Família; Agentes Comunitários de Saúde; Programa Brasil Sorridente; Programa de Economia Solidária; Programa de Qualificação; Programa de Microcrédito; constituição e fortalecimento de consórcios públicos; implantação e fortalecimento de Consads; Inclusão Digital nas Escolas e Assentamentos; Arca das Letras; Pontos de Cultura; Programa Saberes da Terra (SDT/MDA, 2010, p. 92-93).

Para o Programa foram mobilizadas ações dos seguintes Ministérios e Órgãos do Governo Federal:

Casa Civil; Secretaria-Geral da Presidência da República; Planejamento; Secretaria de Relações Institucionais; Minas e Energia; Saúde/Funasa; Integração Nacional; Trabalho e Emprego; Meio Ambiente; Cidades; Desenvolvimento Agrário/Incra; Desenvolvimento Social; Educação; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; Justiça/Funai; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Cultura; Banco do Brasil; Banco da Amazônia; Caixa Econômica Federal; Banco do Nordeste do Brasil; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BRASIL, 2008, p. 15).

De acordo com Brasil (2008), para o primeiro ano do programa foram definidos 60 territórios com, Municípios: 958 (17% do total de municípios) População Total: 24 milhões (14%) População Rural: 7,8 milhões (27%) Agricultura Familiar: 1 milhão de agricultores (24%) Assentados Reforma Agrária: 319,4 mil famílias (40%) Bolsa Família: 2,3 milhões de famílias (21%) Comunidades Quilombolas: 350 (37%) Terras Indígenas: 149 (25%) Pescadores: 127,1 mil (33%) (p.03).

Até meados de 2013 eram 165 territórios organizados, hoje são 239 territórios rurais, com uma meta para 2015 de 280 territórios rurais. Dos 239 territórios, 120 são também territórios da cidadania, numero ampliado desde 2010.

Lembrando que esses territórios rurais do PTC são os mesmos dos territórios rurais do então PRONAT, o que diferencia é que eles são extraídos do PRONAT por apresentarem critérios pré-estabelecidos pelo PTC para o combate a pobreza, ou seja, todos são territórios rurais, no entanto, boa parte, é também território da cidadania, motivo que leva estes a receber ações de ambos os programas como é o caso do território Zona da Mata Norte.

Considerando algumas características físicas, ambientais, sociais, culturais e econômicas dos 15 territórios rurais consolidados no estado da Paraíba 7 são também territórios da cidadania onde conseqüentemente, além dos investimentos do PRONAT recebem também do PTC.

A finalidade dos programas PRONAT e PTC, mesmo apresentando posturas distintas, são complementares no que tange à redução da pobreza rural. No entanto, para o PRONAT, o enfrentamento direto à pobreza rural não está contemplado dentro de seu quadro de metas, como tivemos a oportunidade de analisar.

O PRONAT, como afirma Bonnal (2012), é uma política processual, no sentido em que ele é baseado num corpo normativo elaborado ao nível federal e cujo objetivo é nortear os atores do setor da agricultura familiar na elaboração de projetos territoriais.

No caso do PTC, como também podemos analisar, seus objetivos e propostas defrontam-se com as causas da estagnação socioeconômica, da qual a pobreza é uma das manifestações mais visíveis. Nesse sentido as políticas públicas cumprem um papel fundamental.

Segundo Buarque, enquanto o programa Territórios Rurais de Identidade organiza as demandas nos planos do território, o programa *Territórios da Cidadania* exerceu um papel de articulação da oferta de projetos federais que poderiam ser implementados nos diferentes territórios.

Essa oferta é levada para o território de modo a ser analisada e priorizada pela sociedade local organizada (2012, p. 60). O Quadro 2 apresenta, sinteticamente, essas diferenças entre os dois programas.

Programa	Instituição	Dimensões	Corte Territorial	Relação Território/ União	Sistema de Gestão	Instru-mento
PDSTR (PRONAT)	MDA/SDT	Foco na agricultura familiar	Supramunicipal com Densidade de AF (164)	Identificação das demandas para financiamento	Colegiados deliberativos definem prioridades e demandas de projetos e atuação de articulador estadual e local	Planos Territoriais
Território da Cidadania (PTC)	Casa Civil da Presidência	Multidimensões	Supramunicipal com densidade de pobreza (maior AF e menor IDH)	Oferta de projetos federais colegiados consultivos	Colegiados consultivos analisam oferta de projetos e ações no território com articulador estadual	Articulação de projetos setoriais da União

Quadro2: Papel de articulação dos Territórios Rurais de Identidade e dos Territórios da Cidadania.

Fonte: Buarque, 2012, p. 160.

É fato que quanto mais estas políticas conseguirem se transformar em respostas à estratégia geral de desenvolvimento com sustentabilidade, mais adequadamente cumprirão o seu papel.

Sabemos que, a agricultura familiar, quando concebida enquanto sujeito do desenvolvimento, é ainda um processo em consolidação. Consequentemente o seu fortalecimento e valorização dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que necessitam serem implementados de uma forma articulada por uma diversidade de atores e instrumentos.

Em relação ao PTDRS, este plano foi criada em 2004 com a linha “Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)”, considerando que, as ações do PRONAT acabaram mostrando-se insuficientes, tornando evidente a necessidade de ampliar as opções de intervenção.

No capítulo a seguir, dando continuidade à discussão da política de desenvolvimento territorial rural sustentável, será apresentada e analisada a política no estado da Paraíba, mais especificamente, no Território da Zona da Mata Norte um dos quinze territórios rurais do estado.

Por isso não aprofundamos neste momento as discussões em torno do PTDRS pois, esta análise será iniciada no próximo capítulo e aprofundada no último capítulo onde a partir do entendimento de tudo o que foi trabalhado avaliaremos as ações da política que têm como base de planejamento e metodologia de ação o PTDRS.

CAPÍTULO IV

PROCESSO DE GESTÃO SOCIAL DO PLANO

TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO

RURAL SUSTENTÁVEL DA ZONA DA MATA

NORTE

4. Processo de Gestão Social do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Zona da Mata Norte

Inicialmente foram formados, na Paraíba, quatro territórios denominados Zona da Mata, Borborema, Cariri e Médio Sertão.

No entanto, de acordo com a CODETER (2010), a partir da implementação da política, verificou-se que os territórios da Zona da Mata e do Cariri eram muito extensos e havia diferenças nas características e nas relações sociais, econômicas e culturais de determinados municípios, além das distâncias entre os municípios dificultar as ações de articulação e mobilização (CODETER, 2010, p. 12).

Considerando esses pontos, em novembro de 2007, foi realizada uma plenária na qual foi homologada a divisão ficando então denominados Zona da Mata Sul e Zona da Mata Norte, Cariri Ocidental e Cariri Oriental. A referida divisão foi homologada posteriormente no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Posteriormente, foi criado o Território do Curimataú, configurando-se, então, sete territórios no Estado, dos quais seis se encontram, atualmente, atendidos pelo Programa Territórios da Cidadania como podemos observar na Figura 8, exceto o Território do Cariri Oriental-PB.

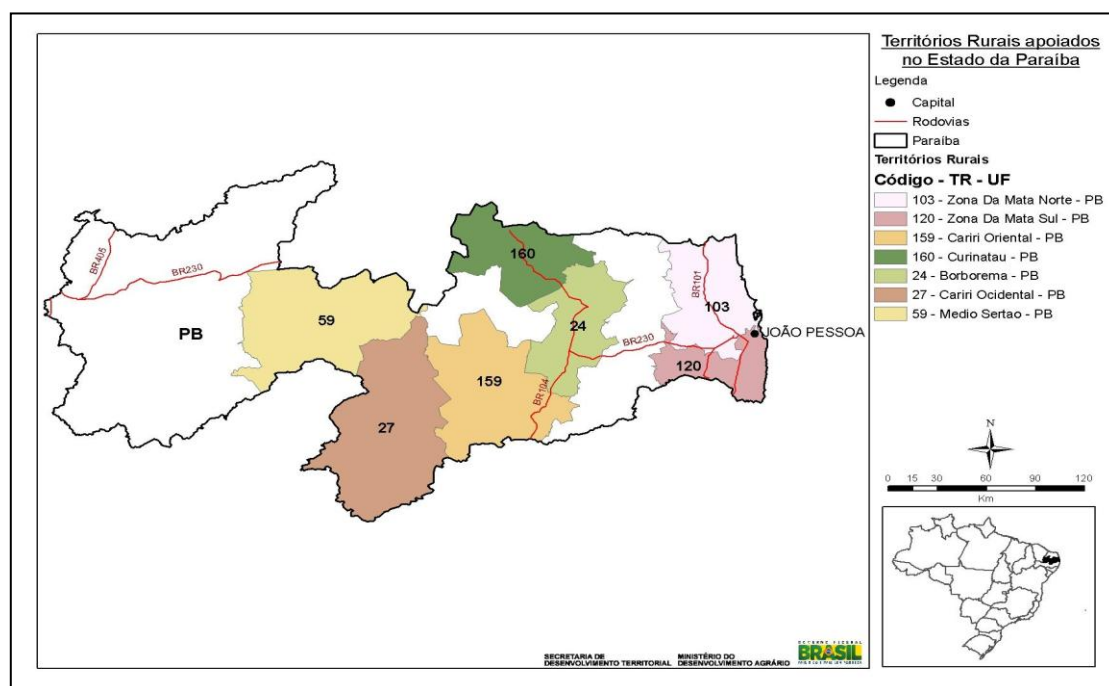


Figura 8: Territórios da Cidadania.

Fonte: Base territorial do STI/SDT/MDA, 2010.

Os seis dos 15 Territórios do Estado da Paraíba apoiados pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT e pelo Programa Território da Cidadania- PTC se apresentam em diferentes categorias, estágios ou processos sociais, pois se revestem de momentos próprios e com experiências práticas de vivência e governança. No Quadro 3 podemos observar como se deu a evolução dos territórios.

Evolução da categoria dos Territórios Rurais na Paraíba – 2007/2010				
TERRITÓRIO	2007	2008	2009	2010
Zona da Mata Sul	TRI	TRI e PTC	TRI e PTC	TRI e PTC
Zona da Mata Norte	TRI	TRI e PTC	TRI e PTC	TRI e PTC
Borborema	TRI	TRI e PTC	TRI e PTC	TRI e PTC
Cariri Oriental	TRI	TRI	TRI	TRI
Cariri Ocidental	TRI	TRI	TRI e PTC	TRI e PTC
Médio Sertão	TRI	TRI	TRI e PTC	TRI e PTC
Curimataú	*	TRI	TRI e PTC	TRI e PTC
TRI – Território Rural de Identidade; PTC – Programa Território da Cidadania; * Não incorporado ao PRONAT				

Quadro 3: Evolução da categoria dos Territórios Rurais na Paraíba – 2007/2010.

Fonte: CODOTER, 2010.

Durante a realização do “I Salão dos Territórios da Paraíba”, foram homologados novos territórios rurais, quais sejam: Piemonte da Borborema, Vale do Paraíba, Seridó, Serra do Teixeira, Médio Piranhas, Vale do Piranhas, Alto Sertão e Vale do Piancó.

O território da Zona da Mata que faz parte da estratégia de apoio à dinamização econômica é composto por 27 conforme apresentado na introdução deste trabalho. Destes 27 municípios, 19 integram o território da Zona da Mata Norte, conforme apresentados na Figura 1, Capítulo I.

O território da Zona da Mata Norte está inserido na Mesorregião da Mata Paraibana. Seus principais centros urbanos são os municípios de Cabedelo e Santa Rita, localizados na região Metropolitana de João Pessoa e os municípios de Mamanguape e Rio Tinto localizados na Microrregião do Litoral Norte.

O território conta com um plano de desenvolvimento territorial rural sustentável que serve de apoio/base para a elaboração de projetos que quando aprovados em um processo que veremos logo a baixo são financiados por sistemas de financiamentos públicos e privados.

A seguir será apresentado esse plano para entendermos melhor como ele se apresenta como uma das principais metodologias no processo de desenvolvimento dos territórios rurais da política.

4.1 Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Zona da Mata Norte

Como já foi dito, as ações do PRONAT acabaram mostrando-se insuficientes, tornando evidente a necessidade de ampliar as opções de intervenção. Nesse sentido, foi criada em 2004 a linha “Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)”.

Esse plano se configura como um instrumento para a implementação da política de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por ser um documento que reúne informações sobre a realidade do território que possibilitarão a articulação de políticas públicas, como também investimentos particulares que irão favorecer o processo de desenvolvimento do Território e “Gestão Administrativa do Programa”. No PTDRS as informações sobre o território e seus respectivos municípios são apresentados através de dimensões, são elas:

- **Dimensão social, cultural e educacional** é feito o contexto histórico, a localização Geográfica, características demográficas, características do tecido social organizativo, principais programas sociais existentes no território, desenvolvimento humano e desigualdade social, saúde, educação, cultura, auto diagnóstico;
- **Dimensão ambiental** são apresentadas as características geo-ambientais, as terras indígenas, áreas prioritárias para a conservação, principais biomas, características geoclimáticas, características geomorfológicas, características hidrológicas, características edafológicas, características vegetativas, recursos minerais, características antrópicas, desmatamento e queimadas, programas ambientais no território, auto diagnóstico;
- **Dimensão socioeconômica**, são apresentados estudos sobre a estrutura fundiária, projetos de assentamento, características dos sistemas produtivos rurais, principais atividades produtivas integradoras e aglutinadoras, agricultura, pecuária, pesca, extrativismo, agroindústria familiar, atividades não agrícolas, turismo rural, artesanato, subsistema de produção, subsistema de beneficiamento, subsistema de comercialização sociais e de apoio à produção, assistência técnica e extensão rural, crédito rural, PRONAF, infra-estrutura social e produtiva, estradas, energia elétrica, auto diagnóstico;

Na dimensão político institucional, também é apresentado um auto diagnóstico da própria dimensão politico-institucional, visão de futuro, princípios norteadores, eixos de desenvolvimento, projetos estratégicos, modelo de gestão do plano territorial. O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Zona da Mata- PB (PTDRS) foi construído no período de 2004 a 2006, com a participação das representações das instituições do poder público e das entidades da sociedade civil no Colegiado.

Por ocasião do desmembramento do Território da Zona da Mata que culminou na criação dos Territórios da Zona da Mata Norte e Zona da Mata Sul, houve a necessidade de se proceder uma análise e, conseqüentemente, o desmembramento, também do documento o que aconteceu em 2007/2008. Abaixo esta descrito os objetivo geral e os objetivos específicos do PTDRS da Zona da Mata Norte-PB, que servem de base para a elaboração e efetivação dos projetos como os que vamos avaliar.

Objetivo Geral:

- Criar as condições necessárias ao desenvolvimento sustentável do Território da Zona da Mata Norte Paraibana, propiciando a geração de ocupação, renda e bem estar social das comunidades rurais.

Objetivos Específicos:

- Estimular a diversificação de atividades produtivas – agrícolas e não agrícolas – geradoras de trabalho e renda
- Desenvolver pesquisas e tecnologia para o desenvolvimento sustentável territorial
- Aperfeiçoar as condições de acesso dos agricultores/as a terra
- Propiciar a recuperação das áreas degradadas de forma sustentável
- Estruturar os sistemas produtivos dos eixos estratégicos, nas fases de produção, beneficiamento, comercialização e distribuição;
- Apoiar as diversas formas de organizações associativas rurais (associações, cooperativas, sindicatos, grupos de produção, etc)
- Ampliar a participação dos agricultores/as, nos processos de planejamento, execução, gestão e avaliação das políticas públicas;
- Capacitar famílias dos agricultores/as, pescadores/as, extrativistas e populações tradicionais, para a organização da produção, beneficiamento e comercialização;
- Capacitar agricultores/as, pescadores/as, extrativistas e populações tradicionais, para atuarem como lideranças, dirigentes e gestores sociais do território;
- Garantir o acesso à educação e à formação profissionalizante no campo;
- Promover ações de integração dos diversos segmentos da sociedade civil organizada, considerando as questões de gênero, geração, raça, e etnia

- Melhorar as condições de acesso e facilidade ao crédito dos agricultores/as, pescadores/as junto às instituições financeiras;
- Articular parcerias em políticas públicas e orçamentárias, visando atender as necessidades dos municípios
- Melhorar a qualidade de vida de agricultores/as, pescadores/as, extrativistas e populações tradicionais, jovens, mulheres e idosos
- Promover a integração econômica e social entre os municípios da Mata- PB
- Implantar políticas de melhoramento habitacional, saneamento básico, conservação e recuperação ambiental.

Nesse mesmo período que estamos relatando a criação e revisão do plano, a gestão do órgão colegiado, o CODETER da Zona da Mata Norte, foi subdividida em instâncias, definidas da seguinte forma: Plenária Geral (composta por 84 instituições); Coordenação Territorial (composta por 9 membros); Coordenação Executiva (composta por 5 membros); Núcleo Técnico (composto por 11 instituições).

Os colegiados territoriais tem como objetivo realizar a gestão social do território, formulando, articulando, implementando e exercendo o controle social de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável em territórios rurais de identidade e já vêm cumprindo um papel de destaque no fortalecimento da agricultura familiar nas diversas áreas em que atuam. Entre as atribuições dos Colegiados Territoriais destacam-se:

- i) divulgar as ações do programa; ii) identificar demandas locais para o órgão gestor priorizar o atendimento (de acordo com critérios, sistemas de gestão preestabelecidos, especificidades legais e instâncias de participação existentes; iv) promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais; iv) contribuir com sugestões para qualificação e integração de ações; v) sistematizar as contribuições para o Plano Territorial de Ações Integradas; vi) exercer o controle social do programa (DELGADO & LEITE, 2011, p. 95-96).

Todavia os colegiados ainda se apresentam bastante fragilizados, pois, a mera atribuição de poder aos Colegiados Territoriais não garante, por si só, a participação qualificada e representativa da diversidade de forças sociais, como poderemos observar logo mais. Portanto,

(...) o Colegiado Territorial não tem atribuição legal para ordenar, coordenar, deliberar e gerir as relações que, forçosamente e por determinação da normatização instituída, estabelece com entes federativos, municipalidades, entidades privadas e agentes financeiros. Esta atribuição legal (...) é da SDT/MDA. Os colegiados estão, portanto, em uma espécie de limbo legal e

institucional, fato que tende a fragilizar sua atuação (MEDEIROS & DIAS, 2011, p. 210).

O caráter consultivo é um fator limitante à ação dos Codeter e também dos Conselhos Territoriais, haja vista que não há atribuições jurídicas aos territórios rurais. Somam-se a isso os limites impostos pela jurisdição das administrações públicas municipais.

“cada qual defende seu município como uma unidade legítima e separada das demais, o que é uma miopia em relação aos problemas comuns micro e macro regionais (...) em vez da visão cooperativa, predomina um jogo no qual os municípios concorrem entre si pelo dinheiro público de outros níveis do governo. Lutam predatoriamente por investimentos privados e ainda, muitas vezes, repassam custos a outros entes, como é o caso de muitos governos municipais que compram ambulâncias para que os moradores utilizem os hospitais de outros municípios, sem que seja feita qualquer cotização para pagar as despesas (ABRUCIO, 2006 *apud* MEDEIROS & DIAS, 2011, p. 213-14).

Tal fato tem prejudicado o andamento de muitos projetos propostos pela organização descentralizada dos territórios rurais. Uma vez que é difícil superar a condição de um arranjo de municípios do ponto de vista jurídico-normativo.

O CODETER da Zona da Mata Norte vivenciou um processo de recomposição e reorganização de todas as suas instâncias adequando-se as prerrogativas do PTC que é de paridade entre sociedade civil e governos. Outro aspecto também foi a inclusão no colegiado Territorial de representações de outros segmentos como saúde, educação, cultura e assistência social.

Nesse, ano, o território viveu com maior intensidade o processo de consolidação de seu CODETER devido a sua transformação em Território da Cidadania. Este status exigiu uma maior complexidade no processo de planejamento e gestão do desenvolvimento territorial, pois foi incorporado ao debate um conjunto de ações (políticas públicas e programas) de 18 Ministérios.

O Funcionamento do Colegiado e suas instâncias no, ano de 2008, 2009 e 2010, movido principalmente pelo debate sobre articulação e implementação de políticas públicas para o Território, tendo como motivação o Programa Territórios da cidadania, realizou uma grande quantidade de reuniões em diversos municípios do Território, o que ajudou a tornar mais conhecido as ações do colegiado junto à sociedade.

Nesse período todas as instâncias legadas ao Colegiado funcionaram de forma bastante dinâmica. O Colegiado do Território da Zona da Mata Norte – PB é representado conforme as instancias apresentada no Quadro 4 a seguir.

R e p r e s e n t a ç ã o	Instâncias do Colegiado				
	Governo	Coordenação Territorial	Coordenação Executiva	Núcleo Técnico	Comissões/ Camaras Técnicas
		P. M de Jacaraú, Capim e Sapé SEBRAE MPA- Ministério da Pesca e Aquicultura EMATER e COOPERAR BNB- Banco do Nordeste	Pref. Capim BNB	EMATER SEBRAE BNB CONAB UFPB P. M. CABEDELO IDEME CEF	- ATER / ATES - Organização sustentável da produção/ Comercialização; - Educação do campo – Educação e Cultura; - Comunicação – Gestão territorial; - Infra-estrutura; - Aquicultura e Pesca; - Mulheres; - Juventude; - Etnia Indígena; - Saúde e Previdência e Assistência Social.
	Sociedade Civil	CONSAD SRT's Mamanguape e Riachão do Poço CMDRS Mamanguape FETAG e SINTRAF AGENTE OJIP- PB CINDEAS	STR – Riachão do Poço e Mamanguape AGEMTE FETAG CMDRS – MAMANGUAPE OJIP-PB SINTRAF	VÍNCULUS FETAG AGEMTE SINTRAF BSC Articulador (a) territorial Articulador (a) Aquicultura e Pesca	
Papel da Coordenação Territorial					
<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar ações do Colegiado e do Núcleo Técnico; - Articular atores, atrizes e instituições no processo de Desenvolvimento Territorial; - Realizar e/ou articular ações e estratégias para implementação do PTDRS e decisões do Colegiado; - Elaborar proposta de Regimento Interno a ser apresentada, discutida, analisada e aprovada pelo Colegiado. 					

Quadro 4: Instâncias do Colegiado.

Fonte: PTDRS, 2010.

De forma específica, o Colegiado de Desenvolvimento do Território da Zona da Mata Norte – através do Programa Território da Cidadania, é constituído por 50 instituições governamentais e 52 não governamentais, sociedade civil. No entanto, essas bases organizacionais além de apresentar oportunidades, potencialidades, apresentam também entraves e ameaças, como mostra o Quadro 5.

Em 2011 o processo de reestruturação das instâncias colegiadas foi caracterizado pela participação efetiva dos atores e atrizes sociais do território que apostam e promovem a abordagem territorial e a organização do colegiado como forma eficiente de concepção e controle social de políticas públicas.

Ao final do processo, com a Plenária, a Coordenação Territorial, o Núcleo Técnico e as Câmaras Setoriais reestruturadas, houve ganhos significativos no sentido da garantia da participação e do engajamento dos atores e atrizes comprometidos com a estratégia, com a sociedade civil aumentando sua autonomia e sua capacidade de intervenção como também a estruturação das Câmaras Temáticas da Juventude, de Mulheres, de Indígenas, da Educação do Campo, da Organização da Produção e Comercialização e da Comunicação.

Para essas novas estruturas foram realizados eventos de caráter formativo, especificamente direcionados aos membros da Coordenação Territorial e das Câmaras Temáticas de Juventude e de Mulheres.

Base Organizacional: Movimentos Sociais e Organizações Comunitárias			
Ambiente Externo		Ambiente Externo	
Potencialidades	Entraves	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> _ Atuação das igrejas. _ Atuação dos sindicatos de trabalhadores(as) rurais e Movimentos Sociais do Campo. _ Existência de associações de desenvolvimento comunitário urbanas e rurais. _ Organizações de produtores (cooperativas, colônias de pescadores, associações). _ Existência de conselhos gestores de políticas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> _ Recursos financeiros insuficientes. _ Deficiência nas ações de capacitação para organizações ou movimentos sociais. _ Falta de compromisso dos gestores públicos para com as organizações populares. _ Ingerência política na criação e funcionamento das organizações sociais _ Fragilidade no processo de gestão das organizações sociais. _ Pouco envolvimento das associações e do poder público nas dinâmicas do território. _ Fragilidade no processo de comunicação do território. 	<ul style="list-style-type: none"> _ Programa de fortalecimento das organizações sociais. _ Existência de instituições e órgãos de apoio a movimentos e organizações populares, tais como: FETAG, CONSAD, FUNAI, ECOVÁRZEA, INCRA, FUNASA, COOPERAR, SEBRAE, SENAR, UFPB, AGEMTE, EMATER, FAPEMA, além de outras organizações não governamentais. 	<ul style="list-style-type: none"> _ Ausência de parcerias entre as instituições e destas com os movimentos sociais. _ Falta de conhecimento das oportunidades por parte das organizações e movimentos sociais. _ Excesso de burocracia para acessar as políticas públicas. _ Baixa compreensão da política de desenvolvimento territorial.
Base Organizacional: Instituições Públicas e Organizações Não Governamentais			
Ambiente Externo	Ambiente Externo	Ambiente Externo	Ambiente Externo
Potencialidades	Entraves	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> _ Prefeituras municipais. _ Câmara de vereadores. _ Outras instituições públicas e organizações não governamentais de apoio aos governos e às organizações municipais. _ Consórcios intermunicipais. _ Existência da rede Estadual de Colegiados 	<ul style="list-style-type: none"> _ Desarticulação entre as instituições municipais, estaduais e federais. _ Reduzida participação dos conselhos municipais nos movimentos sociais. _ Reduzida capacidade de liderança dos gestores públicos e das organizações não governamentais. 	<ul style="list-style-type: none"> _ Programas governamentais nas áreas de reforma agrária, controle do judiciário, assessoria técnica às empresas e instituições públicas e programas de assistência social. _ Bancos e outras instituições financeiras. 	<ul style="list-style-type: none"> _ Dificuldade para acessar os programas devido ao excesso de burocracia.

Quadro 5: Base Organizacional: potencialidade, entraves, oportunidades e ameaças por Movimentos Sociais e Organizações Comunitárias e por Instituições Públicas e Organizações Não Governamentais.

Fonte: PTDRS, 2010.

Considerando tudo o que foi citado à cima a composição atual do CODETER Zona da Mata Norte – PB desde maio de 2011 é composta por: Plenária Geral; Coordenação Territorial; Coordenação Executiva; Núcleo Técnico; Comissões/ Câmara Temática – Organização Sustentável da Produção/ Comercialização, Educação e Cultura, Aquicultura e Pesca, Mulheres, Juventude, Etnia Indígena. No intuito de dar conta dessas questões o PTDRS Zona da Mata Norte coloca como princípios norteadores:

Reconhecimento da agricultura familiar, aquicultura e pesca e seus sistemas integrados de produção sustentável como base econômica do território;
Respeito à vida e à diversidade cultural, ambiental, econômica e social;

Valorização e articulação do saber popular com o saber científico; Equidade e transparência nas ações inerentes ao desenvolvimento territorial; Promoção da justiça social garantindo a igualdade de gênero, geração, raça e etnia; Adoção da economia solidária e de metodologias participativas nas práticas territoriais (PTDRS, 2010, p. 101).

Este procura promover o desenvolvimento sustentável do Território da Zona da Mata Norte Paraibana, propiciando o bem estar social das comunidades rurais, pesqueiras, indígenas e aquicultoras. Tem como objetivo desenvolver o Território da Zona da Mata Norte através da articulação das políticas públicas e do fortalecimento das ações locais garantindo a ampliação do exercício da cidadania.

Sabemos que, para que as mudanças de fato aconteçam e sejam implementadas alternativas sustentáveis, faz-se necessário uma intervenção qualificada do Colegiado, aliado a um processo político-pedagógico, que provoque sinergia entre os segmentos sociais, lideranças políticas, as distintas esferas de governo e segmentos econômicos, na perspectiva de desenvolver ações permanentes e estruturantes de desenvolvimento rural sustentável.

Na busca de apreender as diferentes modalidades formativas tanto nas demandas contidas nos PTDRS, como nos relatórios de execução de atividades feitos pelas entidades executoras, averiguamos o processo de gestão social do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Zona da Mata Norte Paraibana.

E, analisamos a implementação de políticas de desenvolvimento territorial tendo como estudo de caso a Unidade de Beneficiamento de Frutas de Piabuçu- FRUTIAÇU localizada no município de Rio Tinto-PB que pertence a esse território. Buscaremos também avaliar a estratégia de apoio à dinamização econômica do Território da Zona da Mata Norte Paraibana através CECAF-PB.

Os PTDRS apresentam volume expressivo de propostas para projetos e, segundo Ramos (2011), “coloca em destaque o anseio dos atores territoriais na busca por suporte técnico metodológico que provoque a dinamização econômica como elo no desenvolvimento endógeno” (p.11).

No entanto, para a autora, dinamizar a economia territorial exige vigília continua sobre o equilíbrio na balança, minimizando as saídas e otimizando as entradas, e sobre a circulação de capital interno.

A seguir conheceremos como se dar a parte das finanças e da infraestrutura das ações e projetos que estes territórios rurais recebem e dos quais avaliaremos no capítulo seguinte.

4.2 Sistemas de financiamento para projetos territoriais estratégicos

Além do Sistema do financiamento PROINF (Programa de Infraestrutura do Governo Federal), dando suporte aos projetos territoriais rurais, existem outras iniciativas que representam um novo caminho para a construção de sistemas territoriais de financiamento do desenvolvimento, que, buscam dar conta da diversidade e da complexidade socioeconômica do meio rural brasileiro, dentre eles, estão os bancos, associações, cooperativas.

Nesse processo é necessário destacar que “as entidades territoriais, particularmente o nível estadual ou departamental, contam com mecanismos de regionalização ou territorialização próprios que manejam esquemas de gestão que em muitos casos se viram reforçados ou complementados pelas estratégias nacionais de territórios” (Perico, 2008, p.64).

Vale lembrar que esses novos sistemas de investimento traz consigo o risco das finanças darem mais atenção àqueles projetos que sejam relevantes para o investidor tanto no que se refere ao risco quanto aqueles que já estejam estabelecidos ou a caminho de estarem nesse estado, otimizando consequentemente os atores econômicos.

Há também que ser considerado os conflitos internos seja dos bancos, associações, cooperativas, onde, no caso específico dos bancos que iremos tratar mais detalhadamente pode ocorrer em um estado de competição, dos gestores do desenvolvimento rural sustentável, darem mais atenção às atividades produtivas cuja importância econômica é indiscutível, pouco ou nada importando se essas representam inovação, diversificação, nos sistemas produtivos em escala local, regional, como queira.

Assim, essa situação pode levar direta ou indiretamente ao avesso do que se espera do apoio desses sistemas financeiros ao desenvolvimento rural sustentável colocado em questão onde, essas iniciativas financeiras deveriam otimizar sistemas produtivos, neste caso, fragmentadas ou isoladas no meio rural.

Se assim for, consequentemente haverá limitações em variados setores como, na produção dos artesãos, por exemplo, que representa como outras centenas de sistemas produtivos, importantes papéis como, na manutenção destes no seu lugar de origem como na manutenção e superação do seu estado socioeconômico na zona rural, ou não.

Vale ressaltar que, nesse debate, a concepção original do desenvolvimento rural sustentável para esses investidores, tem na sua concepção original dar prioridade aos atendimentos nos pontos mais fracos das cadeias produtivas existentes nas regiões, no entanto,

o modelo atual tende fortemente a dar prioridade ou privilegiar ações que apresentem margem de segurança considerável.

Isso pode ser justificado pelo fato de nesse jogo financeiro, bancário, capitalista não ser aceito perder, apenas, lucrar. Porém, não necessariamente sempre ocorrerá nesses moldes, pois, há um esforço natural ou não, ardiloso ou não, para uma nova estratégia negocial, se assim posso colocar.

Considerando que, as ações do desenvolvimento rural sustentável, nos planos de negocio dos bancos, por exemplo, podem inserir iniciativas produtivas sustentáveis que a longo prazo podem ser lucrativas, seguindo um caminho inverso ao que é posto.

No entanto, independente desse alcance, não querendo diminuí-lo, é compensatório o investimento por dar a oportunidade dos pequenos produtores ascenderem individualmente, coletivamente em um processo real de desenvolvimento rural sustentável.

Porém, em muitos casos, as ações, dificilmente são inseridas nos planos de negócios, pois, infelizmente o status social persiste conseqüentemente a pirâmide social, as diferenças regionais (...). Considerando tudo o que foi dito, abaixo, serão apresentadas algumas ações e investimentos de alguns bancos pautados no discurso do desenvolvimento rural sustentável.

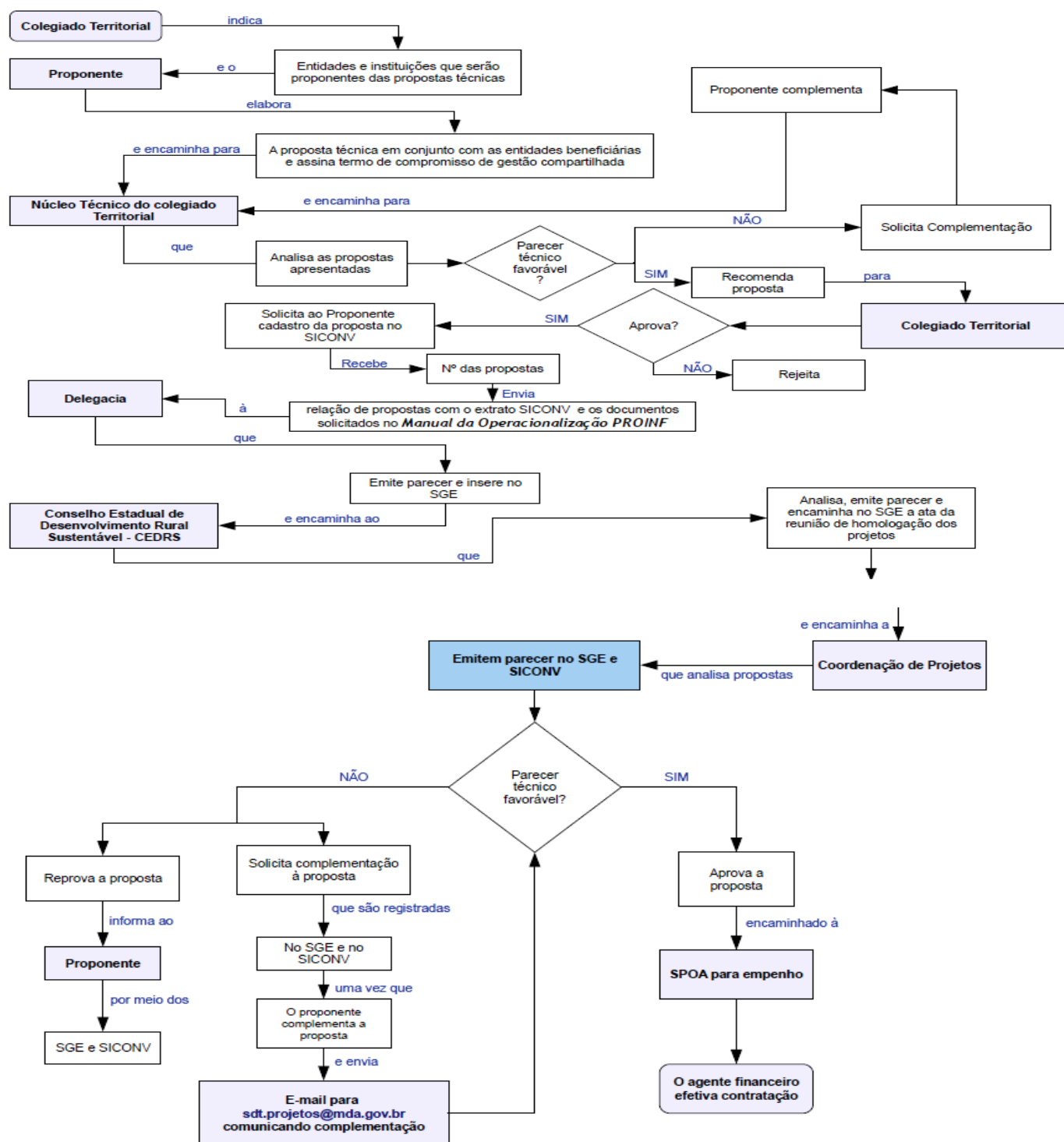
Lembrando que, nem sempre, os investimentos feitos, significam aumento financeiro, nem tão pouco melhorias da/na qualidade de vida. Mas, é válida a tentativa de incorporar novos modelos de investimento em um momento de um novo pensar produzindo, desenvolvendo, tendo como suporte a sustentabilidade. Vejamos.

4.2.1 Programa de infraestrutura – PROINF

Os projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e priorizados pelos territórios são financiados pelo PROINF. A ação apoia, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), iniciativas de municípios, Consórcios Públicos, Estados e União, na forma de investimentos destinados a agricultores familiares localizados em territórios rurais, a partir das demandas materializadas no PTDRS e priorizadas pelos territórios.

O PTDRS é o planejamento do desenvolvimento do território elaborado pelo colegiado territorial a partir de um diagnóstico que contém a identidade territorial, os eixos estratégicos de desenvolvimento, a visão de futuro e os projetos prioritários. É o principal instrumento de apoio à gestão social dos colegiados territoriais e deve conter as bases e estimular a construção de um novo modelo de desenvolvimento.

O Fluxograma 4 a seguir mostra que, o colegiado territorial é o principal espaço de negociação e priorização das propostas técnicas a serem apresentadas no marco dos recursos do PROINF.



Fluxograma 4: Processo de encaminhamento de propostas ao Proinf.
Fonte: MANUAL OPERACIONAL DO PROINF 2012.

No entanto essas propostas passam por diversas instâncias de análise e recomendação desde o território até a entrada na Secretaria do Desenvolvimento Territorial como detalharemos no item a seguir.

4.2.1.1 PROINF e suas respectivas competências

Além do colegiado territorial estão envolvidas outras instâncias no processamento das demandas apresentadas ao Proinf e suas respectivas competências como podemos analisar nos próximos itens.

➤ **O colegiado territorial:** Apresenta-se como “uma institucionalidade que reúne representantes do poder público e da sociedade civil atuantes no território”, com o objetivo de ampliar a participação social, a representação das organizações que compõem o território e a articulação necessária para a gestão social das políticas públicas (MDA/SDT, 2011, p. 12).

O Colegiado Territorial deverá definir uma única proposta para apresentação ao chamamento público. A priorização de propostas no território deverá observar alguns critérios como: a) Integração de políticas públicas; b) Assessoramento técnico Articulação; c) Parcerias; d) Experiência com os temas do objeto e metas associadas; e) Metas: Anuência do Comitê Territorial; f) Continuidade; g) Agroecologia; h) Monitoramento e Avaliação; i) Convivência com o Semiárido; j) Apoio aos assentamentos de reforma agrária. Cada um desses critérios recebe uma pontuação que no total encaminham para um determinado projeto como podemos observar no Anexo 2.

Em caso de empate na pontuação, serão utilizados os seguintes critérios de desempate: Projetos que atendam o maior número de pessoas do público em situação de extrema pobreza ou beneficiários das ações do Plano Brasil Sem Miséria, ou integrem ações de convivência com o semiárido; Projetos que contemplem o maior número de agricultores/as familiares em suas metas; Projetos que atendam o maior número de pessoas do público da reforma agrária; Projetos cujas proponentes tenham orientação técnica de gestão, fornecida por Bases de Serviços ou ATER Mais Gestão (MDA/SDT/DIP, 2013, p. 20).

Passado os recursos administrativos e a homologação do resultado final. A gestão, monitoramento e avaliação da execução dos projetos do Proinf é executado a partir de um arranjo institucional que envolve as três esferas de governo - em suas várias dimensões e

setores – e a sociedade civil, cada um com funções muito claras e definidas, conforme demonstramos no Quadro 6.

SDT/MDA	A SDT elabora e divulga o Chamamento Público do PROINF, normatizando e autorizando o processo de apresentação de propostas. Ao final, quando estas são lançadas no SICONV, a SDT analisa, aprova, reprovava ou solicita ajustes e autoriza empenho;
Colegiados Territoriais	DEFINEM AS PROPOSTAS. Mobiliza os conselheiros para que apresentem as propostas. Após o debate e a aprovação das propostas o colegiado as encaminha para as DFDA.
DFDA	As delegacias inserem as propostas no Sistema de Gestão Estratégica (SGE) da SDT e emitem parecer.
CEF	A Caixa Econômica Federal contrata e acompanha a execução dos projetos.

Quadro 6: Funções dos órgãos e instituições envolvidos na execução do Proinf.

Fonte: MDA/SDT/DIP: Chamamento Público SDT/DIP01/2013.

Estes órgãos e instituições também são responsáveis pelo monitoramento e avaliação dos projetos. Tem-se a finalidade de verificar se os objetivos, as metas, as atividades e a participação dos beneficiários estão sendo alcançados, conforme o que foi planejado. O monitoramento e avaliação são atividades essenciais para ajustar e corrigir as ações a tempo de reorientar os projetos para que alcancem os objetivos propostos (MDA/SDT/DIP, 2013, p. 21).

➤ **Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário:** O Ministério do Desenvolvimento Agrário nos estados é representado pelas Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário – DFDA's que, são responsáveis pela relação dos recursos do Proinf com competências importantes para efetivação do projeto;

➤ **Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS):** São órgãos colegiados com representação das três esferas do poder público e da sociedade civil organizada. Compete ao CEDRS, em relação à análise e aprovação dos projetos apoiados com recurso Proinf;

Como estamos a falar dos conselhos vale aqui lembrar que também foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Ressalta-se que, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) foi criado em 1999 com o objetivo de propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas. Inicialmente era composto por representantes de nove ministérios, nove entidades da sociedade civil, e mais algumas instituições ambivalentes.

Em 2003, um novo decreto instituiu o novo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Foi nesta época que o Conselho mudou de sigla, incorporando as letras iniciais que identificam as principais políticas públicas sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário: Reforma Agrária e Agricultura Familiar.

De acordo com o MDA, o CONDRAF é composto por 38 membros, sendo que destes 19 são conselheiros (as) representantes de órgão de governo, em seus diversos níveis, e 19 conselheiros (as) de organizações ou entidades da sociedade civil, com atuação no desenvolvimento rural sustentável, na agricultura familiar e reforma agrária.

O Conselho, segundo o MDA, conta, hoje, com a representação da diversidade de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, mulheres, jovens, índios, quilombolas, pescadores artesanais e extrativistas.

Fazem parte, ainda, várias entidades e organizações, centros de educação por alternância, entidades agroecológicas, do cooperativismo e da economia solidária, entre outras que atuam em redes de organizações de representação e de apoio do Brasil Rural, 14 ministérios e representantes dos municípios e estados.

Também houve e há a formação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) onde, a participação atuante das comunidades são imprescindíveis para o desenvolvimento rural. Os Conselhos ficam atentos às demandas sociais e auxiliam os agricultores a conquistar condições próprias para viver e trabalhar.

A comunidade é de grande importância na formação e reformulação dos Conselhos, para que eles possam assegurar as mudanças necessárias, a partir da realidade, e assim contribuir para o desenvolvimento rural sustentável.

O CMDRS deverá ter, obrigatoriamente, como maioria de seus membros, representantes dos agricultores familiares e trabalhadores assalariados rurais, escolhidos e indicados por suas respectivas comunidades, associações, conselhos de desenvolvimento comunitário, sindicatos e demais grupos associativos. A Presidência do CMDRS será exercida por qualquer um dos membros, eleito pelo Plenário, sendo esse mesmo princípio aplicado à Vice-Presidência.

Para fins de representação da categoria no CMDRS, considera-se “agricultor(a) familiar” aquele(a) que pratica atividades no meio rural, e que atendam simultaneamente, a alguns requisitos, como: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize, predominantemente, mão-de-obra da própria família nas atividades

econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar originada, predominantemente, de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, nos termos estabelecidos no Plano Safra do PRONAF, dentre outros requisitos.

Vale lembrar que inclui-se também na categoria “agricultor familiar”, agricultores(as) familiares na condição de posseiros(as), arrendatários(as), parceiros(as) ou assentados(as) da Reforma Agrária; indígenas e remanescentes de quilombos; pescadores(as) artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorem a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores artesanais; extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; silvicultores(as) que cultivam florestas nativas ou exóticas, com manejo sustentável e aquiculturas (as) que se dediquem ao cultivo de organismos cujo meio normal, ou mais frequente de vida seja a água.

Os representantes das demais instituições no CMDRS serão parceiros dos agricultores familiares na formulação, negociação, execução, monitoria e avaliação de políticas, programas, planos e projetos que canalizem e potencializem os esforços para o desenvolvimento do setor rural do município.

O Poder Legislativo poderá participar da composição do CMDRS, por meio de um representante (e seu respectivo suplente), escolhido e indicado pelo Plenário da Câmara Municipal. O CMDRS poderá criar, quando necessário, e por delegação do seu Plenário, Grupo de Trabalho (provisório ou permanente), que será coordenado por um de seus componentes, escolhido por seus pares.

Qualquer Grupo de Trabalho criado pelo CMDRS será, sempre, constituído por conselheiro(s); agricultor (es) familiar(es) não conselheiro(s), e outros representantes das entidades da sociedade civil organizada, dos órgãos do poder público e das organizações, dentre outros.

Esses grupos de trabalho são criados para aprofundar análises e elaborar estudos, programas, projetos e pareceres, sobre temas específicos ou sobre os assuntos de relevância para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável do Município, visando subsidiar resoluções ou deliberações do Conselho.

De acordo com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), atualmente, há 192 CMDRS em funcionamento, mas a meta do Governo é que funcionem nos 223 municípios paraibanos.

➤ **A Secretaria do Desenvolvimento Territorial:** É órgão do MDA que tem como finalidade articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento de territórios onde predominam agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário;

➤ **Agente Financeiro:** De acordo com o MDA/SDT (2011) a execução administrativa e financeira dos projetos contratados é realizada por meio de contratos de repasse firmados entre um agente financeiro e os proponentes ou por intermédio de convênios firmados diretamente entre o MDA e os proponentes;

➤ **Proponente:** Segundo a natureza de despesa de acordo com o MDA/SDT (2011), poderão ser firmados contratos de repasse ou convênios com os seguintes perfis de proponentes para utilização de recursos do Proinf: Investimento: instituições públicas de âmbito federal, estadual ou municipal, Custeio: instituições públicas de âmbito federal, estadual e municipal e instituições privadas sem fins lucrativos (p. 19).

O Quadro 7 apresenta o fluxo simplificado de apresentação, seleção e contratação de propostas apoiadas pelo Proinf detalhados nos itens a cima vistos.

1ª etapa: Colegiado Territorial	Debate as prioridades e define as ações que irão integrar o projeto. Esta etapa requer o envolvimento dos comitês territoriais de mulheres, jovens e Povos e Comunidades Tradicionais. Identifica e mobiliza entidade e/ou instituição proponente.
2ª etapa: Proponente	Elabora a proposta e encaminha para o núcleo técnico do colegiado.
3ª etapa: Núcleo técnico colegiado	Analisa a proposta, elabora parecer técnico e encaminha-o para proponente.
4ª etapa: Proponente	Cadastra a entidade e a proposta no SINCOV.
5ª etapa: Delegacia	Insere as propostas no SGE e emite parecer. Comunica a inserção ao DIP/SDT, por meio do e-mail sdtchamamentoproinf2013@mda.gov.br .
6ª etapa: Departamento de Inclusão Produtiva/SDT	Analisa a proposta. Emite parecer no SGE e no SINCOV. No caso de aprovação encaminha a proposta para a SPOA.
7ª etapa: SPOA	Realiza o empenho e encaminha para o agente financeiro.
8ª etapa: Agente Financeiro	Efetiva a contratação.

Quadro 7: Fluxo simplificado de apresentação, seleção e contratação de propostas apoiadas pelo Proinf.

Fonte: MDA/SDT/DIP: Chamamento Público SDT/DIP01/2013.

As propostas também deverão ser encaminhadas aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável para conhecimento e identificação de possibilidades de integração com outras políticas.

Para o ano de 2013 ficou estabelecida a data limite de 14 de setembro para inserção das propostas no SICONV. E, até 22 de Outubro do mesmo ano foi feito o encaminhamento dos projetos aprovados para contratação pelo agente financeiro. Assim, consequentemente, estes projetos aprovados se realizarão na prática já dentro do ano de 2014.

4.2.1.2 As ações financiáveis com recursos do PROINF

Segundo o MDA/SDT, as ações do PROINF consistem em financiar a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de infraestrutura social e produtiva e acesso a serviços necessários ao desenvolvimento territorial. Para propostas de investimento o valor mínimo é de R\$100.000,00 (cem mil reais) (MDA/SDT, 2011, p. 20).

Ainda em relação à proposta técnica já comentada esta, é um dos passos mais importantes para a sustentabilidade do futuro projeto e deve, portanto, respeitar distintos momentos que se relacionam e se complementam como afirma o MDA/SDT.

Para elaboração, análise e aprovação da proposta há a exigência de documentação de acordo com seus respectivos modelos como para a apresentação da proposta técnica ao Colegiado, para inclusão da proposta técnica no Siconv, para envio da proposta à DFDA, para envio da proposta à SDT para análise e aprovação.

Há também a tramitação dos projetos que é feita nos territórios, no Estado, na SDT e no agente financeiro. Posteriormente é feita a inclusão da proposta técnica no Sistema de Convênios – Siconv que é feita pelo proponente que já foi apresentado. Logo após é feito o cadastro de informações da proposta técnica no Sistema de Gestão Estratégica – SGE, que é feito pelos (as) colaboradores (as) da DFDA.

De acordo com o MDA/SDT para que as propostas técnicas apresentadas pelos proponentes e recomendadas pelos colegiados territoriais e instâncias estaduais sejam consideradas aprovadas, é obrigatório o atendimento dos critérios e exigências que condicionam a elaboração, apresentação, recepção e a análise das propostas técnicas (p.26).

Por fim, é disponibilizado os valores orçamentário para cada território. No entanto, há o monitoramento e avaliação de projetos para o controle social das ações do PROINF.

Os tipos de projetos e itens financiáveis pelo Proinf estão detalhados no Anexo 3, são de: Estruturação Produtiva; Beneficiamento; Comercialização; Infraestrutura Social; Estruturação de serviços de apoio e Segurança hídrica.

A distribuição de recursos por território rural e da cidadania leva em conta a disponibilização orçamentária do Proinf, definida na Lei Orçamentária Anual (LOA). Entre os Territórios da Cidadania indicados para ações de inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria no estado da Paraíba estão Borborema, Zona da Mata Norte e Cariri Ocidental.

No Quadro 8 a seguir disponibilidade orçamentária do proinf em valores mínimos e máximos de projetos dos Territórios Rurais e da Cidadania apoiados para o ano de 2013.

Territórios Rurais	Valor mínimo da proposta (R\$)	Valor da meta (R\$)	Valor máximo da proposta (R\$)
Meta exclusiva para grupos produtivos mulheres	225.000,00	150.000,00	375.000,00
Meta exclusiva para grupos produtivos para Povos e Comunidades Tradicionais		75.000,00	
Meta exclusiva para grupos produtivos de jovens		75.000,00	
Territórios da Cidadania	Valor mínimo da proposta (R\$)	Valor da meta (R\$)	Valor máximo da proposta (R\$)
Meta exclusiva para grupos produtivos mulheres	275.000,00	150.000,00	425.000,00
Meta exclusiva para grupos produtivos para Povos e Comunidades Tradicionais		75.000,00	
Meta exclusiva para grupos produtivos de jovens		75.000,00	

Quadro 8: Disponibilidade orçamentária do proinf 2013.

Fonte: MDA/SDT/DIP: Chamamento Público SDT/DIP01/2013.

Será apoiada uma única proposta por território, devendo a mesma contar com anuência do Colegiado Territorial. Quando se tratar de proposta apresentada por governo de estado, beneficiando mais de um território do semiárido, não haverá contratação de outro projeto nos territórios integrados à proposta estadual. O desembolso será realizado em uma única parcela.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário entre os projetos aptos para contratação do Edital do Chamamento Público SDT/DIP 01/2013 no estado da Paraíba estão Borborema, Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Curimataú, Médio Sertão, Zona da Mata Norte e Zona da Mata Sul.

4.3 O Programa Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil

O Programa foi idealizado em 2003 e lançado oficialmente em 2005, o DRS configura-se uma experiência relativamente nova dentro da estrutura operacional do Banco do Brasil. DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável é uma estratégia negocial do Banco do Brasil, que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o BB está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas (...).

De acordo com o Banco do Brasil o programa objetiva contribuir para a geração de trabalho e renda e para adoção de práticas que permitam um salto de qualidade nos indicadores de desenvolvimento social e ambiental, com soluções sustentáveis, inclusivas e participativas, sempre em conjunto com parceiros, num processo chamado de “concertação”.

Com esse programa o banco espera como resultado alcançar o desenvolvimento sustentável das regiões envolvidas, com a redução do analfabetismo a eliminação do trabalho infantil e do trabalho forçado, a capacitação profissional, o acesso à informação e à informatização, entre outros.

Com essa perspectiva já foram identificadas e estão sendo trabalhadas mais de 100 atividades produtivas diferentes, como sistemas agroflorestais, turismo, artesanato, cerâmica marajoara, aquicultura, fruticultura, calçados, cotonicultura, confecções, ovinocaprinocultura, apicultura, horticultura, pecuária de corte e leiteira, floricultura, mandiocultura, atividades extrativistas, avicultura e reciclagem de resíduos sólidos. A gestão da estratégia DRS está a cargo da Gerência Executiva de Desenvolvimento Regional Sustentável, vinculada ao presidente do Banco.

Em 2008, o DRS chegou a 4.757 municípios e, com a atuação conjunta de 3.875 agências e milhares de parceiros externos, foram construídos 4.189 Planos de Negócios para atender a questões econômicas, sociais, ambientais e culturais. Outros resultados expressivos referem-se ao número de famílias envolvidas (1,2 milhão), volume de crédito mobilizado (R\$ 8 bilhões) e parcerias na alocação desses recursos, sendo 75% provenientes do BB e 25% de parceiros (BANCO DO BRASIL, 2009 apud KATO, ZIMMERMANN, E JUNIOR, 2012, p. 99). No Nordeste, foram elaborados 1.123 planos de negócios DRS (Desenvolvimento Rural Sustentável), com 397.015 beneficiários.

No estado da Paraíba de acordo com os dados disponibilizados pelo Banco do Brasil a 129 planos de negócios DRS (Desenvolvimento Rural Sustentável) com, 36. 675 beneficiários. Sendo 181 municípios atendidos pelo DRS com, 1 Plano de Negócios DRS em elaboração, 359 funcionários do BB treinados em DRS no estado e 91 dependências habilitadas em DRS no estado.

Na agência 2547 de Rio Tinto-PB município pesquisado nesse trabalho, a 152 beneficiários DRS, nesta agência também são atendidos mais dois municípios pelo DRS, são eles Marcação e Baia da Traição. No município de Rio Tinto, duas atividades se destacam, são elas: artesanato (usando diversos materiais) com, 2 municípios beneficiados (Marcação e Rio Tinto) e a bovinocultura de leite.

Dentre os responsáveis pela elaboração de propostas para captação dos recursos do DRS, nas suas mais diversas modalidades⁶ estão: O Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas da Paraíba, Secretaria de Estado da Educação, Banco do Brasil S.a.-Rio Tinto, Governo do Estado da Paraíba, Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente, Prefeitura de Marcação, Prefeitura de Rio Tinto, Prefeitura de Baia da traição, Sindicato Trabalhadores Rurais Rio Tinto, Empresa de Assist. Tecn. e Ext. Rural da Paraíba Emater- PB. Estes serviços e órgãos servem de apoio para as duas atividades que estão sendo expostas.

4.3.1. DRS: artesanato

Na primeira atividade são 96 beneficiários e/ou produtores DRS. De acordo com os dados disponibilizados pelo BB em relação à situação dessas ações, a maior parte das ações foram concluídas, do restante, as ações se desenvolvem com alguma dificuldade, em ritmo abaixo do previsto e uma parcela pequena o início previsto não está sendo superado no prazo programado.

O número de beneficiários e/ou produtores pode mudar de acordo com as metas do banco. A segunda atividade que se destaca é a bovinocultura de leite que também será detalhada logo mais. Nos Quadros 9 e 10 a seguir podemos observar as atividades por município, beneficiário e situação das ações.

⁶ As principais modalidades são: formação, preservação da cultura/memória, promoção do mercado interno, elaboração de projetos, assistência de saúde, alfabetização, apoio à operacionalização de crédito, Infraestrutura de produção, controle sanitário, formação de redes de cooperação inter-empresas, capacitação em associativismo/cooperativismo, formação de associações, crédito investimento – BB, Infraestrutura de transporte, formação de redes de cooperação inter-empresas, infraestrutura de abastecimento de água, capacitação em educação ambiental.

Atividade		Municípios		Beneficiários DRS		Situação das ações	
Artesanato/diversos materiais		Marcação e Rio Tinto		96		Grande parte concluída, com alguma dificuldade, ritmo a baixo do previsto., com algumas ações cujo início previsto não está sendo superada no prazo programado.	
Nº	Descrição do objetivo	Quant. Inicial	Quant. Futura	Unidade	Data	Situação das ações	
1	Favorecer a organização social e o resgate da cultura.	0	14	Pessoas	06/11/2007	Concluída.	
2	Promover a capacitação técnica e gerencial dos artesãos.	0	14	Pessoas	06/11/2007	Grande parte concluída, com alguma dificuldade, ritmo a baixo do previsto.	
3	Ampliar a promoção e comercialização dos produtos.	0	9	Unidade(s)	06/11/2007	Grande parte concluída, com alguma dificuldade, ritmo a baixo do previsto., com algumas ações cujo início previsto não está sendo superada no prazo programado.	
4	Bancarizar os artesãos.	1	14	Pessoas	06/11/2007	Grande parte concluída, com alguma dificuldade, ritmo a baixo do previsto.	
5	Proporcionar melhoria da qualidade de vida dos artesãos.	0	14	Pessoas	06/11/2007	Grande parte concluída, com alguma dificuldade, ritmo a baixo do previsto., com algumas ações cujo início previsto não está sendo superada no prazo programado.	
6	Reduzir os impactos ambientais.	0	3	Unidade(s)	06/11/2007	Concluída.	
7	Qualificar profissionalmente os artesãos.	0	51	Pessoas	20/07/2009	Concluída.	

Quadro 9: Descrição dos objetivos das atividades DRS (artesanato).

Fonte: Banco do Brasil (<http://www50.bb.com.br/drs>), acesso 25/03/2014, elaborado pela autora

4.3.2 DRS: bovinocultura de leite

A segunda atividade que se destaca é a bovinocultura de leite com, 3 municípios beneficiados (Baia da Traição, Rio Tinto e Marcação) e 56 beneficiários e/ou produtores DRS. As ações se desenvolvem com alguma dificuldade, em ritmo abaixo do previsto e uma parcela considerável o início previsto não está sendo superado no prazo programado.

Atividade		Municípios		Beneficiários DRS		Situação das ações	
Bovinicultura de leite		Marcação, Rio Tinto e Baia da Traição		96		Grande parte concluída, com alguma dificuldade, ritmo a baixo do previsto., com algumas ações cujo início previsto não está sendo superada no prazo programado.	
Nº	Descrição do objetivo	Quant. Inicial	Quant. Futura	Unidade	Data	Situação das ações	
1	Elevar a produção/produktividade	8	10	litro(s)	17/10/2011	Parte das Ações se desenvolvem com alguma dificuldade, em ritmo abaixo do previsto sendo que grande parte o início previsto não está sendo superado no prazo programado.	
2	Fortalecer o associativismo/cooperativismo	860	2.832	peçoas	17/10/2011	Ações cujo início previsto não está sendo superado no prazo programado.	
3	Bancarizar os produtores de leite	2.400	2.832	peçoas	17/10/2011	Poucas Ações se desenvolvem com alguma dificuldade, em ritmo abaixo do previsto sendo que grande parte o início previsto não está sendo superado no prazo programado.	
4	Ampliar infra-estrutura da atividade	1.700	2.832	peçoas	17/10/2011	Ações cujo início previsto não está sendo superado no prazo programado.	
5	Proporcionar melhoria da saúde/educação dos bovinos	0	2.832	peçoas	18/10/2011	Ações cujo início previsto não está sendo superado no prazo programado.	
6	Preservar o meio ambiente	0	2.832	peçoas	18/10/2011	Ações que se desenvolvem com alguma dificuldade, em ritmo abaixo do previsto.	

Quadro 10: Descrição dos objetivos das atividades DRS (Bovinicultura).

Fonte: Banco do Brasil (<http://www50.bb.com.br/drs>), acesso 25/03/2014, elaborado pela autora.

O número de beneficiários e/ou produtores pode mudar de acordo com as metas do banco. Ainda na política de desenvolvimento rural sustentável do banco a outras linhas de crédito como as ligadas ao PRONAF com investimentos em cooperativas, agroindústria, comercialização, principalmente.

Na área da sustentabilidade, no âmbito de investimento social privado o BB, colabora com o programa de mini-bibliotecas rurais de iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

➤ **Arca das Letras:** É um programa de mini-bibliotecas rurais de iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA para incentivar a leitura nas comunidades de agricultura familiar, de remanescentes de quilombos e em assentamentos da reforma agrária. É voltado para comunidades rurais que não dispõem de biblioteca.

O Programa conta a participação das comunidades beneficiadas nas etapas de planejamento, implantação e desenvolvimento, possibilitando sua gestão autônoma e coletiva. Os moradores escolhem assuntos de seu interesse para formar os acervos, cerca de 220 livros, e indicam o local de instalação da ARCA.

4.4 A Política de Desenvolvimento Territorial do BNB (Banco do Nordeste)

No que diz respeito à política de desenvolvimento territorial do Banco do Nordeste esta, encontrar-se sob coordenação da Diretoria de Gestão do Desenvolvimento. A Área de Políticas de Desenvolvimento cuida para que o financiamento à atividade produtiva e à infraestrutura e a cooperação com entidades públicas, privadas e não governamentais sejam executadas segundo os princípios do desenvolvimento territorial.

De acordo com o plano de trabalho de ação de desenvolvimento territorial do BNB (2006/2007), ao assumir a dimensão territorial dos empreendimentos, o financiamento considera a distribuição espacial das atividades econômicas e as características e redes de relacionamento nos subespaços da área de atuação do Banco, nas dimensões econômica, social, tecnológica e ambiental (p. 80).

Ainda de acordo com esse plano, as Políticas e Programas de Desenvolvimento Territorial, por sua vez, materializam-se por meio de ações do Banco voltadas à estruturação do ambiente econômico dos territórios, e realizadas por seus Agentes de Desenvolvimento, em cooperação com parceiros do Banco.

Este trabalho se completa à medida que se articula com o financiamento dos agentes produtivos pelas Agências do BNB, uma vez promovidas às condições de sustentabilidade dos empreendimentos nas aglomerações produtivas (p. 80).

A estratégia da Política denomina-se Estratégia da Ação Integral e se define pela ação integral do Banco nos municípios de sua área de atuação, segundo a perspectiva territorial. Esta ação integral associa a oferta de um leque de produtos e serviços financeiros, que inclui os créditos de curto e longo prazo e o microcrédito urbano e rural a um conjunto de ações estruturadoras do ambiente econômico.

O Banco do Nordeste delimitou os territórios de aplicação de sua Política de Desenvolvimento Territorial com base nas mesorregiões estabelecidas pelo IBGE. O trabalho final de territorialização da Política identificou na área de atuação do Banco 47 mesorregiões.

Nesse momento podemos analisar que partindo do que até agora foi visto no que tange a política de desenvolvimento territorial sustentável do BNB há toda uma ação política, econômica, social, estratégica que esbarra na minimização do território onde, neste caso ele se resume a delimitações do IBGE que, não deixa de ser importante como um meio, um instrumento, mas que, não pode ser tratado como o fim.

Reforçamos a partir do que foi analisado que, ao tratar a categoria território como objeto para implementação de políticas públicas e/ou privadas se faz necessário respeitar sua construção histórica, social, cultural com suas heterogeneidades e conflitualidades.

Não podemos entender ou compreender ou resumir o território como a categoria mais prática para materializar os objetivos de quaisquer quer seja a política ou ação. Dando continuidade, vejamos qual é o objetivo geral e os objetivos específicos da política do BNB.

A Política de Desenvolvimento Territorial tem por objetivo geral apoiar o fortalecimento das principais vocações econômicas e potencialidades dos territórios de sua área de atuação, de modo a ampliar a efetividade dos recursos aplicados pelo Banco, colaborando, assim, para o processo de desenvolvimento sustentável na Região de sua atuação.

Para alcançar esses objetivos o BNB conta como Agente de Desenvolvimento que, de acordo com o plano de desenvolvimento territorial do banco, deve apresentar um perfil abrangente em termos de formação acadêmica, conhecimento profissional dos programas e projetos do Banco, bem como da sua oferta de serviços financeiros do BNB, ademais apresentar habilidades na condução de suas ações no contexto do processo de desenvolvimento territorial.

São quatro os níveis da condução e execução da Política de Desenvolvimento Territorial: estratégico, coordenador, gerencial e de execução. Em relação as competências da Área de Políticas de Desenvolvimento são as responsabilidades e funções do Ambiente de Políticas Regionais e da Célula de Coordenação das Ações Territoriais; Ambiente de Políticas Regionais e Célula de Coordenação das Ações Territoriais. Já as competências das Superintendências Estaduais contam com as funções das Células de Desenvolvimento Territorial que permitem a operacionalização de sua responsabilidade.

As experiências de financiamento multisetorial para o desenvolvimento territorial do BNB, contam principalmente com o programa Crediamigo e o programa Agroamigo.

Em 2014, o Agroamigo Mais já está sendo operacionalizado pelas 170 Unidades de atuação do Programa, atendendo a 1.954 municípios. Na posição de Dezembro/2013, o Agroamigo conta com carteira acumulada de R\$ 4,6 bilhões, correspondentes a cerca de 2,3 milhões de operações contratadas. Com uma carteira ativa de R\$ 1,68 bilhão, contando com mais de 817 mil operações ativas. O programa é operacionalizado pelo Instituto Nordeste Cidadania que, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Nem todos os estados da federação são contemplados com o agroamigo e com o crediamigo, no caso do primeiro, apenas 10 estados são contemplados com um total de 1. 945 municípios atendidos e com 160 unidades de atendimento. No caso do crediamigo, são 13 estados contemplados com um total de 1.992 municípios atendidos e com 413 unidades de atendimento. O estado da Paraíba conta com 29 unidades do crediamigo e com 13 do agroamigo.

Criado em 1998, o Programa Crediamigo vem aprimorando e adaptando instrumentos de apoio à aplicação do microcrédito, com ações que apontam para a incorporação dos preceitos do desenvolvimento territorial no arcabouço do seu Programa.

Criado em 2005, o Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Em sete anos de atuação, tornou-se o maior programa de microfinança rural da América do Sul.

Em relação ao “assessor de crédito” “para Abramovay (2008), “a grande novidade do Agroamigo é que os financiamentos passam a ser geridos por um assessor de crédito, responsável por uma carteira de projetos, que estabelece uma relação personalizada com cada agricultor beneficiário do Programa” (ABRAMOVAY, 2008, p. 24).

Em relação ao índice de inadimplência do crediamigo (valores em atraso de 1 a 90 dias em relação à Carteira Ativa do mês na posição de 31 de Dezembro de cada ano), em 2005 era de 0,84%, variando ano a ano para mais e para menos chegando em 2012 a 0,69% menor percentual nos oito anos de atividade da linha de crédito.

No entanto, apesar dos avanços indiscutíveis do Crediamigo, Neri (2008) afirma que este programa não contempla entre sua clientela a porção mais pobre dentre os pobres, residindo aí um aspecto limitante a ser superado.

Além disso, o programa ainda não tem uma clara orientação no sentido de aprofundar sua atuação no meio rural, e menos ainda de buscar uma inserção territorial explícita, por meio de parcerias com os fóruns territoriais existentes (KATO, ZIMMERMANN, E JUNIOR, 2012, p. 98).

Para tanto, pelo menos três medidas imediatas poderiam ser negociadas pelos representantes territoriais do Codeter (Colegiado de Desenvolvimento Territorial) e a direção do Banco do Nordeste segundo Kato, Zimmermann, e Junior (2012):

(...) ruralizarão do Crediamigo por meio da alocação de agentes de crédito, que passariam a atuar de forma mais intensa nos municípios interioranos, em parceria com os fóruns territoriais; aprofundamento do Agroamigo, associado a uma força tarefa territorial de redução da inadimplência da modalidade do Pronaf B; intensificação do Crediamigo para os estados nordestinos menos beneficiados pelas distintas modalidades desse programa. Com isso, acredita-se que, no médio prazo, muitos territórios nordestinos terão um acúmulo de boas práticas e, por conseguinte, de capital social relacionado ao tema do crédito (KATO, ZIMMERMANN, E JUNIOR, 2012, p. 98/99).

Em relação ao desenvolvimento regional, o BNB conta com o programa Nordeste Territorial que, busca investir nas cadeias produtivas para desenvolver a região. Na região Nordeste e no norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o Banco do Nordeste apoia os arranjos produtivos locais (APLs) com a sua Política de Desenvolvimento Territorial.

4.5 Caixa Econômica Federal: o Programa Integrado de Ações Regionais (PIAR) e o microcrédito

No que tange especificamente ao desenvolvimento local sustentável, verifica-se o recente Plano Integrado de Ação Regional (PIAR) que tem como objetivo principal promover o desenvolvimento local dos municípios onde atua.

O PIAR é uma iniciativa recente (fevereiro de 2008) e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, porém ainda não possui estatísticas

disponibilizadas que demonstrem sua eficácia em relação ao objetivo proposto e as estratégias de integração com as políticas públicas ligadas ao desenvolvimento territorial não estão muito claras no interior da organização.

Para Kato, Zimmermann, e Junior (2012), um fator limitante reside na inexistência de um modelo operacional que oriente sua intervenção nos distintos territórios, o que dificulta o surgimento de um ambiente de maior “protagonismo” nos territórios em relação aos projetos financiados pela Caixa.

Para os referidos autores, a um indício de mudança na estrutura gerencial da Caixa, com o propósito de contemplar as especificidades do rural. E essa mudança pode passar pelo recém-criado Programa Integrado de Ações Regionais (PIAR) que, provoca os seus funcionários a necessidade de se pensar e agir no âmbito territorial. E,

(...) essa parece ser a estratégia desejada da direção nacional para superar sua lógica de atuação circunscrita ao meio urbano dos municípios e, fundamentalmente, para se adequar à implementação, pelo Governo Federal, dos Territórios *da Cidadania*. Trata-se de um esforço para mudar sua forma de atuação, até então estritamente bancária ou limitada a fazer empréstimos ou repasses de recursos públicos, sem maior envolvimento com a concepção de projetos. (KATO, ZIMMERMANN, E JUNIOR, 2012, p. 101).

Havendo o esforço na forma de atuação, buscando sair de uma linha limitada de crédito e empréstimos, o PIAR agrega elementos que pode envolver-se mais com o projeto a ser financiado e não apenas com a liberação do crédito. Há também ou cria-se também a oportunidade de superar a visão setorial de caráter urbanista a favor de uma intervenção territorial que, por definição, é intersetorial e agrega o universo rural.

Além do PIAR, a Caixa tem desenvolvido ações na área do microcrédito desde 2002, mas ganharam relevância a partir de junho de 2003, quando o presidente Lula anunciou as primeiras medidas de seu governo nas áreas da inclusão bancária e das microfinanças. Por meio do que ficaram conhecidas mais tarde como o “Pacote do Microcrédito”, as determinações tinham entre suas vertentes básicas estimular a “bancarização” das camadas populares.

No entanto, considerando a maioria das demais atividades desenvolvidas pela Caixa, “o microcrédito não tem nenhuma orientação no sentido de atender de forma preferencial ou diferenciada os moradores da zona rural. Pelo contrário, as carteiras de microcrédito estão focadas prioritariamente no público urbano, embora nada impeça que a população rural acesse seus recursos” (KATO, ZIMMERMANN, E JUNIOR, 2012, p. 102).

Além dessa linha de crédito a CEF (Caixa Econômica Federal) em seu eixo governamental neste caso o município conta, com áreas de atuação específicas para o rural. Entre os programas atendidos pela caixa na área rural está o Programa de Desenvolvimento Agrário que, apoia o desenvolvimento de projetos como o PRONAT através do PROINF, lembrando que, este programa de Infraestrutura não específico apenas para investimentos na política de desenvolvimento territorial rural sustentável.

Para acessar investimentos de infraestrutura oferecido pelo PROINF através da CEF, o MDA procede à seleção das operações a serem atendidas pelo Programa e informa à CAIXA para fins de análise e contratação da operação.

O proponente (que geralmente são as prefeituras) deve inserir o Plano de Trabalho do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) de acordo com as diretrizes publicadas pelo gestor, as quais estabelecem anualmente as condições de contratação no exercício. O Plano de Trabalho deve ser compatível com a modalidade, o objetivo do Programa e com a seleção efetuada pelo gestor. Deve ainda ser fornecida à CAIXA a documentação técnica e jurídica necessária para análise da proposta.

Verificada a viabilidade da proposta e comprovada a situação de adimplência do proponente, segundo as exigências da legislação vigente, é formalizada o Contrato de Repasse de Recursos entre a CAIXA e o estado, município, DF, entidades privadas e entidades das respectivas administrações direta e indireta.

O repasse é efetivado de acordo com as etapas executadas do empreendimento devidamente comprovadas. Os recursos são depositados em conta específica, aberta em uma agência da CAIXA, exclusivamente para movimentação de valores relativos à execução do objeto do contrato assinado.

Podem pleitear recursos financeiros para execução desses programas: o chefe do Poder Executivo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios ou representante de entidades civis sem fins lucrativos.

Em síntese para que possamos no próximo capítulo analisar os projetos em implantação realizados pelo PRONAT no Território da Zona da Mata Norte, especificamente no município de Rio Tinto pelos motivos já citados considerando o que citado a acima sobre os investimentos e as ações orçamentárias se faz necessário enfatizar que os sistemas de financiamentos apresentados se apresentam de maneira diferente e com estratégias e objetivos específicos.

No caso do Banco do Brasil como foi observado seu programa de desenvolvimento sustentável é específico do banco, ou seja, não criado apenas para atender a política que estamos analisando. Seu programa tem modalidades e ações específicas de investimento, o único programa que é específico do MDA que trata do PRONAT é o programa de mini-bibliotecas rurais de iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (Arca das Letras). Também há linha para o PRONAF.

No Banco do Nordeste, sua política de desenvolvimento tem sua base na escala territorial e, é a partir daí que entram as dimensões sociais e ambientais, consequentemente sua política de desenvolvimento. Como vimos essa política territorial atua em 47 mesorregiões demarcadas pelo IBGE. No que diz respeito a linha de financiamentos, ações, investimentos assim, como o primeiro banco citado, este, também tem seus objetivos, projetos estratégicos específicos e de interesses específicos também.

No que diz respeito ao MDA, esse banco, apresenta linhas de financiamentos e investimentos específicos para a agricultura familiar considerando o PRONAF. As ações que se destacam são as do agroamigo e do crediamigo que, podem ser acessados pelos agricultores familiares inseridos também em projetos da política nacional de desenvolvimento territorial rural sustentável como é o caso de algumas cooperadas entrevistadas que, já acessaram essas linhas de crédito sem inadimplência para investir na produção animal e vegetal.

A política de desenvolvimento territorial também ajuda na operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-Conab) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Merenda Escolar (PNAE), programas que se destacam no PRONAT.

Em relação a CEF, é o banco que mais se destaca na política em estudo, pois, além das várias linhas de financiamento e investimentos em relação ao MDA como PRONAF, PRONATER, dentre outros, há linhas e modalidades de financiamentos específicas para o PRONAT.

As ações e modalidades do PRONAT oferecidos pela CEF são: Modalidade monitoramento – gestão e administração do programa; Modalidade PTDRS – elaboração de planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável; Modalidade gestão PTDRS; Modalidade capacitação de agentes de desenvolvimento; Modalidade cooperativismo – fomento aos empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária.

Como também, modalidade PDHC – desenvolvimento sustentável para os assentamentos da reforma agrária no semiárido do nordeste; Modalidade agro biodiversidade

– fortalecimento e valorização de iniciativas territoriais de manejo e uso sustentável da agro biodiversidade; Modalidade infraestrutura – apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais; Modalidade AFEM – assistência financeira mediante emendas parlamentares.

E, é considerando esses investimentos que, no próximo capítulo iremos avaliar dois projetos de infraestrutura no território da Zona da Mata Norte que seguem uma das varias linhas de projetos financiáveis através da política de desenvolvimento territorial rural sustentável, a dinamização econômica.

Vale lembra que, todos os projetos de todos os sistemas financiáveis para a agricultura familiar, para comprovar a condição de agricultores familiares, estes, deverão apresentar a DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf, emitida pelos órgãos oficiais de assistência técnica dos Estados ou pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

4.6 Implementação de Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural: Análise de Experiências

Antes de adentrarmos na avaliação de projetos implantados pelo PRONAT/PTC no Território da Zona da Mata Norte vale lembrar que, todos os territórios rurais são compostos, cada um deles por colegiados territoriais que são formados por representantes de Organizações da Sociedade Civil e das três esferas governamentais (União, Estado e Municípios).

Estes juntos buscam implantar, através de um planejamento estratégico, aqui denominado de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), diversas ações e projetos que procuram reduzir a pobreza e as desigualdades sociais nos territórios rurais, como estar explicitado no capítulo anterior.

O apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios deu-se através de um conjunto de ações que buscaram consolidar as seguintes áreas de resultados: Fortalecimento da Gestão Social; Fortalecimento das redes Sociais de Cooperação; Dinamização Econômica nos territórios rurais; e Articulação de Políticas Públicas.

O PTDRS tem sido o orientador dos projetos e ações priorizadas pelo colegiado de desenvolvimento territorial, conforme orienta a estratégia de desenvolvimento territorial. Entre as principais ações implementadas podemos destacar o apoio à produção e às cadeias produtivas no território como a fruticultura e a apicultura, através de infraestrutura e custeio destas atividades.

Vale lembrar também que, como o Território da Zona da Mata Norte foi criado pela política de desenvolvimento sustentável territorial rural em 2003 se constituído como um território rural e desde 2008 o território passou a ser apoiado com o Programa Territórios da Cidadania iniciando uma nova fase de organização e funcionamento do Colegiado Territorial e, por esse motivo iremos analisar e avaliar as ações e projetos oriundos do PTC.

Desde já, acreditamos que essa relação entre os programas trouxe melhorias expressivas haja vista que, a partir de então o enfoque deixou de ser exclusivamente o setor agrícola familiar com a inclusão de iniciativas de vários ministérios, em especial daqueles com políticas orientadas às populações empobrecidas (saúde, educação, assistência social). Lembrando que, tanto no primeiro programa, quanto no segundo, os atores sociais envolvidos são, sobretudo, segmentos sociais ligados à agricultura familiar e, de forma específica, aos agricultores assentados pela reforma agrária.

Aliando a tudo isto teve todo o processo de inclusão de novos atores, os quais não tinham ainda uma boa compreensão do processo de Desenvolvimento territorial rural sustentável e a partir de então começaram a receber capacitação e formação. Os gestores públicos começaram a se interessar mais e a vim participar das reuniões, tal fato pode ser constatado no processo inicial de implementação das ações do programa.

Pensando no colegiado territorial da Zona da Mata Norte que estava acostumado com a discussão do Desenvolvimento Territorial que continha o apoio de apenas um ministério (MDA) houve um avanço expressivo pois, passou a está também pautando nas discussões do Desenvolvimento ações de outros ministérios com temas bastante transversais como saúde, educação, os quais vinham sendo discutidos dentro da proposta de Desenvolvimento Territorial.

Mesmo considerando os avanços o Colegiado apresenta muitos desafios a serem superados como a consolidação do Núcleo Técnico e o desenvolvimento de suas capacidades de debater, apontar caminhos e sistematizar as propostas de aplicação das ações concretas dialogadas nas outras instâncias. Outro desafio é a melhoria dos instrumentos e das práticas de comunicação e de circulação eficiente de informações, o que possibilitará maior agilidade e eficácia nas articulações dessas instâncias.

Também é um desafio o envolvimento de mais gestores públicos e parceiros na política de Desenvolvimento Territorial. No que se refere aos gestores é extremamente importante a sua participação e entendimento acerca dessa política a fim de se promover uma visão de desenvolvimento territorial integrada e descentralizada. Todos os projetos são

desenvolvidos, considerando em média 18 Ministérios do Governo Federal e com algumas secretarias especiais, exemplo, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM).

Os projetos financiados pela política tem três principais linhas de ação: Apoio a atividades produtivas; Cidadania e Direitos e Infraestrutura. Com ações articuladas dos governos federal, do estado e dos municípios e com a participação da sociedade civil, o Programa Territórios da Cidadania já investiu no período de 2008; 2009 e 2010 até 31 de outubro de 2010, um total de R\$ 2.661,40 milhões nos territórios do estado da Paraíba como pode ser observado no Quadro 11.

Investimentos executados pelo Programa Territórios da Cidadania no estado da Paraíba no período de 2008; 2009 e 2010 (até 31/10/2010 em R\$).				
Território	Apoio a Atividades Produtivas	Cidadania e Direitos	Infraestrutura	Total
Borborema	132.734.657,69	554.916.094,91	99.865.742,39	787.516.494,99
Cariri Ocidental	23.058.557,25	85.145.057,13	13.505.434,66	121.709.049,04
Curimataú	11.662.179,20	65.038.698,89	7.906.858,17	84.607.736,26
Médio Sertão	26.758.615,67	156.329.856,96	33.869.184,61	216.957.657,24
Zona da Mata Norte	109.035.935,41	387.419.845,63	12.917.390,08	509.373.171,12
Zona da Mata Sul	268.199.537,83	636.931.973,64	36.108.955,87	941.240.467,34
Total	571.449.483,05	1.885.781.527,16	204.173.565,78	2.661.404.575,99

Quadro 11: Investimentos executados pelo Programa Territórios da Cidadania no estado da Paraíba no período de 2008; 2009 e 2010 (até 31/10/2010 em R\$).

Fonte: BRASIL, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Balanço 4 anos (2007 a 2010): Paraíba, 2010.

Os dados apresentados evidenciam que o território que recebeu mais investimento do Programa Territórios da Cidadania no estado da Paraíba foi a Zona da Mata Sul, seguido pela Borborema, Zona da Mata Norte, Médio Sertão, Cariri Ocidental e Curimataú que foram beneficiados com recursos para melhorar a infraestrutura produtiva e a qualidade de vida dos seus habitantes. Os dados referem-se a 2008, 2009 e 2010 tendo em vista que é o ultimo balanço do PAC, ainda não foi disponibilizado o balanço 2011/2014.

No capítulo seguinte analisaremos as experiências de desenvolvimento territorial rural sustentável no território da Zona da Mata Norte, mais especificamente no município de Rio Tinto e João Pessoa que mesmo pertencendo ao território da zona da mata sul será trabalhado por nele estar sendo implementada a CECAP- Central de Comercialização da Agricultura Familiar que servirá de base para todos os territórios do estado da Paraíba.

CAPÍTULO V
PLANO DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL:
EXPERIÊNCIAS NA ZONA DA MATA NORTE

5. Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável: experiências na Zona da Mata Norte

Considerando os desafios levantados, analisaremos se foram e/ou não estão sendo superados tomando como base alguns projetos do Território da Zona da Mata Norte. Estes são oriundos do Programa Território da Cidadania, tendo em vista que, é a fonte mais segura e que também em algumas situações se aplica ao PRONAT já que, o PTC é um desdobramento e tem como objetivo principal o combate a pobreza.

Vale ressaltar também que, os dados analisados neste tópico começam a partir do ano de 2008 a 2013/2014 tendo em vista que as informações oficiais iniciam-se e finalizam-se nessas datas considerando que, o programa território da cidadania iniciou-se em 2008 tendo como base o PRONAT, mas como foco principal o combate a pobreza.

De acordo com os dados referentes às demandas de formação nos PTDRS dos territórios rurais do estado da Paraíba as ações e projetos nos territórios rurais são dos mais diversos: Educação do campo (Ações de escolarização, EJA, formação de professores e educação contextualizada). Saúde preventiva, segurança alimentar, ações para o resgate e manutenção de tradições locais, Capacitação para o acesso de Políticas Públicas específicas, segurança pública, meio ambiente, juventude, mulheres, Populações tradicionais (Indígenas e quilombolas), Organização da Produção/comercialização (Associação, cooperativas, redes de comercialização, economia solidaria, empreendedorismo, dinamização econômica). Capacitação técnica agrícola e produtiva (em temas relacionados a atividades agrícolas, de pecuária e produtivas). Gestão e controle social (Conselhos e Consórcios), Artesanato, dentre várias outras.

Nesse capítulo, especificamente, são discutidas duas ações voltadas para o desenvolvimento territorial rural, a saber: a implantação da CECAP, em João Pessoa, e a da Unidade de Beneficiamento de Frutas de Piabuçu- FRUTIAÇU. Antes, porém, de nos determos nessas duas ações, faz-se necessário ter uma visão geral do PDTRS da Zona da Mata Norte-PB.

5.1 Aspectos gerais do PTDRS da Zona da Mata Norte

No território da Zona da Mata Norte, de acordo com o planejamento a estratégia de Desenvolvimento Territorial as principais ações e atividade estão direcionadas para:

➤ **Fortalecimento da Gestão Social** com o Apoio no fortalecimento e qualificação do processo de funcionamento do Colegiado e suas instâncias principalmente das Comissões Temáticas e do Núcleo Técnico; Conclusão da requalificação, lançamento e negociação para implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável; Alimentação das informações Territoriais no ambiente colegiado em redes do Sistema de Gestão Estratégica – SGE...;

➤ **Fortalecimento das Redes Sociais de Cooperação** com o Fortalecimento, estruturação e qualificação da rede estadual de Colegiados Territoriais; Fortalecer as redes sociais de cooperação que atuam em apoio ao Desenvolvimento Territorial; Consolidar a rede de cooperação estadual das feiras da agricultura familiar e do Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária – SECAFES...;

➤ **Dinamização Econômica** com o Fortalecimento das atividades das Bases de Serviços de apoio à comercialização dos Produtos da agricultura Familiar e Economia Solidária- BSC e qualificação do sistema de gestão do processo de comercialização; Consolidação da funcionalidade e gestão dos empreendimentos territoriais e apoio à operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

➤ **Articulação de políticas Públicas** com a Qualificação e articulação para implementação dos projetos estratégicos; Acompanhamento e execução das atividades do Programa Territórios da Cidadania- PTC e articulação de políticas públicas por meio dos diversos programas voltados para a agricultura familiar.

No Quadro 12, podemos observar as ações territorializadas e executadas no Território Zona da Mata Norte – TZMN em quantidade e valores. Lembrando que as ações territorializadas são metas a serem alcançadas e as ações executadas/físicas resultam das ações territorializadas⁷.

Em relação à execução da meta física das ações no período de 2008 a 2010, pode-se afirmar que a política em suas mais variadas ações representa 63,81% de ações que ao menos estão em andamento, já estão executadas, ou mais que isso, superou a previsão de meta física. Em torno de 36,19% não foram iniciadas.

Em 2008, o resultado não foi tão satisfatório, 42,40% das ações não foram iniciadas, enquanto a porcentagem de ações executadas por completo e parciais apresentaram-se iguais a 28,79%. No ano de 2009, 42,86% das ações atingiram 100% ou mais de sua meta física, 33,77% não foram executadas e 23,38% iniciaram, porém não atingiram os 100% de meta física. Por fim,

⁷ Nos Anexos 4 a 7, estão detalhadas todas as ações territorializadas e executadas na Mata Norte .

em 2010, 27 ações atingiram os 100% ou mais da meta física, correspondente a 40,30%, enquanto 32,84% não foram iniciadas e 26,87% foram executadas parcialmente. O Gráfico 1, explicita bem essa distribuição das ações físicas.

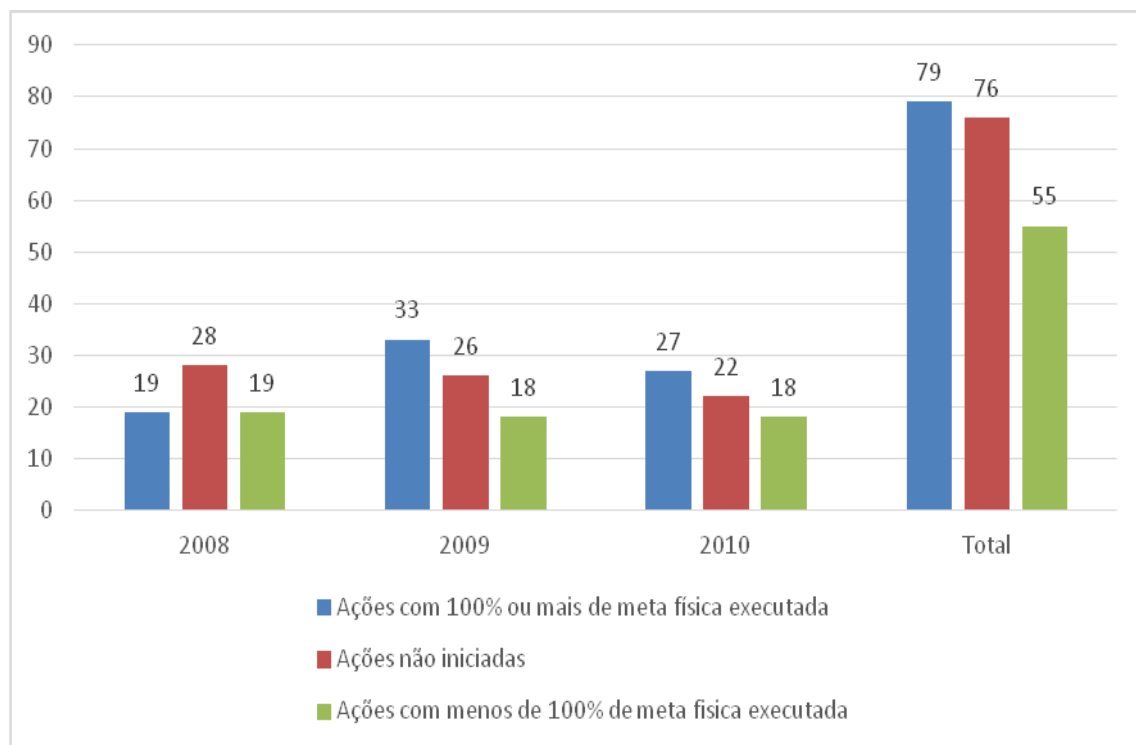


Gráfico 1: Programa Território da Cidadania da Zona da Mata Norte: Realizado físico - 2008, 2009 e 2010.

Fonte: Grupo de estudo. Elaborado com base nos dados do Relatório de Execução dos Territórios da Cidadania dos anos de 2008, 2009 e 2010.

Dentre os 18 ministérios que estão inseridos no PRONAT/PTC com seus programas e ações em relação a projetos que podem beneficiar diretamente a agricultura familiar destaca-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Um dos principais objetivos da política é a erradicação da pobreza e a reforma agrária. Também há de ser considerado o INCRA, que com o MDA, territorializa ações dando ênfase às famílias assentadas pela política de reforma agrária.

Outro ministério que se destaca em ações diretas para esses sujeitos é o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com ações no programa de aquisição de alimento- PAA. Os demais ministérios territorializam ações que indiretamente podem vir a contribuir de alguma forma para esse público, com ações na saúde, justiça, trabalho, emprego, educação, transporte, saneamentos, energia, dentre outras (Ver Anexo 4 a 7).

Ações territorializadas e executadas no Território Zona da Mata Norte - TZMN								
Ano	Territori- alizadas no país	Executadas no país	Territori- alizadas no TZMN	Executadas no TZMN	Previsão de investimento no país (R\$)	Valor Executado no país (R\$)	Previsão de investimento no TZMN (R\$)	Valor Executado no TZMN (R\$)
2008	175	158	66	63	12.242.584.752,39	9.354.327.552,01	161.000.442,85	148.937.649,42
2009	202	189	77	77	24.997.310.362,07	19.379.988.161,66	220.861.561,98	194.429.766,86
2010	169	141	67	60	27.393.167.127,25	19.702.775.371,22	172.563.471,93	214.767.959,52
Para 2011 e 2012, os dados não foram disponibilizados.								
2013	Para o conjunto dos 120 territórios da Cidadania foram previstas para o ano de 2013/2014 um total de 71 Ações por meio do Programa Territórios da Cidadania, com a previsão de investimento de R\$ 7.319.788.859,53. No entanto, das 71 ações, apenas 28 foram territorializadas no Território da Zona da Mata Norte com a previsão de investimento de R\$ 39.366.775,42.							

Quadro 12: Ações territorializadas e executadas no Território Zona da Mata Norte – TZMN.

Fonte: Site do Território da Cidadania, 2014. Elaboração Própria.

Considerando que queremos saber quais ações foram territorializadas e executadas diretamente para a agricultura familiar, considerando seus vários sujeitos, analisaremos as ações do MDA/INCRA e MDS de acordo com os dados da matriz de ações territorializadas e os relatórios de execução disponibilizados no site do Território da Cidadania.

Em 2008 primeiro ano que teve os dados disponibilizados o INCRA/ MDA territorializou 12 ações para assentados de Reforma Agrária e, destas apenas 4 foram executadas, são elas: a) Implantação e Recuperação de Infra-estrutura de Projetos de Assentamento que tinha como meta física atender 91 famílias e superou esta meta atingindo 201 famílias; b) Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária que tinha como meta física protocolar 11 licenciamentos ambientais e não alcançou essa meta protocolando apenas 2; c) Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais que tinha como meta atender 91 famílias e alcançou essa meta com 884 Hectares de terras; d) Terra Sol que tinha como meta atender 283 famílias assentadas, no entanto só chegou a cerca de 30% do planejado com 92 famílias.

Mesmo com esses resultados o INCRA/MDA ficou longe de alcançar sua meta, pois, das 12 ações 8 importantes ações deixaram de ser executadas, como podemos ver no Anexo 4.

Em relação as ações do MDA para além do INCRA em 2008, 16 foram territorializadas sendo que apenas 9 foram executadas total ou parcialmente, são elas: a) ATER/Agricultores Familiares que tinha como meta atender 3333 famílias e desse total 90% foram atendidas com 3.000 famílias; b) Apoio à Gestão dos Planos Territoriais de

Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) que alcançou suas meta de atender 50 colegiados territoriais; c) Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas que também alcançou a meta de atender 299 famílias acampadas; d) Crédito Pronaf que tinha como meta 4383 contratos e executou 1.724 contratos; e) Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) que executou sua meta de elaborar um plano; f) Formação de Agentes de Desenvolvimento -Formação Complementar que tinha como meta atender formar 40 agentes (Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais...) e só alcançou 2% desse total; g) Formação de Agentes de Desenvolvimento- Formação Específica que tinha como meta atender formar 40 agentes (Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais...) e só alcançou 2% desse total; h) Programa Arca das Letras que tinha como meta implantar 10 bibliotecas rurais para atender (Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais...) e implantou 4 das 10; i) Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) que tinha como meta realizar 19 mutirões para atender (Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais...) e realizou 16. As 7 ações que não foram executadas podemos observar no Anexo 4.

No que diz respeito ao MDS, que também tem varias ações diretas para a agricultura em suas varias modalidades a que mais se destaca é a de Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar- PAA que tinha como meta atingir 679 Toneladas de Alimentos Adquiridos da agricultura familiar, Assentados, Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais e alcançou 659 (Ver Anexo 4).

O INCRA/MDA em 2009 teve 10 ações territorializadas dessas 4 foram executadas, são elas: a) Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias acampadas que tinha como meta atender 115 famílias e mais que dobrou a meta atendendo 235 famílias; b) Assistência Técnica e Capacitação de Assentados que tinha uma meta física de atender 4.415 famílias assentadas e atendeu 1.793; c) Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária que tinha como meta protocolar 3 licenciamentos ambientais e protocolou apenas 1; d) Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais que alcançou sua meta com 120 hectares de área obtida (Ver anexo 5).

Em 2009, em relação ao MDA 12 ações foram territorializadas e destas foram executadas 8, são elas: a) ATER/Agricultores Familiares que tinha como meta assistir 3.410 agricultores familiares e alcançou 100%; b) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais com um projeto apoiado; c) Assistência Social, Técnica e Jurídica às

Famílias Acampadas que alcançou sua meta apoiando um projeto; d) Biodiesel que atingiu a meta de atender 500 famílias; e) Crédito PRONAF que tinha como meta firmar 2066 contratos e atingiu 1.537; f) Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar que alcançou sua meta assistindo 605 famílias; g) Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais que alcançou sua meta de atender uma comunidade; h) Programa Arca das Letras que implementou as 5 bibliotecas (Ver Anexo 5).

O MDS que traz consigo uma das ações mais importantes para a agricultura familiar em 2009, no que diz respeito a Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar de sua meta física de executar a compra de 446 Toneladas de Alimentos Adquiridos alcançou 59% com, 267 toneladas e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite da meta de 3529550 litros de leite executou 100% de sua meta de compra (Ver Anexo 5).

Em 2010 o INCRA/MDA teve uma considerável baixa em quantidade de ações territorializadas, apenas 6 e dessas nenhuma foi executada. Consequentemente com a falta de Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas (23 famílias deixaram de ser atendidas), Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento (178 famílias), Implantação e Recuperação de Infra-estrutura de Projetos de Assentamento (251 famílias), Assistência Técnica e Capacitação de Assentados (1.950 famílias) e, com o programa Terra Sol que iria atender (95 famílias), um dos principais objetivos da política que é fortalecer as ações no âmbito da Reforma Agrária saiu muito prejudicada (Ver Anexo 6).

Para o MDA em 2010 das 13 ações territorializadas além daquelas com o INCRA, apenas 5 foram executadas, são elas: a) Articulação para Implantação das Casas Digitais Rurais, 1 casa digital rural implementada; b) Biodiesel, 3893 famílias atendidas; c) Crédito Pronaf, com meta física de efetuar 2.107 contratos de financiamento, pouco mais de 50% foi efetuado com 1.107 contratos; d) Programa Arca das Letras, 5 bibliotecas implementadas; e) Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), dos 22 mutirões 11 foram realizados (Ver Anexo 6).

Em relação ao MDS, ministério que se destaca também através do PAA, em 2010, ele superou a meta física em quantidade de toneladas adquiridas. No PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, a meta era 446 toneladas que foi superada para 698, 156.5 % executado. No Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite, com a meta física de 3529550 litros foi executado 2.917.792 litros, pouco mais de 80% da meta. Esses programas como veremos se destacam pelo fato da compra ser direta do agricultor (Ver Anexo 6).

Os dados referentes aos anos de 2011 e 2012 não foram disponibilizados. Em relação a 2013/2014, os dados disponibilizados, pelo fato da safra ser 2013/2014 ainda estar em curso por ocasião da pesquisa, correspondem apenas às metas territorializadas, assim, não têm como saber ainda quais foram executadas.

Como podemos observar, houve uma grande diminuição no número de ações territorializadas e executadas. Em relação às ações territorializadas na Mata Norte, das 28 para 2013/2014 quinze correspondem ao MDA e destas, 2 são ligadas ao INCRA com Concessão de Crédito-Instalação às Famílias de Assentados e Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária. No Quadro 13 podemos observar o resumo dos dados acima apresentados.

Ano	Orçamentário	Pago	%Pago/Orçado
2008	R\$ 112.315.779,75	R\$ 103.900.634,88	92,51%
2009	R\$ 154.075.592,03	R\$ 135.636.464,62	88,03%
2010	R\$ 120.382.283,19	R\$ 149.824.624,15	124,46%
Total	R\$ 386.773.654,97	R\$ 389.361.723,65	100,67%

Quadro 13 - Programa Território da Cidadania da Zona da Mata Norte: Orçado e pago - 2008, 2009 e 2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Relatório de Execução dos Territórios da Cidadania dos anos de 2008, 2009 e 2010.

Por fim, no que diz respeito aos os dois programas que destacamos, o PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar ficou sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e o PAA - Aquisição de Alimentos sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Nos Anexos de 4 a 7 podemos observar todo o detalhamento de todas as ações para todos os anos.

No que diz respeito ao número de famílias atendidas diretamente pelo programa (incluindo assentados de Reforma Agrária, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, povos e comunidades tradicionais sem acesso à energia elétrica em suas casas, famílias acampadas etc.) e que são o sujeito principal da política em questão, tem-se que no território da Zona da Mata Norte apresentou uma forte variação: em 2008 mais de 145.000 mil famílias; em 2009, houve um decréscimo no numero de agricultores familiares atendidos diretamente, foram em media 93.000 mil; em 2010, houve um acréscimo de agricultores familiares atendidos diretamente, foram cerca de 163.000 mil; em 2013, houve um decréscimo no numero de agricultores familiares assistidos diretamente.

É esperado que 2013/2014 cerca de 36.000 mil agricultores tenham suas metas territorializadas. De acordo com os dados disponibilizados pela SDT/MDA, quase 5.000 mil agricultores já foram assistidos e mais de 26.000 mil agricultores serão beneficiados com a assistência técnica e extensão rural e cerca de 5.000 mil com formação agroindustrial e comercial.

5.2 Análise de execução das ações realizadas no TZMN

No Quadro 14 estão sistematizadas as principais ações no Território. Na área do **Fortalecimento da Gestão Social** destacamos o fortalecimento do Colegiado Territorial, a qualificação do PTDRS, o processo de monitoramento e acompanhamento dos Projetos Territoriais e a Discussão e Elaboração dos PROINF.

Na área de **Dinamização Econômica** foram executadas ações voltadas para o fortalecimento das Bases de Serviços de Comercialização dos produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária; para a consolidação da funcionalidade e gestão dos empreendimentos territoriais e para o apoio à operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Na área do **Fortalecimento das Redes Sociais de Cooperação** duas grandes ações foram priorizadas: o fortalecimento da Rede Estadual de Colegiados Territoriais e a organização dos Comitês Setoriais da Juventude e de Mulheres, na perspectiva de que estes segmentos possam fortalecer suas representatividades de forma mais organizadas e autônomas.

Por fim, na área de **Articulação de Políticas Públicas** com a implantação do Programa da Cidadania – PTC e mais especificamente com a criação do Comitê Estadual – CAE foram abertas possibilidades de se articular políticas públicas a partir das demandas do território. Estão sendo feitas conferências para as Mulheres, para a Juventude.

No entanto, como nosso foco são as ações que diretamente poderão beneficiar a agricultura familiar, em um levantamento documental avaliamos que, dentre as principais ações que foram executadas e que podem favorecer de certa forma a agricultura familiar são: Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos, Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Plano Brasil sem Miséria, Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária, ATER/Agricultores Familiares, Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos: Fundo de Terras,

Concessão de Crédito-Instalação às Famílias de Assentados, Crédito Pronaf, Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar, Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Sócio-Produtivas da Agricultura Familiar no Âmbito dos Territórios Rurais, Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis, Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras, Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família, Programa Nacional de Crédito Fundiário, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), Proteção Social para Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho Infantil.

Principais Atividades Desenvolvidas para o Alcance dos Resultados no Território da Zona da Mata Norte – PB	
Dentro do Território	Fora do Território
Reestruturação do Colegiado Territorial e suas instâncias.	- Instâncias recompostas; - Regimento Interno adaptado; - Reuniões da Coordenação Territorial agendadas com periodicidade mensal.
Elaboração e envio do Termo de Adesão, com vistas à atualização da Composição do Colegiado.	- Processo ainda em andamento.
Reestruturação do Núcleo Técnico.	- Esta instância não foi consolidada.
Reestruturação das Câmaras Temáticas.	- Foram estruturadas as Câmaras Temáticas da Juventude, de Mulheres, de Indígenas, da Educação do Campo, da Organização da Produção e Comercialização e da Comunicação.
Formação/Capacitação das Instâncias Colegiadas: Coordenação Territorial, Núcleo Técnico e Comissões Temáticas.	- Eventos de caráter formativo realizados com a Coordenação Territorial e os segmentos de Mulheres e Juventude; - Planejamento das Instâncias elaboradas.
Qualificação do PTDRS.	- PTDRS qualificado, validado e homologado pela Plenária do Colegiado Territorial.
Elaboração de Planos de Negócios.	- Plano de Negócios da Unidade de Beneficiamento de Castanha de Jacaraú concluído; - Plano de Negócios da Unidade de Beneficiamento de Frutas de Piabuçu (Rio Tinto) em elaboração.
Elaboração do Plano Territorial de Cadeia Produtiva.	- Plano de Cadeia do Mel em fase de conclusão.
Monitoramento/Acompanhamento dos Projetos Territoriais.	- Agenda construída e realizada pela Coordenação Territorial.
Priorização dos Projetos PROINF 2011.	- Projeto do Incremento do Arranjo Produtivo do Mel elaborado, homologado e priorizado pelo Colegiado. Em análise pelo MDA.
Seminários Territoriais de Políticas Públicas.	- Realizados seminários do PNAE e sobre notas fiscais da agricultura familiar.
Recomposição da representatividade do Colegiado na Rede Estadual de Colegiados Territoriais.	- Articulação consolidada com os outros Colegiados/Fóruns Territoriais do Estado; - Pautas deste Território ganhando visibilidade em nível estadual.
Realização de Conferências Territoriais de segmentos específicos.	- Conferência Territorial de Políticas Públicas de Mulheres realizada; Conferência Territorial de Políticas Públicas da Juventude em processo de organização.

Quadro 14: Principais Atividades Desenvolvidas para o Alcance dos Resultados no Território da Z M N – PB.

Fonte: Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/IICA/07/009 – Desenvolvimento Territorial/Produto 8 (2011).

Dentre todos esses programas e ações merece destaque o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) que, considerando o território que estamos avaliando, foi bastante representativo e impactante, como será visto a seguir.

Considerando todas as ações do PRONAT/PTC direcionadas para a agricultura familiar, colocamos como destaque tanto em nível nacional quanto em nível regional, estadual e territorial o PAA, tendo em vista que o programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais, garantindo uma demanda estável para a produção da agricultura familiar.

Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial, ao abastecimento de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos, bem como para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos⁸.

Em relação ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) no Território da Zona da Mata Norte, em 2008, foram adquiridas 1.563 toneladas de alimentos com um valor aproximado de R\$ 878.572,22. Desse total, foram adquiridas 679 toneladas de alimentos com um valor aproximado de R\$ 488.768,48 dos agricultores familiares.

Em 2009, o PAA-Leite, conhecido como Leite Fome Zero, que tem como objetivos contribuir com o consumo de leite pelas famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a produção familiar, adquiriu 3.529.550 litros com um valor aproximado de R\$ 3.388.368,00.

Em 2010, através do Programa de Aquisição de Alimentos foram adquiridas 58 toneladas, com um valor aproximado de R\$ 100.142,42. Em 2013, o PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar assistiu 176 agricultores familiares com um valor aproximado de R\$ 447.300,22.

⁸ Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). As diretrizes do PAA são definidas por um Grupo Gestor, coordenado pelo MDS e composto por mais cinco Ministérios. O PAA é implementado por meio de cinco modalidades, em parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), governos estaduais e municipais. Para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A identificação é feita por meio de uma Declaração de Aptidão (DAP), ao PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária e beneficiários do crédito fundiário (MDS, 2014).

5.3 Território Zona da Mata Norte: Rio Tinto-PB

Considerando tudo o que já foi relatado a cima sobre os programas e ações não só para o Território da Zona da Mata Norte mas para todo os territórios criados no país através do PRONAT E PTC fica evidente que a uma diversidade de programas e ações implementadas para agricultura familiar seja diretamente ou indiretamente.

Mesmo avaliando que muitos projetos aprovados deixam duvidas quanto à abordagem utilizada pela SDT/MDA, no que diz respeito principalmente à estratégia de desenvolvimento territorial, analisando, por exemplo, que algumas ações não deixam claro o uso de alguns conceitos como, desenvolvimento, sustentabilidade, território. Outro ponto que podemos destacar é que há um processo de formação dos territórios onde variadas atividades são desenvolvidas, principalmente, atividades voltadas para capacitação em gestão, organização, constituição de comitês e socialização.

A principal demonstração desse tratamento é vista quanto avaliamos as ações formativas que são executadas através de diversas modalidades, mesmo que não seja possível detectar em que medida os beneficiários dessa política tiveram ou não ampliadas as suas capacidades participativas e em que medida esta ampliação se materializou numa intervenção propositiva dos atores territoriais no âmbito dos colegiados territoriais.

Assim, partindo da percepção de que não temos como avaliar todos os programas com suas respectivas ações, tomaremos como base de análise as ações que se materializaram no município de Rio Tinto-PB e no município de João Pessoa-PB, especificamente os projetos de infraestrutura, agroindustrialização, cooperação e comercialização por se tratar de ações com presença física onde os colegiados territoriais são bastante participativos.

Vale ressaltar também que, como vimos acima, são diversos os ministérios que estão inseridos no programa de desenvolvimento territorial, no entanto o que terá maior destaque na nossa discussão são os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), e de Desenvolvimento Agrário, considerando que são estes ministérios que apoiam os projetos que estamos avaliando, como a implantação de Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar em municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania.

Essas unidades são espaços físicos estruturados e equipados com a finalidade de auxiliar a distribuição, no município e na região, dos gêneros alimentícios, oriundos da agricultura familiar, em especial os adquiridos por meio do Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA), além de atuar no apoio à comercialização direta da produção de alimentos da agricultura familiar nos mercados locais e regionais, visando o desenvolvimento de projetos de inclusão social e produtiva e o fortalecimento de sistemas agroalimentares de base agroecológica e solidária.

No Quadro 15 podemos observar quais os projetos de infraestrutura estão presentes no município de Rio Tinto-PB. Antes de apresentarmos os projetos, neste caso, de infraestrutura pensados para o município de Rio Tinto-PB, vale ressaltar que, de acordo com os dados, as demandas de formação nos PTDRS não são só para esse município mas, para o Território da Zona da Mata como um todo.

Ano	Natureza	U F	Território	Proponente	Objeto	Valor do Projeto (R\$)	Valor MDA (R\$)	Situação Obra	Data da Vigência
2003	Investimento	PB	Zona Da Mata Norte - PB	PM CRUZ ESPIRITO SANTO	Construção de 01 viveiro para produção de mudas frutíferas e 02 pontilhões para melhoria do escoamento da produção	93.822,89	89.551,04	Concluída	22/06/2005
2003	Investimento	PB	Zona Da Mata Norte - PB	PM MAMANGUAPE	Construção de viveiros de mudas e centro integrado de apoio a agricultura familiar	225.798,46	211.460,02	Paralisada	30/12/2014
2004	Investimento	PB	Zona Da Mata Norte - PB	PM MAMANGUAPE	Aquisição de máquinas e equipamentos	106.261,12	95.040,00	Concluída	30/12/2011
2004	Investimento	PB	Zona Da Mata Norte - PB	PM SAPE	Construção de centro integrado	244.574,57	196.522,92	Paralisada	31/12/2015
2006	Investimento	PB	Zona Da Mata Norte - PB	PM JACARAU	Construção de unidade de beneficiamento de castanha de caju	166.525,81	145.350,00	Concluída	14/12/2008
2006	Investimento	PB	Zona Da Mata Norte - PB	PM RIO TINTO	Implantação de feira agroecológica	30.338,07	24.130,00	Concluída	30/06/2009
2008	Investimento	PB	Zona Da Mata Norte - PB	PM RIO TINTO	Estruturação centro comercialização da agricultura familiar	315.002,40	300.002,00	Normal	30/12/2013
2009	Investimento	PB	Zona Da Mata Norte - PB	PM RIO TINTO	Aquisição de equipamentos maquinários e veículos para a Agroindústria de beneficiamento de frutas dos agricultores	210.000,00	203.700,00	Normal	31/12/2013
2011	Investimento	PB	Zona Da Mata Norte - PB	INTERPA	Implantação de infraestrutura e serviços para atender demandas das ações de regularização fundiária, do crédito fundiária.	669.811,00	599.811,00	Normal	30/06/2014

Quadro 15: Projetos de Infraestrutura no Território da Zona da Mata Norte.

Fonte: https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/siurbn/acompanhamento/ac_publico/ (acesso: 11/04/2014).

Eles estão, principalmente, ligados à Organização da produção/comercialização (associação, cooperativas, redes de comercialização, economia solidária, empreendedorismo, dinamização econômica), capacitação para o acesso de Políticas Públicas específicas, meio ambiente, ações para o resgate e manutenção de tradições locais (ROCHA, 2012, p. 35). Esses fatores nos encaminharam a avaliar os projetos de infraestrutura.

Logo mais apresentaremos dois projetos que seguem o modelo que foi citado acima, são eles: a) a Unidade de Beneficiamento de Frutas Piabucu-Frutiaçu e o Centro de Comercialização da Agricultura Familiar de Rio Tinto-PB pertencentes ao Território da Zona da Mata Norte, com base nas ações de infraestrutura, agroindustrialização, cooperação e comercialização e b) a CECAF-PB, situada no município de João Pessoa-PB, pertencente ao território da Zona da Mata Sul, com base nas ações de infraestrutura, cooperação e comercialização.

Este último, apesar de não estar localizado na ZTMN, foi escolhido tendo em vista que ele é resultado da participação social e orçamentária dos 15 territórios rurais da Paraíba, esperando-se que agricultores familiares de todos os territórios sejam contemplados direto ou indiretamente.

5.3.1 CECAF-PB: estratégia de apoio à dinamização econômica dos territórios rurais da Paraíba

Os Sistemas Estaduais de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (SECAFES) representam um conjunto de ações e serviços com o objetivo de articular o processo de promoção e distribuição dos produtos da agricultura familiar desde as unidades produtivas até os centros consumidores. Processo este que temos que elucidar na pesquisa por representar um ponto crucial na dinamização econômica das políticas públicas analisadas.

O objeto central do sistema é a comercialização da produção da agricultura familiar constituída por um leque variado de produtos. No intuito de fortalecer a gestão social esperada, as organizações associativas e as cooperativadas compõem a teia de relações do SECAFES como organismos representantes dos produtores.

No entanto, esses processos de comercialização da produção familiar dependem de políticas públicas de apoio à comercialização. As atividades comerciais combinam esforços nas organizações comunitárias associativas para a distribuição dos produtos nos mercados:

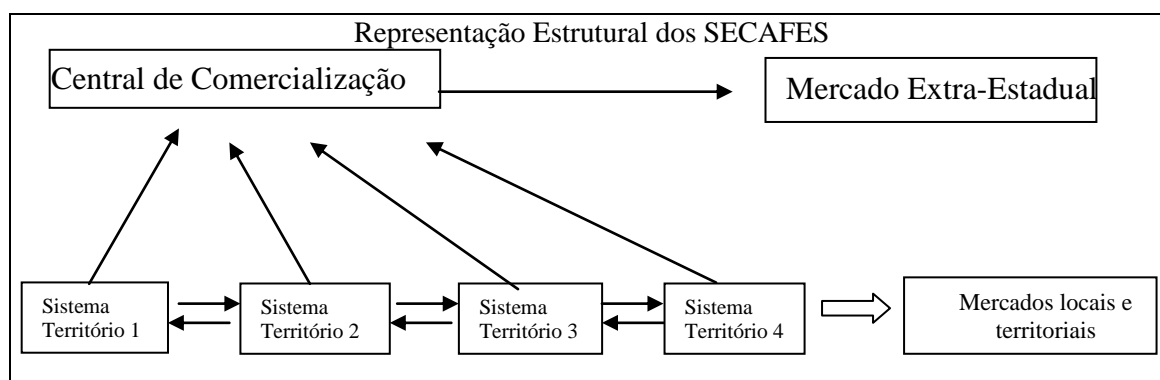
local, interterritorial e cidades-polo. O Quadro 16 apresenta os elementos da comercialização territorial, seu ambiente operacional, arranjo estrutural e políticas de apoio.

Ambiente operacional	Arranjo estrutural	Políticas de apoio
Unidades Familiares de Produção	- Produção Primária - Beneficiamento Inicial em Regime Familiar	• Créditos do PRONAF • Outros Financiamentos • Sementes e Mudanças
Comunidades Rurais e Áreas Comuns dos Assentamentos	_ Agroindústrias Associativas _ Serviços de Apoio à Produção Primária	• PRONAF Infraestrutura • PROINF
Sedes Municipais	_ Compras Governamentais _ Feiras Livres _ Pontos de Vendas _ Agroindústrias de Porte Médio _ Entrepósitos _ Abatedouros _ Serviços de Capacitação e Assistência Técnica	PAA • PNAE • PRONAF Infraestrutura • PROINF • ATER e Capacitação
Espaços Inter - Territoriais	Ponto de Venda	PRONAF Infraestrutura
Cidade Pólo dos Territórios	_ Centrais Territoriais _ Serviços de Classificação e Embalagem _ Serviços Financeiros _ Armazenagem	PRONAF Infraestrutura

Quadro 16: Elementos da comercialização territorial.

Fonte: Ramos (2011).

Os SECAFES se estruturam a partir dos territórios rurais e das relações comerciais, neles e entre eles estabelecidas para atender aos mercados locais e territoriais, em uma lógica inter-territorial. Vê-se no Fluxograma 5 a representação estrutural do SECAFES.



Fluxograma 5: Representação estrutural do SECAFES.

Fonte: Ramos (2011).

Nessa estrutura, a central de comercialização gerencia informações e armazena produtos, configurando-se como espaço de referência para o comércio no mercado intra e extraestadual. Mas, para isso, é essencial que essa central de comercialização faça a intermediação de negócios e prestação de serviços, através da gestão compartilhada, e promova o espaço para que este se edifique como referência dos produtos da agricultura familiar.

Dentre as atividades desempenhadas pela central de comercialização destacam-se a prestação de serviços técnicos de apoio à comercialização, comercialização e gestão do espaço físico. Ela também tem como tarefa elaborar catálogos de produtos conforme grupos a seguir: “produtos de agroindústrias familiares (castanhas, polpa de frutas, doces, laticínios, pescado, produtos de engenho de cana, produtos da mandioca, embutidos, etc.); produtos agrícolas *in natura* semi-perecíveis (melão, batata, mandioca, abacaxi, melancia, laranja, etc.); e produtos do artesanato em geral.” (RAMOS, 2011, p. 21)

Em relação à demanda de operacionalização do centro de comercialização, a definição de implantação de uma central tem início na dinamização econômica dos territórios que, “determinam com base em uma análise do ambiente estadual as articulações são potencializadas e mobilizam os atores envolvidos para o pleito à infraestrutura necessária para implementação da proposta” (RAMOS, 2011, p. 23).

Buscamos analisar esse sistema de comercialização tomando por base a Central de Comercialização da Agricultura Familiar Territorial – CECAF–PB, que está inserida nesse sistema de estratégia de apoio à dinamização econômica da agricultura familiar.

Em princípio, a CECAF-PB foi projetada para atender apenas os 27 municípios que compõem os Territórios da Zona da Mata Norte e Sul. No entanto, o projeto foi revisto e além dos territórios da Zona da Mata Norte e da Zona da Mata Sul, os outros 13 territórios rurais da Paraíba também passaram a integrar a estratégia de dinamização econômica.

A CECAF-PB que está, estrutural e estrategicamente, localizada no município de João Pessoa surge a partir das discussões e estudos realizados pelo Colegiado de Desenvolvimento Rural Sustentável (CODETER) e está focada no estímulo ao processo de comercialização de forma direta e solidária, que é mais apropriado e vantajoso para os Agricultores Familiares. Segundo o CODETER (2007),

A instalação e a operacionalização se darão no município de João Pessoa, Capital do Estado, tendo a Prefeitura Municipal como proponente e a Cooperativa de Prestação de Serviços em Desenvolvimento Sustentável – VINCULUS como Gestora. E está articulada a nível Estadual com os

projetos das Bases de Serviço e Apoio a Comercialização – BSC dos demais territórios da Borborema, Cariri e Médio Sertão; com a função de organizar e estimular ações de acesso ao mercado nos níveis local, territorial, estadual e até nacional, atuando assim na formação de uma rede sustentável de comercialização (CODETER, 2007, p. 04).

A referida Central esta sendo edificada em localização privilegiada, no centro geográfico da cidade de João Pessoa, Av. Hildon Souto Maior s/n, no Bairro José Américo de Almeida, em terreno de 16.680 m², em via de acesso principal que liga a BR-230 a PB-008 (Via ILitorânea). Esta,

Tem a missão de integrar as instituições de apoio a AF, valorizar a capacitação tecnológica, organizacional e gerencial como elemento de base para a consecução plena dos resultados esperados; em termos de melhoria da qualidade, regularidade, diversificação, e maior valor final dos produtos com apropriação dessa renda pelos agricultores familiares (CODETER, 2007, p. 05).

A construção da central de comercialização está atualmente na fase I do projeto:

(...) com disponibilização de recursos financeiros na ordem de R\$ 1.920.135,72 - sendo que destes a SDT/MDA entra com R\$ **1.376.650,00** (hum milhão trezentos e setenta e seis mil seiscentos e cinquenta reais) via PROINF e os 13 outros **R\$ 525.873,72** (quinhentos e vinte e cinco mil oitocentos e setenta e três reais e setenta e dois centavos) são oferecidos pela Prefeitura municipal de João Pessoa, totalizando um investimento inicial total de **R\$ 1.920.135,72** (Hum milhão novecentos e vinte mil, cento e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos). Esse montante será utilizado para construção de uma área total coberta de 1.860m² (LUNA, 2011, p. 12/13).

Vale a pena destacar que esta proposta é resultado concreto da Política de Desenvolvimento Territorial da SDT/MDA e dos esforços do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Rural da Zona da Mata Sul – CODETER. A fase II do projeto (aprovado e já empenhado em 2010) prever:

a ampliação da área coberta em mais 1000m², urbanização e a aquisição de equipamentos complementares, estando orçada em R\$ **1.513.000,00** (hum milhão, quinhentos e treze mil reais) com contrapartida de **R\$ 75.650,00** (setenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais) e **R\$ 1.437.350,00** (hum milhão, quatrocentos e trinta e sete mil e trinta e cinco reais) aportados pela secretaria (LUNA, 2011, p. 13).

No Quadro 17, podemos observar o acompanhamento da obra e as operações de contrato onde contem os dados do projeto, os dados do proponente e a situação atual.

Acompanhamento de Obras/Operações contratadas									
Dados do Projeto									
Ano	Programa/Ação	Natureza	Descrição da Obra/Serviços	Contrato	Nº do contrato	Valor Total	Financia-mento Repasse	Valor Liberado *	Vigência
2007	PRONAT/INFRA	Investime-nto	Apoio comercialização e assistência técnica	PM João Pessoa	0229255-11	R\$ 2.490.829,62	R\$ 1.394.262,00	R\$ 1.394.262,00	26/10/2014
Dados do Proponente									
Proponente									
Prefeitura Municipal de Rio Tinto- PB									
Dados da Meta									
Região	UF	Território	Município	Meta da descrição	Quant.	Valor	Área Temática	Tipo de Ação	Produto
Nordeste	PB	Zona da Mata Sul	PM João Pessoa	Implantação do centro de comercialização da agricultura familiar	1	R\$ 1.394.262,00	Comerciali-zação	Aquisição	Comercializaçã o
Situação atual									
Percentual/Obra/Serviços					Situação/Obra/Serviços				
92, 15%					Normal				
* Valor liberado na conta vinculada do Contrato, bloqueado no caso de pendências jurídicas e/ou técnicas (obras/serviços).									

Quadro 17: Acompanhamento da Estruturação do Centro Comercialização da agricultura familiar ZMS.

Fonte: https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/siurn/acompanhamento/ac_publico/ (acesso: 11/04/2014).

O projeto considera como o objetivo geral da Central de Comercialização da Agricultura Familiar CECAF, disponibilizar aos Agricultores Familiares do Estado um local adequado para acesso e inclusão direta destes agricultores/as no mercado consumidor, visando contribuir para a agregação de valor dos produtos produzidos e garantindo melhoria da renda e qualidade de vida (LUNA, 2011, p. 14). Em relação aos objetivos específicos estão relacionados os seguintes aspectos:

Apoiar a comercialização solidária dos produtos da agricultura familiar através das suas organizações; Implantar um processo de comercialização de forma organizador e próxima do consumidor final considerando a auto-gestão dos agricultores familiares; Coordenar as operações comerciais realizadas pelos agricultores familiares na central; Desenvolver um banco de informações sobre mercado aos agricultores familiares; Implementar um programa de capacitação focado na difusão de tecnologias sociais aplicadas a gestão e entendimento da comercialização; Divulgar os produtos da Agricultura Familiar, tornando-os reconhecidos publicamente; Estimular as práticas da economia solidária e cooperação. Garantir o acesso a política públicas de compra da produção, PAA e PNAE (LUNA, 2011, p. 14).

Como já foi citado a cima mesmo o empreendimento envolvendo todos os territórios rurais por estar assentado no município de João Pessoa-PB a prefeitura é o proponente responsável pelo empreendimento.



Figura 9: Central de Comercialização da Agricultura Familiar- CECAF-PB.

Fonte: Arquivo próprio, Maio 2014.

A PM João Pessoa-PB nomeou três pessoas para coordenarem a CECAF-PB (Ver Figura 9), todos ligados à CPT (Comissão Pastoral da Terra). Estes foram escolhidos, considerando a participação histórica destes em movimentos sociais e por acompanhar a política desde 2003 quando foi iniciada. Essa coordenação é compartilhada com o MDA via DFDA (Delegacia federal do MDA).

De acordo com um dos coordenadores entrevistado, em relação ao início e à finalização das obras, parte do financiamento começou a ser liberado em 2007 para efetivação da primeira parte e finalização do projeto, este oriundo da PM de João Pessoa e da SDT/MDA com contribuição de todos os territórios do estado.

Esse primeiro financiamento foi para construção da Central que foi entregue em Dezembro de 2012. A segunda parte do financiamento que foi aprovada em 2010 foi empenhada para ampliação, urbanização e a aquisição de equipamentos complementares.

No entanto, as obras do Centro de Comercialização de Agricultura Familiar (CECAF), já estão há 1 ano e 8 meses paralisadas, tendo em vista a dificuldade de articulação com a prefeitura e os órgãos responsáveis. Por enquanto, o local está servindo de depósito para dezenas de máquinas (carros-pipa, caminhões-caçamba e retroescavadeiras) que serão distribuídas a municípios paraibanos pelo governo federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), como ilustra a Figura 10.



Figura 10: Maquinas do PAC congestionadas na CACAF-PB.

Fonte: Arquivo próprio, Maio 2014.

Enquanto as obras não são retomadas, já que as licitações para a pavimentação do estacionamento já foram concluídas, o tempo parado da construção foi utilizado para fazer a instalação elétrica, de telefonia e internet com também como também para a construção da rede de esgoto e a compra dos equipamentos internos do Centro, que inclui câmaras frias, refrigeradores, escritórios, lanchonetes e boxes para abrigar a produção dos agricultores.

Como as obras de pavimentação e tubulação da rede de esgoto não estavam previstas no projeto original, está previsto um investimento de cerca de R\$ 500 mil para concluir esta etapa por parte da Prefeitura de João Pessoa. Os demais equipamentos estão previstos no projeto e os recursos já estão disponíveis na Caixa Econômica Federal.

Em relação às maquinas do PAC que estão na Central, como já foram licitadas as obras de conclusão das obras, o coordenador ressaltou que espera que o MDA entregue as máquinas que ocupam o terreno do CECAF até o processo final da licitação e contratação da empresa para o início das obras.

Segundo o entrevistado, um dos responsáveis pelo empreendimento, há uma luta diária dele e dos coordenadores para avançar os projetos na busca de superar os entraves e inaugurar a Central que segundo ele beneficiará positivamente a agricultura Familiar.

As dificuldades ganham força tendo em vista que os órgãos públicos que se comprometeram a participar diretamente dos projetos da política de desenvolvimento territorial, como as prefeituras, não se empenham de forma natural em uma política de grande proporção como essa.

Os gestores públicos não visualizam retorno direto e simultâneo para que se sintam motivados a criar uma mobilização entre os sujeitos e atores públicos e privados, principalmente, por se tratar da agricultura familiar, que é desvalorizada enquanto sujeito participativo e dinâmico. Ou seja, mesmo quando a política é pensada diretamente para essa categoria, ela se sente marginalizada, não usufruindo, efetivamente, de um suporte que lhe é de direito.

Isso acontece, também, e principalmente pelo fato dessa política criada para a agricultura familiar, não dar espaço para beneficiamentos individuais por parte dos gestores públicos. Os financiamentos são todos fechados e acompanhados pela CEF, podendo ser cancelado diante de qualquer pendência técnica ou jurídica.

Ou seja, se a prefeitura solicitar financiamentos para construção, os valores relativos ao financiamento vão diretamente para o órgão gestor seja, uma ONG, cooperativa, associação e, assim por diante. Se o financiamento for para compra de equipamentos, como motos, caminhão baú refrigerado, câmaras frias, dentre outros equipamentos a proponente só repassa os equipamentos.

Outro ponto a destacar é que, mesmo que direta ou indiretamente a agricultura familiar seja “beneficiada” por alguma política pública ou programa, os gestores públicos não estão preparados para desempenhar seu papel, pois, ainda há certo preconceito com essa categoria. Há certo descrédito dos políticos em relação a essa categoria e isso acontece pela falta de conhecimento e aproximação do gestor com o agricultor e pelo fato dos gestores darem prioridade a projetos de grande proporção e de grande visibilidade.

Ainda há um longo percurso a ser percorrido, pois não é fácil mudar o sistema que só visa o lucro. Assim, a política de desenvolvimento territorial sustentável que, segue um novo modelo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade da agricultura familiar encontra resistências para alcançar seus objetivos. Surgem problemas oriundos da base da política que não fortalece a agricultura familiar como era esperado ou planejado.

Portanto, se faz necessário não só criar políticas e programas para a agricultura familiar para reafirmar sua existência, mas planejar políticas e programas que estejam de acordo com o modelo de vida desses sujeitos, respeitando sua vivência, modo de plantar, colher, valorizando sua produção que segue modelos agroecológicos e otimizando sua comercialização de acordo com o que esses sujeitos precisam.

Também se faz necessário nesses programas que haja uma mobilização e capacitação para que esses agricultores familiares possam reconhecer sua importância já que, eles se

sentem abandonados. Mobilização e capacitação para os gestores públicos e privados para que, estes possam conhecer esses sujeitos e reconhecer seu processo histórico considerando sua importância e suas necessidades. Há também que ser mobilizada a sociedade como um todo, já que esse é um processo que envolve todos os sujeitos e atores.

Em relação ao Centro de Comercialização de Agricultura há uma previsão de que será concluído até o final de 2014. A prefeitura já está criando um banco de dados para cadastrar os agricultores familiares que serão beneficiados com o projeto.

No que diz respeito à estrutura, a CECAF-PB conta com uma área total de 2.176m², sendo que deste total 1.860m² é de área coberta e espera-se que 1.000m² a mais sejam ampliados. Essa estrutura é dividida em dois pisos e incluem 12 boxes, 26 pedras, quatro lanchonetes, seis banheiros, duas câmaras frigoríficas, duas recepções, um almoxarifado, uma copa, dois setores de lavagem, um COODETER, uma sala de estudo de mercado e um auditório com capacidade para aproximadamente 70 pessoas (Ver Figura 11).



Figura 11: Estrutura física da CECAF-PB.

Fonte: Arquivo próprio, Maio de 2014.

Sobre a gestão, será compartilhada pelos territórios via MDA e pelas prefeituras, em destaque a prefeitura de João Pessoa por ser ela a proponente. A respeito das feiras, espera-se que as feiras sejam realizadas diariamente. Serão feiras de produtos orgânicos, seguindo o modelo das que são realizadas pela Emater, a exemplo da que funciona no Ponto de Cem Reis (Centro Histórico de João Pessoa) e pela CPT no Campus I da UFPB.

De acordo com o responsável pela Central, haverá panfletagem nas ruas e propagandas na TV e no rádio como também nas redes sociais para divulgar a atividade da Central e assim promover a otimização do uso do espaço.

Em relação ao cadastro e à seleção, espera-se que agricultores de todos os territórios paraibanos sejam contemplados, mas pode acontecer dos agricultores dos territórios mais próximos à central se envolverem mais, tendo em vista a proximidade.

Tendo em vista o pouco número de profissionais responsáveis pelo cadastramento, esse está sendo feito via associações, cooperativas, dentre outras composições coletivas oriundas da agricultura familiar. Para o coordenador, o trabalho feito dessa forma agilizará o cadastramento desses agricultores e fortalecerá as estruturas coletivas em que esses sujeitos estejam envolvidos.

Também haverá o cadastramento individual via sindicatos dos trabalhadores rurais, tendo em vista que, de acordo com o planejamento, se faz necessário cadastrar todos os agricultores familiares com DAP para que aqueles que não serão beneficiados diretamente com a Central possam ser beneficiados via outros programas como é o caso do PNAE e PAA, programas que se destacam quando estamos tratando da agricultura familiar.

Para o coordenador entrevistado, esses dois programas que já estão fortalecendo a produção dos agricultores familiares e poderão atingir uma proporção bem maior que a atual, de modo que os agricultores poderão produzir com mais tranquilidade tendo parte ou a totalidade do excedente uma venda garantida.

Segundo ele, praticamente todos os territórios já foram visitados e já tiveram cadastramentos feitos. Assim, está sendo feito o planejamento para que haja um rodízio de territórios de acordo com a sazonalidade de produção característica de cada um. Alguns boxes serão fixos para alguns territórios que têm suas culturas bastante enraizadas no mercado, a exemplo de produtos sertanejos.

Ainda em relação às associações e cooperativas, o coordenador ressaltou que, esses modelos de coletividade, além de facilitar o cadastramento, trazem consigo uma confiança muito grande no que diz respeito às características dos agricultores e da produção. Haverá um

incentivo para os produtores seguirem modelos sustentáveis e agroecológicos. Sustentabilidade que também é tema da política de desenvolvimento territorial e, que precisa ser fortalecida.

Em relação à presença física dos agricultores na Central de Comercialização, as associações ficarão responsáveis por escolher os agricultores que irão representar o grupo na Central. São elas, também, que irão definir fazer rodízio de agricultores, por exemplo.

O traslado da produção dos agricultores dos territórios ficará sob a responsabilidade dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Territorial, que organizarão todo o processo. Um ponto positivo é que tanto as associações quanto as cooperativas via território estão recebendo caminhões baú refrigerados, o que facilitará o transporte.

Uma dificuldade prevista diz respeito à mobilização dos agricultores familiares, tendo em vista que esses sujeitos estão descrentes quando se fala em política pública criada para fortalecer a categoria, pois nem todas obtiveram êxito. Tais resultados adversos tiram o crédito não só da política de desenvolvimento territorial rural, mas de qualquer outra criada para fortalecer a agricultura familiar.

Apesar disso, a coordenação da CECAF acredita que com a mobilização e os esforços que estão sendo feitos e com o acompanhamento que também será feito, o cenário de descrédito pode mudar, fazendo com que a política se efetive e mais agricultores participem. Assim, voltará mesmo que aos poucos a confiança e a participação no empreendimento.

Para fortalecer esse novo cenário, os colegiados territoriais dentre outras instancias participativas ficaram responsáveis pela capacitação e treinamento dos agricultores, identificando quais as necessidades mercadológicas que estes sujeitos têm e de encaminha-los a cursos do PRONATEC Campo e SENAR.

Estes cursos deverão ser escolhidos pelos agricultores familiares de acordo com suas necessidades em consonância com os colegiados que os orientarão. Devem participar desses cursos não só os agricultores que virão representar sua comunidade na Central, mas, todos que formam aquela sociedade e/ou cooperativa, reforçando o sentido da coletividade.

Assim, segundo o coordenador, todos poderão participar de todas as etapas na tentativa de evitar que um se beneficie mais que o outro. Neste mesmo pensamento, o coordenador diz que é necessário também esse processo de participação coletiva para que, os agricultores sintam-se sujeitos participativos da iniciativa.

Para ele, mesmo não tendo em princípio como fugir do desenvolvimento territorial via mercado, deve-se buscar um caminho alternativo que leve a um tipo de comercialização que

de certa forma caracterize a agricultura familiar, respeitando seu modo de vida, de trabalho, de produção e de comercialização.

Assim, é preciso que políticas e programas, principalmente aqueles pensados diretamente para a agricultura familiar, mesmo que tenham como foco o desenvolvimento via mercado, respeitem o agricultor como sujeito participativo que, deve ter o direito de opinar sobre seu futuro individual e coletivo enquanto categoria, e enquanto indivíduo.

Além disso, é necessário colocar esses agricultores como voz e voto para decidir o que eles querem e o que eles precisam. Não se pode pensar em políticas públicas criadas para a agricultura familiar sem que, no planejamento, os agricultores estejam envolvidos como sujeitos da política e não apenas como beneficiários. Ou eles são mobilizados a participar ou a chance para dar certo é pouca ou nenhuma, tendo como consequência, o desperdício de verbas públicas como se pode constatar em vários empreendimentos comerciais mal planejados para a agricultura familiar.

Em relação ao acompanhamento, este será permanente, tendo em vista que os agricultores familiares precisarão de um suporte tanto inicial quanto ao longo do seu crescimento e amadurecimento produtivo, social e comercial. Esse acompanhamento se dará, por exemplo, em relação aos preços das mercadorias oferecidas pela CECAF.

De acordo com o coordenador, esse acompanhamento é fundamental, pois os preços dos produtos oriundos da agricultura familiar são historicamente desvalorizados. Em um primeiro momento, pelos próprios agricultores que não incluem o valor da força de trabalho no preço. Em um segundo momento, pelos atravessadores que desvalorizam ainda mais o preço.

Para um dos coordenadores da Central de Comercialização da Agricultura Familiar isso se deve dentre vários motivos ao fato dos agricultores se sentirem inseguros quanto à saída de seus produtos. Por medo de perder os produtos perecíveis que excedem a subsistência, eles preferem vender aos atravessadores por valores baixíssimos.

Nesse sentido, mais uma vez o PAA e o PNAE surgem com uma saída para que esse círculo vicioso seja interrompido. Os agricultores familiares poderão com sua DAP acessar esses programas que garantem a compra da sua produção e, ainda, lhes permite estocar seus produtos para serem comercializados a preços mais justos.

Quando a CECAF estiver funcionando, a fiscalização será feita apenas em nível de organização, higienização, segurança dos produtos são orgânicos, para que não falem mercadorias e que estas sejam oriundas de todos os territórios. Em relação às finanças, os

coordenadores gestores não irão interferir a menos que sejam solicitados. Poderá haver algum tipo de acompanhamento no que diz respeito a finanças e representações das associações e cooperativas para que todos sejam beneficiados de forma igualitária.

Ainda em relação às finanças, não haverá nenhum tipo de taxa cobrado dos agricultores o que será conversado com os agricultores é que, em contrapartida eles coletivamente ajudem na limpeza e higienização do ambiente ou caso não queiram contribuam com um valor decidido por todos para ajudar no pagamentos da limpeza.

Por fim, na entrevista o coordenador afirma que, considerando que acompanha a política desde 2003 quando foi criada, acredita que se não fosse a falta de planejamento em todos os níveis escalares (nacional, estadual, territorial e municipal) muita coisa poderia já ter sido feita pela agricultura familiar e consequentemente muitos resultados positivos apareceriam.

No entanto, muitos projetos que beneficiariam diretamente a agricultura familiar são criados, porém mal planejados, o que dificulta a sua execução. Consequentemente, todos os esforços vão abaixo e a credibilidade também. Sem falar em toda infraestrutura que é perdida.

Apesar dos erros funcionais da política, o coordenador da CECAF-PB ainda vê vantagem na política de desenvolvimento territorial rural sustentável tendo em vista que com muitos esforços alguns projetos estão vingando lentamente, mas, já estão dando novas funções à agricultura familiar.

Com base na avaliação efetuada do projeto, além de tudo o que já foi discutido, concordamos com Luna (2011), quando ele aponta como principais desafios à operacionalização desta Central:

- a) Monitorar a conjuntura atual do estado que passa por mudanças na sua gestão, que aparentemente são favoráveis ao fortalecimento da estratégia de desenvolvimento territorial da SDT/MDA;
- b) Maior aproximação de outras entidades governamentais que anteriormente estavam afastadas do processo; e
- c) Necessidade de ampliação da participação de outros segmentos da sociedade, tais como organizações de consumidores e fornecedores em geral (LUNA, 2011, p. 14).

Outros pontos que observamos que precisam avançar em relação aos projetos como a CECAF-PB serão abordados a seguir na avaliação do projeto da Unidade de Beneficiamento de Frutas de Piabuçu- FRUTIAÇU.

5.3.2 Unidade de Beneficiamento de Frutas de Piabuçu- FRUTIAÇU

Em relação aos investimentos diretos, a política de desenvolvimento defende o apoio às organizações e cooperativas de produtores rurais com o intuito de efetivar e garantir a sustentabilidade da agropecuária familiar. A inserção no comércio também é fortalecida, pois a agricultura familiar destinaria parte de seus produtos ao poder público (escolas, unidades de saúde, presídios e etc.) ou às indústrias via PAA e PNAE como vimos anteriormente.

No Plano de Desenvolvimento Territorial da Zona da Mata Norte, os encaminhamentos buscam seguir esse modelo que acredita em um desenvolvimento com inclusão social, por exemplo, como é o caso da cooperativa de produção que pesquisamos.

O projeto foi discutido nas plenárias de priorização e homologação de projetos territoriais para o ano de 2009. Foi um projeto referendado por unanimidade pelo Colegiado Territorial como importante para a economia do Território e fortalecimento da agricultura familiar. Sendo assumido e definido em plenário, as entidades que se responsabilizaram pela gestão dos equipamentos/utensílios e os municípios que o projeto atenderá, definiram as responsabilidades que cada um terá na execução do projeto.

Há que se destacar que esta proposta é um resultado concreto da política de desenvolvimento territorial SDT/MDA e dos esforços do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Rural da Zona da Mata Norte (CODETER) e de algumas entidades do CODETER como: a Cooperativa VÍNCULUS, Assessoria de Grupos Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (AGEMTE), Cooperativa de Apoio as Organizações de Gestão e Produção (COAGEP), Empresa Paraibana de Extensão Rural (EMATER), Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), UFPB, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais STRs, Federação dos Agricultores na Agricultura (FETAG), entre outras que já há algum tempo atuam em favor do desenvolvimento rural sustentável.

A cooperativa faz parte da estratégia de apoio à dinamização econômica de pelo menos 13 municípios do Vale do Mamanguape. Dos 19 municípios que compõem o Território da Cidadania da Zona da Mata Norte Paraibana, 13 estão inseridos no projeto, são eles: Rio Tinto, Baía da Traição, Capim, Jacaraú, Lucena, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Itapororoca, Curral de Cima, Cuité de Mamanguape, Pedro Regis, Lagoa de Dentro.

Assim, a Unidade de Beneficiamento de Frutas de Piabuçu, hoje denominada de FRUTIAÇU, tem experimentado uma estratégia de gestão coletiva, buscando proporcionar o

protagonismo dos beneficiários, baseados na política de desenvolvimento territorial rural sustentável. Para tal, essa unidade,

[...] se assenta num conjunto de ações integradas a partir do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Zona da Mata Norte que analisa e decide de forma colegiada a aplicação dos recursos PROINF, para infraestrutura produtiva, capacitação e assistência técnica, focadas no associativismo, na soberania alimentar, na valorização das pessoas e da produção local de frutas, fortalecimento da gestão participativa, na melhoria das relações mercantis que envolvem os/as agricultores/as e os atravessadores, buscando gerar relações mais justas no mercado de compra e venda da produção de frutas *in natura*, e/ou beneficiadas gerando as condições para a comercialização direta ou organização desse processo diminuindo a interferência ou exploração dos intermediários que conforme suas próprias conveniências determinam preços às vezes irrisórios aos produtos da Agricultura Familiar, que chegam a provocar certo desinteresse dos/as agricultores/as pelo cultivo das frutas e demais culturas, apesar da expressiva produção existente no território (VINCULUS, 2011, p. 09-10).

O empreendimento tem como objetivo geral, desenvolver a produção de polpas de frutas e subsidiar, apoiar os serviços de comercialização, bem como a formação e capacitação dos participantes, dando à Unidade de Beneficiamento de Frutas FRUTIAÇU o suporte necessário para os diferentes negócios, visando fortalecer o desenvolvimento sustentável, aumentar o nível de renda e melhorar as condições de vida dos agricultores.

Para atingir os objetivos, as ações devem ser desencadeadas, de forma planejada e organizada visando a obtenção de resultados concretos e estáveis, parte de um conjunto maior de ações para fortalecer cada vez mais os agricultores familiares a partir da sua inclusão no mercado, com base nos princípios do desenvolvimento territorial sustentável e do comércio solidário.

A gestão da cooperação vem sendo conduzida por 30 cooperados dos quais 25 têm DAP, porém de acordo com o presidente da cooperativa apenas 13 em média estão mobilizados de fato. Destes, a maior parte é representada por mulheres agricultoras pelo fato do projeto ter sido pensado para elas.

A gestão conta com o presidente, eleito em 2013 com o mandato de dois anos com direito a se reeleger. Porém ele caso se reeleja, considera os quatro anos pouco tempo para o que ele planeja ainda fazer pela cooperativa e por ele. O tesoureiro eleito, que faz a função de motorista também, não recebeu nenhum tipo de capacitação para tal função.

Conta também com uma técnica agrônoma que é cooperada e que pelas normas técnicas de funcionamento receberá um salário para cumprir sua função. A cooperativa de

2009 para 2010 passou sem técnico agrônomo e foi multada no valor de R\$ 6.000,00. Porém como estavam começando o trabalho a Delegacia do MDA perdoou parte da dívida que ficou em 700 reais.

Conta com uma secretaria que ficou responsável pela parte burocrática: emissão de notas fiscais, controle de entrada e saída, relatórios mensais, como também pelo recebimento das frutas e despacho das polpas. Ela fiscaliza o cumprimento do quadro que foi elaborado para começar a funcionar nesse sistema a partir de Agosto e que foi orientado pelo IDRS. Ela receberá o mesmo valor que as cooperadas recebem para cumprir com suas funções (30-35 reais por dia trabalhado).

No caso das cooperadas, 9 mulheres agricultoras trabalham na cooperativa, 8 na produção e 1 como técnica agrônoma (que visita a cooperativa 3 vezes por semana). De acordo com as informações colhidas no questionário, todas são naturais de Rio Tinto e têm como atividade principal a agricultura.

Todas têm o título da terra e são alfabetizadas em diferentes níveis, apenas duas não são casadas e as que são todas tem filho. Na agricultura todas produzem milho, feijão, macaxeira, inhame, batata doce, mandioca, tomate, coentro, abacaxi, mamão, maracujá, caju, acerola, banana, coco dentre outros. Uma agricultora planta cana para vender à usina.

A maior parte da produção é para consumo. Segundo as cooperadas, elas comercializam o excedente da produção para os atravessadores, porém, estão sendo orientadas a vender as frutas para a cooperativa, via PNAE, e as demais produções para o comércio, feiras, escolas, presídios, via PAA, para sair do controle dos atravessadores.

Em relação à produção animal, elas criam galinha, suínos e bovinos. Estes últimos são comercializados no mercado local. Como fonte de renda além da comercialização, do trabalho na cooperativa, todas recebem o bolsa família. Quatro cooperadas já irão começar a acessar o PNAE, vendendo frutas para a cooperativa.

Em relação à cooperativa, as mulheres envolvidas no programa foram capacitadas, estando aptas para os trabalhos pertinentes à agroindústria. São acompanhadas *in loco* por uma técnica agrícola e pelo Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária da UFPB. Todas receberam cursos do SEBRAE.

Os cursos foram tanto de transmissão de conhecimentos para produção (doce, bolos), bem como oficinas voltadas à produção de polpa, de treinamento técnico para se aprender a operar as máquinas, além de cursos sobre cooperação, gestão e comercialização, oferecidos pelo MDA.

Porém, de acordo com as cooperadas elas estão precisando de nova capacitação, pois muitas das que foram capacitadas saíram e algumas das que entraram não tiveram capacitação, tendo aprendido com as mais antigas. Com o curso “Despertar Rural” as cooperadas querem trazer o turismo rural para a comunidade Piabuçu, conforme informação colhida no grupo focal.

Sobre o acompanhamento técnico, as cooperadas afirmaram que estão tendo apoio do IDRS-RN, da AGENTE, algumas vezes da EMATER e do SEBRAE. Em relação à AGENTE, de acordo com visita técnica de monitoramento de projetos PROINF em Rio Tinto-PB realizada em 19 de Setembro de 2013, pela assessora territorial da Zona da Mata Norte-PB, o contrato foi prorrogado e falta entregar uma máquina dosadora, que já foi encomendada fora da Paraíba, por não existir no mercado local, e estão aguardando sua chegada. De acordo com ela, a Cooperativa receberá atendimento de ATER Mais Gestão, e o retorno da ONG AGEMTE que acompanha o grupo com algumas ações.

Segundo a assessora, o Presidente da Cooperativa Frutiaçú informou que a gestão está fragilizada e solicitou assistência técnica continuada às técnicas da EMATER, que o orientaram realizar reunião na comunidade e encaminhar ata e ofício solicitando o atendimento à Diretoria.

Os encaminhamentos foram feitos para que a Frutiaçú possa receber a assistência técnica continuada por parte da EMATER. A Assessora Territorial deverá reforçar a solicitação de apoio do SEBRAE na elaboração de um Plano de Negócio para a Cooperativa. Ainda em relação à assistência técnica nas atividades rurais, nenhuma cooperada está recebendo assistência apenas via cooperativa.

No que diz respeito às linhas de crédito, o tesoureiro acessou o PRONAF para efetivar o projeto de irrigação, pois a comunidade Piabuçu é rica em recursos hídricos. Das 9 cooperadas, cinco já acessaram o PRONAF. Quatro receberam o Crediamigo e uma o Crediamigo e o Agroamigo. O crédito foi usado para investir na produção.

Todos os financiamentos foram feitos pelo Banco do Nordeste. Alguns financiamentos já foram pagos e os mais novos ainda estão para ser pagos. Estes foram divididos em duas parcelas 2014/2015, com os valores em torno de 1.500/2.000 reais. Todos os agricultores cooperados participam das ações do STR de Rio Tinto.

As cooperadas trabalham 8 horas por dia de segunda a sábado (Ver Figura 12). Isso quando a demanda é muito grande. Quando não, elas trabalham em média três dias por

semana, mas o ciclo de produção é permanente. Neste momento as cooperadas estão recebendo R\$:30,00 reais pela diária, também recebem hora extra.

Essas normas a cima foram reivindicações das cooperadas ao IDRS tendo em vista que não estava havendo organização na produção e nem mobilização para as cooperadas participarem, muitas já estavam se sentindo desmotivadas pela falta de apoio.



Figura 12: Cooperadas trabalhando no beneficiamento da fruta in natura.
Fonte: Arquivo Próprio, Maio de 2014.

Para elas, no que diz respeito às questões de gênero, a cooperativa é um exemplo de esforço para mobilizar as mulheres. No entanto, precisa de homem para o trabalho mais pesado. Como também uma pessoa específica para a limpeza, pois elas têm que fazer a limpeza antes do trabalho na produção e na pós-produção.

Essas cinco cooperadas estão desde o início do empreendimento as principais reclamações delas são: as funções por elas exercidas, a falta de organização, a falta de reuniões para deliberar as funções e tarefas, a péssima comunicação entre elas e a direção da Cooperativa, a falta de capacitação e a falta de informação.

As cooperadas reclamam que não há reuniões para informar sobre eventos que elas possam participar, sobre as finanças da cooperativa. Elas afirmam que, como o presidente representa a cooperativa em eventos, reuniões, capacitações ele deveria repassar as informações para que elas possam se sentir úteis para além da produção.

Elas afirmam que, ele se esforça muito para trazer investimentos, mas isso poderia ser feito de forma coletiva, respeitando a cooperação. Uma das principais exigências das cooperadas gira em torno das assembleias. Elas querem que tudo seja decidido em assembleia principalmente as entradas de novos cooperados, pois, o presidente toma algumas decisões de forma individual.

Uma preocupação expressa em vários contatos diz respeito a uma dívida da cooperativa para com o presidente e o tesoureiro. Eles fizeram um empréstimo de 10 mil e 5 mil, respectivamente, para investir na cooperativa.

Em consequência, ele teme sair da presidência, perder o controle financeiro e todo o dinheiro que aplicou. De outro lado, as cooperadas estão preocupadas de como vão fazer para pagar esse montante. Para elas esse empréstimo deveria ter sido feito em nome da cooperativa. Esse é um problema pendente à espera de resolução.

Além do controle financeiro o presidente também controla as informações e as ações das cooperadas, tal fato fez com que trabalhássemos com o grupo focal como detalhado anteriormente. Essa metodologia ofereceu-nos a oportunidade de qualificar a pesquisa, pois as cooperadas tiveram a oportunidade de coletivamente retratar a situação da cooperativa em todas as suas modalidades.

Em relação à divisão de tarefas, estas foram decididas entre as cooperadas tomando como base as capacitações que fizeram. O Quadro 18 especifica as atribuições de cada cooperado e o horário de trabalho.

Cronograma das atividades das Cooperadas						
DIA	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
Nome	Renata Sandra Daniele M ^a aparecida Ninha Luzia Cintia Mariana	Renata Sandra Daniele M ^a aparecida Ninha Mariana	Renata Sandra Daniele M ^a aparecida Ninha Mariana Cintia	Renata Sandra Daniele M ^a aparecida Ninha Mariana Cintia	Renata Sandra Daniele M ^a aparecida Mariana Cintia Gilvanete	Renata Sandra Daniele M ^a aparecida Gilvanete
Horario	07:00hrs As 11:00hrs 14:00hrs As 18:00hrs	07:00hrs As 11:00hrs 14:00hrs As 18:00hrs	07:00hrs As 11:00hrs 14:00hrs As 18:00hrs	07:00hrs As 11:00hrs 14:00hrs As 18:00hrs	07:00hrs As 11:00hrs 14:00hrs As 18:00hrs	07:00hrs As 11:00hrs 14:00hrs As 18:00hrs
Tarefas	Renata Sandra Daniele M ^a aparecida Ninha Luzia Cintia Gilvanete	Cola Cola Processa Cola Cola Cola Cola Cola	Pesa Enche Enche Enche Enche Pesa	Processa Processa Processa	Enche Enche	Observação Todas Cortão
TERÁ PRIORIDADE AQUELAS COOPERADAS QUE NÃO PODEREM VIR A SEMANA TODA EX:NINHA PRIORIDADE NA segunda-feira LUZIA PERMANENTE NA segunda-feira CINTIA PRIORIDADE NA segunda-feira, quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira. GILVANETE PERMANENTE NA quinta-feira, sexta-feira e sábado. OBS: o trabalho de Benedito e Moacir é permanente por isso não entrou no cronograma.						

Quadro 18: Cronograma das atividades das Cooperadas.

Fonte: Secretaria da Cooperativa, 2014.

Também decidiram receber o pagamento mensalmente. Para trabalhar a cooperação elas irão criar um “sistema de caixinha” onde, segundo elas todos os meses elas irão contribuir para o crescimento da cooperativa. Elas acreditam que, assim, começarão a criar um capital de giro independente como também irão ficar independentes do município para compra de roupas próprias para o trabalho, material para higienização, capacitação e manutenção dos equipamentos.

Na tentativa de resolver esses problemas citados e outros mais, o CODOTER da ZMN, juntamente com o CMDRS, e outras instâncias contrataram o Instituto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Rio Grande do Norte (IDRS) para fazer um acompanhamento sistemático do empreendimento.

O instituto foi escolhido pelo fato de já atuar em outros territórios rurais. O instituto conta com economistas, contadores, agrônomos, dentre outros profissionais que foram capacitados para trabalhar com esse tipo de empreendimento. O Instituto acompanha 5 cooperativas na Paraíba e quatro no Rio Grande do Norte. Na Paraíba, além da Piabuçu-Frutiaçu são acompanhadas as cooperativas de Alhandra, Pitimbu, Cruz do Espírito Santo e Bananeiras.

Na cooperativa, eles estão fazendo o acompanhamento quinzenalmente. De acordo com as cooperadas, os resultados já começaram a aparecer: reforço do espírito de cooperação, realização de reuniões para discutir os avanços e entraves, ajuda ao presidente da cooperativa para controlar as finanças, apresentação mensal do balanço financeiro, dinamização da comercialização, fortalecimento da relação entre a presidência e os cooperados e busca de um caminho para resolver um dos maiores problemas que tem prejudicado a relação do presidente com os outros cooperados que é o empréstimo realizado por ele e pelo tesoureiro.

Para as cooperadas, existe um problema central na relação com a diretoria: o presidente se sente dono do empreendimento e controla todas as ações individualmente. De acordo com o Instituto, os dados levantados das finanças mostram que já se pode vislumbrar o início do pagamento do empréstimo feito pelo presidente e pelo tesoureiro, pois a cooperativa já começa a apresentar resultados favoráveis.

Vale ressaltar que, para a sustentabilidade financeira ter sua viabilidade garantida, atitudes solidárias deverão ser pactuadas pelos atores envolvidos na mesma, de forma a compreender que uma empresa nesses moldes tem características diferenciadas se comparada a outros empreendimentos de processamento e comercialização como centros de comercialização, feiras agroecológicas, e outras experiências, onde apenas os cálculos de margens, custos e fluxo de caixa não representam os ganhos obtidos pelos beneficiários. Apesar do empreendimento ter um caráter econômico, não deve visar apenas o lucro.

Ainda em relação ao presidente, mesmo com atitudes que não correspondem à cooperação e não agradam às cooperadas, elas mesmas afirmam que é inegável os esforços que ele faz pelo empreendimento. Segundo as cooperadas, se não fosse ele, a cooperativa já tinha entrado em falência. Ele corre atrás de investimentos, de novos mercados, de agricultores para vender sua produção, de contratos com prefeituras, de colégios e ainda faz a propaganda em feiras e eventos. Por conta própria ele mandou colocar uma torre de internet.

É também preciso que essa mobilização se estenda a outros setores da sociedade e da política de desenvolvimento territorial rural como os conselhos municipais (particularmente, do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável), secretarias municipais, seguindo as condições previstas no convênio com o MDS.

Como também, a capacitação e acompanhamento por profissional habilitado na área de alimentos e cogestão com membros que compõem o Colegiado do Território da Cidadania como o AGEMTE, UFPB, etc. Pois, o acompanhamento é muito precário. Apesar da presença da assistência inicial, ela não se dá de forma permanente.

Ainda em relação ao monitoramento/acompanhamento dos projetos, faz-se necessário desenvolver ações como: criação de uma comissão de monitoramento nas comunidades/associações ou grupos participantes; elaboração de relatórios das atividades.

Em relação ao número de agricultores familiares com DAP que serão fornecedores da agroindústria se faz necessário que, não só os agricultores familiares dos 13 municípios citados acima (na ZMN é observado uma grande abundância de frutas, principalmente vindas do extrativismo como a manga, mangaba e o caju verificadas na época da safra com um grande desperdício) sejam mobilizados a participar, mas também os próprios cooperados, já que todos têm DAP e frutas a oferecer.

Essa mobilização precisa ser efetivada de fato, pois muitos agricultores continuam vendendo sua produção para os atravessadores por não ter conhecimento da política, sem falar nos cooperados que poderiam beneficiar sua própria produção agregando ainda mais valor ao seu trabalho na terra e na cooperativa.

O IDRS citado acima tá estimulando os agricultores a produzir tanto para acessar o PNAE quanto o PAA. Pelo PNAE eles podem vender as frutas para a cooperativa e pelo PAA podem vender milho, feijão, raízes, leguminosas a rede de mercados, às feiras agroecológicas, aos presídios, às escolas e ainda podem garantir a estocagem. Não há dúvidas que esses dois programas fortalecem a agricultura familiar. Hoje apenas, dos cooperados, o presidente e o tesoureiro oferecem frutas à cooperativa.

Para a estratégia de avaliação dos projetos precisam ser desenvolvidas ações como: avaliação contínua com todos os participantes; entrevistas e conversas informais com os participantes; pesquisa de opinião com aplicação de instrumentos; reuniões mensais da equipe técnica executora do projeto para planejamento e avaliação dos trabalhos; elaboração de relatórios das atividades.

Atualmente é a única agroindústria de polpa de frutas da agricultura familiar em atividade no território. E é a única da Paraíba que tem o Selo de Inspeção Federal (SIF), o que a habilita a comercializar o produto em todo território nacional e até em outros países.

A agroindústria está equipada para produzir polpas, sucos e doces de frutas, como também bolos. No entanto só está funcionando o beneficiamento da polpa, tendo em vista que o ambiente físico não favorece o funcionamento do trabalho de transformar a fruta em doce, nem tão pouco para a produção de bolos, pois o espaço não foi inicialmente pensado para essas duas funções. Como foi visto em outros projetos visitados, os equipamentos comprados para produzir o doce, neste caso, estão se perdendo pela falta de uso e manutenção.

De acordo com o presidente da cooperativa, torna-se impossível essas atividades citadas pelo fato da alta temperatura que elas precisam, em contraste com a baixa temperatura da conservação das polpas. Ele prevê, brevemente, expandir o espaço físico para iniciar essas atividades.

O espaço físico da cooperativa é o antigo engenho Piabuçu reformado e adaptado pela Prefeitura Municipal de Rio Tinto, cedido por comodato. A instalação e operacionalização da **Agroindústria Comunitária de Piabuçu** se deu em uma área coberta de pouco mais de 300 m², demandando recursos financeiros da ordem de R\$ **210.000,00** (Duzentos e dez mil reais), contando também com a aquisição dos equipamentos e transportes.

A Cooperativa, fundada em 2006, foi inaugurada em 2009, no entanto, como os recursos financeiros não eram suficientes para o pleno funcionamento. Não havendo capital de giro, o funcionamento no período de 2009 a 2013 era bastante precário.

Nesse período de 2009 a 2013, foram feitas oficinas voltadas à produção de polpas, bolos e doces e, ao mesmo tempo, houve melhorias no prédio. Além disso, nesse período, houve 4 oficinas para treinamento técnico para se aprender a operar as máquinas.

A partir de 2013, a cooperativa começou a vender polpa para as prefeituras via PNAE e esse novo momento trouxe melhorias significativas, pois, segundo o presidente da cooperativa essa venda dá segurança da saída da produção garantida e assegura a compra da fruta para o beneficiamento.

Por meio da Lei nº 11.947/2009, a Agricultura Familiar passa também a fornecer gêneros alimentícios a serem servidos nas escolas da rede pública de ensino. Para quem produz alimentos, a iniciativa contribui para que a agricultura familiar se organize cada vez mais e qualifique suas ações comerciais.

Para quem adquire esses produtos, o resultado desse avanço é mais qualidade da alimentação a ser servida, manutenção e apropriação de hábitos alimentares saudáveis e maior desenvolvimento local de forma sustentável.

São responsáveis pela venda dos alimentos: a) agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, individuais ou organizados em grupos formais e/ou informais, com DAP física e/ou jurídica; b) grupos formais – agricultores familiares e empreendedores familiares rurais constituídos em cooperativas e associações, grupos informais – grupos de agricultores familiares organizados que deverão ser apresentados junto à Entidade Executora por uma Entidade Articuladora.

Pela compra são responsáveis, entidades executoras, Secretarias Estaduais de Educação, prefeituras ou escolas que recebem recursos diretamente do FNDE. São responsáveis pela execução do PNAE, inclusive a utilização e complementação de recursos financeiros.

O acesso ao PNAE além de trazer melhorias para o empreendimento fortalece a agricultura familiar já que a cooperativa só pode comprar frutas oriundas da agricultura familiar e mais, de agricultores com DAP.

Eles só poderão vender a polpa às prefeituras via PNAE se comprovar que a fruta é oriunda da agricultura familiar. Na nota fiscal de compra é obrigado apresentar o número da DAP do agricultor. A identificação é feita por meio de uma Declaração de Aptidão (DAP):

A DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o Pronaf. Para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um agente credenciado pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), que pode ser o seu Sindicato ou o escritório do EMATER, munido de CPF e dos dados e comprovantes do seu estabelecimento de produção (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo). No caso de assentados da Reforma Agrária ou beneficiários do Crédito Fundiário a DAP é fornecida pelo INCRA (PRONAF, PLANO SAFRA, 2011/2012, p. 04).

Considerando essas normas, são oferecidas a possibilidade e condição para que os agricultores familiares comercializem suas frutas *in natura*, agregando valor a estes pela comercialização direta. A agroindústria deverá comprar os produtos dos agricultores familiares por preços justos, não repetindo os procedimentos habituais dos atravessadores.

Além de vender para as prefeituras, a cooperativa vende (80 kg/mês) de polpa para o colégio Marista em João Pessoa. Mas isso ainda é muito pouco quando comparada com a capacidade de produção da Cooperativa. Assim, se faz necessário que a cooperativa receba ajuda de órgãos envolvidos no processo produtivo e gestores dos CIAF's e Base de Comercialização, entidades parceiras atuantes com agricultores familiares no processo de

beneficiamento e comercialização, pois atualmente eles encontram-se desprotegidos de apoio à comercialização.

A venda para as prefeituras via PNAE e para escolas privadas é um esforço individual do presidente da cooperativa. A dificuldade até mesmo por questões políticas é tanta que, mesmo nos 13 municípios que fazem parte da dinamização econômica, apenas 3 prefeituras aderiram à compra. São eles: Rio Tinto que compra 250 Kg/mês por 5,30 o KG; Marcação com 200 Kg/mês por 6,00 o Kg e Baia da Traição que compra 200 Kg por 6,00 cada. Aos agricultores familiares com DAP o Kg de polpa é vendido por 5,00 reais.

Dos 13 municípios apenas 5 vendem frutas para a cooperativa como podemos observar no Quadro 19 além de Araçagi que tem uma grande produção de manga. A comunidade Piabuçu oferece à cooperativa as seguintes frutas: caju, cajá, abacaxi, manga, mangada e goiaba. Os cooperados oferecem caju e goiaba, mas, pretendem futuramente oferecer diversas outras frutas. Os assentamentos Campart I e II, que ficam vizinho à cooperativa, oferecem caju, mangaba e abacaxi.

Frutas processadas na FRUTIAÇU, origem das frutas, percentual de aproveitamento da polpa e lucro estimado				
Frutas	Origem	Preço da fruta (R\$)	Aproveitamento de polpa	Lucro estimado
Abacaxi	Rio Tinto/Lagoa de Dentro/Piabuçu	0,40 a unidade	50%	100%
Acerola	Itapororoca/Rio Tinto	45,00/Caixa c/20 kg	70%	Mais de 50%
Cajá	Lagoa de Dentro/Piabuçu	40,00/ Caixa c/25 kg	30%	Mais de 30%
Manga	Araçagi e Lagoa de Dentro/Rio Tinto	1,00 Kg	50%	30%
Mangaba	Rio Tinto/Mamanguape/Baia da Traição/Marcação/Piabuçu	18,00 a 35, 00 caixa c/25Kg	70%	200%
Goiaba	Rio Tinto/Mamanguape/Piabuçu	2,50/kg	70%	20%
Maracujá	Rio Tinto/Mamanguape	1,50/kg	30%	20% a 30%
Caju	Piabuçu/Rio Tinto/Mamanguape	12,00 caixa c/ 22Kg	60%	50% aproximado
Graviola	Vale do Mamanguape	?????	50%	?????
Não foi declarado o preço e o lucro da Graviola tendo em vista que não estar sendo beneficiada no momento.				

Quadro 19: Frutas processadas na FRUTIAÇU, origem das frutas, percentual de aproveitamento da polpa e lucro estimado.

Fonte: Dados fornecidos pelo Presidente da Cooperativa, 2014.

Faz-se necessário, no espaço da Agroindústria, incentivar a comercialização solidária via Base de Comercialização, seja por grupos produtivos de interesses, Cooperativas ou por Associações, com vistas a sanar alguns entraves como por exemplo: a questão do transporte e a própria facilitação de fluxo da comercialização na base; a necessidade de promover processos de organização da produção (social e econômico).

É preciso que seja feito, assim como no caso dos produtores, um cadastro dos compradores com periodicidade de compra, quantitativos e qualidade desejada, bem como uma ampla campanha publicitária de divulgação e valorização dos produtos e dos Agricultores Familiares, apoiada pelos meios de comunicação disponíveis na PMRT. Pois, a cooperativa tem capacidade de produzir não apenas para as escolas, mas também para rede de supermercados, de hotéis, pousadas, por exemplo.

A qualidade da polpa é considerada superior à comercializada pelas firmas privadas, de acordo com a avaliação feita pelos consumidores. Além disso, durante a pesquisa de campo, foi possível acompanhar todo o processo de beneficiamento que é feito com muito cuidado na higienização das frutas, do espaço e das cooperadas que lá trabalham (há dois espaços - feminino e masculino - para que antes de trabalhar os cooperados possam se higienizar).

A polpa não recebe nenhum aditivo químico nem tão pouco água para aumentar o volume. Segundo as cooperadas, elas preferem manter a qualidade natural para que os produtos oriundos da agricultura familiar possam ser valorizados (Ver Figura 13).



Figura 13: Da fruta in natura a polpa.
Fonte: Arquivo Próprio, Maio de 2014.

A operacionalização se dá no município de Rio Tinto, tendo a Prefeitura Municipal como proponente e o colegiado gestor como responsável pela efetivação das ações da Agroindústria Comunitária de Piabucú, que deverão estar articuladas em nível estadual com os projetos das Bases de Serviço e Apoio a Comercialização – BSC de outros territórios existentes no estado da Paraíba. No quadro 20, podemos observar o acompanhamento da obra e as operações de contrato onde contem os dados do projeto, os dados do proponente e a situação atual.

Acompanhamento de Obras/Operações contratadas									
Dados do Projeto									
Ano	Programa/ Ação	Natureza	Descrição da Obra/Serviços	Contrato	Nº do contrato	Valor Total	Financiamento Repass e	Valor Liberado *	Vigência
2009	PRONAT/INFRA	Investimento	Aquisição de equipamentos, maquinários e veículos para a Agroindústria de beneficiamento de frutas dos agricultores da agroindústria	PM de Rio Tinto	305537-37	R\$ 210.000,00	R\$ 203.700,00	R\$ 203.700,00	31/12/2013
Dados do Proponente									
Proponente									
Prefeitura Municipal de Rio Tinto- PB									
Dados da Meta									
Região	UF	Território	Município	Meta da descrição	Quant.	Valor	Área Temática	Tipo de Ação	Produto
Nordeste	PB	Zona da Mata Norte	Rio Tinto	Não declarada	Não declarada	R\$ 203.700,00	Comercialização	Aquisição	Equipamentos
Situação atual									
Percentual Obra/Serviços					Situação Obra/Serviços				
100,00%					Concluída				
* Valor liberado na conta vinculada do Contrato, bloqueado no caso de pendências jurídicas e/ou técnicas (obras/serviços).									

Quadro 20: Acompanhamento da Aquisição de equipamentos maquinários e veículos para a Agroindústria de beneficiamento de frutas dos agricultores da agroindústria.

Fonte: https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/siurbn/acompanhamento/ac_publico/ (acesso: 11/04/2014).

A execução orçamentária do projeto será da Prefeitura Municipal de Rio Tinto, que, na condição de Proponente, disponibilizara como contrapartida o montante de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) correspondente a 5% do recurso solicitado. No Quadro 21 podemos observar a distribuição do valor total do investimento.

ITEM	META	VALOR R\$ 1,00			EXECUTOR PROPOSTO
		SDT	CONTRA PARTIDA	VALOR TOTAL	
01	Equipamentos e instalações	84.000,00		86.300,00	Prefeitura Municipal de Rio Tinto
02	Equipamento de informática e segurança	3.400,00		2.900,00	
03	Veículos	108.000,00		118.000,00	
04	Equipamentos de escritório (móveis) e complementares	4.600,00		2.800,00	
Total		200.000,00	10.000,00	210.000,00	

Quadro 21: Execução orçamentária.

Fonte: CODETER, 2010.

A PMRT ficou responsável pelo apoio administrativo: pessoal, e ainda responde pela manutenção e conservação predial: reformas, limpeza, segurança, energia elétrica e água. Em contrapartida, compra a produção via PNAE a preço diferenciado, hoje o Kg da polpa é vendido às prefeituras por seis reais, enquanto que à PM de Rio Tinto a cinco reais e trinta centavos.

A Unidade de Beneficiamento conta com equipamentos de informática, com equipamento de armazenagem, as polpas são conservadas agora em câmara fria. Anteriormente, a conservação era feita em freezers (Ver Figura 14).



Figura 14: Equipamentos adquiridos pela cooperativa.

Fonte: Ana Paula Lopes, Junho de 214.

A câmara fria se fez necessária tendo em vista que os três freezers só tem capacidade máxima de estocagem de polpa (750 kg), enquanto que a sua capacidade de produção era de 1.200 kg/dia. Hoje a produção aumentou consideravelmente e tanto a câmara fria quanto os freezers não estão mais dando conta. De acordo com o presidente vai ser necessário ampliar a câmara, pois estão perdendo de estocar as frutas e polpas sazonais, o que possibilitaria aumentar os ganhos em virtude dos preços mais baixos.

Em visita à unidade, também foi possível observar que ela conta com salas de administração equipada com os móveis necessários para arquivamento de documentos. Dentre os equipamentos estão: misturador industrial; Fogão Industrial de 6 bocas; despulpadora; liquidificador industrial; dosador; cadeiras; 3 freezers; mesas; 2 pasteurizador; 2 carrinhos de ferro com roldana; balanças; máquina seladora manual; máquina de fechar garrafas manual (Ver Figura 15).



Figura 15: Estocagem da Polpa em Câmara Fria e Freezers.

Fonte: Arquivo Próprio, Maio 2014.

No que diz respeito ao transporte das polpas para escolas, pousadas e hotéis, a unidade conta com uma moto e, agora, com um caminhão baú refrigerado que ficam sob a responsabilidade da entidade gestora que é a cooperativa em parceria com a Prefeitura Municipal de Rio Tinto. No entanto, esses bens encontram-se sem um lugar específico para guarda-los (Ver Figura 16).



Figura 16: Caminhão baú refrigerado e Motocicleta adquirida pela cooperativa.
Fonte: Arquivo próprio, Maio 2014.

O caminhão baú também é usado para o transporte das frutas compradas do agricultor, mas, essa ação depende dos acordos feitos. Ou seja, a cooperativa considera o valor que ela gastará com gasolina e o preço das frutas por quilo em relação ao valor que o agricultor agrega se levar a mercadoria até a cooperativa.

Considerando as entrevistas, os questionários aplicados aos representantes, coordenadores de organizações em seus vários segmentos territoriais e aos cooperados que participaram diretamente da pesquisa foi possível observar que, apesar dos muitos entraves da política territorial rural que apareceram nessa discussão, esses atores ainda se sentem motivados dando crédito aos compromissos presentes na política de desenvolvimento territorial quanto à contribuição na implantação de cooperativas de produção, acompanhadas de assessoramento técnico.

Acredita-se que com a implantação de cooperativas seja eliminada, mesmo que não totalmente, a ação dos atravessadores que exploram os agricultores familiares, que, em alguns casos, não têm sequer a garantia do pagamento da produção vendida.

Os/as cooperados/as da Unidade de produção e comercialização consideram também que a política de desenvolvimento territorial tem sido importante pelo apoio que vem sendo dado às cooperativas, mesmo sendo um apoio fragilizado já que, segundo eles, antes nenhum apoio era dado. Eles não negam as falhas que não são poucas, porém acreditam que a ação social e ação pública/privada trabalhando juntas podem trazer benefícios para ambas as partes.

Os cooperados percebem que, diante da pouca mobilização de ambas as partes, a Cooperativa/Unidade de Beneficiamento de Frutas Piabuçu-Frutiaçu, ganhou muito tendo em vista que, todos os agricultores familiares cooperados têm DAP- Declaração de Aptidão, o que possibilita a venda de sua produção via PAA e PNAE.

Eles recebem assistência técnica com mais facilidade além do que, as cooperadas se sentem útil já que trabalham no beneficiamento de frutas e não mais apenas nas atividades domésticas e do campo. Elas podem acessar linhas de crédito individual e coletivo via cooperativa. Isso se deve ao fato dos bancos acreditarem que a cooperação reduz o risco de perda.

O risco é que a organização social e produtiva da/na cooperativa tende, no modo de produção capitalista, a reproduzir a organização capitalista. De acordo com os relatos das cooperadas e das entrevistas realizadas, a relação, inicialmente, era de total cooperação, quando pouco ou quase nada elas recebiam pelo trabalho.

Hoje essa relação está fragilizada, comprometendo os princípios da cooperação, levando a uma situação puramente trabalhista, pois as cooperadas que fazem o trabalho em todas suas fases de transformação da fruta in natura em polpa não estão, ao menos como inicialmente, abraçando o processo coletivamente.

Esses riscos são pertinentes a qualquer organização produtiva como é o caso da cooperativa pesquisada, que corre o risco de ser guiada pela lógica da produtividade e pela busca de competitividade no mercado. Porém, a mesma ainda apresenta uma produção socializada e uma apropriação coletiva de seus rendimentos.

Em outras palavras, na medida em que a organização cooperativa está se expandindo na luta pela consolidação de sua sobrevivência em meio à competitividade, os princípios básicos da cooperação começam a se tornar inviáveis, pois, ao que parece, não há mais tempo para o amadurecimento das relações sociais e políticas do grupo.

As cooperadas entrevistadas estão chegando a tal ponto que, vão até a cooperativa fazer seu trabalho, cumprindo um determinado horário e recebendo um valor acordado pela função, perdendo o sentimento de pertencimento, de grupo organizado.

A mobilização se restringe apenas ao trabalho, que começa a ser encarado como um tipo de assalariamento. Com efeito, tendo em vista o relato das cooperadas, logo mais elas precisarão ser “beneficiadas com as leis trabalhistas”. Tal postura contraria o sistema de cooperação, reproduzindo-o a uma relação de trabalho própria do sistema capitalista, embora ainda suprimindo algumas relações inerentes ao capital. Vale ressaltar que, o ente promovedor da existência da organização cooperativa é o Estado. Logo, é ele quem cria e controla o processo via mercado e não os agricultores/trabalhadores cooperados. Eles apenas dirigem a organização.

Assim, uma cooperativa de produção como a que estamos a analisar não efetivará os propósitos de quem a dirige mais sim de quem a criou, o Estado. Por esse motivo, pode não haver independência para os agricultores cooperados. Pelo contrário, poderá ocorrer dependência em diferentes instâncias, apelando-se para o Estado fornecer assistência técnica, equipamentos, manutenção etc.

No caso da Piabucu-Frutiaçu, as ações desenvolvidas não foram suficientes no que diz respeito à gestão da agroindústria tendo em vista que, mesmo ela estando toda equipada, preparada para funcionar plenamente com o beneficiamento de diversas frutas oriundas de diversos municípios que fazem parte da dinamização econômica, na prática não se efetiva.

Mesmo funcionando atualmente com a venda da polpa garantida para algumas prefeituras do território através do PNAE, a agroindústria passa por um problema que não é novo dentro das políticas públicas: a questão do pouco ou nenhum acompanhamento técnico e de gestão. Assim, atualmente, o empreendimento sofre com a falta de gestão compartilhada, tendo em vista que, de acordo com os relatos das cooperadas, o presidente da agroindústria que também é cooperado não repassa nenhum tipo de informação sobre, por exemplo, a questão financeira, isso se deve ao fato do mesmo também não ter sido preparado para tal função.

Assim, de certa forma, as cooperadas que fazem o negócio funcionar se sentem, segundo relatos, descobertas e desinformadas. Segundo as mesmas, falta muita coisa para dar certo como: capacitação, assistência técnica, informação, reuniões, cursos para compreender melhor como se dá a cooperação, a sustentabilidade. As cooperadas citaram como exemplo, a sobra das frutas que poderiam se transformar em alimentação/ração para os animais são

jogadas no lixo, tendo em vista que as mesmas não foram capacitadas para tal trabalho, mas sim para produzir para comercializar, tão somente.

Em relação aos pontos positivos e os que precisam ser melhorados a cooperativa, representada pelas cooperadas, pelo presidente e pelo tesoureiro, em uma voz só apontam como pontos positivo o incentivo à produção de frutas, considerando que a região se destaca na produção de frutas que estavam sendo desperdiçadas. Isto elevou a auto estima dos cooperados e da comunidade como um todo.

A cooperativa trouxe internet para a comunidade, está gerando emprego, está enfraquecendo o esquema dos atravessadores, está trazendo capacitações, intercâmbios onde muitas informações e experiências são trocadas, está levando o agricultor para feiras em diversos estados (Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte), como também feiras dentro do Estado como em João Pessoa-PB.

Outro ponto positivo que eles apontam, diz respeito à finalização da construção da CECAF-PB e início do seu funcionamento, pois eles terão um espaço para vender sua produção. Em relação aos pontos que precisam melhorar, estes estão relacionados, principalmente, com o acompanhamento técnico, social, de gestão e financeiro e a divulgação do empreendimento. Para os cooperados o MDA deveria, considerando todas as instâncias territoriais da política, divulgar mais os projetos, pois eles se sentem abandonados nesse aspecto.

Eles também reivindicam por novas capacitações e por investimentos financeiros para o capital de giro, pois eles ainda não têm dinheiro em caixa. Todos os recursos são revertidos em novos investimentos, na compra da fruta para ser beneficiada. O dinheiro que é retirado é apenas para as necessidades de manutenção da cooperativa. Mas isso, segundo o presidente, está perto de mudar. Ele calcula que a partir do próximo ano com os contratos que estão para ser fechados e com os que já existem, a cooperativa já vai começar a apresentar caixa e é, a partir de então, que ele e o tesoureiro irão começar a retirar em parcelas pequenas o que investiram.

A cooperativa por ainda não estar caminhando só reivindica melhorias na infraestrutura, pois afirmam que, precisam de garagem para guardar o caminhão baú e a moto, de poço artesiano, de reparos hidráulicos, entre outros. De acordo com o resultado apresentado no diagnóstico da CECAF-PB e da Piabuçu-Frutiaçu, observa-se que ainda é preciso avançar muito nos processos de implementação dos projetos territoriais que são financiados pelo PROINF.

Avaliando o território como um todo, os principais desafios para consolidação das estratégias de desenvolvimento territorial a serem superados são: tornar a aplicação nos recursos PROINF efetiva, ágil, participativa e complementar às demais políticas públicas de apoio nos territórios; diminuir os excessivos procedimentos burocráticos e institucionais dos agentes financeiros e repassadores do financiamento; superar a fragilidade nas capacidades técnicas operacionais dos órgãos executores; melhoria na capacidade de elaboração de projetos territoriais; capacitação dos grupos produtivos para gestão dos projetos.

Como também, disseminar o processo de desenvolvimento territorial nas bases, junto aos agricultores e agricultoras familiares; realizar negociações com o objetivo de minimizar os entraves burocráticos relativos à execução/ liberação financeira dos projetos junto a Caixa Econômica Federal; fazer com que as instituições assumam seus papéis e funções dentro dos colegiados e com integração de suas ações viabilizando a gestão efetiva dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Diante dos desafios expostos entendemos ser necessária uma avaliação criteriosa do PRONAF Infra Estrutura, que precisa de adequações por ser um importante instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento dos territórios rurais. Essa avaliação tem que compreender, também, a política de desenvolvimento territorial rural sustentável como um todo, pois ao mesmo tempo que ela apresenta entraves significativos, ela apresenta-se como um instrumento importantíssimo para o fortalecimento da agricultura familiar.

Contudo, a política que é pensada e construída, inicialmente, para a agricultura familiar, na prática, não insere o agricultor como um sujeito participativo desse processo de construção, mas apenas como um sujeito receptor, ou melhor, como um beneficiário do programa. Com isso, algumas metas traçadas não obtêm o resultado esperado, ou seja, não são efetivamente implementadas.

Além disso, o perfil do técnico que é colocado para implementar a política geralmente não tem uma atividade voltada para a realidade do campo e da agricultura familiar, ou seja, há um distanciamento tanto ideológico, quanto político e empírico das suas atividades em relação ao agricultor familiar, o que faz com que seu trabalho fique estritamente tecnicista, tendo em vista que não possui uma formação específica para trabalhar com o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar. Via de regra, sua formação está orientada para o desenvolvimento do agronegócio, indo de encontro à cultura e às práticas dos agricultores familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais

O trabalho tem como objetivo estudar a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, tomando como recorte espacial o Território da Zona da Mata Norte-PB (TZMN). Esse modelo de política para o mundo rural segue as experiências da União Europeia, que tomam o território como unidade de intervenção, numa tentativa de superar as ações governamentais centradas nos setores produtivos, como era a prática das políticas desenvolvimentistas. Por outro ao focar no território, as ações privilegiam a escala local.

No entanto, o modelo de desenvolvimento adotado, mais uma vez, acabou limitado. O recorte territorial não conseguiu cumprir com suas promessas, mas sim, com seu papel instrumental de controle social no modo de produção capitalista que, fez da política uma forma de controle.

No TZMN, mesmo tendo incluído aspectos que trazem certa identidade territorial, esse modelo tornou-se um problema tendo em vista que sobrepõe uma identidade técnica à identidade natural e histórica do território, sem considerar devidamente sua heterogeneidade e seus conflitos, por exemplo. Acabou seguindo um caminho já conhecido que não fortalece o meio rural enquanto espaço de construção da vida.

Ao contrário, transforma-o num espaço essencialmente produtivo, reforçando os padrões do capitalismo agrário. Mesmo quando há um esforço de considerar os aspectos que dão identidade ao território, não é levada na devida consideração que essa identidade assim como o território é uma construção social com relações sociais. É preciso, portanto, que haja um esforço para abordar o território além de sua dimensão física como vem sendo tratado, até porque as identidades não são físicas apenas. São dinâmicas e envolvem diversos aspectos culturais, políticos e sociais.

Na verdade, quando se fala em identidade territorial não significa homogeneizar a realidade, escamoteando os seus conflitos e interesses divergentes. O território por característica própria sempre será e terá suas heterogeneidades específicas de seu processo histórico de lutas, conflitos, de relações de poder, ora explícitas ora resguardadas dependendo da situação posta.

Considerando as análises feitas no território rural da ZMN, verificamos o quanto é difícil, no sistema capitalista, que tem no Estado um instrumento de facilitador da acumulação do capital, pensar e efetivar uma política que realmente represente a sociedade. No específico

da agricultura familiar, os aspectos sociais, ambientais, culturais correm um grande risco de ficarem submersos nos aspectos econômicos, na lógica do mercado, como é o caso da cooperativa Piabuçu-Frutiaçu e da CECAF-PB.

Em síntese, o território tal como considerado por alguns geógrafos críticos é uma fração do espaço, é a espacialização do poder que busca o domínio e o controle dos espaços que torna-se o território. Enquanto que para o Estado, a abordagem desse território nas políticas de desenvolvimento assume um perfil instrumental/funcional sobre o espaço e suas relações existenciais.

No TZMN, as estratégias implementadas, tomando o território como abordagem, apesar dos esforços, não conseguiram solucionar ou apontar concretamente soluções. No entanto, é inegável que algumas ações feitas na articulação dos atores sociais, mesmo que pontuais, trouxeram alguns resultados interessantes. Mas isso não é obviamente o suficiente nem tão pouco o que se espera principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável aqui pensado para a agricultura familiar.

É necessário que se reflita sobre o modelo de agricultura que temos hoje e o que queremos. Não é simplesmente mudar de um modelo para outro, passando de um modelo tido como convencional para um modelo alternativo. Mas respeitar o modelo construído historicamente, fazendo as adequações necessárias para que esse “novo” seja menos agressivo ao meio ambiente, como por exemplo, a agricultura ecológica/agroecológica, reconhecendo também o saber local e os sistemas agrícolas tradicionais.

A política deve cuidar do tratamento que dá à agricultura familiar, pois, na busca de beneficia-la não pode, simplesmente, transformar todo e qualquer sujeito, mesmo morando em regiões rurais, em agricultores familiares. Estes têm, em sua essência e história social e material, o seu jeito próprio de produzir e consumir, por exemplo, como foi possível observar a partir da vivência com as cooperadas da Piabuçu-Frutiaçu.

Não se deve considerar apenas uma visão problemática do rural onde a pobreza rural e a agricultura familiar tornam-se símbolos do subdesenvolvimento. O desenvolvimento sustentável pensado para essa categoria não deve ser planejado num ciclo fechado onde a produção e o mercado são prioridades, como foi possível verificar nos projetos visitados que dão prioridade ao mercado.

O desenvolvimento territorial rural não é igual apenas a agricultura familiar, mas sim, aquele desenvolvimento que é pensado em uma escala maior, compreendendo de fato o que é o rural, onde essa categoria é uma das grandes peças desse quebra-cabeça.

É fato que essa política tem como um de seus objetivos principais ou como objetivo principal a erradicação da pobreza, nesse caso da pobreza rural, e por isso mesmo temos que acompanhar as estratégias do MDA e como ele toma essa “pobreza”.

Em termos de planejamento, a política insere no campo como observamos na comunidade Piabuçu, os meios de produção de maneira mais técnica que social, levando diretamente ou indiretamente essas políticas a se tornarem técnicas de planejamento e intervenção perdendo assim seu caráter político e social.

Nesses termos, o desenvolvimento passaria a ser uma imposição, não uma escolha. As políticas de desenvolvimento territorial rural não podem, nem devem ser operadas apenas pela territorialização do mercado, caminho que a cooperativa está trilhando inconscientemente.

Pois, a integração ao mercado não é a única nem tão pouco a saída para as soluções sociais e/ou para sua reprodução. A pobreza que se quer combater não tem como remédio a inserção ao mercado, nesse caminho, a desigualdade só tende a se aprofundar.

Em relação à descentralização, deve-se cuidar para que a territorialização das políticas de desenvolvimento rural não se torne a municipalização da escala nacional na escala local, levando também a uma competição entre as municipalidades por investimentos sejam eles públicos e/ou privados.

No TZMN, essas mudanças não ocorreram de forma linear, igualitária, nem tão pouco sem resistência. Ao contrário, houve e ainda há muita resistência por diferentes segmentos, setores que acreditam terem ou serem ainda prejudicados como é o caso das administrações municipais com o fim do PRONAF Infraestrutura e serviços já que, a partir de então eles só poderão acessar as ações da política de desenvolvimento territorial rural sustentável.

Voltando à agricultura familiar, é entendível que na formulação das políticas públicas no meio rural ela seja o ator principal. Pois, esse modelo se assim for posto pode levar para a agricultura familiar a responsabilidade de modificar de forma solitária uma determinada realidade, ou até pior, colocar nas mãos da agricultura familiar a responsabilidade de resolver, combater a pobreza. É injusta a concepção de que agricultura familiar mais desenvolvimento seja igual à solução da pobreza rural.

O agricultor familiar não é nem pode se tornar o protagonista solitário para resolver ou dar conta dos problemas no meio rural. Ele é, sim, um sujeito que nesse processo, pode de forma impar contribuir para a sua melhoria de vida como também do meio em que vive. Isso pode ser alcançado com, por exemplo, o fortalecimento de suas capacidades e práticas locais.

Outra observação que se faz necessária, considerando as ponderações acima feitas, é que o planejamento e a gestão social têm que ser repensados, construídos e praticados de baixo para cima, e não de cima para baixo, isto é do governo federal para o governo municipal/local, ou melhor, dos órgão/ministérios para a agricultura familiar, tal como tem ocorrido na prática.

A política que é pensada e construída, inicialmente, para o agricultor familiar, na prática, não o insere como um sujeito participativo desse processo de construção de um desenvolvimento sustentável, mas apenas como um receptor, ou melhor, como um beneficiário do programa.

Com isso, algumas metas traçadas não obtêm o resultado esperado, ou seja, não são efetivamente implementadas como foi possível analisar na Matriz de Ações e no Relatório de Execução da política no território da Zona da Mata Norte. Muitos recursos que foram territorializados, não foram executados.

Ações que sequer os agricultores têm conhecimento, são financiáveis, acessíveis a partir de um projeto construído pelo colegiado territorial, tomando como base o PTDRS, na maioria das vezes sem a participação efetiva das comunidades afetadas por elas.

Reforço esse pensamento com os relatos de alguns agricultores que mostram a dificuldade dos recursos da política chegarem ao seu destino principal, ou seja, grande parte dos recursos destinados é, digamos assim, absorvidos nas atividades meio, seja na parte de administração, planejamento, pagamento de técnicos e não efetivamente no desenvolvimento sustentável da agricultura.

Além disso, o técnico que é colocado para executar a política, geralmente, não têm uma formação voltada para a realidade do campo e da agricultura familiar, ou seja, há um distanciamento tanto ideológico, quanto político e empírico das suas atividades em relação ao agricultor familiar.

Isso faz com que seu trabalho fique estritamente tecnicista, tendo em vista que não possui uma formação específica para trabalhar com o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar. Via de regra, sua formação é voltada para o agronegócio, indo de encontro à cultura dos agricultores familiares, que produzem sem o uso de agrotóxico, sem mecanização e com uso sustentável dos recursos naturais.

O programa visa, fundamentalmente, a inserção do agricultor familiar no mercado. Sobre isso podem ser levantados ao menos dois problemas: i) a capacidade de competição da agricultura familiar face ao agronegócio é bastante limitada, a não ser por uma

superexploração do trabalho familiar; ii) não é abordado de forma consistente o desenvolvimento da agricultura familiar com base nos princípios da agroecologia.

Desse modo, a ideia da inserção do agricultor no mercado, por si só, encontra um impedimento na relação de competição da agricultura familiar com o agronegócio. Este último se mostra técnica e economicamente mais eficiente do que a agricultura familiar, não sendo dada a ênfase necessária à utilização do nicho da agricultura familiar de base agroecológica que poderia ser um campo aonde ela tem nítida vantagem sobre a grande agricultura.

A implementação do programa torna-se dificultada porque não existe essa relação entre a agricultura familiar, o desenvolvimento, a sustentabilidade e, conseqüentemente, a produção agroecológica. Sendo assim, a lógica pretendida é a da produção-mercado e não da sustentabilidade da via camponesa de produção, enquanto alternativa viável à produção do agronegócio.

Entre a concepção do programa e sua execução existe uma distância significativa, segundo os beneficiários do programa. O agricultor não é visto como o sujeito participativo do processo de construção e execução do programa. Se assim fosse, ele poderia explicitar suas reais necessidades e adaptar o programa de acordo com a realidade do campo. Dessa forma a política teria maiores condições de atingir o seu propósito.

Nesse processo, o agricultor familiar é visto apenas como beneficiário, ou seja, um receptor passivo do programa, desconsiderando suas reais necessidades e potencialidades. Faz-se necessário, no entanto, levar em consideração os princípios da agricultura familiar de base agroecológica, respeitando-se a cultura das unidades familiares camponesas, que estão baseadas no balanço entre consumo e reposição da força de trabalho familiar e não nos princípios da lucratividade, como observamos na execução da política analisada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Representatividade e inovação*. In: **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**, 1., 2005, Brasília. Disponível em: <www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/2005/CONDRAF_25_08_05.doc> Acesso em: 10 nov. 2013.
- ALTIERI, Miguel, **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Enéas Rente. *Panorama Metodológico na Geografia Rural: apontamentos para a história do pensamento geográfico*. 1º **SIMPGeo/SP**, Rio Claro, 2008. Disponível em: www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/885-895flamarion.pdf. Acesso em 23/01/2013.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Parte II. *Gestão social e desenvolvimento sustentável dos territórios: os desafios da multi - dimensionalidade. Visão a partir do Brasil*. **Gestão Social dos Territórios**. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 10**, Brasília- Novembro de 2009, IICA.
- BACELAR, Tânia. *Palestra Magna: Política Pública, Participação Social, Desenvolvimento Sustentável e Territórios. Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais*. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 08**, Outubro de 2008, IICA.
- BECKER, Bertha K. *Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI; uma representação a partir do Brasil*. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 53(3): 169-182, jul./set. 1991.
- BOGARDUS, Emory. **Cooperação: Princípios**. São Paulo: Editora Lidaador, 1964.
- BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir; DELGADO, Nelson Giordano. *Cap.1 Subsídios Metodológicos ao Estudo do Desenvolvimento Territorial Rural. Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil*. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 14**, Brasília – Agosto/2011, IICA.
- _____; KATO, Karina. *Cap. 2 O Processo Contemporâneo de Territorialização de Políticas e Ações Públicas no Meio Rural Brasileiro. Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil*. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 14**, Brasília – Agosto/2011, IICA.
- _____. *Referências e considerações para o estudo e a atuação dos programas de desenvolvimento Territorial (PRONAT e PTC) na perspectiva da redução da pobreza em territórios rurais, 2012. Aperfeiçoamento das Políticas Públicas de Enfrentamento da Pobreza Rural na Perspectiva do Desenvolvimento Territorial – 2011/2012*, IICA.
- BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: ed. da UFPR. 1999.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. *A agricultura familiar no Brasil. Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate*. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 05**, Novembro de 2006, IICA.
- _____, Antônio Márcio. *Desafios à política pública. Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate*. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 05**, Novembro de 2006, IICA.
- BUARQUE, Sérgio C. Parte 2. *Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial no Brasil: Análise e sugestões de aprimoramento. Capítulo II. Território e Desenvolvimento. Reflexões e Proposições de Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial*. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 15**, Brasília, Fevereiro de 2012, IICA.

_____, Sérgio C. Parte 2. *Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial no Brasil: Análise e sugestões de aprimoramento. Capítulo III. Políticas Públicas e Recortes Territoriais. Reflexões e Proposições de Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial. In: Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 15, Brasília, Fevereiro de 2012, IICA.*

_____, Sérgio C. Parte 2. *Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial no Brasil: Análise e sugestões de aprimoramento. Capítulo IV. Experiência Brasileira de Desenvolvimento Territorial. Reflexões e Proposições de Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial. In: Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 15, Brasília, Fevereiro de 2012, IICA.*

CARMO, Maristela Simões. *A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, Ângela D. D., BRANDENBURG, Alfio (Org.). Para pensar outra agricultura. Curitiba: ed. UFPR, 1998. p. 215-238.*

CARVALHO, O. de, SANTOS, A. J. *“Contribuição da “Nova Sudene” para o Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste”.* **Relatório Final**, 09 de junho, Grupo de Trabalho Interministerial para a Reconstrução da Nova Sudene, Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, Recife, PE.2003.

CASTELÕES, Liliane. *Políticas públicas: proteção e emancipação. Agricultura familiar predomina no Brasil.* 2005. Disponível em www.comciencia.br. Acesso em Julho de 20113.

CASALINHO, H. D. **Qualidade do solo como indicador de sustentabilidade de agroecossistemas.** Pelotas-RS: UFPel-Universidade Federal de Pelotas, 2003. 192p. (Tese de doutorado).

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e pratica do regionalismo nordestino.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CHAMBERS, Robert e CONWAY, Gordon R. **Sustainable Rural Livelihoods: practical concepts for the 21st century.** Institute of development studies: Discussion Paper nº 296, 1992.

COPORAL, Francisco Roberto (org.); COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade.** Brasília 2009. ISBN 978-85 60548-38-5.

_____, Francisco Roberto (org.) *Agroecologia: uma nova ciência para apoiar mais apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade.* Brasília 2009. ISBN 978-85-60548-38-5.

_____, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. *Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade.* Brasília 2009. ISBN 978-85-60548-38-5.

_____, Francisco Roberto; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24p.

COSTA, Manoel P. B. *Agroecologia: uma alternativa viável às áreas reformadas e à produção familiar, Reforma Agrária.* 23(1): 53-69, jan/abr. 1993.

COSTA, Luciano de Souza. *O cooperativismo: uma breve reflexão teórica. Ciências Sociais em Perspectiva* (6) 11 : 55-64 2º sem. 2007. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%200Comunica%E7%F5es/ART%207%20%20O%20cooperativismo%20%20uma%20breve%20reflex%E3o%20te%F3rica.pdf>.

DELGADO, Nelson Giordano e LEITE, Sergio Pereira. *Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores*. In: **Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54**, no. 2, 2011, pp. 431 a 473.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

_____, P. **Pesquisa: Princípio Científico e Educativo**- 6ª Ed. – São Paulo: Cortez, 1999.

DENARDI, Reni A. et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná**. EMATER/Paraná: Curitiba. 2000. Disponível em: www.cria.org.br. Acesso em Maio de 2011.

ECHEVERRY, Rafael. *Cohesión social y cohesión territorial para la superación de la pobreza en América Latina*. **Versão Rascunho**, circulação restrita. Dirección de Desarrollo Rural Sostenible, 2002, IICA.

_____, R.; MOSCARDI, E. (2005). *Construyendo el desarrollo rural sustentable en los territorios de México*. Ciudad de México: **IICA, SAGARPA**. Fonte: <http://repiica.iica.int/docs/B0361E/B0361E.PDF>.

_____, Rafael. **Identidade e Território no Brasil**. Brasília, 2009, IICA.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2ª ed. Guaíba: Agropecuária. 1999.

ENGELS, F. A origem da família da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

FAVARETO, Alirson da. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. Tese parcial de doutorado (FEA/USP). São Paulo. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano e MOLINA, Mônica Castagna. *O Campo da Educação do Campo*. In MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia Meire S. A. de. (org.) **Por uma educação do Campo. Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional do Campo. Coleção Por uma educação do Campo No. 5. 2004.

FILHO, Fadel David Antonio; DEZAN, Maria Dalva de Souza. *Metodologias de Pesquisa e Procedimentos Técnicos: considerações para o uso em projetos de pesquisa em geografia*. In: **Climatologia e Estudos da Paisagem Rio Claro – Vol.4 – n.2 – julho/dezembro / 2009**, p. 79. Disponível em: www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br. Acesso em 30/01/2013.

FERNANDES, Francisco Agnaldo de Oliveira. **A importância das cooperativas COOAFAP e COOPAPI na organização da agricultura familiar no município de Apodi/RN**. Monografia. Caraúbas, RN, 2010.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. *Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras*. **Estudos Sociedade e Agricultura**. 14 de Outubro de 2002:28-46.

FERREIRA, Nildete Maria da Costa. **O Cooperativismo sobre a ótica da economia solidária e popular: algumas evidências no meio rural potiguar**. 2010. 304 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

FERREIRA, V.R.S. **Análise da participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB no Estado de Goiás**, p. 191, 2008. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

FURTADO, Celso. **O Mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998 [1974].

FURTADO, Ribamar. Parte II. *Modelos e Instrumentos para Gestão Social dos Territórios*. **Gestão Social dos Territórios**. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 10**, Brasília- Novembro de 2009, IICA.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1996, 159p. Disponível em: www.proppi.uff.br/. Acesso em: 09/02/2013.

_____, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008. Disponível em: ayanrafael.files.wordpress.com/. Acesso em: 09/02/2013.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O Novo Rural Brasileiro*. Publicado na revista **Nova economia**, Belo horizonte. 7(1): 43-81 (maio de 1997).

GUANZIROLLI, C. et all. **Agricultura familiar e reforma agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia*. **Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001. p.35 – 45.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade – a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____.(1999). *Identidades Territoriais*. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ.

_____.(2007). *Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)*. In: _____& ARAÚJO, Frederico Guilherme de. **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro, Access.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INCRA. **Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – PNRA**. Brasília, maio de 1985.

_____, **Política de Assentamento**. Brasília, 1987.

JACOBI, Pedro. *Estado capitalista: transformações na dinâmica de intervenção e o papel das burocracias*. **Sociedade e Estado**, vol. II, nºs 1 e 2, jan./dez. 1987, pp. 105115.

JESUS, Clesio Marcelino de; FILHO, José Flôres Fernandes; RIBEIRO, Liliane Souza Marinho; CARDOSO, Soraia Aparecida. *Célula de Acompanhamento e Informação (CAI), do Território Rural Noroeste de Minas – MG. Relatório Analítico do Território Rural Noroeste de Minas* Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre. Editora: UFRGS. 2008. 1ª edição.

KATO, Karina; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida; JUNIOR, Valdemar João Wesz. Capítulo I. *Análise comparativa das políticas públicas de desenvolvimento territorial*. **Reflexões e Proposições de Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial**. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 15**, Brasília, Fevereiro de 2012, IICA.

_____, Karina; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida; JUNIOR, Valdemar João Wesz. Capítulo V. *Sistemas de Financiamento para Projetos Territoriais Estratégicos: Análise de Cinco Experiências Brasileiras*. **Reflexões e Proposições de Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial**. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 15**, Brasília, Fevereiro de 2012, IICA.

LEONARDO, Nuria Costa. *A Incorporação da Questão de Gênero nas Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no México*. **Desenvolvimento Sustentável e Perspectiva de Gênero**. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 02**, Agosto de 2005, IICA.

LIMA, Aline Barboza de. **Potencialidades do Assentamento APASA: um estudo das estratégias de resistência e desenvolvimento local**. 2005. Monografia (Graduação em Geografia). (DGEOC/CCEN/UFPB). João Pessoa, 2005. 114 p.

LIMA, Lucas G. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O Estado e o desenvolvimento territorial como suportes para a dominação do capital. In: SCIENTIA PLENA, Vol. 5, nº 12. 2009. Disponível em: http://www.scientiaplenua.org.br/sp_v5_125401.pdf. Acesso em: 11/03/2014.

LOURENÇO, N. P.; LUNA, F. M.; SOUSA, Jocélia Gouveia de. *Cooperativismo, Cooperação e Território: Um Estudo de Caso na COOPAPI em Apodi-RN*. In: **XIV Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL**, 2013, Lima. In: XIV Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL, 2013.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: wp.oktiva.com.br/fatene/files/2009/09/artigo-pesquisa-de-mkt.pdf. Acesso em: 17/01/2013.

MARTINS, José de Sousa. **Sobre o Modo Capitalista de Pensar**. 3. Ed. São Paulo. Hucitec, 1982.

MARRE, J. A. L. *A construção do objeto científico na investigação empírica*. **Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE**, 1991. Disponível em: ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewFile/24843/. Acesso em: 04/02/2013.

MACEDO, Maria Bernardete Ferreira de. **Inovações tecnológicas e vivência operária: o caso de Rio Tinto - 1950-1970**. João Pessoa: CME/UFPB, dissertação de mestrado, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; DIAS, Marcelo Miná. *Introdução. Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil*. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 14**, Brasília – Agosto/2011, IICA.

_____, L. S. de & DIAS, M. M. Marco jurídico-normativo para o desenvolvimento rural com enfoque territorial. In: **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. MIRANDA, C & TIBURCIO, B. (orgs). Brasília: IICA, 2011 (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14). pp. 197-230.

MELO, Mário Lacerda de. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1975.

MENDONÇA, Aldo Silva de. **Luta Camponesa e Processo Identitário em Mamanguape-PB: O Caso de Itapeirica**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Rio Tinto-PB, 2013.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 438f. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2006.

MOREIRA, José Roberto. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro – RJ: Mauad; Seropédica, UFRRJ/CPDA, 1999.

NAVARRO, Zander. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. **Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

NETO, Leonardo Guimarães. Capítulo 2. *Antecedentes e Evolução do Planejamento Territorial no Brasil*. **Política de Desenvolvimento Territorial no Brasil: Avanços e Desafios**. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 12**, Brasília- Dezembro de 2010, IICA.

NEVES, Estela Maria Souza Costa. *Política ambiental, municípios e cooperação intergovernamental no Brasil*. **Estudos avançados** 26 (74), 2012.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI*. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.) **O campo no século XXI**. São Paulo: Paz e Terra; Casa Amarela, p. 29-70, 2004.

_____, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo:Contexto, 2002.

PASUKANIS, E. B. *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1989.

PERICO, Rafael Echeverri. Parte I. *A Gestão Social dos Territórios: O desafio da multidimensionalidade*. **Gestão Social dos Territórios**. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 10**, Brasília- Novembro de 2009, IICA.

_____, Rafael Echeverri; PERAFÉN, Mireya Valencia; PINILLA, Ana Maria Echeverri. Parte 1. *Experiências Legislativas de Políticas Pública em Desenvolvimento dos Territórios Rurais*. **Políticas de Desenvolvimento Rural Territorial: Desafios para Construção de um Marco Jurídico Normativo**. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 13**, Brasília- Maio de 2011, IICA.

_____, Rafael Echeverri; PERAFÉN, Mireya Valencia; PINILLA, Ana Maria Echeverri. Parte 1. *Experiências Legislativas de Políticas Pública em Desenvolvimento dos Territórios Rurais*. **Caso da Colômbia, Espanha, México e Guatemala Políticas de Desenvolvimento Rural Territorial: Desafios para Construção de um Marco Jurídico Normativo**. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 13**, Brasília- Maio de 2011, IICA.

_____, Rafael Echeverri. *Articulação de Políticas e Participação Social*. **Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 08**, Outubro de 2008, IICA.

_____, Rafael Echeverri. **Indentidade e Território no Brasil**. Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil, 2009.

PIRES, Maria L. L. e Silva. **O cooperativismo agrícola em questão**. Recife: Massangana Editora, 2004.

PRADO, Caio. **Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista**, 1973. Ed. Ridendo Castigat Mores. Divisão do Acervo Histórico. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Fonte: www.al.sp.gov.br/acervo, 1947-2002.

QUEIROZ, Paulo Valdenor Silva de. *Os territórios rurais do ministério do desenvolvimento agrário*. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 15, n.2, maio./ago. 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RÊGO, Eduardo Ernesto do. **Cooperativismo e Território: questões sobre a COAPECAL em Caturité-PB**. 127 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

RESSEL, Lúcia Beatriz et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. In **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 17(4) Out-Dez de 2008.

REYES, Giovanni E. *Four main theories of development: modernization, dependency, word-system and globalization*. **Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas, Madrid**, n. 4, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/eurotheo/nomadas>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

RODRÍGUEZ, Melania Portilla. *Gênero e Atores Sociais no Enfoque Territorial do Desenvolvimento Rural*. **Desenvolvimento Sustentável e Perspectiva de Gênero**. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 02**, Agosto de 2005, IICA.

_____, Melania Portilla. *A Construção de um Marco de Referência para A Formação de Capacidades em Territórios Rurais do Brasil*. **Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão**. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 03**, Novembro de 2005, IICA.

RUA, João. *Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades*. **Campo- Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fevereiro de 2006.

RUSCHI, Augusto. **Agroecologia**. Brasília: Horizonte Editora, 1978.

SACHS, I. *Brasil rural: da redescoberta à invenção*. **Estudos Avançados**, vol. 15, n.43, São Paulo, set/dez, p. 75-82, 2001.

SANTOS, Manoel José dos. *Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável*. **Estud. av., São Paulo**, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>? Acesso em: 07/08/2012.

SANTOS, Milton. “*O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise*”, **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, 1999, Ano XIII, n.2, p.15-26.

_____, Milton. *O Retorno do Território*. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, María Laura (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec / Anpur, 1994, p. 15-20.

_____, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996, 308 p.

_____, Milton. **Por uma geografia nova**: São Paulo: HUCITEC, 1980.

SEVILLA GUZMÁN, E.; OTTMANN, G. *Las dimensiones de la Agroecología*. In: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. **Manual de olivicultura ecológica**. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2004. p. 11-26. (Proyecto Equal-Adaptagro).

SCHNEIDER, João E. *O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro*. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p.11-40.

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Roni. *Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia*. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/PGDR/textosabertos/schneider_e%20Roni.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____, Sergio; TARTARUGA, Ivan G. Peyré. *Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural*. In: Jornadas de Intercambio y Discusión: **El Desarrollo Rural en Su Perspectiva Institucional y Territorial**, 1., 2005, Buenos Aires. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/PGDR/textosabertos/sergio_e_tartaruga.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____, Sergio. *A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas*. **Sociologias**, Porto Alegre, nº. 11, p. 88125, jan./jun. 2004.

_____, Sergio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. *Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais*. In: **Raízes: Revista de Ciências Sociais**, Campina Grande/Paraíba, Universidade Federal de campina Grande, Vol.23, nº 01-02, p. 99-117, Jan-Dez, 2004.

_____, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre. UFRGS. 2006.

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. *Desarrollo territorial rural*. **Debates y temas rurales**. Santiago de Chile, n. 1., 2004. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

SILVA Jackson Ronie Sá-; ALMEIDA Cristóvão Domingos de; GUINDANI Joel Felipe. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: www.rbhcs.com. Acesso em: 11/01/2013.

SILVEIRA, María Laura; *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século 21 – A História de um Livro*. ACTA Geográfica, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. p.151-163.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A; SPÓSITO. E. S. (Org.). *Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia.** São Cristóvão, 2008. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Sergipe. NPGeo – Núcleo de Pós-Graduação em geografia.

SURTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Pesquisa de campo em geografia.* In: **Revista Geographia.** Niterói/RJ. V. 7. P.92-99, 2002. Disponível em: www.uff.br/geographia/rev-07/dirce7.pdf. Acesso em 26/02/2013.

_____, Dirce. *Notas sobre Epistemologia da Geografia.* In: **Cadernos Geográficos**, n. 12, Florianópolis, Maio de 2005.

TEIXEIRA, Olívio (Org.) *Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Conceitos, controvérsias e experiências.* Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002, p. 113-128.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo, Atlas, 1990.

VASCONCELOS, Fabíola Rios. **Reflexões sobre a importância dos princípios agroecológicos na recuperação de áreas degradadas visando a produção de biodiesel: a importância de sistemas agroflorestais.** Universidade Federal da Bahia, Escola Politécnica, Departamento de Engenharia Ambiental, Salvador, 2007.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Sustentável; O Desafio do Século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

_____, J. E. ; FAVARETO, A.; AZEVEDO, C.M.A.; BITTENCOURT, G.; VECCHIATTI, K. ; MAGALHÃES, R.; JORGE, R. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento,** Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), p. 108, 2001. Disponível em: www.nead.org.br. Acesso em Setembro de 2013.

VENTURA, Jane Miranda e FRAGOSO, Maria de Lourdes de Carvalho. *Desafios oferecidos pela educação ambiental às políticas públicas voltadas o desenvolvimento territorial rural,* 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005. Disponível em: br.librosintinta.in/pesquisa-administracao-vergara-pdf. Acesso em: 20/02/2013.

VERONA, L. A. F. **Avaliação de sustentabilidade em agroecossistemas de base familiar e em transição agroecologia na região sul do Rio Grande do Sul.** 2008. Tese de Doutorado (Doutorado em Agronomia) Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

VILLANUEVA, L. F. A. (Ed.) **La implementación de las políticas.** 3.ed. México, DF: Miguel Angel Porrúa Grupo Editorial, Colección Antologías de Política Pública, cuarta antología, 2000.

Documentos Técnico- Científicos

A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL, *Material do Informativo Meio Ambiente e Agricultura - ano V nº 17* jan/fev/mar 1997. Disponível em: www.cnpma.embrapa.br. Acesso em Julho de 2013.

BNB. **Plano de Trabalho.** *Marco Referencial para a Ação de desenvolvimento Territorial do BNB.* Produto 2 – *Atualização do Marco Referencial para a Ação de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste.* Brasília – DF e Fortaleza – CE. Maio/2006 – Abril/2007
BRASIL, *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF,* Brasília, 1996.

_____. *Integração de Políticas Públicas Para Reduzir Desigualdades. Territórios da Cidadania,* 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). (2005d), *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil*. Brasília, MDA/SDT (Documentos Institucionais, 1).

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). (2007), *Territórios da Cidadania: Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para Redução da Desigualdade Social no Meio Rural Brasileiro*. Brasília, MDA/SDT.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Territórios da Cidadania*, 2010.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamento Federal ao Alcance de Todos: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2014**. Brasília, 2013. 92p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. *Referências para a gestão social de territórios rurais*. Brasília: SDT/ MDA, 2005b. (Documentos Institucionais 3).

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005a.

_____. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**, Brasília, 1996.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Lei da Agricultura Familiar recebe sanção presidencial**. Disponível em: www.mda.gov.br. Acessado em Outubro de 2013.

_____. BIODIESEL, **Selo Social**, Brasília, 2006. Disponível em: www.biodiesel.gov.br. Acesso em Novembro de 2013.

_____. Governo Federal. **Programa Nacional de Uso e Produção de Biodiesel**, 2005. Disponível em: www.biodiesel.gov.br. Acesso em: 27 de Maio de 2014.

DANTAS, Ivanildo Pereira. **Agricultura X Agroecologia**. Téc. em Agropecuária Março/2011.

CEOT/CEMAT. **A Regional/Spatial Charter for Europe**. Estrasburgo: Conselho de França. 1983.

CGU. Contraladoria Geral da União. Prestação de contas da presidenta da república exercício de 2012. **Relatório Sobre os Orçamentos e Atuação Governamental**. Balanço Geral da União. Brasília-DF, Exercício de 2012. <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2012/Arquivos/PCPR2012.pdf>, acesso em: 26/04/2014.

CODETER. **Projeto da Central de Comercialização da Agricultura Familiar – CECAF – PB**, João Pessoa, 2007.

_____. **Projeto do Centro de Comercialização da Agricultura Familiar – CECAF – RIO TINTO – PB**, 2008.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Zona da MATA Norte – PB**, 2010.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Zona da MATA Norte Paraibana**, Janeiro, 2008.

_____. MDA/SDT. Colegiado do Território da Cidadania da Zona da Mata Norte. PROJETO: **Unidade de Beneficiamento de Frutas das Mulheres Agricultoras da Comunidade de Piabuçu, Município de Rio Tinto – PB**, Julho de 2009.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD), **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, p. 430, 1988.

FAO/INCRA, **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, FAO/INCRA, 1994.

IBGE, **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2010**. Estudos e pesquisas Informação Geográfica, Nº 7. Rio de Janeiro 2010.

INCRA/FAO, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Organização para a agricultura e a alimentação. **Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil Redescoberto**, p. 74, 2000. Brasília, DF, Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MACEDO, Maria Bernardete Ferreira de. **Inovações tecnológicas e vivência operária: o caso de Rio Tinto - 1950-1970**. João Pessoa: CME/UFPB, dissertação de mestrado, 1986.

MELO, Mário Lacerda de. **O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1975.

MDA/SDT. **Manual de Operacionalização do PROINF**, Brasília, Maio de 2011.

_____/SDT. **Manual de Operacionalização do PROINF**, Brasília, Junho de 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da Cidadania**, 2010.

_____/SDT/DIP. Chamamento Público SDT/DIP01/2013. *Seleção Pública de propostas de Apoio a Infraestrutura em Territórios - PROINF 2013*, Brasília, Agosto de 2013.

_____. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília, 2003a. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacao_ID=253>. Acesso em: 2 fev. 2014.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manuais de orientação para financiamento rural do Pronaf**, 2008a. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em Agosto de 2013.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Declaração de Aptidão ao Pronaf**, 2009b. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em Julho de 2011.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Microcrédito Rural - Pronaf Grupo B**, 2008d. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em Setembro de 2013.

MI, SDR, CGTP. Ministério da Integração Nacional (MI), Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) e da Coordenação-geral de Planejamento e Gestão Territorial (CGTP). **Documento base para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial- (PNOT)**. Projeto “Elaboração de subsídios técnicos e documento-base para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território - PNOT”. Brasília, Agosto de 2006.

MORI. Sandra Galvão. Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Zona da Mata Norte Paraibana. *Visita Técnica de Monitoramento de Projetos PROINF em Rio Tinto*. João Pessoa-PB, 19 de Setembro de 2013.

PLANO MAIS BRASIL PPA 2012-2015: **Relatório de Comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO) / Parte I. Alterações do PPA 2012-2015 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI**. - Brasília: MP/SPI, 2013.

PLANO MAIS BRASIL PPA 2012-2015: **Relatório de Comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO) / Parte II. Atualização do Valor Global dos Programas Temáticos e dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do PPA 2012-2015** - Brasília: MP/SPI, 2013.

PLANO MAIS BRASIL PPA 2012-2015: **Relatório de Comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO) / Parte III. Justificativas das alterações realizadas em Metas e Iniciativas do PPA 2012-2015** - Brasília: MP/SPI, 2013.

PLANO PLURIANUAL 2008-2011: **Projeto de lei** / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2007.

PLOA. Projeto de lei orçamentária anual. *Orçamento federal ao alcance de todos*. Brasília 2013/2014.

PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS**. Território da Zona da Mata norte – PB, resumo executivo, 2010-2010, Paraíba, 2010.

RAMOS, Elaine Cristina. *Documento Técnico de Orientação à Gestão Solidária das Centrais de Comercialização*, Brasília, Maio de 2011.

RESSEL, Lúcia Beatriz et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. In **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 17(4) Out-Dez de 2008.

ROCHA, Maria Regina Teixeira da. *Documento contendo o estado de arte das ações de formação nos Territórios Rurais nas regiões Nordeste e Centro Oeste do Brasil*. Brasília, Junho de 2012.

SDT/MDA. **Balanco de Gestão. Resultados das ações do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) 2003-2010**, Brasília, 2010.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. e. *Metodologia e Organização do projeto de Pesquisa (GUIA PRÁTICO)*, 2004. Disponível em: www.ufop.br/demet/metodologia.pdf. Acesso em: 30/01/2013.

TERRITÓRIO DA CIDADANIA. *Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades*, Março de 2009.

VÍNCULUS, Plano de Negócios. **Unidade de Beneficiamento de Frutas de Piabuçu-Frutiaçu**. Território Zona da Mata Norte, Rio Tinto, 2011.

Sites e Links Acessados

<http://www.pac.gov.br>
<http://www.mds.gov.br>
<http://portal.mda.gov.br>
<http://www.pbvale.com.br/>
<http://portal2.tcu.gov.br/portal>
<http://www.bb.com.br/portalbb>
<http://www.fnnde.gov.br/programas>
<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes>
<http://www.orcamentofederal.gov.br>
<http://www.conselhos.mg.gov.br/cedrs>
<http://www50.bb.com.br/drs/jsp/consultas>
www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Pronaf/
<http://www.planejamento.gov.br/secretarias>
<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>
http://www1.caixa.gov.br/relatorio_sustentabilidade_2012/
<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Paginas/default.aspx>
https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Pronaf/agricultura_familiar
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm
https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Sobre_Nordeste/fne/gerados/fne.asp
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>
[https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Pronaf/agricultura_familiar/gerados/apresentacao.a
sp](https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Pronaf/agricultura_familiar/gerados/apresentacao.asp)
<http://portal.mda.gov.br/portal/institucional/busca?cx=006027766869131785344%3Aythqh-jrkhc&cof=FORID%3A10&ie=UTF-8&q=pronat>

ANEXOS

ANEXO 1

Programação Orçamentária do MDA: Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (Plano Plurianual (PPA) 2012/2015)

Plano Plurianual (PPA) 2012/2015			
Programa-2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária		
Objetivo- 0977	Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.		
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário		
Alteração da Meta	Atender 120 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural, por meio do Programa Territórios da Cidadania.		
Alteração da Meta	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	12,00	Unidade
	Região Nordeste	56,00	Unidade
	Região Norte	27,00	Unidade
	Região Sudeste	15,00	Unidade
	Região Sul	10,00	Unidade
Meta original	Atender 280 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural.		
Meta original	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	39,00	Unidade
	Região Nordeste	114,00	Unidade
	Região Norte	53,00	Unidade
	Região Sudeste	35,00	Unidade
	Região Sul	39,00	Unidade
Propor marco legal para o desenvolvimento territorial. - (Alteração da Meta) Criar e implementar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural - (Meta original)			

Quadro: Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, objetivo 0977.

Fonte: Plano Mais Brasil PPA 2012-2015, 2013, p. 66. (adaptado pela autora).

Plano Plurianual (PPA) 2012/2015			
Programa-2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária		
Objetivo- 0978	Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.		
Órgão responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário		
Alteração da Meta	Apoiar o funcionamento dos 165 colegiados dos territórios rurais já incorporados ao Programa até 2012.		
Alteração da Meta	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	17,00	Unidade
	Região Nordeste	67,00	Unidade
	Região Norte	33,00	Unidade
	Região Sudeste	26,00	Unidade
	Região Sul	22,00	Unidade
Meta original	Apoiar 165 territórios rurais existentes e respectivos colegiados		
Meta original	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	17,00	Unidade
	Região Nordeste	67,00	Unidade
	Região Norte	33,00	Unidade
	Região Sudeste	26,00	Unidade
	Região Sul	22,00	Unidade
Alteração da Meta	Reconhecer e incorporar 115 novos territórios à política de desenvolvimento territorial, com apoio ao funcionamento dos seus respectivos colegiados.		
Alteração da Meta	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	22,00	Unidade
	Região Nordeste	47,00	Unidade
	Região Norte	20,00	Unidade

	Região Sudeste	9,00	Unidade
	Região Sul	17,00	Unidade
Meta original	Reconhecer 160 novos territórios rurais e apoiar os respectivos colegiados		
Meta original	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	22,00	Unidade
	Região Nordeste	47,00	Unidade
	Região Norte	20,00	Unidade
	Região Sudeste	34,00	Unidade
	Região Sul	37,00	Unidade
Apoiar a capacitação e formação de 80.000 agentes de desenvolvimento Alteração da Meta			
Capacitar ou formar 80.000 agentes de desenvolvimento Meta original			
Apoiar a elaboração e qualificação de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável Alteração da Meta			
Apoiar a gestão de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável Meta original			

Quadro: Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, objetivo 0978.

Fonte: Plano Mais Brasil PPA 2012-2015, 2013, p. 66/67. (adaptado pela autora).

Plano Plurianual (PPA) 2012/2015			
Programa-2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária		
Objetivo- 0979	Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.		
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário		
Alteração da Meta	Apoiar a capacitação e a formação de 3.000 agentes facilitadores de inclusão produtiva		
Alteração da Meta	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	419,00	Unidade
	Região Nordeste	1.221,00	Unidade
	Região Norte	569,00	Unidade
	Região Sudeste	373,00	Unidade
	Região Sul	418,00	Unidade
Meta original	Capacitar 2.000 novos agentes de promoção de redes socioprodutivas solidárias nos territórios		
Meta original	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	279,00	Unidade
	Região Nordeste	814,00	Unidade
	Região Norte	379,00	Unidade
	Região Sudeste	249,00	Unidade
	Região Sul	279,00	Unidade
Alteração da Meta	Apoiar a elaboração 210 estudos estratégicos voltados à integração de políticas públicas e à inclusão produtiva		
Alteração da Meta	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	23,00	Unidade
	Região Nordeste	89,00	Unidade
	Região Norte	40,00	Unidade
	Região Sudeste	32,00	Unidade
	Região Sul	26,00	Unidade
Meta original	Apoiar 920 projetos estratégicos de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas.		
Meta original	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	128,00	Unidade
	Região Nordeste	375,00	Unidade
	Região Norte	174,00	Unidade
	Região Sudeste	115,00	Unidade
	Região Sul	128,00	Unidade
Alteração da Meta	Apoiar a organização e estruturação de 200 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres.		
Alteração da Meta	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	24,00	Unidade
	Região Nordeste	82,00	Unidade
	Região Norte	38,00	Unidade
	Região Sudeste	29,00	Unidade
	Região Sul	27,00	Unidade
Meta original	Organizar e estruturar 280 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres.		
Meta original	Regionalização da Meta	Total	Unidade

	Região Centro-Oeste	39,00	Unidade
	Região Nordeste	114,00	Unidade
	Região Norte	53,00	Unidade
	Região Sudeste	35,00	Unidade
	Região Sul	39,00	Unidade
Alteração da Meta	Apoiar a organização produtiva de 5.000 empreendimentos econômicos solidários e/ou associativos, sendo, no mínimo, 30% de mulheres ou grupos de mulheres.		
Alteração da Meta	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	557,00	Unidade
	Região Nordeste	2.629,00	Unidade
	Região Norte	757,00	Unidade
	Região Sudeste	500,00	Unidade
	Região Sul	557,00	Unidade
Meta original	Apoiar a organização produtiva de 7.000 empreendimentos econômicos solidários, sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres.		
Meta original	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Norte	1.060,00	Unidade
	Região Sudeste	700,00	Unidade
	Região Sul	780,00	Unidade
	Região Centro-Oeste	780,00	Unidade
	Região Nordeste	3.680,00	Unidade
Alteração da Meta	Apoiar e coordenar o funcionamento de 150 Bases de Serviços Técnicos		
Alteração da Meta	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	14,00	Unidade
	Região Nordeste	67,00	Unidade
	Região Norte	33,00	Unidade
	Região Sudeste	19,00	Unidade
	Região Sul	17,00	Unidade
Meta original	Estruturar 01 rede nacional de 200 Bases de Serviços Técnicos e apoiar diretamente, por meio de seus componentes, 500 empreendimentos associativos.		
Meta original	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	69,00	Unidade
	Região Nordeste	203,00	Unidade
	Região Norte	95,00	Unidade
	Região Sudeste	63,00	Unidade
	Região Sul	70,00	Unidade
Meta excluída	Disponibilizar suporte adequado que permita a melhoria das condições de produção e comercialização favorecendo a inclusão produtiva sustentável de 50.000 famílias		
Meta excluída	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	6.964,00	Unidade
	Região Nordeste	20.357, 00	Unidade
	Região Norte	9.464,00	Unidade
	Região Sudeste	6.251,00	Unidade
	Região Sul	6.964,00	Unidade
Implantar 3.200 bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária - (Alteração da Meta) Implantar 3.200 bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária - (Meta original). Meta migrada do Programa 2066, (Objetivo 0422).			
Iniciativas alteradas	Ampliação e qualificação da oferta de bens e serviços para os territórios, buscando a promoção da inclusão socioprodutiva, com a consolidação de empreendimentos econômicos, a estruturação de redes socioprodutivas da agricultura familiar, o apoio à infraestrutura e serviços nos territórios rurais e a gestão social, garantindo a constituição e fortalecimento dos Colegiados Territoriais, o apoio a processos de formação e de capacitação de agentes de desenvolvimento.		
Título Original	Promoção da inclusão produtiva dos agricultores familiares nos territórios rurais, por meio da consolidação de empreendimentos econômicos e estruturação de redes socioprodutivas da agricultura familiar nos territórios rurais, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.		

Quadro: Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, objetivo 0979.

Fonte: PLANO MAIS BRASIL PPA 2012-2015, 2013, p. 66/67/68/69. (adaptado pela autora).

Plano Plurianual (PPA) 2012/2015	
Programa-2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária
Objetivo- 0980	Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Alteração da Meta	Apoiar projetos de melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas
Meta Original	Ampliar o acesso aos recursos para melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas
Alteração da Meta	Beneficiar 30.600 trabalhadoras rurais, através do apoio a projetos estratégicos de incremento à infraestrutura que atinjam, direta e positivamente, organizações de mulheres.
Meta Original	Garantir o acesso a políticas públicas de apoio à infraestrutura para 680 organizações de mulheres, beneficiando 10.200 trabalhadoras rurais.

Quadro: Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, objetivo 0980.

Fonte: PLANO MAIS BRASIL PPA 2012-2015, 2013, p. 69.

Plano Plurianual (PPA) 2012/2015	
Programa-2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária
Objetivo- 0981	Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Iniciativas (excluída)	Execução de mutirões itinerantes para a emissão gratuita de documentação civil básica, a realização de atendimentos previdenciários e serviços de apoio à formalização, bem como a execução de ações educativas, visando a assegurar às trabalhadoras rurais o pleno exercício dos seus direitos sociais, econômicos e sua cidadania.

Quadro: Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, objetivo 0981.

Fonte: PLANO MAIS BRASIL PPA 2012-2015 (Parte I), 2013, p. 69. (adaptado pela autora).

Plano Plurianual (PPA) 2012/2015			
Programa-2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária		
Objetivo- 0982	Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.		
Órgão Responsável	Ministério do Trabalho e Emprego		
Alteração da Meta	Atualizar o marco regulatório do cooperativismo		
Meta original	Aprovar o novo marco legal da economia solidária e do cooperativismo de trabalho		
Alteração da Meta	Disseminar e promover na sociedade brasileira os princípios da economia solidária, do comércio justo e do consumo consciente.		
Meta original	Realização de campanhas educativas para divulgação da economia solidária e promoção do consumo responsável e solidário		
Meta excluída	Implementar a inserção de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário		
Meta excluída	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	900,00	Unidade
	Região Nordeste	3.600,00	Unidade
	Região Norte	900,00	Unidade
	Região Sudeste	1.800,00	Unidade
	Região Sul	1.800,00	Unidade
Alteração da Meta	Institucionalizar a política nacional de economia solidária com o Sistema Nacional de Economia Solidária, o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e o Fundo Nacional		
Meta original	Criar e implantar o Sistema Nacional de Economia Solidária e fortalecer as instâncias de participação		
Iniciativas (excluída)	Aprovação do marco legal nacional da Política Pública e do Fundo Nacional de Economia Solidária		
Iniciativas (alteração)	Atualização e aperfeiçoamento do marco legal da economia solidária, do cooperativismo, das cooperativas de trabalho e do cooperativismo social.		
Título Original	Atualização e aperfeiçoamento do marco legal do cooperativismo, das cooperativas de trabalho e do cooperativismo social.		
Iniciativas (alteração)	Realização de campanhas educativas para divulgação da economia solidária e promoção do comércio justo e do consumo consciente		
Título Original	Disseminar na sociedade brasileira os princípios da economia solidária, do comércio justo e do consumo consciente.		
Iniciativas (alteração)	Fortalecimento da institucionalização da Política Nacional com a implantação de sistema de políticas públicas de economia solidária, sistema nacional de comércio justo e solidário, realização de conferência, apoio ao conselho nacional, manutenção do sistema de informações e apoio a espaços multifuncionais nos territórios com agentes de desenvolvimento solidário para a promoção de ações integradas de economia solidária.		
Título Original	Implantação de espaços multifuncionais nos territórios com agentes de desenvolvimento solidário para a promoção de ações integradas de apoio aos empreendimentos econômicos solidários		
Iniciativas (excluída)	Implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária, incluindo o funcionamento do Conselho Nacional e realização da		

	3ª Conferência Nacional de Economia Solidária.
Iniciativas (excluída)	Implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
Iniciativas (excluída)	Promoção de ações intersetoriais para o fortalecimento do cooperativismo social

Quadro: Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, objetivo 0982.

Fonte: PLANO MAIS BRASIL PPA 2012-2015, 2013, p. 69. (adaptado pela autora).

Plano Plurianual (PPA) 2012/2015			
Programa-2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária		
Objetivo- 0983	Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.		
Órgão Responsável	Ministério do Trabalho e Emprego		
Alteração da Meta	Certificar os produtos e serviços de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário		
Alteração da Meta	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	900, 00	Unidade
	Região Nordeste	3.600,00	Unidade
	Região Norte	900,00	Unidade
	Região Sudeste	1.800,00	Unidade
	Região Sul	1.800,00	Unidade
Meta original	Certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário		
Meta original	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	500,00	Unidade
	Região Nordeste	2.000, 00	Unidade
	Região Norte	500,00	Unidade
	Região Sudeste	1.000,00	Unidade
	Região Sul	1.000,00	Unidade
Meta excluída	Criar e fortalecer 200 redes de produção e comercialização		
Meta excluída	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	20,00	Unidade
	Região Nordeste	80,00	Unidade
	Região Norte	20,00	Unidade
	Região Sudeste	40, 00	Unidade
	Região Sul	40,00	Unidade
Alteração da Meta	Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 5 mil empreendimentos econômicos solidários e redes de produção e comercialização.		
Alteração da Meta	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	500,00	Unidade
	Região Nordeste	2.000,00	Unidade
	Região Norte	500,00	Unidade
	Região Sudeste	1.000,00	Unidade
	Região Sul	1.000,00	Unidade
Meta original	Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários.		
Meta original	Regionalização da Meta	Total	Unidade
	Região Centro-Oeste	150, 00	Unidade
	Região Nordeste	600,00	Unidade
	Região Norte	150,00	Unidade
	Região Sudeste	300,00	Unidade
	Região Sul	300,00	Unidade
Iniciativa excluída	Certificação de produtos e serviços com garantia de origem social e ambiental		
Iniciativa excluída	Desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais apropriadas à economia solidária		
Alteração da iniciativa	Implantação e consolidação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários e apoio ao Cooperativismo de Crédito Solidário com adequação das políticas de crédito às exigências e características dos empreendimentos econômicos solidários.		
Título Original	Implantação e consolidação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários e apoio ao Cooperativismo de Crédito Solidário.		
Alteração da iniciativa	Fomento e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação de produção, comercialização, finanças solidárias e consumo com formação, incubação, assessoramento técnico, desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais e apoio à infraestrutura.		
Título Original	Incubação, fomento, assessoramento técnico e apoio a empreendimentos econômicos solidários e suas redes e cadeia de produção, comercialização e consumo.		

Alteração excluída	Promoção da adequação das políticas de crédito às exigências e características dos empreendimentos econômicos solidários
Alteração excluída	Promoção do acesso às compras governamentais para produtos e serviços da economia solidária
Alteração da iniciativa	Promoção da comercialização de produtos e serviços da economia solidária por meio do acesso às compras governamentais, do fortalecimento de feiras, espaços fixos e bases de serviço de apoio à comercialização e da certificação de produtos e serviços com garantia de origem social e ambiental.
Título Original	Promoção e fortalecimento de feiras, espaços fixos e bases de serviço para comercialização de produtos e serviços da economia solidária.

Quadro: Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, objetivo 0983.

Fonte: PLANO MAIS BRASIL PPA 2012-2015, 2013, p. 69/70. (adaptado pela autora).

Programação Orçamentária do MDA: Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.			
Esfera	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013 (mil R\$)	Valor 2014-2015 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	9.110.268	7.163.617	15.308.829
Despesas Correntes	470.657	556.927	1.190.168
Despesas de Capital	8.639.611	6.606.690	14.118.661
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	0	0	0
Outras Fontes	1.281.830	1.410.450	3.258.550
Valores Globais	10.392.098	8.574.067	18.567.379
		37.533.544	

Quadro: Valor Global dos Programas Temáticos e dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do PPA 2012-2015 (Programa “Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária”).

Fonte: PLANO MAIS BRASIL PPA 2012-2015 (Parte II), 2013, p. 186. (adaptado pela autora).

ANEXO 2

Critérios de análise das propostas a serem apoiadas pelo PROINF

Critérios de análise das propostas	Peso	Nota (0 a 5)	Pontos
Integração de políticas públicas: A proposta apresenta estratégias de integração com políticas públicas de financiamento e comercialização.	2	5	10
Assessoramento técnico: a proponente é assessorada por Bases de Serviços ou ATER Mais Gestão.	2	5	10
Articulação: A proposta articula e integra empreendimentos econômicos da agricultura familiar no território.	2	5	10
Parcerias: A proposta conta com parcerias para o seu desenvolvimento.	2	4	8
Experiência com os temas do objeto e metas associadas: A entidade apresenta experiência comprovada na realização de atividades de inclusão produtiva e/ou na implementação de políticas públicas para agricultura familiar.	1	5	5
Metas: A proposta apresenta ações que contribuam para reduzir as desigualdades de gênero, geração, raça e etnia.	3	5	15
Anuência do Comitê Territorial: A elaboração e execução da proposta contam com a participação dos Comitês Territoriais de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais.	1,5	4	6
Continuidade: A proposta apresenta estratégias de continuidade/sustentabilidade após a conclusão do projeto.	1,5	2	3
Agroecologia: A proposta prevê a utilização de metodologias, práticas e abordagens agroecológicas.	3	5	15
Monitoramento e Avaliação: A proposta contempla estratégias/instrumentos de monitoramento e avaliação a serem realizados em conjunto com o público beneficiário.	1,5	3	4,5
Convivência com o Semiárido: A proposta contempla ações de infraestrutura produtiva para convivência com o semiárido (No caso específico de projetos para esse bioma).	3	3	9
Apoio aos assentamentos de reforma agrária: A proposta apresenta ações de infraestrutura produtiva para o público da reforma agrária.	1,5	3	4,5
Pontuação total obtida pela proposta			100

Quadro: Critérios de análise das propostas a serem apoiadas pelo Proinf 2013.

Fonte: MDA/SDT/DIP: Chamamento Público SDT/DIP01/2013.

ANEXO 3

Tipos de Projetos e Itens Financiáveis pelo PROI

Área temática	Tipos de propostas	Descrição	Itens financiáveis
Estruturação Produtiva	Viveiros ou bancos de sementes	Produção de sementes e/ou mudas de espécies nativas, frutíferas, hortaliças, flores, florestais.	Obras, equipamentos, ferramentas, veículos.
	Centrais de Logística	Estruturas públicas de apoio ao transporte, armazenamento, refrigeração, dentre outros.	Obras, equipamentos, ferramentas, veículos.
	Centrais de Produção Coletiva	Implementação de estruturas para a realização de trabalhos coletivos como marcenarias, artesanato, etc.	Obras, equipamentos, ferramentas, veículos.
	Patrulha de Máquinas	Máquinas e equipamentos para apoiar a produção da agricultura familiar; só para consórcios públicos.	Máquinas e implementos agrícolas.
	Escoamento da produção	Passagens molhadas, pontes de madeira, limpeza de igarapés, dentre outros.	Obras e equipamentos.
Beneficiamento	Centrais de Beneficiamento Coletivas	Implementação de estruturas para o beneficiamento coletivo de produtos.	Obras, equipamentos, veículos.
	Processamento Mínimo	Unidades de processamento mínimo (recepção, assepsia, classificação, etc.) de produtos agropecuários para posterior venda a mercados institucionais e convencionais.	Obras, equipamentos, ferramentas e veículos.
	Abatedouros	Reforma e melhoria de abatedouros públicos.	Obras, equipamentos, veículos.
Comercialização	Feiras e Mercados Públicos	Implementação ou melhoria de feiras permanentes e temporárias ou de mercados públicos onde os agricultores familiares comercializam sua produção diretamente.	Obras, equipamentos, veículos.
	Mercado Institucional	Estruturas físicas para dinamizar a comercialização para o mercado institucional e para equipar escolas públicas para que essas disponham de condições de receber e armazenar produtos da agricultura familiar relacionados ao PNAE.	Obras, equipamentos, veículos; para escolas: máquinas e equipamentos (geladeiras, processadores, freezer, dentre outros).
Infraestrutura Social	Projetos educacionais, culturais ou sociais.	Implantação ou melhoria de espaços físicos com finalidade educacionais, culturais ou sociais.	Obras, equipamentos (equipamentos audiovisuais, computadores, eletrodomésticos, mobiliário, etc); centros de inclusão digital.
Estruturação de serviços de apoio	Estruturação de Serviços de Ater	Estruturação das unidades municipais ou de consórcios públicos.	Obras, equipamentos, veículos.
	Estruturação de Serviços de Inspeção Sanitária e SUASA	Estruturação das unidades municipais ou de consórcios públicos.	Obras, equipamentos, veículos.
	Estruturação de Serviços de Apoio a Comercialização	Bases de Serviços Públicos	Obras, equipamentos, veículos.
Segurança hídrica	Tecnologias de captação e armazenamento de água	Estruturação de tecnologias comunitárias através de pequenas obras de captação e armazenamento de água.	Obras e equipamentos.

Quadro: Tipos de Projetos e Itens Financiáveis pelo Proinf.

Fonte: MDA/SDT: MANUAL OPERACIONAL DO PROINF 2012.

ANEXO 4

Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2008)

Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/ Orçamento		Total	%
							(R\$)	%		
1-Projetos das Unidades da Embrapa com foco nos Territórios Rurais / 2008.	(Embrapa/mapa)	Projetos Implementados	Associação, Cooperativas, Escolas Rurais, Sindicatos de trabalhadores rurais, Conselhos territoriais.	3	57.333,33	0,00	57.333,33	100	3	100
2-Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais de Assentamento - INCRA e Comunidades Rurais /2007.	(FUNASA/Min. Da Saúde).	Comunidade Beneficiada	Comunidades e Assentamentos rurais	4	3.050.000,00	0,00	190.000,00	6,23	1	25
3-Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Indígenas/2007	(FUNASA/Min..Da Saúde)	Aldeia Beneficiada	Comunidades Indígenas	1	17.056,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4-Saneamento nas Escolas / 2007	Funasa/MS	Município Atendido	Municípios rurais.	2	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Capacitação em Educação Ambiental de Povos Indígenas / 2008	Fundação Nacional do Índio (Min. da Justiça)	Capacitação de Povos Indígenas em Educação Ambiental	Povos indígenas	30	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6-Construção e Reestruturação de Casas de Culturas Indígenas / 2008	Fundação Nacional do Índio (Min. da Justiça)	Casa de Cultura indígena	Populações indígenas	1	20.000,00	0,00	8.000,00	40	1	100
7-Diagnóstico Ambiental em Terras Indígenas / 2008	(Fundação Nacional do Índio (Min. da Justiça)	Diagnósticos Ambientais para a Gestão em Territórios Indígenas	Indígenas	3	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Identificação, Regularização e Demarcação de Terras Indígenas / 2008	(Fundação Nacional do Índio (Min. da Justiça)	Terras Indígenas	Indígenas de todas as regiões	2	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9-Assistência Técnica e Capacitação de Assentados / 2008	(INCRA (Min. do Desenvolvimento Agrário)	Famílias Assentadas Assistidas	Assentados de Reforma Agrária	2.192	876.905,10	868.021,46/ 98,99%	0,00	0,00	0,00	0,00
10-Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária / 2008	(INCRA (Min. do Desenvolvimento Agrário)	Profissionais Capacitados	Assentados da Reforma Agrária	50	235.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11-Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas (Apoio Inicial) / 2008	(INCRA (Min. do Desenvolvimento Agrário)	Famílias Atendidas	Assentados de Reforma Agrária	21	49.605,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12-Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas (Aquisição de Materiais de Construção) /2008	(INCRA (Min. do Desenvolvimento Agrário)	Famílias Atendidas	Assentados de Reforma Agrária	67	466.341,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13-Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas (Semi-Árido) / 2008	(INCRA/MDA)	Famílias Atendidas	Assentados de Reforma Agrária	24	36.434,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14-Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento / 2008	INCRA/Desenvolvimento Agrário)	Famílias Atendidas	Assentados de Reforma Agrária	112	61.862,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(Continuação) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2008)

Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/Orçamento		Total	%
							(R\$)	%		
15-Implantação e Recuperação de Infra-estrutura de Projetos de Assentamento / 2008	INCRA (Min. do Desenvolvimento Agrário)	Famílias Assentadas	Assentados de Reforma Agrária	91	319.533,92	236.737,80 74%	14.788,00	4,63	201	220,88
16-Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária / 2008	INCRA (Min. do Desenvolvimento Agrário)	Licenças Ambientais protocoladas	Assentados de Reforma Agrária	11	172.447,55	98.902,53 57,35%	24.980,40	14,49	2	18,3
17-Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária / 2008	INCRA (Min. do Desenvolvimento Agrário)	Unidades Familiares de Produção	Assentados de Reforma Agrária	199	198.538,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18-Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais / 2008	INCRA (Min. do Desenvolvimento Agrário)	Famílias Assentadas	Público da Reforma Agrária	91	1.522.427,89	0,00	1.522.427,89	100	884 Ha	100
19-Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos / 2008	INCRA (Min. do Desenvolvimento Agrário)	Licenças Ambientais protocoladas	Quilombolas	11	86.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20- Terra Sol	INCRA (Min. do Desenvolvimento Agrário)	Famílias Assentadas Beneficiadas	Família Atendida	283	113.273,94	101.367,90 89,49 %	30.473,16	26,9 %	92	32,51 %
21-Instalação de Bibliotecas Públicas / 2008	Min. da Cultura (MinC)	Unidades Familiares de Produção	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas, Indígenas, Pescadores	199/4	198.538,21	0,00	240.000,00	100	4	100
22-Brasil Alfabetizado / 2007	Min. da Educação (MEC)	Famílias Assentadas	Jovens, adultos e idosos	9.570	506.920,00	0,00	647.040,00	127,64	?	47
23-ProInfo Rural e Urbano / 2008	Min. da Educação (MEC)	Unidades Familiares de Produção	Alunos, professores, escolas rurais e urbanas	61	758.500,00	0,00	515.316,52	67,94	91	77
24-ProInfância / 2007	Min. da Educação (MEC)	Licenças Ambientais protocoladas	Educação infantil (creches e pré-escolas)	1	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25-Salas de Recursos Multifuncionais / 2007	Min. da Educação (MEC)	Famílias Assentadas	atendimento educacional especializado	4	35.000,00	0,00	21.323,52	59,38	4	100
26-FNHIS 2007/Habitação de Interesse Social / 2007	Min. das Cidades	Famílias Atendidas	Famílias Atendidas	121	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27-FNHIS 2007/Planos Habitacionais de Interesse Social / 2007	Min. das Cidades	Planos realizados	Planos realizados	1	446.540,00	0,00	123.223,00	27,6	0,00	0,00
28-FNHIS 2007/Urbanização de Assentamentos Precários / 2007	Min. Das Cidades	Famílias Atendidas	Famílias Atendidas	288	3.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29-FNHIS 2008/Habitação de Interesse Social / 2008	Min. Das Cidades	Famílias Atendidas	Famílias Atendidas	236	3.919.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30-Resolução 460 / 2007	Min. Das Cidades	Famílias Atendidas	Famílias Atendidas	100	699.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31-Programa Luz Para Todos / 2008	Min. de Minas e Energia (MME)	Ligações de Energia	Ligações de Energia	758	5.938.930,00	0,00	3.549.165,00	59,76	597	78,76

(Continuação) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2008)

Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/orçamento		Total	%
							(R\$)	%		
32-ATER/Agricultores Familiares	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Agricultores Familiares Assistidos	Agricultores familiares assistidos	3333	977.759,64	618.019,00 63,21 %	0,00	0,00	3.000	90,01
33-Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos / 2008	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Empreendimentos Apoiados	Empreendimentos Apoiados	2	260.166,00	260.166,0010 0 %	0,00	0,00	0,00	0,00
34-Apoio à Gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) / 2008	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Membros do Colegiado e das suas Instâncias Deliberativas Capacitados	Membros do Colegiado Territorial...	50	151.000,00	151.000,00 100 %	151.000,00	100	50	100
35-Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas / 2008	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Famílias Assistidas	Famílias Acampadas	299	33.489,50	12.607,90 37,65 %	10.918,87	32,6	299	100
36-Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em Áreas Indígenas / 2008	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Indígenas Atendidos	Indígenas	13.929	299.812,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37-Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais / 2008	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Projetos Apoiados	Agricultores familiares, assentados, indígenas, pescadores artesanais...	1	274.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38- Crédito Pronaf	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Contratos Firmados	Contratação dos financiamentos	4383	10.512.512,00	0,00	4.062.051,00	38,64	1.724	39,33 %
39-Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Planos (PTDRS) Elaborados, Revisados e/ou Qualificados	Planos (PTDRS) Elaborados, Revisados e/ou Qualificados	1	81.263,00	81.263,00 100 %	81.263,00	100	1	100
40-Formação de Agentes de Desenvolvimento - Formação Complementar / 2008	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Agentes de Desenvolvimento Capacitados	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais...	40	20.000,00	20.000,00 100%	20.000,00	100	?	2%
41-Formação de Agentes de Desenvolvimento - Formação Específica / 2008	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Agentes Capacitados	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais...	40	20.000,00	20.000,00 100%	20.000,00	100	?	2%
42-Formação em Cooperativismo e Comercialização / 2008	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Pessoas Capacitadas	Membros do Colegiado Territorial, representantes dos Governos Municipais, Estadual e Federal e de segmentos da sociedade civil.	35	25.300,00	25.300,00 100%	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais / 2008	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Projetos Apoiados	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas...	3	1.152.000,00	1.257.611,00 109,17%	0,00	0,00	0,00	0,00
44-Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais / 2008	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Projetos Apoiados	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas..	1	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(Continuação) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2008)

Ações territorializadoras	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/Orçamento		Total	%
45-Programa Arca das Letras / 2008	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Bibliotecas Implantadas	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas...	10	5.882,37	5.882,37 100%	5.882,37	100	4	40%
46-Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) / 2008	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Mutirões	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas...	19	298.303,42	200.764,04 67,3%	200.764,04	67,3	16	84,41
47- Programa de Aquisição de Alimentos - PAA / 2008	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Toneladas de Alimentos Adquiridos	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas...	1.563	878.572,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48-Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar / 2008	Min. do Desenvolvimento Social (MDS)	Toneladas de Alimentos Adquiridos	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas...	679	488.768,48	0,00	542.500,00	110,99	659	97,05
49-Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho / 2008	Min. do Desenvolvimento Social (MDS)	Crianças e Adolescentes Atendidos	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas...	5.565	1.335.600,00	0,00	1.335.600,00	101,79	5.322	95,63
54-Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada / 2008	Min. do Desenvolvimento Social (MDS)	Municípios	Municípios cadastrados	19	1.541.640,00	0,00	1.000.755,30	64,91	19	100
55-Programa de Atenção Integral à Família / 2008	Min. do Desenvolvimento Social (MDS)	Famílias Referenciadas	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza,	84.000	1.814.400,00	0,00	1.845.900,00	101,74	86.500	102,98
56-Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para a Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES / 2008	Min. do Trabalho e Emprego (MTE)	Empreendimentos Cadastrados	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais, Povos e Comunidades Tradicionais	66	6.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57-Formação de Formadores de Educação e Gestores Públicos em Economia Solidária / 2008	Min. do Trabalho e Emprego (MTE)	Pessoas Formadas	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais, Povos e Comunidades Tradicionais	18	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58-Qualificação Social e Profissional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda em Base Territorial (PlanTeQ's) / 2008	Min. do Trabalho e Emprego (MTE)	Pessoas Capacitadas	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais, Povos e Comunidades Tradicionais	217	123.518,30	0,00	123.518,30	100	217	100

(Conclusão) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2008)										
Ações territorializas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/Orçamento		Total	%
							(R\$)	%		
59-Qualificação e Assistência Técnica ao Jovem para o Empreendedorismo / 2008	Min. do Trabalho e Emprego (MTE)	Jovens Capacitados	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais, Povos e Comunidades Tradicionais	690	569.250,00	0,00	569.250,00	100	690	100
60-Sistemas de Produção Sustentável / 2008	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	Pessoas Capacitadas	Produtores rurais, quilombolas, assentados de reforma agrária e indígenas.	200	30.000,00	0,00	906	101,57	200	100
61-Ampliar a cobertura do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à população dos Territórios da Cidadania / 2008	Ministério da Saúde (MS)	Agentes Comunitários de Saúde Mantidos	População dos municípios dos Territórios da Cidadania, prioritariamente agricultores familiares...	892	5.690.927,46	0,00	7.874.874,00	138,38	906	101,57
62- Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil	Ministério da Saúde (MS)	Farmácias Populares Implantadas e Drogarias Cadastradas	Farmácias Populares Implantadas e Drogarias Cadastradas	9	492.000,00	0,00	1.162.963,32	236,37	9	100
63- Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	Ministério da Saúde (MS)	Equipes de Saúde da Família Implantadas	Equipes de Saúde da Família Implantadas	148	14.452.473,60	0,00	16.587.000,00	114,77	153	103,38
64-Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica / 2008	Ministério da Saúde (MS)	Equipes Implantadas	População dos municípios que compõem o Território da Cidadania, prioritariamente agricultores familiares...	124	3.058.800,00	0,00	4.672.125,00	152,74	135	108,87
65- Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia	Ministério da Saúde (MS)	Centros Implantados	Centros Implantados	3	340.400,00	0,00	220.000,00	64,63	3	100
66-Terminal Pesqueiro Público de Cabedelo / 2008	Sec. Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP)	Terminal implantado	Não declarado	1	3.500.000,00	0,00	11.344.474,	70324,13	1	100%
OBS: Todos os dados aqui apresentados foram extraídos da Matriz de Ações e do Relatório de Execução do site do Território da Cidadania- PTC. As ações territorializadas são aquelas programadas para serem executadas, o que quer dizer que podem ou não serem executadas. (Elaboração Própria).										

ANEXO 5

Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2009)

Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/Orçamento		Total	%
							(R\$)	%		
1.Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social	Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Ações Implementadas	Agricultores Familiares, Assentados da Reforma Agrária, Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Extrativistas, Ribeirinhos, Povos Indígenas, entre outros.	3	40.723,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.Edital das Culturas Populares	MinCidades	Projetos Apoiados	Projetos Apoiados	1	10.000,00	10.000,00 100 %	10.000,00	100	1	100
3.Brasil Alfabetizado	Min. da Educação - MEC	Alfabetizando	Jovens e adultos	27313	1.751.700,00	772.830,00 44.12%	772.830,00	44.12	20.156	73.8
4.Construção de Escolas em Comunidades Indígenas	Min. da Educação - MEC	Escolas Construídas e Equipadas	Indígenas	7	1.190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.Construção de Escolas no Campo	Min. da Educação - MEC	Escolas Construídas e Equipadas	Estudantes	5	3.450.000,00	463.629,23 13.44 %	0,00	0,00	0,00	0,00
6.Escola Ativa	Min. da Educação - MEC	Escolas Atendidas	Professores e alunos	10	350.000,00	969.255,00 276.93%	969.255,00	276.93	0,00	0,00
7.Expansão das Escolas Técnicas	Min. da Educação - MEC	Vagas Criadas	Estudantes	300	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8.ProInfo Rural e Urbano	Min. da Educação - MEC	Escolas Equipadas	Estudantes	148	1.231.500,00	770.412,54 62.56%	770.412,54	62.56	66	44.59
9.ProJovem - Saberes da Terra	Min. da Educação - MEC	Jovens educandos atendidos	Jovens agricultores(as) familiares na faixa etária de 18 a 29 anos	141	380.700,00	252.000,00 66.19%	75.600,00	19.86	150	106.38
10.Programa Dinheiro Direto na Escola	Min. da Educação - MEC	Escolas Apoiadas	Alunos, professores e profissionais da educação	289	810.894,31	727.497,31 89.72 %	727.497,31	89.72	257	91.13
11. Salas de Recursos Multifuncionais / 2008	Min. da Educação - MEC	Salas Equipadas	Estudantes	45	285.977,25	338.011,68 118.2 %	0,00	0,00	0,00	0,00
12. Caminho da Escola	Min. da Educação - MEC	Ônibus Adquiridos	Municípios Atendidos	13	2.527.321,50	2.527.321,50 100 %	1.004.850,00	39.76 %	13	100
13. Cresce Nordeste	Ministério da Fazenda-MF	Operações Contratadas	Empreendedores nos setores de indústria, comércio, serviços, cultura, turismo, grãos, apicultura, bovinocultura, Insumos matéria-prima, ovinocaprinocultura.	119	11.951.776,74	19.399.599,60 162,32%	19.399.599,60	162,32	169	142.02

(Continuação) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2009)										
Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/Orçamento		Total	%
							(R\$)	%		
14. Nordeste Territorial / 2008	Ministério da Fazenda-MF	Operações de Crédito	Empreendedores das diversas cadeias produtivas selecionadas nos territórios.	16	757.733,56	11.682.185,85 1541,73%	11.682.185,85	1541,73	35	218.75
15. Programa BNB Cultura	Ministério da Fazenda-MF	Projetos Contratados	A sociedade em geral, especialmente artistas, secretarias de governo, universidades, fundações, associações, escolas, organizações não governamentais etc.	4	54.331,51	45.891,34 84,47%	45.891,34	84,47	3	75
16. Apoio a Estudantes Indígenas Fora da Aldeia	Min. da Justiça - MJ	Estudantes Apoiados	Povos Indígenas	30	37.971,33	37.971,33	37.971,33	100	30	100
17. Demarcação de Terras Indígenas	Min. da Justiça - MJ	Terras Indígenas Demarcadas	Povos Indígenas	3	300.000,00	300.000,00 100%	300.000,00	100	3	100
18. Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas	Min. da Justiça - MJ	Índios Atendidos com Projetos de Etnodesenvolvimento e Produtos Certificados	Projetos em Desenvolvimento	8380	261.246,10	471.944,05 180.65 %	471.944,05	180.65	8.430	100.6
19. Regularização de Terras Indígenas	Min. da Justiça - MJ	Terras Indígenas Regularizadas	Povos Indígenas	1	1.161.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20. Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania	Min. da Saúde - MS	Doses aplicadas	Doses aplicadas	2130578	4.934.438,39	4.934.440,40 100 %	4.934.440,40	100	288.799	13.55
21. Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania	Min. da Saúde - MS	Agentes Comunitários de Saúde Mantidos	Agentes Comunitários de Saúde mantidos	966	7.769.538,00	6.675.998,00 85.93 %	6.675.998,00	85.93	894	92.55
22. Ampliação do Acesso da População Brasileira à Atenção Básica por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF	Min. da Saúde - MS	Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF implantado	Farmácias Populares Implantadas e Drogarias Cadastradas	11	1.600.000,00	1.600.000,00 100 %	1.600.000,00	100	11	100
23. Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil	Min. da Saúde - MS	Farmácias Populares Implantadas e Mantidas	População dos Territórios da Cidadania	3	290.000,00	220.000,00 75.86 %	220.000,00	75.86	2	66.67
24. Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania aos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192	Min. da Saúde - MS	Municípios Atendidos	População dos Territórios da Cidadania	2	0,00	0,00	0,00	- %	2	100
25. Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS	Min. da Saúde - MS	Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Implantados	População dos Territórios da Cidadania	4	0,00	14.000,00	14.000,00	-%	6	150

(Continuação) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2009)										
Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/Orçamento (R\$)	%	Total	%
26. Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	Min. da Saúde - MS	Equipes de Saúde da Família Implantadas	População dos Territórios da Cidadania	154	14.420.000,00	13.060.800,00 90.57 %	13.060.800,00	90.57	153	99.35
27. Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica	Min. da Saúde - MS	Equipes Implantadas	População dos Territórios da Cidadania	138	4.111.800,00	3.720.900,00 90.49 %	3.720.900,00	90.49	139	100.72
28. Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia	Min. da Saúde - MS	Centros Implantados	População dos Territórios da Cidadania	4	343.200,00	330.000,00 96.15 %	330.000,00	96.15	3	75
29. Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	Min. da Saúde - MS	Contratos/Convênios Executados	Contratos/Convênios Executados	1	500.000	200.000,00 40 %	0,00	0,00	0,00	0,00
30. Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) /2008	Min. da Saúde - MS	Contratos/Convênios Executados	Contratos/Convênios Executados	7	4.937.713,30	2.490.000,00 50.43 %	210.000,00	4.25	1	14
31. Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Min. da Saúde - MS	Contratos/Convênios Executados	Contratos/Convênios Executados	3	16.500.000,00	9.900.000,00 60 %	0,00	0,00	0,00	0,00
32. Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais - Assentamentos e Comunidades Rurais / 2007 e 2008	Min. da Saúde - MS	Contrato/Convênio Executado	Aldeias Beneficiadas	4	3.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33. Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Indígenas / 2007 e 2008	MS Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	Contrato/Convênio Executado	Aldeias Beneficiadas	25	2.364.839,86	2.347.782,96 99.28 %	0,00	0,00	12	48
34. Saneamento nas Escolas / 2007 e 2008	Min. da Saúde - MS	Contratos/Convênios Executados	Em contratação/ Contratado/ Obra não iniciada	2	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35 FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações 2007 e 2008) / 2007 e 2008	MCid Secretaria Nacional de Habitação - SNH	% de Obra concluída	% de Obra concluída	100	5.694.000,00	283.186,61 4.97 %	0,00	0,00	0,00	0,00
36. FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações 2007 e 2008) / 2007 e 2008	MCid Secretaria Nacional de Habitação -	Planos Realizados	Planos Locais de Habitação de Interesse Social	12	460.000,00	332.857,00 72.36 %	71.915,37	15.63	0,00	0,00

(Continuação) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2009)										
Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
						Empenhado (R\$)	Pago/Orçamento			
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)		(R\$)	%	Total	%
37. FNHIS - Urbanização de Assentamentos Precários (contratações de 2007 e 2008) / 2007 e 2008	MCid Secretaria Nacional de Habitação - SNH	% de Obra concluída	% de Obra concluída	100	3.750.000,00	2.205.400,68 58.81 %			103.761,90	2.77
38. Capacitação de Multiplicadores	MC Secretaria de Telecomunicações - STE	Agentes Capacitados	Agentes Capacitados	57	28.290,34	28.290,34 100 %	28.290,34	100	57	100
39. Implantação de Telecentros para Acesso a Serviços Públicos	MC Secretaria de Telecomunicações - STE	Telecentros Implantados	Telecentros Implantados	14	308.159,49	308.159,49 100 %	308.159,49	100	14	100
40. Operação do Sistema de Acesso Banda Larga	MC Secretaria de Telecomunicações - STE	Pontos de Presença GESAC (antena)	Pontos de Presença GESAC (antena)	18	81.846,36	81.846,36 100 %	81.846,36	100	18	100
41. Programa Luz Para Todos	Min. de Minas e Energia (MME)	Ligações de Energia	Agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, povos e comunidades tradicionais sem acesso à energia elétrica em suas casas	338	2.005.483,77	2.222.210,00 110.81 %	2.222.210,00	110.81	359	106.21
42. ATER/Agricultores Familiares	Min. Do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Agricultores Familiares Assistidos	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais, Povos e Comunidades Tradicionais	3.410	999.130,00	2.183.639,01 218.55 %	2.183.639,01	218.55	16.989	498.21
43. Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios	Min. Do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Membros dos Colegiados e de suas Instâncias Deliberativas e Consultivas Capacitados	Membros dos Colegiados e de suas Instâncias Deliberativas e Consultivas Capacitados	50	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44. Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	Min. Do Desenvolvimento Agrário (MDA)/INCRA	Famílias Assistidas	Famílias Assistidas	115	12.881,15	0,00	0,00	0,00	235	204.35
45. Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	MDA INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária	Famílias Assentadas Assistidas	Famílias Assentadas Assistidas	4415	405.198,00	895.457,45 220.99 %	807.833,85	199.37	1.793	40.61
46. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Projetos Apoiados	Agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, povos e comunidades tradicionais	1	20.833,34	20.833,34 100 %	0,00	0,00	1	100
47. Biodiesel	MDA Secretaria da Agricultura Familiar - SAF	Famílias Atendidas	Famílias Atendidas	500	130.890,00	0,00	0,00	0,00	500	100

(Continuação) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2009)										
Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
						Empenhado (R\$)	Pago/Orçamento		Total	%
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)		(R\$)	%		
48. Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)/INCRA	Profissionais Capacitados	Assentados e Assentadas da Reforma Agrária	35	168.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49. Capacitação e Formação em Políticas Públicas para Mulheres Rurais	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Mulheres Atendidas em Ações de Capacitação e Formação	Mulheres rurais: agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, extrativistas, quilombolas, indígenas, Pescadoras, comunidades tradicionais	343	79.550,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50. Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)/INCRA	Profissionais Capacitados	Profissionais Atendidos	5	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51. Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)/INCRA	Famílias Atendidas	Famílias Atendidas	42	134.400,00	930.800,00 692.56%	930.800,00	692.56	0,00	0,00
52. Crédito Pronaf	Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Contratos Firmados	Agricultores Familiares, Assentados, Quilombolas, Indígenas, Pescadores Artesanais, Povos e Comunidades Tradicionais	2066	4.814.857,31	5.912.326,00 122.79 %	5.912.326,00	122.79	1.537	74.39
53. Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	MDA Secretaria da Agricultura Familiar - SAF	Famílias Assistidas	Famílias Assistidas	605	41.563,50	41.563,50 100 %	41.563,50	100	605	100
54. Implantação e Recuperação de Infra-estrutura de Projetos de Assentamento	MDA INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária	Famílias Assentadas Atendidas	Famílias Assentadas Atendidas	409	260.000,00	197.467,98 75.95 %	0,00	0,00	0,00	0,00
55. Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais	MDA Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT	Territórios Apoiados	Territórios Apoiados	1	1.200.000,00	358.266,00 29.86 %	0,00	0,00	0,00	0,00
56. Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	MDA INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária	Licenças Ambientais Protocoladas	Licenças Ambientais Protocoladas	3	5.325,54	185,18 3.48 %	185,18	3.48	1	33,33
57. Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais	MDA INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária	Hectares (ha) de Áreas Obtidas	Hectares (ha) de Áreas Obtidas	120	366.911,89	366.911,89 100 %	366.911,89	100	120	100
58. Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais	MDA Assessoria Especial - Programa de Promoção de Igualdade, Raça e Etnia - AEGRE	Projetos Apoiados	Contratação da execução/ Comunidades assistidas	1	54.587,65	54.587,65 100 %	0,00	0,00	1	100

(Continuação) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2009)										
Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/Orçamento		Total	%
							(R\$)	%		
59. Programa Arca das Letras	MDA Secretaria de Reordenamento Agrário - SRA	Bibliotecas Implantadas	Bibliotecas Implantadas	5	2.800,00	2.800,00 100 %	2.800,00	100	5	100
60. Programa Nacional de Crédito Fundiário	MDA Secretaria de Reordenamento Agrário - SRA	Famílias Beneficiadas	Famílias Atendidas	26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61. Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	MDA MDA/Incrá, MTE, MJ, CEF, SEDH, SEPPIR, SEAP, BNB, MDS, INSS e SPM	Mutirões	Mutirões realizados	0	76.000,00	19.480,00 25.63 %	19.480,00	25.63	0,00	0,00
62. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	MDA Secretaria da Agricultura Familiar - SAF	Toneladas de Alimentos Adquiridos	Toneladas de Alimentos Adquiridos	149	252.534,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63. Terra Sol	MDA INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária	Famílias Assentadas Beneficiadas	Famílias Atendidas	82	23.345,00	23.345,00 100 %	0,00	0,00	0,00	0,00
64. Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	Min. do Desenvolvimento Social (MDS)	Pessoas Idosas Atendidas	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	3.323	18.365.955,16	19.133.820,47 104.18 %	19.133.820,47	104.18	3.603	108.43
65. Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	Min. do Desenvolvimento Social (MDS)	Pessoas com Deficiência Atendidas	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	5049	27.905.419,08	29.294.789,06 104.98 %	29.294.789,06	104.98	5.704	112.97
66. Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	Min. do Desenvolvimento Social (MDS)	Pessoas atendidas	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandono, dentre outros.	250	248.016,00	248.016,00 100 %	248.016,00	100	220	88
67. PAA Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	Min. do Desenvolvimento Social (MDS)	Toneladas de Alimentos Adquiridos	Agricultores Familiares e Entidades Socioassistenciais	446	488.768,48	231.538,24 47.37 %	231.538,24	47.37	267	59.87

(Continuação) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2009)										
Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/Orçamento		Total	%
							(R\$)	%		
68. Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	Min. do Desenvolvimento Social (MDS)	Famílias Atendidas	Famílias em situação de pobreza com renda per capita mensal de R\$ 60,00 a 120,00 e extrema pobreza com renda per capita mensal de até R\$ R\$ 60,00.	49568	54.141.187,19	57.547.590,00 106.29 %	57.547.590,00	106.29	53.446	107.82
69. Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada	Min. do Desenvolvimento Social (MDS)	Municípios	Municípios que aderiram ao Programa Bolsa Família.	6	636.960,57	1.012.414,86 158.94 %	1.012.414,86	158.94	19	316.67
70. Alimentos – PAA Leite /	Min. do Desenvolvimento Social (MDS)	Litros	insegurança alimentar e produtores familiares	3529550	3.388.368,00	3.196.517,92 94.34%	3.196.517,92	94.34	3.529.550	100
71. Programa de Atenção Integral à Família	Min. do Desenvolvimento Social (MDS)	Famílias Referenciadas	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).	86.500	1.868.400,00	1.868.400,00 100 %	1.868.400,00	100	86.500	100
72. Serviço Socioeducativo do PETI	Min. do Desenvolvimento Social (MDS)	Crianças e Adolescentes Atendidos	Crianças e adolescentes de até 16 anos incompletos em situação de trabalho, bem como suas famílias.	5322	1.614.000,00	1.634.000,00 101.24 %	1.634.000,00	101.24	5.519	103.7
73. Atlas Nordeste - Abastecimento Urbano de Água	Min. do Meio Ambiente - MMA	Estudo/Relatório	Sociedade em geral; Colegiados Territoriais; Gestores públicos municipais, estaduais e federais.	19	48.260,00	48.260,00 100 %	48.260,00	100	19	100
74. Curso de Capacitação em Manejo Florestal e Agrofloresta para Agentes de ATES/ATER	Min. do Meio Ambiente - MMA	Agentes Capacitados	Agentes de ATER/ATES	33	75.011,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(Conclusão) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2009)

Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/Orçamento		Total	%
							(R\$)	%		
75. Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES	MTE Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES	Empreendimentos Cadastrados no SIES	Empreendimentos Cadastrados no SIES	67	6.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76. Fomento a Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários	MTE Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES	Projetos Apoiados	Empreendimentos Apoiados	1	98.522,00	98.522,00 100 %	98.522,00	100	1	100
77. Formação de Formadore(a)s, Educadore(a)s e Gestore(a)s Público(a)s para Atuação em Economia Solidária /	MTE Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES	Formadores e Educadores Capacitados	Pessoas Formadas	10	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS: Todos os dados aqui apresentados foram extraídos da Matriz de Ações e do Relatório de Execução do site do Território da Cidadania- PTC. As ações territorializadas são aquelas programadas para serem executadas, o que quer dizer que podem ou não serem executadas. (Elaboração Própria).

ANEXO 6

Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2010)

Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/ Orçamento		Total	%
1-Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social	MAPA. (Embrapa)	Ações Implementadas	Agricultores Familiares, Assentados da Reforma Agrária, Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Extrativistas, Ribeirinhos, Povos Indígenas...	1	11.902,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Brasil Alfabetizado	(MEC)	Alfabetizando	Jovem ou adulto matriculado em programa de alfabetização	22332	1.027.250,00	1.027.250,00 100 %	1.027.250,00	100	22.332	100
3-Escola Ativa	(MEC)	Escolas Atendidas	Distribuição de material pedagógico nas Secretarias Municipais de Educação; Formação de Técnicos pelas Universidades.	126	70.801,92	70.801,90 100 %	70.801,90	100	126	100
4-Expansão das Escolas Técnicas	(MEC)	Vagas criadas	Estudantes	496	4.700.000,00	4.700.000,00 100 %	4.700.000,00	100	0,00	0,00
5-Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior	(MEC)	Vagas Criadas	Estudantes	880	0,00	0,00	0,00	0,00	880	100
6- ProInfo Rural e Urbano	(MEC)	Laboratórios de Informática Entregues	Estudantes	148	857.833,86	960.053,70 110.4 %	960.053,70	110.4	126	85.14
7- Programa Dinheiro Direto na Escola	(MEC)	Escolas Apoiadas	Alunos, professores e profissionais da educação	282	810.894,31	794.725,50 100.01 %	739.618,80	93.08	263	93.26
8-Salas de Recursos Multifuncionais	(MEC)	Salas Equipadas	Estudantes	10	99.415,20	129.325,65 184.94 %	9.095,10	13.01	15	150
9- Caminho da Escola	MEC e BNDES	Ônibus Adquiridos	Estudantes	6	1.216.000,00	2.374.180,00 195.25 %	588.060,00	48.36	13	216.67
10-Cresce Nordeste	(Min. da Fazenda - MF)	Operações Contratadas	Empreendedores nos setores de indústria, comércio, serviços, cultura, turismo, grãos, apicultura, bovinocultura, insumos e matéria-prima, ovinocaprinocultura, carcinicultura, floricultura e fruticultura, além da agricultura familiar.	119	11.950.000,00	27.845.628,23 233.02 %	27.035.137,41	226.24	132	110.92
11-Nordeste Territorial	(Min. da Fazenda - MF)	Operações de Crédito	Empreendedores das diversas cadeias produtivas selecionadas nos territórios.	21	900.000,00	37.821.973,73 4202.44%	13.707.048,13	1523.01	77	366.67
12-Programa BNB Cultura 2010 - Parceria BNDES	(Min. da Fazenda - MF)	Projetos Contratados	A sociedade em geral, especialmente artistas, secretarias de governo, universidades, fundações, associações, escolas, organizações não governamentais etc.	8	296.879,24	227.778,39 76.72 %	227.778,39	76.72	6	75

(Continuação) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2010)

Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/Orçamento		Total	%
							(R\$)	%		
13- Apoio a Estudantes Indígenas Fora da Aldeia	Min. da Justiça/MJ	Estudantes Apoiados	Estudantes Indígenas	1	0,00	0,00	0,00	0,00	1	100
14- Fomento às Ações de Acesso e Manutenção dos Benefícios Sociais e Previdenciários	Min. da Justiça/MJ	Índios Acessando Benefícios Sociais e Previdenciários	Índios Acessando Benefícios Sociais e Previdenciários	1	0,00	0,00	0,00	0,00	1	100
15- Implantação/Implementação dos Territórios Etnoeducacionais	Min. da Justiça/MJ	Eventos de Mobilização e Pactuação Realizados	Eventos de Mobilização e Pactuação Realizados	1	0,00	0,00	0,00	0,00	1	100
16- Regularização de Terras Indígenas	Min. da Justiça/MJ	Terras Indígenas Regularizadas	Indenização e Desocupação	1	1.000.000,00	35.000,00 3,5 %	35.000,00	3,5	1	100
17- Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania	(Min. da Saúde – MS)	Doses aplicadas	População dos municípios dos Territórios, prioritariamente: população rural, agricultores familiares, assentados, e Povos e Comunidades Tradicionais.	777744	1.749.601,37	0,00	0,00	0,00	119.344	15,34
18- Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania	(Min. da Saúde – MS)	Agentes Comunitários de Saúde Mantidos	População dos Territórios da Cidadania	920	8.191.680,00	7.330.680,00 89,49 %	7.330.680,00	89,49	898	97,61
19- Ampliação do Acesso da População Brasileira à Atenção Básica por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF	(Min. da Saúde – MS)	Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Implantados	Equipes de Saúde da Família Implantadas	13	1.440.000,00	2.760.000,00 191,67 %	2.760.000,00	191,67	13	100
20- Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil	(Min. da Saúde – MS)	Farmácias Populares Implantadas e Mantidas	População dos Territórios da Cidadania	4	340.000,00	220.000,00 64,71 %	220.000,00	64,71	2	50
21- Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania aos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência -SAMU 192	(Min. da Saúde – MS)	Municípios Atendidos	População dos Territórios da Cidadania	2	0,00	0,00	0,00	0,00	2	100
22- Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS	(Min. da Saúde – MS)	Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Implantados	População dos Territórios da Cidadania	5	0,00	31.000,00 - %	31.000,00	- %	6	120
23- Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	(Min. da Saúde – MS)	Equipes de Saúde da Família Implantadas	População dos Territórios da Cidadania	160	16.396.000,00	13.406.800,00 81,77 %	13.406.800,00	81,77	157	98,12
24- Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica	(Min. da Saúde – MS)	Equipes Implantadas	População dos Territórios da Cidadania	147	4.792.500,00	3.983.900,00 83,13 %	3.983.900,00	83,13	147	100

(Continuação) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2010)

Ações territorializas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/orçamento		Total	%
							(R\$)	%		
25-Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção especializada em Odontologia	(Min. da Saúde – MS)	Centros Implantados	População dos Territórios da Cidadania	5	472.400,00	308.000,00 65.2 %	308.000,00	65.2 %	4	80
26-Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos / 2009	(Min. da Saúde – MS)	Contratos/Convênios Executados	Famílias em geral	2	2.699.000,00	270.000,00 10 %	180.000,00	6.67 %	0,00	0,00
27-Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab. exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) / 2009	(Min. da Saúde – MS)	Contratos/Convênios Executados	Famílias	2	5.899.000,00	2.949.000,00 49.99 %	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) / 2009	(Min. da Saúde – MS)	Contratos/Convênios Executados	Famílias em geral	1	2.399.000,00	1.199.000,00 49.98 %	0,00	0,00	0,00	0,00
29-Implantação Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais - Assentamentos e Comunidades Rurais / 2009	(Min. da Saúde – MS)	Contrato/Convênio Executado	Agricultores familiares e assentados da reforma agrária	2	1.428.000,00	714.000,00 50 %	0,00	0,00	0,00	0,00
30-Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Indígenas / 2009	(Min. da Saúde – MS)	Contrato/Convênio Executado	Comunidades indígenas	17	940.838,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31-Saneamento nas Escolas / 2009	(Min. da Saúde – MS)	Contratos/Convênios Executados	Alunos e professores das escolas rurais	2	225.000,00	90.000,00 40 %	0,00	0,00	0,00	0,00
32-FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009	MCid	–	Famílias de baixa renda	100	6.779.343,92	599.644,17 9.48 %	298.761,44	4.72	7	7
33-FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009	MCid	Planos Realizados	Famílias de baixa renda	14	567.541,80	379.419,00 66.85 %	138.435,01	24.39	0,00	0,00
34-FNHIS - Urbanização de Assentamentos Precários (contratações de 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009.	MCid	–	Famílias de baixa renda	100	3.980.150,00	2.684.275,68 67.44 %	103.761,90	2.61	3	3
35-Operação do Sistema de Acesso Banda Larga	MCid	Pontos de Presença GESAC (antena e conexão terrestre)	Alunos e comunidade próxima ao telecentro	70	177.748,00	210.137,55 118.22 %	58.657,46	33	40	57.14
36-Programa Luz Para Todos	MME – Eletrobrás	Ligações de Energia	Agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, povos e comunidades tradicionais sem acesso à energia elétrica em suas casas.	380	2.254.685,89	1.517.803,10 65.68 %	1.517.803,10	65.68	414	108.95

(Continuação) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2010)

Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/Orçamento		Total	%
37-ATER/Agricultores Familiares	MDA	Agricultores Familiares Assistidos	Agricultores Familiares	8.258	738.706,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38-Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	MDA	Empreendimentos Apoiados	Agricultores Familiares	2	217.500,00	217.500,00 100 %	217.500,00	100	0,00	0,00
39-Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios	MDA	Membros dos Colegiados e de suas Instâncias Deliberativas e Consultivas Capacitados	50 membros do Colegiado e de suas instâncias deliberativas capacitados para a gestão social do desenvolvimento.	50	160.000,00	160.000,00 100 %	160.000,00	100	0,00	0,00
40-Articulação para Implantação das Casas Digitais Rurais	MDA	Casas Digitais Rurais Implantadas	Agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos de comunidades tradicionais.	1	0,00	0,00	0,00	0,00	1	100
41-Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	INCRA/MDA	Famílias Assentadas Assistidas	Família Atendida	1950	455.133,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42-Biodiesel / 2010	MDA	Famílias Atendidas	Agricultores Familiares	3.886	281.318,68	355.570,60 100 %	355.570,60	100	3.893	100.18
43-Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	INCRA/MDA	Famílias Atendidas	Famílias Atendidas	23	174.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44-Crédito Pronaf / 2010	MDA	Contratos Firmados	Agricultores familiares com DAP	2.107	4.911.154,46	3.899.949,94 79.41 %	3.899.949,94	79.41	1.072	50.88
45-Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento /	INCRA/MDA	Famílias Atendidas	Famílias Atendidas	178	48.541,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46-Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	MDA	Famílias Assistidas	Cerca de 105 mil famílias	882	41.662,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47-Formação de Agentes de Desenvolvimento	MDA	Agentes de Desenvolvimento Capacitados	Cada atividade é voltada para 40 participantes.	40	80.000,00	80.000,00 100 %	80.000,00	100	0,00	0,00
48-Implantação e Recuperação de Infra-estrutura de Projetos de Assentamento	INCRA/MDA	Famílias Assentadas Atendidas	Famílias Atendidas	251	549.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49-Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais / 2010	MDA	Projetos Apoiados	Agricultores Familiares	3	1.150.000,00	1.197.320,70 122.8 %	0,00	0,00	0,00	0,00
50-Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	INCRA/MDA	Licenças Ambientais Protocoladas	Licença Ambiental Protocolada	10	19.265,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51-Programa Arca das Letras	MDA	Comunidades rurais	Bibliotecas Implantadas	5	R\$ 2.800,00	5.600,00 200 %	5.600,00	200	10	200

(Continuação) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2010)

Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/Orçamento		Total	%
							(R\$)	%		
52-Programa Nacional de Crédito Fundiário	MDA	Homens e mulheres pertencentes às seguintes categorias de trabalhadores: - Trabalhadores rurais sem terra; Pequenos produtores rurais com acesso precário à terra; Proprietários de minifúndios.	Famílias Beneficiadas	9	360.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53-Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	MDA	Mulheres rurais, assentadas, extrativistas, quilombolas, pescadoras artesanais.	Mutirões Realizados	22	608.740,00	111.584,00 18.33 %	49.490,00	8.13	11	50
54-Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	MDA	Agricultores (as) Familiares	Toneladas de Alimentos Adquiridos	58	100.142,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55-Terra Sol	INCRA/MDA	Famílias Assentadas Beneficiadas	Famílias Atendidas	95	17.030,00	11.802,02 69.3 %	11.802,02	69.3	0,00	0,00
56-Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	MDS	Pessoas Idosas Atendidas	Pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	414	2.510.879,00	22.879.829,00 911.23 %	22.879.829,00	911.23	3.857	931.64
57-Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	MDS	Pessoas com Deficiência Atendidas	Pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.	6.165	37.424.265,00	38.707.518,00 489.69 %	38.707.518,00	489.69	6.873	527.88
58-Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	MDS	Pessoas Atendidas	Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social decorrente de processos de pauperização, desigualdade social, violência e processos discriminatórios em virtude de etnias raciais, gênero, orientação sexual, desemprego, doenças, abandonos, carências materiais, dentre outros.	300	344.016,00	153.400,00 44.59 %	153.400,00	44.59	140	46.67

(Conclusão) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2010)										
Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto		Orçamento			Executado	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago/Orçamento		Total	%
							(R\$)	%		
59-PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	MDS	Toneladas de Alimentos Adquiridos	Agricultores Familiares e Entidades Socioassistenciais	446	488.768,48	927.279,40 189.72 %	927.279,40	189.72	698	156.5
60-Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	MDS	Famílias Atendidas	Famílias com renda mensal de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por pessoa, devidamente cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CAD Único).	49.568	59.469.309,08	63.761.428,00 107.22 %	63.761.428,00	107.22	53.305	107.54
61-Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada	MDS	Municípios Atendidos	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e famílias inscritas no Cadastro Único	19	1.237.963,36	1.107.440,94 89.46 %	1.107.440,94	89.46	19	100
62-Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite	MDS	Litros	Pessoas em estado de insegurança alimentar e produtores familiares	3.529.550	3.564.846,00	3.564.846,00 100%	1.746.836,00	49	2.917.792	82.67
63-Programa de Atenção Integral à Família	MDS	Famílias Referenciadas	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social, discriminações étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras), que vivem no território de abrangência dos CRAS.	90.000	1.944.000,00	970.200,00 49.91 %	970.200,00	49.91	92.500	102.78
64-Serviço Socioeducativo do PETI	MDS	Crianças e Adolescentes Atendidos	Crianças e adolescentes de até 16 anos incompletos em situação de trabalho, bem como suas famílias.	5.795	1.745.100,00	213.500,00 12.23 %	213.500,00	12.23	1.100	18.98
65-Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas	MMA	Organizações Indígenas Apoiadas	Povos Indígenas	3	211.155,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66-Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios	MPA	Instância colegiada de pesca e aquicultura ligada ao colegiado	Instância colegiada de pesca e aquicultura ligada ao colegiado	1	74.909,64	74.909,64 100 %	74.909,64	100	1	100
67-Apoio à Elaboração dos Programas Territoriais de Pesca e Aquicultura	MPA	Programa Territorial de Pesca e Aquicultura	Programa Territorial de Pesca e Aquicultura	1	8.063,64	8.063,64 100 %	8.063,64	100	1	100
OBS: Todos os dados aqui apresentados foram extraídos da Matriz de Ações e do Relatório de Execução do site do Território da Cidadania- PTC. As ações territorializadas são aquelas programadas para serem executadas, o que quer dizer que podem ou não serem executadas. (Elaboração Própria).										

ANEXO 7

Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2013)

Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de atuação	Previsto	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)
1-Apoio à Formação Profissional e Tecnológica Pronatec Campo	Min. da Educação - MEC	Vagas	O Pronatec Campo será implementado prioritariamente nas áreas dos Territórios da Cidadania.	60	120.000,00
2-Computador Interativo	Min. da Educação - MEC	Equipamentos Entregues	O critério definidor das escolas e municípios prioritários é de atender todas as escolas do campo que já possuem ou estão recebendo Laboratório Proinfo.	129	645.000,00
3-Construção de Escolas no Campo	Min. da Educação - MEC	Escolas Construídas e Equipadas	Todos os municípios que possuem na sua rede municipal demanda para construção de escolas no campo.	2	1.073.699,79
4- Laboratórios de Informática para as Escolas no Campo	Min. da Educação - MEC	Laboratórios de Informática Entregues	Foram selecionadas as escolas com mais estudantes em ordem decrescente (2.112 a 51), com energia elétrica e que não foram atendidas pelo Laboratório Proinfo em edições anteriores.	8	25.120,00
5- ProInfância	Min. da Educação - MEC	Escolas Infantis Construídas	São priorizados os municípios com menor Índice de Desenvolvimento da Educação, pertencentes aos Territórios da Cidadania.	3	3.300.000,00
6- Programa Laptop Educacional para as Escolas no Campo	Min. da Educação - MEC	Computadores Entregues	Foram selecionadas as escolas de 5 a 50 matrículas com energia elétrica e não atendidas pelo Laboratório Proinfo em edições anteriores, para fortalecer as escolas de baixa matrícula no campo brasileiro.	145	141.375,00
7-Programa Mais Educação Campo	Min. da Educação - MEC	Escolas Atendidas	O Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - PFVPS compõe-se de um valor per capita estabelecido com base na estratificação das unidades federadas em função da situação epidemiológica e grau de dificuldade operacional para a execução das ações de vigilância em saúde.	106	4.240.000,00
8-Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância em Saúde	Min. da Saúde - MS	População coberta /beneficiários	O Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - PFVPS compõe-se de um valor per capita estabelecido com base na estratificação das unidades federadas em função da situação epidemiológica e grau de dificuldade operacional para a execução das ações de vigilância em saúde.	431.120	352.657,39
9- Piso de Atenção Básica Fixo	Min. da Saúde - MS	População coberta /beneficiários	Para a definição do valor mínimo do PAB fixo, o critério adotado foi a distribuição dos Municípios em quatro faixas, de acordo com pontuação que varia de 0 a 10, com base em indicadores selecionados segundo critérios determinados pelo Departamento de Atenção Básica (DAB): PIB Per Capita, Percentual da População com Plano de Saúde, Percentual da População com Bolsa Família, Percentual da População em Extrema Pobreza e Densidade Demográfica.	431.120	9.592.420,00
10- Ampliação e Manutenção de Conexão à Internet para Inclusão Digital	Min. das Comunicações - MC	Pontos de Presença GESAC (antena e conexão terrestre)	Escolas públicas indicadas pelo MEC, Telecentros e áreas remotas e excluídas com escassez de infra-estrutura de telecomunicações.	78	52.534,39
11- Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais.	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA	Projetos Apoiados	O fluxo de decisão, os itens obrigatórios para apresentação das propostas, os critérios de priorização e a documentação exigida estão detalhadas no Manual Operacional PROINF, disponível no endereço eletrônico: http://www.mda.gov.br/portal/sdt/institucional/manuais	1	550.000,00

(Continuação) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2013)					
Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de Atuação	Previsto	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)
12- Apoio ao Planejamento e à Gestão Social com Perspectiva de Gênero no Desenvolvimento Territorial Rural	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA	Mulheres Capacitadas	Serão priorizados os Territórios da Cidadania que não têm Comitê Territorial de Mulheres organizado.	1	10.000,00
13- Apoio à Elaboração e Gestão Social dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA	Territórios Apoiados	Todos os Territórios da Cidadania.	0	0,00
14- Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA	Agricultores Familiares Beneficiados	Para ser contemplado, basta que sejam organizações de agricultores familiares com DAP, conforme definido na lei 11.326/2006, que a proposta seja de produtos passíveis de serem estocados, que a organização demandante demonstre ter local adequado para estocar o produto, que encaminhe projeto à Conab (por meio do PAA Net) e que apresente a documentação exigida para a emissão da CPR (garantias, cadastro em dia, etc.).	176	447.300,22
15-Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Municípios com até 50.000 Habitantes	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA	Máquinas disponibilizadas	Municípios com até 50 mil habitantes, exceto os que integram as principais regiões metropolitanas, bem como municípios com qualquer número de habitantes que integrem o semiárido nordestino e/ou aqueles que estejam em situação de emergência na área da Sudene.	34	9.778.857,18
16- Assistência Técnica especializada para Mulheres Rurais	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA	Projetos Apoiados	As prioridades são definidas de acordo com a demanda das organizações produtivas de trabalhadoras rurais para assistência técnica e extensão rural identificada, qualificada e quantificada nos Territórios da Cidadania por meio dos Comitês Territoriais de Mulheres quando houver.	1	41.666,66
17- Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA /	Agricultores Familiares Assistidos	As entidades devem ser credenciadas no SIBRATER e atender aos critérios de seleção estabelecidos pela SAF/MDA.	2.700	5.132.444,38
18-Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA / INCRA	Famílias Assistidas	As entidades devem ser credenciadas no SIBRATER e atender aos critérios de seleção estabelecidos pelo INCRA/MDA.	244	43.871,87
19-Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA	Agentes de Desenvolvimento Capacitados	Atendimento de públicos prioritários: membros dos colegiados territoriais e de suas instâncias deliberativas; gestores e servidores públicos das esferas federal, estaduais e municipais; redes estaduais e nacional de colegiados.	80	177.243,75
20- Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos _ Fundo de Terras	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA /	Famílias Beneficiadas	Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável definem as metas, as prioridades e a estratégia de implantação do Programa no Estado, com poder deliberativo sobre todas as solicitações de financiamento.	1	117.597,31
21- Concessão de Crédito-Instalação às Famílias de Assentados	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA / INCRA	Famílias Atendidas	Assentamentos contemplados no Plano Brasil Sem Miséria e assentamentos com assistências técnica que ainda não receberam crédito instalação.	93	763.662,79

(Conclusão) Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Zona da Mata Norte (2013)					
Ações territorializadas	Órgão	Unidade e Produto da Meta Física	Área de atuação	Previsto	
				Meta Física	Meta Financeira (R\$)
22- Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA /	Famílias Assistidas	Territórios da Cidadania do Norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e nos Estados do Nordeste do País.	1.166	58.333,33
23- Documentação da Trabalhadora Rural	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA /	Mutirões Realizados	O atendimento dos municípios inseridos no Plano Brasil Sem Miséria e Territórios da Cidadania são considerados prioritários.	7	218.085,11
24- Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Sócio-Produtivas da Agricultura Familiar no Âmbito dos Territórios Rurais	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA	Empreendimentos Apoiados	Os empreendimentos a serem apoiados são definidos de acordo com a apresentação de demandas nos PTDRS, Planos de Cadeias, e/ou pelo seu caráter estratégico para o fortalecimento dos agricultores familiares e suas organizações nos 120 Territórios da Cidadania.	50	80.000,00
25- Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA	Famílias Atendidas	Aptidão agrícola e existência de zoneamento agroclimático para a produção de oleaginosas no território. Presença de oleaginosas nativas no território com a existência de plano de manejo aprovado por órgão ambiental responsável; Iniciativa de sinergia entre a produção de óleos vegetais e coprodutos e outras cadeias, e utilização do farelo/torta para adubo ou alimentação animal; Iniciativas de produção de oleaginosas consorciadas com produtos alimentares; Iniciativa de qualificação e fortalecimento de empreendimentos coletivos da agricultura familiar...	9	6.748,88
26- Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras	Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA	Bibliotecas Implantadas	1. município com baixo IDH; 2. não ter biblioteca em funcionamento; 3. realizar a reunião de consulta comunitária.	6	R\$ 0,00
27- Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Plano Brasil sem Miséria	Min. do Desenvolvimento Social - MDS	Família Agrícola Beneficiada	São priorizadas as famílias de agricultores com renda abaixo de 70 reais per capita (Brasil sem Miséria).	249	R\$ 1.110.657,37
28- Proteção Social para Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho Infantil – Plano Brasil sem Miséria	Min. do Desenvolvimento Social - MDS	Crianças e Adolescentes Atendidos	As prioridades das ações relativas à política pública de assistência social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), são pactuadas no âmbito das comissões intergestores bipartite e tripartite (CIB e CIT), instâncias de articulação e pactuação dessa política entre os entes federados, e deliberadas pelos conselhos de assistência social.	5.730	R\$ 1.287.500,00
OBS: Todos os dados aqui apresentados foram extraídos da Matriz de Ações e do Relatório de Execução do site do Território da Cidadania- PTC. As ações territorializadas são aquelas programadas para serem executadas, o que quer dizer que podem ou não serem executadas. O quadro com os dados de 2013 não apresentam os dados do que foi orçado/pago, empenhado, executado e pago tendo em vista que ainda não estar disponível tais dados. (Elaboração Própria).					

ANEXO 8

Roteiro Base Para Montagem do Questionário e Entrevistas Aplicadas Com os Cooperados e Outros Sujeitos da Política Em Estudo

MUNICÍPIO:

Número do Questionário:	
Entrevistador(a)/Instituição:	
Data :	
Localidade (endereço):	
Área total da propriedade rural:	Área total agricultável:

1 - AGRICULTOR & FAMÍLIA:

1.1 - Identificação do Entrevistado:

1.1.1 – Nome e idade: _____

1.1.2 - Estado Civil: _____

1.1.3 - Naturalidade: _____

1.1.4 - Há quanto tempo mora aqui? _____

1.1.5 - Atividade atual: _____

1.1.6 - Qual o parentesco do entrevistado com o agricultor/proprietário rural? _____

1.1.7- Nome do agricultor (a) /proprietário rural: _____

1.1.7.1- Idade: _____ anos/ou/Data de Nascimento: _____

1.1.7.2 - Natural de: _____

1.1.8 - Condição do agricultor (a) segundo a propriedade rural e posse da terra:

1.1.8.1 Posseiro (posse não regularizada - sem processo de regularização)? () ; 1.1.8.2 Posseiro (em processo de regularização)? () ; 1.1.8.3 Título Definitivo? () ;

1.1.8.4 Arrendatário? () ; 1.1.8.5 Meeiro? () ; 1.1.8.6 Outra condição;

1.1.9 - Escolaridade do (A) Agricultor (A):

1.1.9.1- Analfabeto? (a) Sim () Não () ; 1.1.9.2- Assina o nome e lê pequeno texto?

Sim () Não () ;

1.1.9.3- Frequenta escola. Série? Sim () Não () ; _____

1.1.9.4- Frequentou escola. Série? Sim () Não () ; _____

1.1.10 - Situação Ocupacional: 1.1.10.1 Já foi empregado? () ; 1.1.10.2 Não foi empregado? () ; 1.1.10.3 Está empregado? Sim () Não () ; Caso positivo citar a última empresa (ou pessoa física empregadora) e ocupação: _____

1.1.11 - Recebeu algum tipo de treinamento para a atividade rural? 1.1.11.1- Sim

() 1.1.11.2- Não. Caso positivo, listar:

1.2 - Dados familiares:

1.2.1 - Quantas pessoas moram na casa? _____

1.2.2 - Idade e sexo dos filhos: _____

1.2.3 - Divisão social do trabalho (quantas pessoas trabalham na casa): _____

1.3 – Educação:

1.3.1 - Escolaridade dos Filhos: _____

1.3.2- Há escola na comunidade? Sim () Não ()

1.3.3 - Há Alfabetização de adultos (15 ou mais anos de idade)? NÃO () SIM ()

1.3.4 - Conteúdo curricular ligados à valorização rural: () NÃO () SIM.

Quais? _____

1.3.5- Meio de transporte utilizado para ir à escola: _____ () Público () Particular.

1.3.6- Alguém da família fez algum curso oferecido pelo PRONATEC? () Sim () Não

Se sim, que fez? _____

1.4 – Saúde:

1.4.1 – Há unidade de saúde na comunidade? Sim () Não () Se não, por quê?

1.4.2 – Locais procurados (no caso de doenças graves):

2 - UNIDADE DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

2.1 - Atividades de Produção Vegetal:

2.1.1 - Culturas econômicas (para comércio, podendo ser também rotações de culturas): _____

2.1.2 - Rendimento por hectare, superfície cultivada, destino da produção: _____

2.1.3 – Relacionar se realiza operações, ou insumos, abaixo.

2.1.3.1-Queimada? (); 2.1.3.2 – Animal de tração? (); 2.1.3.3 – Preparo do solo? ();

2.1.3.4 – uso de maquinário? (); 2.1.3.5 – Adubo químico e/ou Esterco? ();

2.1.4 - Comercialização:

2.1.4.1 – Vendas: _____ Para

quem? _____ Por

quanto? _____ Quando? _____

2.1.5 - Agricultura de subsistência:

2.1.5.1 - Culturas para autoconsumo _____

2.1.5.2 - Necessidade de comprar alguma coisa de fora para alimentação, o Quê? _____

2.1.6 - Sementes: híbridas ou locais? _____

2.1.7 – Insumos (tipo, destinação, quantidade, médio): _____

2.1.8 - Financiamento/empréstimos/dívidas (viabilização das culturas/ créditos etc...): _____

2.2 - Atividades de Produção Animal:

2.2.1 - Inventário das criações (comércio e subsistência): _____

2.2.2 - Complementaridade entre as culturas (alimentação para os animais produzida na propriedade): _____

2.2.3 - Comercialização:

Vendas: Para quem? _____

Por quanto? _____

2.2.5 - Quais as atividades pecuárias predominantes / explorados pela comunidade?

2.3 – História da Propriedade:

2.3.1 - Culturas e criações que não utiliza mais e por quê?

2.3.2 - Situação da propriedade em relação as condições de transporte e comercialização da produção (“atravessadores”): _____

2.3.3-Impostos: _____

2.3.4 - Outras Fontes de Renda:

2.3.5 - Transformação da produção agrícola (artesanatos, prestação de serviços, agroindústria familiar): _____

3 – INFRA-ESTRUTURA DA PROPRIEDADE RURAL

3.1 - Tipo de energia:

3.4 – Transporte:

3.4.1 - Para se movimentar dentro da propriedade: Carro () Moto () Carroça () Animal/ Bovino () Animal / Equino/muar () Bicicleta Caminhonete () Outro () Especifique:

3.4.2 - Para sair da propriedade: Carro () Moto () Carroça () Animal/ Bovino () Animal / Equino/muar () Bicicleta Caminhonete () Outro: ()
Especifique:_____

3.4.4 - Instrumentos de Trabalho (tipo, idade). Incluir materiais para irrigação:_____

3.5 - Saneamento Básico:

3.5.1 - Esgoto: Tipo de tratamento:_____

3.5.2 - Tipo de banheiro - Localização (dentro ou fora de casa):_____

3.5.7 – Água. De onde vem a água utilizada_____

3.5.8 - A água é tratada? De que forma?_____

3.5.9 - De onde vem a água para a irrigação da lavoura?_____

3.5.10 - Ocorrem problemas com as épocas de cheias e enxurradas? E quando ocorrem? A erosão, se ocorre, como ocorre?_____

4 – REDE DE RELAÇÕES:

4.1 - Assistência Técnica. De quem recebe? (Institucionais, vizinhança, Prefeitura Municipal, outros órgãos):_____

4.2 - Busca de informações/ novas tecnologias (rádio/ TV/ vizinhos):

4.3 - Ajuda mútua (familiar, parcerias) Dinâmica de relações:_____

4.4 - Pertence alguma instituição/ sindicato/ cooperativa?_____

4.5 - Mão-de-Obra externa à família/ distribuição: Motivos /épocas:

4.5.2 - Período de menor utilização de mão de obra?_____

5 – PERCEPÇÃO AMBIENTAL:

5.1 – Histórico da região:

5.1.1 - Essa região mudou muito desde que veio morar aqui?_____

5.1.2 – O que se cultivava antes (Ciclos Anteriores):_____

5.1.3 – Experiência profissional:_____

5.1.4 – Como o(a) agricultor(a) vê sua situação de vida comparada a situação de dez anos atrás?_____

6 – PROJETOS:

6.1 - Quais os principais problemas enfrentados pelos produtores da comunidade?

6.1.2 - Falta de chuvas () 6.1.3 - Condições de estradas () 6.1.4 - Falta de crédito () 6.1.5 - Assistência Técnica () 6.1.6 - Baixos preços dos produtos agrícolas e extrativistas () 6.1.7 - Alto preço dos bens de consumo () 6.1.8 - Dificuldade no escoamento da produção () Por quê?

6.1.3 - Planos para o futuro?_____

Pensa em deixar seu filho aqui?

6.1.4 – Quais os projetos em execução na comunidade(viabilizado por ONG's, Governos – Estadual/Municipal/Federal, iniciativa privada e outros)?

7- POLÍTICAS PÚBLICAS

7.1 É beneficiado com algum programa social do estado: ☐ bolsa família ☐ programa do leite ☐ programa do pão ☐ um milhão de cisternas ☐ outro:_____

7.2 Se sim procurar saber como se dá o benefício:_____

7.3 Para que é utilizado:_____

7.4. Já tirou dinheiro do Pronaf: ☐ Sim ☐ Não 2.1 Se sim, quando:_____

7.5 Para quê:_____

7.6 Quem fez o projeto: _____

7.7 Como funcionou: _____

7.8 Pagou: ☐ normal ☐ não conseguiu

7.9 Se não conseguiu o que aconteceu: _____

7.10 Se nunca usou recursos do Pronaf, procurar saber os motivos:_____

7.11 Atualmente está com alguma linha de crédito? Qual?_____

7.12 Já pagou?_____

8 – AGENTES EXTERNOS (identificar as formas de recriação camponesa)

8. Utiliza assistência técnica na atividade agropecuária: ☐ Sim ☐ Não

8.1 Se utiliza, quem presta assistência técnica:_____

8.2 Como avalia a assistência

técnica: _____

8.3 Se não utiliza, por

quê: _____

8.4. A prefeitura municipal tem alguma política voltada para o pequeno agricultor:

8.5 Existe alguma Associação Municipal dos Pequenos Produtores Rurais: ☐ Sim ☐ Não

8.6 Se existe, o (a) senhor(a) participa dela: ☐ Sim ☐ Não 4.2 Qual sua

importância: _____

8.7 Como ela atua: _____

8.8 O STR do município tem atuado junto aos pequenos produtores rurais: ☐ Sim ☐ Não

8.9 Se atua como e em que atua:

8.10 Qual a importância do STR para os pequenos produtores rurais do

município: _____

8.11 Os políticos da região visitam/fazem reunião com os pequenos agricultores ou lhes dão assistência: ☐ Sim ☐ Não

8.12 Quais são outras fontes de renda que o entrevistado tem? ☐ aposentadoria ☐ salário regular

☐ trabalho alugado

☐ serviço prestado ☐ atividade comercial ☐ remessa de familiar ausente ☐ outras

ANEXO 8.1

Coordenador da CECAF-PB (Entrevista)

- 1: Quem é o proponente e responsável pelo empreendimento (CECAF-PB)?
- 2: Quem coordena?
- 3: Quando começou as obras e quando foi entregue?
4. A quanto tempo a obra estar paralisada e por qual motivo?
5. Quando espera que a obra seja concluída
6. Como se dá a estrutura da Central?
7. Quem será responsável pelo contingente funcional, manutenção e pagamento?
8. Em que dias será realizada as feiras?
9. Como será otimizada as feiras?
10. Quem será contemplado? E como será feito o cadastro e a seleção?
11. Haverá capacitação para AF?
12. Haverá algum tipo de controle ou de acompanhamento?
13. Haverá algum tipo de fiscalização e contrapartidas dos agricultores?

OBS: Outras questões abertas surgiram no decorrer da entrevista tendo em vista que ela foi feita no próprio empreendimento, enriquecendo o trabalho.

ANEXO 8.2

Presidente e Tesoureiro da Cooperativa (Entrevista e questionário) Em relação à cooperativa:

- 1: Quantos anos tem a cooperativa?
- 2: Antes de se transformar em cooperativa o prédio já funcionava? Como o que?
- 3: Quantas pessoas fazem parte da cooperativa?
- 3.1: Homens:
- 3.2: Mulheres?
- 4: Destes quantos realmente trabalham?
- 5: Quem preside a cooperativa?
- 6: Quando foi eleito?
- 7: Vai ficar até quando?
- 8: Há reuniões para deliberar as tarefas?
- 9: Vocês sabem através de qual projeto ou política pública a cooperativa existe?
- 10: Participaram de reuniões para receber o projeto?
- 11: Houve capacitação?
- 12: De quem foi capacitados quantos continuam na cooperativa?
- 13: De quem receberam a infraestrutura?
- 14: Tem acompanhamento técnico?
- 15: Emater?
- 16: O colegiado territorial faz visitas?
- 17: Quais frutas são beneficiadas?
- 18: De onde vem as frutas?
- 19: Para que as frutas são beneficiadas?
- 20: Para que são vendidas?
- 21: Como se dá a comercialização?
- 22: São beneficiados pelo PAA E PELO PNAE?
- 23: Sim sim, por quanto vendem para o PNAE?
- 24: Quanto custa a polpa?
- 25: Quanto de polpa em média é vendida por mês?
- 26: Em valor?
- 27: Tem dinheiro em caixa?
- 28: Os cooperados sabem?
- 29: Como é feita a divisão do trabalho?
- 30: Quanto recebem?
- 31: Quantas horas trabalham?
- 32: Como é feita a higienização?
- 33: A vestuário para quem trabalha?
- 34: A ciclo de produção?
- 35: Quais os pontos positivos e negativos do projeto?

OBS: Outras questões abertas surgiram no decorrer da entrevista.

ANEXO 8.3
Mulheres Cooperadas (Entrevista e questionário)
Em relação à cooperativa:

Além do roteiro base apresentado a cima considerando o “Grupo Focal” outras perguntas foram feitas as cooperadas:

- 1: A Cooperativa conta com quantos membros?
- 2: Destes quantos efetivamente trabalham na cooperativa?
- 3: Há quanto tempo você é cooperada?
- 4: Teve que fazer algum tipo de pagamento para ser cooperado?
- 5: Vocês sabem através de qual política publica/programa governamental a cooperativa recebeu investimentos?
- 6: Participaram de reuniões para receber o projeto?
- 7: Houve capacitação?
- 8: Que tipo de capacitação?
- 9: Houve capacitação/curso sobre cooperação?
- 10: Sobre gênero? Já que a maioria dos cooperados são mulheres?
- 11: Sobre Sustentabilidade? Como reaproveitar as frutas e o bagaço?
- 12: Quando foi a última capacitação?
- 13: Recebe acompanhamento técnico?
- 14: Há reuniões para deliberar as tarefas?
- 15: Quais as funções de cada cooperada?
- 16: Quantos dias trabalham na semana?
- 17: Quantas horas?
- 18: Há acumulação de tarefas?
- 19: Há acumulação de produção?
- 20: Há rodízio de tarefas?
- 21: Quanto ganham pela diária?
- 22: Tem conhecimentos das finanças da cooperativa?
- 23: O que acham da gestão do presidente e do tesoureiro?
- 24: Como é feita a higienização?
- 24: Quais os pontos positivos e negativos do projeto?